

# Diário do Legislativo de 26/10/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduino - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 33ª Reunião Especial

1.2 - 35ª Reunião Especial

1.3 - 36ª Reunião Especial

1.4 - 37ª Reunião Especial

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 6 - ERRATAS

## ATAS

### ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 29/9/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino, Marco Régis e Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Bernard Cassen - Palavras do Sr. Henrique Schützer del Nero - Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães - Palavras do Sr. Juarez Rocha Guimarães - Palavras do Sr. Menelick de Carvalho Netto - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermano Batista - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 20h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Bernard Cassen, Diretor do "Le Monde Diplomatique"; Henrique Schützer del Nero, médico, psiquiatra e professor de Engenharia Eletrônica da USP; José Luiz Quadros Magalhães, Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Direito da UFMG; Juarez Rocha Guimarães, professor do Departamento de Ciência Política da FAFICH - UFMG; Menelick de Carvalho Netto, professor de Direito Constitucional da UFMG.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do debate sobre o tema "O Fim do Humanismo e o Retorno à Barbárie", como parte do quarto evento do Fórum Políticas Macroeconômicas-Alternativas para o Brasil. A Presidência, desde já, agradece aos ilustres expositores e aos debatedores pelo comparecimento e lhes apresenta, em nome do Legislativo mineiro, as boas-vindas a esta Casa. Obviamente, também queremos agradecer a presença das senhoras, dos senhores e dos jovens universitários.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Bernard Cassen, Henrique Schützer del Nero, José Luiz Quadros de Magalhães, Juarez Rocha Guimarães, Menelick de Carvalho Netto, senhoras e senhores; nunca o homem se viu diante de tanta perplexidade e nunca a luta pela sobrevivência da espécie foi tão difícil e tão necessária. Nestas horas que antecedem a chegada do terceiro milênio da civilização cristã, muitos, em seu ceticismo, perguntam se valeu a pena o esforço de gerações e gerações na construção do conhecimento, na violação das leis da natureza, no orgulho da razão e na ilimitada confiança no que chamamos progresso. O que não se pode contestar é a busca da utopia que, para os cristãos, significa a construção do Reino de Deus neste mundo, e, para os humanistas leigos, a construção de uma sociedade baseada no lema dos revolucionários de 1789: liberdade, igualdade e fraternidade.

Estamos fechando o século XX com as mesmas angústias que encerraram o século XIX. Há dois dias, ao abrir outro encontro, neste mesmo recinto, para discutir o problema do desemprego, citei a situação em que se encontra a orgulhosa Inglaterra, depois que foi atingida pelo equívoco histórico que se chamou Thatcher. O grande país retorna no tempo: crianças voltam a trabalhar e a abandonar as escolas, enquanto os subúrbios de Manchester e Liverpool estão apinhados de pessoas sem trabalho, em situação quase tão miserável quanto aquela que Marx e Engels denunciaram no fim do século passado.

De que nos valem a ciência e a técnica, quando a ciência e a técnica são apropriadas pelos donos do capital e não servem aos trabalhadores? De que adianta a construção dos escravos de metal, que são os robôs, se essas máquinas são servidoras do dinheiro, e não dos homens?

Prof. Cassen, quando o convidamos, em Paris, para vir a Belo Horizonte, retomamos uma tradição que remonta aos setecentos, quando os filhos de mineiros eram enviados a Montpellier para estudar e, ali, entravam em contato com os iluminados pensadores daquele tempo, lendo Rousseau e Voltaire, Montesquieu e Condorcet. Não é simples jogo das circunstâncias o fato de que a conspiração republicana de Minas, tão alimentada que se encontrava das idéias francesas, tenha sido descoberta em março de 1789 - dois meses antes da reunião dos Estados Gerais e quatro meses antes da queda da Bastilha.

De alguma forma, estamos revivendo aquelas décadas do fim do século XVIII. O que antes era a exploração do trabalho pelas oligarquias ociosas da nobreza, mediante a distribuição, pelo Estado, nas famigeradas "listas civis", dos tributos públicos, é hoje a mesma distribuição, mediante os juros, dos resultados do trabalho comum entre as oligarquias financeiras, nacionais e internacionais.

Estas são as razões que me fazem saudar essa fase de nosso Fórum Políticas Macroeconômicas-Alternativas para o Brasil, e saudar a sua presença, Sr. Bernard Cassen, como um dos grandes lutadores de nosso tempo. Como professor universitário, jornalista e ativista político, representa bem a inquietude moral dos melhores intelectuais de seu país. Sei que aprenderemos com os avisos de seu saber, mas sei também que aprenderá um pouco com a nossa experiência e as nossas vicissitudes. Seja bem-vindo entre nós.

Participa de nossas discussões de hoje, também como expositor, o Prof. Henrique Schützer del Nero, uma das mais gratas revelações da atual geração de intelectuais brasileiros. O Prof. del Nero - e me permito retornar a outro francês, a Descartes - parece seguir aquele conselho do Discurso do Método: sua inteligência visita todas as paisagens do saber contemporâneo, o que o faz um dos mais aplicados estudiosos da fisiologia cerebral e, ao mesmo tempo, professor de Engenharia Eletrônica da Universidade de São Paulo. E, como cientista, na mais legítima expressão da palavra, o Prof. del Nero é um humanista, preocupado com o destino político de nosso País e com a construção integral do homem.

A todos, o nosso sincero obrigado pela presença.

## Palavras do Sr. Bernard Cassen

Sr. Presidente, agradeço pelo convite e pela generosidade com que me recebem. Estou muito mais modesto do que tudo isso que disseram. Estou muito feliz por integrar a tradição da relação franco-brasileira e espero que continue, pelo menos até o próximo mês, quando da visita de outros intelectuais, militantes, sindicalistas e outros franceses que virão a este Estado.

O tema que me propuseram é extremamente vasto, é quase impossível tratá-lo em 35 minutos, como foi previsto. Quando esse tema foi proposto, disseram-me que respondia à demanda de alguns intelectuais, de alguns estudantes, que se perguntavam por que os intelectuais, franceses ou europeus, já não manifestam, com relação aos países do sul (antigamente, falávamos Terceiro Mundo), a mesma solidariedade que manifestavam nos anos 60 e 70. Será que esse espírito de solidariedade internacionalista desapareceu nos intelectuais?

Tentarei responder de maneira breve, de forma excessivamente simplista, mas recorrendo à história. Sem esse recurso histórico, não podemos compreender nada sobre a posição de inúmeros intelectuais, sobretudo franceses. O conceito de intelectual, na Europa, é um conceito francês. Em inglês, não existe essa categoria. Há intelectuais, claro, britânicos, alemães, italianos, mas não são designados como intelectuais. O papel do intelectual na sociedade, na Europa, é, sobretudo, concebido pelos franceses.

Vou tentar fazer uma revisão histórica. Talvez, na hora das perguntas, possa responder melhor a uma questão mais precisa, evitando um discurso fatalmente amplo.

É preciso compreender que a situação, na América Latina, é totalmente diferente da que conhecemos na Europa. Temos um passado, temos um século de história que marcou profundamente a nossa mentalidade e, por isso, não estamos na mesma situação. Espero que, ao final da minha exposição, possam compreender um pouco melhor porque é tão diferente na Europa.

Há vários anos me interesso pela história e pela política e me surpreendi (e acho que também vão se surpreender) com algo que acontece com a produção cinematográfica francesa. Cinquenta anos depois da Segunda Guerra Mundial, é impressionante o número de filmes, de livros, de polêmica sobre essa guerra e a "colaboração". As histórias de uma cidade do centro da França, Vichy, capital no período do colaboracionismo, estão presentes em nossa mente como se tivessem ocorrido ontem. Mas a polêmica sobre a Segunda Guerra Mundial, histórias sobre o colaboracionismo, sobre o Marechal Pétain, sobre o Marechal De Gaulle, são polêmicas que dividem a sociedade francesa até hoje. São questões presentes na nossa vida política e intelectual, no entanto ocorreram há mais de meio século: é impressionante!

O fim de um século é propício para se fazer balanço. Vamos fazer, portanto, o balanço do século XX, embora já tenhamos começado a fazê-lo há muito tempo. Talvez sejamos um pouco obcecados por esse balanço. Quando fazemos esse inventário, o resultado é desastroso, é um resultado de massacres, de barbárie, que começa em Guernica (com o bombardeio das tropas pela aviação alemã e franquista) e vai até os campos de concentração soviéticos ou nazistas e os massacres coloniais, em particular, pela França, em Madagascar, em 1947, e o massacre do Camboja. Como diz o historiador britânico Hobsbawm, esse é o século dos extremos. É um século de barbárie e de sangue. Mas o que desapareceu nesse século não foram apenas vidas humanas, que foram massacradas em dezenas de milhões. Desapareceram também idéias e valores.

É por isso que esse rápido panorama que estou fazendo pode ajudá-los a compreender porque certos valores que pareciam evidentes há 15 anos já não o são. Não gostaria que interpretassem o que digo como uma proposta pessimista. Sou basicamente otimista, sobretudo porque uma modificação parece estar acontecendo na França, nesses últimos quatro, cinco anos. A tendência, que alguns de vocês observaram e disseram, lamentando, de não haver solidariedade está começando a mudar. Voltemos um pouco mais ao século XX, que, na verdade, só durou 75 anos, pois podemos dizer que começou com um tiro de revólver de um estudante sérvio, em Sarajevo, em 1914, contra o Arquiduque François Ferdinand, herdeiro do império austro-húngaro, e terminou em novembro de 1989, com a destruição do Muro de Berlim, ou seja, já estamos numa outra situação.

Vou evocar cinco ou seis fatos. Inicialmente, a Primeira Guerra Mundial; segundo, a aventura comunista; terceiro, o horror nazista; quarto, as guerras coloniais; quinto, o que chamamos Pós-Modernismo, e, finalmente, suas conseqüências. (Como podem constatar, sou professor universitário e organizei um plano para expor minhas idéias).

Vamos tentar ver como as coisas estão começando a mudar, já há alguns anos. Inicialmente, vejamos a guerra de 1914 a 1918: essa guerra ainda está muito presente, apesar de o tempo haver passado. Se forem à França, vão ver que, em cada vilarejo, em cada cidadezinha, há um monumento aos mortos, com a lista dos moradores da cidade que morreram na Primeira Guerra Mundial. O que é surpreendente é que, freqüentemente, vemos duas, três, quatro pessoas que têm o mesmo sobrenome, ou seja, numa mesma família, houve três, quatro irmãos que foram mortos, dizimados. Meu avô, por exemplo, que eu nem cheguei a conhecer, morreu em Verdun, assim como seus dois irmãos. Era uma época em que não havia (já ouviram falar do filme "O Resgate do Soldado Ryan"? Acho que o filme deve ter passado também no Brasil...) ninguém para dizer: "É 'O Resgate do Soldado Cassen'", meu avô, cujos irmãos já tinham sido mortos.

Então, essa guerra foi um desastre original, que dizimou a população francesa, particularmente, a do campo, e constituiu uma espécie de matriz original, a partir da qual podemos reconhecer, mais ou menos, tudo o que se passou depois disso. Eu dizia, então, que essa guerra dizimou as classes ativas, os jovens de várias nações. Em particular, da França, mas também outras nações. Ela desvalorizou, por um bom tempo, várias idéias. Inicialmente, desvalorizou a propaganda patriótica, a mentira patriótica, o que se chamava na época (talvez a tradutora tenha dificuldade com essa expressão que data da Primeira Guerra Mundial) "intoxicação do crânio" ou "lavagem cerebral". Dos dois lados, francês e alemão, havia mentiras incríveis, que faziam com que os franceses acreditassem que os soldados alemães eram monstros, que iam matar e, até mesmo, comer as crianças, e os alemães faziam a mesma coisa com relação aos franceses.

Ela também atingiu o sentimento de "nós", do coletivo. A guerra das trincheiras provocou grandes massacres. Sabem que, em 1915, na primeira ofensiva francesa, na região de Artois, meio milhão de jovens foram mortos por causa de irresponsabilidade total e criminal dos Generais franceses, que eram de uma incompetência tática nunca comparada? O fato de alguns Generais enviarem centenas de milhares de pessoas para a morte, dessa forma, nos leva a ter dúvida da noção de pátria.

Essa guerra também matou a esperança de um futuro melhor. Era absurda e provocou a divisão do movimento operário, pois o movimento socialista na França, em sua maioria, optou pelo que chamamos de "União Sagrada contra a Alemanha", embora o movimento socialista tivesse tradição de dividir os indivíduos não em "nações opostas", mas em "classes sociais": nesse caso, deveria ter havido uma aliança natural entre a classe operária francesa e a alemã. Isso não ocorreu durante a guerra, o que levou a França a uma cisão do movimento operário depois do Congresso de Tours, em 1920.

Essa guerra absurda, com seus massacres incríveis, provocou um sentimento - estou insistindo - absurdo, gerando como conseqüência até movimentos culturais, como o dadaísmo ou o surrealismo. Diria, ainda, que desmentiu a visão hegeliana da História. A História, na verdade, não tem sentido. Isso foi o que ficou como balanço da Primeira Guerra na mentalidade coletiva e que é transmitido ao longo das gerações.

O segundo ponto é a aventura comunista, que começou em 1917 e se encerrou em 1989. A Revolução Russa de 1917 é uma conseqüência direta da Grande Guerra. Mas, de maneira bastante paradoxal, recolocou em marcha uma concepção hegeliana da História, a qual tinha sido uma das vítimas da Primeira Guerra Mundial. Hegel emprega uma expressão que significa a astúcia da razão histórica. Na verdade, isso quer dizer que, na História, o fim pode, "a posteriori", justificar os meios, ou seja, a aventura comunista deu ao "nós", ao sentimento coletivo uma nova dignidade e resgatou a impressão de um sentido da História.

Outro dado importante foi priorizar um valor, que era a igualdade. Falo da igualdade real, que se propõe à igualdade formal. E foi em nome dessa igualdade real que foram cometidos crimes monstruosos, não somente na União Soviética, mas também na China, no Camboja, etc. O que é extremamente grave na herança comunista é que, depois da queda do Muro, a própria idéia de igualdade foi desacreditada, ou seja, o igualitarismo passou a ser associado à servidão.

Era o que havia teorizado Jean Lepere, o pai do neoliberalismo, e Frederic Fonnaie, no livro que, em inglês, chama-se "A Estrada da Servidão", ou seja, a idéia da igualdade conduz à escravidão, conduz à servidão. O fato de o igualitarismo estar ligado ao comunismo soviético constituiu um formidável obstáculo para todos da esquerda socialista, que continuam reivindicando a noção de igualdade. Isso explica por que, nos Estados Unidos, a igualdade não é um valor positivo, enquanto, na França, ela o é. Se forem à França, verão nas prefeituras a divisa da República, que é liberdade, igualdade e fraternidade. Nos Estados Unidos, a igualdade não é um valor. Há, até mesmo, uma teorização das virtudes da desigualdade. (Temos que admitir que isso também está começando na França.) Esse problema da associação do envolvimento das idéias de igualitarismo com os crimes soviéticos e outros pesou demais nos debates franceses, nos últimos 30 anos, ou seja, bem antes de 1989. As pessoas que defendem a igualdade foram obrigadas, de uma certa maneira, a se justificar e a provar que não eram criminosas.

O terceiro ponto, o hitlerismo, é muito mais conhecido e não tem problemas de interpretação, pois todos conhecem a História, como eu. Mas há, ainda, um problema que não foi resolvido até hoje: como o país de Beethoven, de Kant e de Goethe pôde produzir tal monstruosidade?! Será que isso não desmente o senso da História? A História, de alguma forma, não seria reversível? É claro que isso é anti-hegeliano. O que se acreditava impensável pôde acontecer. Continua para nós um mistério, o que Brecht chamava de "ventre fecundo": como um "ventre fecundo" pôde produzir e deixar sair tais monstros? De certa forma, o hitlerismo condenou, aos olhos de muitos, a idéia de voluntarismo político, de vontade que age, porque, justamente o voluntarismo político pode, eventualmente, levar a esse tipo de resultado. Aliás, não foi por acaso que foi forjada na França a expressão "vermelho" (comunista) e "marrom" (nazista), para designar, de maneira polêmica, aqueles que (pelo menos, na França ou em língua francesa) não se submetem ao mercado. Essas pessoas são imediatamente acusadas de serem "vermelhos-marroms" e cabe a elas, então, se defenderem, pois o ônus da prova lhes pertence.

O quarto ponto refere-se às guerras coloniais. A vitória do direito sobre a barbárie de 1945, depois da rendição da Alemanha nazista e do Japão, deu uma certa vida à esperança histórica.

Os 30 anos de pós-guerra, que denominamos (a partir do título de um livro francês) "Os 30 gloriosos", são anos muito otimistas. É a época em que se destaca a expressão sartriana (de Sartre), "intelectual engajado". Foi uma época marcada por grandes ambigüidades. Por um lado, a participação soviética na vitória, o heroísmo soviético, o heroísmo do exército vermelho, a vitória de Stalingrado, que alterou a situação da Segunda Guerra Mundial, de alguma forma, relegitimizaram um regime soviético que tinha sido criticado desde os anos 30, o que deu uma certa virgindade nova ao regime comunista. Uma grande parte da esquerda continuou fascinada pelo modelo soviético, fechando deliberadamente os olhos para aquilo que não queria ver, mas que eram coisas evidentes.

Esse companheirismo de estrada, essa tolerância, essa fascinação com os soviéticos, nós a encontramos, por exemplo, na espionagem. A União Soviética fascinou os intelectuais, sobretudo os britânicos. Os grandes espões soviético-britânicos eram intelectuais, alguns até aristocratas que tinham estudado em Cambridge e, sendo fascinados pelos soviéticos, serviram à União Soviética como espões, não por dinheiro, mas por ideologia. O mais conhecido é Kirby. Existe também Dodias (?). (Se se interessam por espionagem, esses nomes são muito conhecidos no mundo da espionagem.) Esses intelectuais brilhantes foram espões de primeiro nível para a União Soviética, traindo, de certa forma, o seu próprio país, não por dinheiro, mas pelas idéias. (Se algum dia tiverem de recrutar espões, é melhor recrutar espões que trabalhem gratuitamente, pela ideologia, porque, se contratarem espões que trabalham por dinheiro, basta que outro pague um pouco mais para que mudem de padrão. Estou apenas lembrando que os grandes espões são aqueles que trabalharam em nome de uma causa.)

Então, essa fascinação pela União Soviética foi muito forte em todos os países e, particularmente, na França. Mas, retrospectivamente, o que isso indica, quando os olhos se abriam para todos, a partir da queda da União Soviética e do Muro de Berlim? Isso quer dizer que os brilhantes intelectuais podiam, de certa forma, não ver nada, ou que não eram capazes de pensar, e, caso pensassem, eram esquizofrênicos. Eles viam o que acontecia, mas não davam importância, porque os fins, de alguma forma, justificam os meios. O problema é que não houve fim, e o futuro radioso que havia sido prometido não aconteceu. Essa é a primeira contradição do mundo ocidental.

Mas as democracias ocidentais, que tinham ganho a guerra do direito sobre a barbárie nazista, encontraram-se numa situação de "opressores" diante dos povos coloniais (que tinham colonizado no fim do século passado, principalmente a França e, também, Portugal e a Inglaterra. No caso da Inglaterra, ela soube fazer a descolonização: desde o fim da guerra, os dirigentes britânicos perceberam logo que o período de colonialismo tinha acabado, mas, para nós, franceses, a última guerra colonial encerrou-se em 1962. É muito recente! É o fim

da guerra da Argélia.

Então, os intelectuais, de forma geral, foram envolvidos por essa contradição, segundo a qual eram os povos oprimidos que retomavam, por sua própria conta, os valores universais dos intelectuais franceses. Resgatavam a noção de igualdade, fraternidade e igualdade, mas usavam esses valores contra o exército francês. Claro que eu sei que os intelectuais de esquerda sempre combateram a guerra da Argélia. Eu mesmo era ainda um "aprendiz de intelectual" na época, mas é evidente que eu era totalmente a favor da guerra da Argélia e participei, como estudante, de todas as manifestações (às vezes, violentas e reprimidas na França). De maneira geral, essa situação criava um problema para todos os intelectuais: a esquizofrenia francesa. Por um lado, pretendiam defender valores universais, e, por outro, diante da realidade colonial, debatiam-se contra esses próprios valores universais. Isso provocou o que chamamos de "má consciência" nos intelectuais franceses, em particular nos de esquerda, até os últimos anos. Mesmo os intelectuais que viveram nesses anos têm essa "má consciência", ou seja, essa "má consciência" canalizou-se para diversos tipos de "esquerdismo" na França, e "maio de 1968" é uma expressão dessa situação. Surgiu então, uma outra forma de agir: o terrorismo, armado e violento, na Itália e na Alemanha.

No plano econômico, surgiram, nessa época de pós-guerra, dois novos conceitos: o de "Terceiro Mundo" e o de "subdesenvolvimento". É uma época em que a sociedade ocidental - em particular, a francesa - conhece um progresso econômico sem precedentes: é uma época de otimismo. Não é por acaso que as músicas dos anos 60 são muito populares na França. (Tenho uma filha de 15 anos que adora essas músicas dos anos 60, apesar de serem velhas para ela. Não sei como é no Brasil, mas alguns cantores, inclusive, já morreram, ou são avós, mas ainda são muito populares em nosso País.) De certa forma, foi uma época de sonho, porque cada um tinha o sentimento de que a situação só poderia melhorar, o futuro seria melhor, as crianças teriam uma situação melhor que a dos pais, etc. Nessa época, começou-se, também, a falar em "subdesenvolvimento" (não de "desenvolvimento", mas de "subdesenvolvimento") e na existência do Terceiro Mundo. Começaram a se aprofundar as desigualdades entre os povos "do Norte", para simplificar, e "do Sul". Elas só aumentaram e, hoje, atingem níveis sem precedentes.

Essas desigualdades e essa "má consciência" vão levar alguns intelectuais a idealizar as lutas do Terceiro Mundo, fechando os olhos para os seus aspectos negativos e, às vezes, até, criminosos, como os companheiros de estrada ou os comunistas haviam feito, ignorando os crimes soviéticos. Foi por isso que, na França, houve uma sustentação muito legítima por parte da esquerda. Eu mesmo participei da questão da Palestina, do Vietnã, do Camboja, de Cuba e até da China. Muitos intelectuais, sobretudo com relação à China, fecharam os olhos, não compreenderam nada e exaltaram os valores da Revolução Cultural. Podem ler inúmeras bobagens que foram publicadas sobre a China, enquanto a Revolução Cultural fez dezenas de milhões de mortos. Os maoístas franceses idolatraram a China e, de certa forma, identificaram nela e, às vezes, na Palestina uma espécie de substituto para uma classe operária que, praticamente, tinha falhado na França.

Isso se traduz por uma volta de certos valores universalistas ou pseudo-universalistas, o que chamamos, em francês, de "direito do homismo", a promoção do direito do homem, a promoção da ingerência da intervenção humanitária.

É preciso dizer, então, que, algumas vezes, esses direitos são muito criticados. Muitas vezes, com razão, mas não podemos dizer que são 100% negativos. Talvez possamos voltar nesse ponto durante a discussão.

O sucesso de grandes ONGs internacionais, como Anistia Internacional, Médicos sem Fronteiras, tem um sentido. Os direitos humanos já não são, na minha opinião, um valor relativo, porque há uma grande tendência, que é menos forte atualmente, em dizer que o direito do valor é um valor ocidental.

Em alguns países da Ásia, por exemplo, começaram a ameaçar a noção de valor asiático. Pessoalmente, considero isso uma impostura, porque, em todos os países da Ásia, há combatentes pelos direitos humanos na versão ocidental. Então, não temos o direito de dizer que o que é bom para a Europa e para a América Latina não seja, necessariamente, bom para a China, o Vietnã, a Birmânia, a Indonésia. Ao contrário, vemos que, em todos esses países, cujas culturas são muito diferentes, há muitos católicos. No Timor, no Vietnã, e, mesmo, na China, a Ásia não forma, de jeito nenhum, uma unidade. Esse conceito de "valor asiático" foi inventado por regimes autoritários, para justificar o seu autoritarismo. Foi inventado em Cingapura e na Malásia.

Quais foram, então, as conseqüências dessa série de "traumatismos" na consciência dos intelectuais europeus? Levaram a descrédito toda a concepção totalizante global da História, sob a idéia de um projeto global, que é automaticamente assimilado ao totalitarismo. Lançaram também o descrédito sobre as "idéias gerais", sobre as incertezas. Foi assim que provocaram uma releitura completa da Revolução Francesa. O segundo centenário da Revolução Francesa foi, na minha opinião, uma traição à Revolução Francesa. Vimos historiadores, como François, que morreu há algum tempo, fazer uma releitura total. A idéia admitida até então era a de que a Revolução formava um todo, compreendendo, inclusive, a fase do terror o fim da Revolução. Como um bloco, um todo. Ora, os historiadores da escola de François contestaram totalmente essa hipótese e fizeram uma leitura que eu chamaria de "contra-revolucionária", que, aliás, se traduziu - não sei se viram na televisão as festividades de 14 de julho de 1989 -, em algo que não tinha nada a ver com a Revolução. Era uma espécie de carnaval, de festa de máscaras, sem nenhum sentido.

Todos esses acontecimentos criaram desconiança com relação a todo discurso que tem a intenção de ser geral e que visa organizar o mundo, criando uma democracia, mas, no fundo, sem conteúdo; uma democracia sem mensagem.

O melhor exemplo do que estou dizendo é o que acontece nos Estados Unidos ou no Reino Unido, que contradiz a idéia que fazemos de república na França, que orbe perfeitamente o conceito de democracia e o de república. O de democracia é aritmético, como se aqui disséssemos: tantos Deputados votaram a favor, e outros tantos, contra. Ponto final. Na república, é diferente, é só um projeto, não é apenas a contagem das vozes, é um projeto coletivo. E, atualmente, na França, esse debate sobre o conceito de república ainda é muito inflamado. Depois voltaremos a essa questão.

Denúncias particularmente virulentas a todo projeto global foram feitas pelos chamados pós-modernistas, filósofos franceses como Jean François Lyotard, Gilles Deleuze, Jean Goldiari(?), que, de alguma forma, teorizaram, criticando e demolindo toda a idéia de pretensão universal e tudo que fosse coletivo, recusando-se até a recorrer à razão e dizendo que "toda verdade era inacessível" ou que era o fim das grandes aventuras coletivas, dos grandes heróis, dos grandes discursos e dos grandes objetivos. Essas idéias pós-modernas tiveram grande sucesso na mídia, mas é preciso ver que o individualismo que elas promovem é exatamente o que corresponde, nessa época, à promoção do mercado como regulador da sociedade. A grande vertente econômica do pós-modernismo é o mercado, é a sociedade do mercado. E essa aliança é extremamente importante para compreendermos os dias de hoje.

Ora, esse conceito influenciou profundamente a sociologia francesa, particularmente a posterior a Alain Tovaraine, que exalta a soberania do indivíduo rebelde, em particular, contra o Estado. Ela chega a negar a existência da sociedade, como já negava a Sra. Thatcher, que o nosso Presidente citou há pouco. Um dia, quando lhe perguntaram sobre a sociedade, a Sra. Thatcher - Primeira-Ministra britânica - respondeu que não sabia o que era a sociedade. Ela ficou visivelmente surpresa com pergunta tão absurda. A existência da sociedade para ela não fazia sentido. Ela só conhecia indivíduos.

Da mesma forma, o mercado só conhece indivíduos. O pós-modernismo é a outra face do neoliberalismo. É preciso compreender que os intelectuais ditos pós-modernos, ainda muito presentes na mídia francesa, se desinteressaram completamente dos conteúdos sociais de suas teses e dos seus valores em geral. Então, onde estamos atualmente?

Agora vou ser um pouco mais otimista. Apesar de todos esses traumatismos que atingiram sucessivamente todos os segmentos da esquerda e fizeram com que muitos intelectuais da esquerda se voltassem para si mesmos, recusando-se a engajar-se e a tomar posições publicamente, as coisas agora estão mudando, girando em outro sentido. Para começar, ninguém reivindica a União Soviética como modelo, dez anos depois. E vemos que o projeto alternativo à União Soviética se revela tão criminoso quanto o foi o comunismo soviético. Se fizermos as contas, um "livro negro".

Lançaram, na França, um "livro negro" do comunismo; se fizermos esse livro do neoliberalismo e se raciocinarmos em termos de contabilidade, sei que parece obscuro como raciocínio, veremos que o número de vítimas do neoliberalismo é, no mínimo, igual ou superior ao de vítimas do comunismo (estou falando do número de mortes).

Se, por exemplo, olharem, na superfície do planeta, o número de pessoas que morreram de fome... sabiam que, a cada dia, 25 mil pessoas morrem no mundo, porque bebem água contaminada? Sabemos muito bem que 1 bilhão de pessoas têm acesso a água potável no mundo. No entanto, esse problema poderia ser resolvido de forma muito simples e não custaria tão caro.

Mas o capitalismo, que tem todo o poder e já não tem nenhum contrapeso, é incapaz de resolver esse problema elementar, embora seja indiretamente responsável pela morte de 25 mil pessoas por dia, no mundo. E eu nem estou falando dos que morrem de fome, apenas de envenenamento da água, apenas dos que não têm água potável. Depois do movimento social de dezembro de 1995, vimos ressurgir, na França, uma nova vontade de luta política, sem nenhum complexo com relação ao passado. O passado acabou. O pecado original político já não existe. Não é porque o comunismo que existiu foi criminoso que as idéias comunistas sejam criminosas em si. São coisas diferentes.

É preciso distinguir as duas coisas. No movimento de dezembro de 1995, vimos dois grupos de intelectuais se confrontarem, tendo, de um lado, Pierre Bourdieu, sociólogo que hoje se tornou uma figura emblemática de intelectual que não separa a sua prática científica de uma certa prática política. Por isso, Bourdieu desencadeia um enorme desafeto por parte da grande maioria ou, até mesmo, da quase totalidade que publica artigos dele regularmente, na mídia, fora, no "Le Monde Diplomatique". O número de artigos publicados contra Bourdieu é gigantesco e absolutamente injusto, até porque não se trata de uma figura central da vida política francesa, mas atribuem a ele um papel que não tem.

Nos últimos anos, também vimos surgir uma espécie de contestação muito grande na área da economia. A maioria dos economistas universitários estão totalmente dentro do paradigma neoclássico. O keynesianismo está sendo considerado um horror. O sistema universitário francês faz com que a gente se reproduza (estou falando como professor e Diretor de tese de pós-graduação): eu posso escolher estudantes e assuntos que correspondam mais ao que me interessa, ou seja, vou reproduzir, com isso, as minhas idéias. É extremamente difícil, em uma universidade francesa, expor opiniões dissidentes quando não se está no alto da hierarquia. É como no Partido Comunista da União Soviética: Gorbachev teve que dissimular o que pensava até o momento em que se tornou o 1º-Secretário, quando, então, pôde aplicar o que pensava realmente. E pôde destruir, assim, a União Soviética.

Na universidade, ocorre a mesma coisa, porque é preciso tornar-se professor titular para se ter direito à palavra completa. Imagino que, em outros países, deve ser a mesma coisa. Mas assistimos à criação do que se convencionou chamar o apelo dos economistas contra o pensamento único; o pensamento único sendo um conceito também criado pelo jornal "Le Monde Diplomatique" (desculpem-me por estar fazendo um pouco de publicidade do meu jornal). Esse apelo foi assinado por centenas de economistas de todos os graus e níveis, e alguns até assumiram riscos pessoais na carreira ao assinar esse documento. Mas isso significa que o vento está passando e soprando cada vez mais forte.

No mês passado e agora, estou chegando à conclusão otimista de que aconteceu algo de extraordinário na França: a revolta contra a "Mc Donaldização" da alimentação. Sabem que, na Europa, é proibido, há dez anos, produzir carne com hormônio? Os pecuaristas não são autorizados a injetar hormônios de crescimento nos alimentos dos animais. Sabem que isso faz com que os bovinos cresçam e fiquem mais pesados rapidamente, o que é altamente rentável. Mas isso é proibido na Europa, pelo princípio da precaução, pois não se sabe ainda quais são os efeitos, em longo prazo, do consumo de hormônios. Não sabemos nada a respeito disso. Então, enquanto não conhecemos os efeitos, não consumimos.

Nos Estados Unidos - e acho que no Brasil também -, isso é praticado sem limites. (Aliás, comi carne agora mesmo, perguntei se continha hormônio... É uma boa questão a ser colocada...) Sabem que o Governador Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, proibiu não os hormônios, mas a cultura de produtos transgênicos? Não é o mesmo problema. A produção de alimentos transgênicos também representa um risco para a saúde humana, pois ainda não sabemos quais são as consequências. É exatamente a mesma problemática.

Então, nos Estados Unidos, que produzem e consomem com naturalidade carne com hormônio, o número de intoxicação alimentar é o maior do mundo. No ano passado, foram 78 milhões de intoxicados por alimentação (são números americanos, não meus). Ai, dizem: queremos exportar carne com hormônio para os europeus. Os europeus disseram que se recusavam a produzir e a consumir esse produto e não iam importar essa carne com hormônio: comam vocês, se quiserem. Os Estados Unidos falaram que isso é muito grave, é um ataque extremamente grave à liberdade do comércio. Então, fizeram queixa junto à Organização Mundial do Comércio. É claro que a OMC deu razão aos Estados Unidos e lhes deu o direito de impor penalidades financeiras muito elevadas aos países da União Européia. Essas imposições financeiras têm forma de sobretaxas para importação de produtos europeus pelos Estados Unidos. Entre esses produtos, o queijo Roquefort (um grande queijo francês; pessoalmente, é o meu preferido; é produzido com leite de ovelha, no centro da França). Os camponeses franceses que produzem esse leite e indiretamente o Roquefort, na região de L'aveyron, encontraram uma maneira inteligente de explicar à população francesa a relação direta que havia entre o que está no prato e a globalização. Tentaram desmontar um Mc Donald's que estava sendo construído numa cidade chamada Millot (?). Não o destruíram, desmontaram-no. E, aí, a OMC nos prestou um serviço gigantesco, com essa sanção européia, porque permitiu essa revolta que imediatamente se tornou muito popular na França. Uma Juíza, inclusive, teve de colocar na cadeia os camponeses que desmontaram o Mc Donald's. Poderiam, por exemplo, ter sido penalizados, mas não presos, em prisão preventiva. Um deles ficou três semanas preso, por ter participado desse ato.

Ao final de 15 dias, a Juíza disse que o deixaria sair, desde que pagasse uma caução muito alta, de 5 mil francos, e ele se recusou, disse que não pagaria, preferia ficar preso. Houve uma coleta internacional, particularmente nos Estados Unidos, que reuniu a soma necessária para que pudesse sair. Tornou-se um herói nacional, porque fez todo o mundo compreender a dimensão liberticida da Organização Mundial do Comércio. Ele tornou a OMC tão impopular na França quanto é o FMI no Brasil.

Se vocês falam em FMI para qualquer brasileiro, ele não sabe exatamente o que é, mas sabe que não é nada bom. É uma palavra que soa mal. Atualmente, na França, acontece o mesmo com a OMC: não sabemos exatamente do que se trata, mas sabemos que não é bom. Então, a OMC e os agricultores franceses da Confederação dos Camponeses nos fizeram ganhar 10 anos de uma só vez, o que tento há cerca de 10 ou 15 anos no meu jornal, "Le Monde Diplomatique", com relativo sucesso; esses nossos amigos da Confederação Camponesa explicaram em 5 minutos, e todos entenderam. E se produziu, então, na França, uma verdadeira revolução contra o liberalismo. Ninguém mais ousa se dizer liberal; há um partido que se chama democracia liberal. Mas eles pensam mudar o nome, porque o nome "liberal", agora, é pejorativo, dá medo. Eles estão tentando inventar uma outra palavra para substituir a palavra "liberal".

Os intelectuais pós-modernos, que ainda existem, estão muito desconfortáveis, são autênticos liberais, isso nós temos que reconhecer. Mas eles estão começando a ter vergonha. A figura emblemática desses intelectuais, o Bernard-Henry Lévy, foi um novo filósofo e continua defendendo o Mac Donald's. Fazer isso na França é ousado e arriscado, mas ele defende o Mac Donald's, a globalização, o mercado e combate evidentemente a ATTAC e todo tipo de projeto coletivo. Mas, de qualquer forma, os ventos estão soprando em outra direção, e essa situação se caracteriza também por um novo internacionalismo, razoável, baseado na razão. Não é porque o movimento é dirigido contra a globalização que ele é automaticamente bom.

Na França, a extrema-direita também é contra a globalização. No entanto, é preciso ver cada caso; mas podemos criar a noção real de solidariedade. O movimento ATTAC, que foi lançado na França e que eu represento, está sendo lançado em vários países. No movimento, essa solidariedade, esse "nós" vai contra todos os aspectos da ditadura do mercado financeiro, contra a OMC, contra a dívida, etc., etc.

Por isso acho que, nesse início de século, estamos numa outra situação, e todas as questões que alguns de vocês me fizeram direta ou indiretamente - estudantes e professores -, acho que pertencem ao passado. Estamos em uma outra situação, essa é a verdade. Desculpem por ter sido muito longo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Agradecemos as palpitantes e emocionantes palavras do Prof. Bernard Cassen, expressas através do tema "O Estado, a Solidariedade e os Negócios - a Responsabilidade do Intelectual".

Com a palavra, o Sr. Henrique Schützer del Nero, médico psiquiatra e Prof. de Engenharia Eletrônica da Universidade de São Paulo, que desenvolverá o tema "A Patologia do Neoliberalismo, a Exclusão dos Pobres e a Utopia de um Admirável Mundo Novo". O expositor disporá de 40 minutos.

Palavras do Sr. Henrique Schützer del Nero

O Prof. Cassen, pela programação, supunha-se quealaria sobre a responsabilidade do intelectual, a solidariedade e os negócios, mas ele mudou alguma coisa, porque estávamos falando sobre Tobin Tax.

Começarei falando sobre algumas considerações extremamente importantes.

Algumas pessoas teimaram em chamar-me de professor ou de senhor, mas, por favor, chamem-me de Henrique. O porquê de se ter um psiquiatra aqui, ou um professor de Engenharia, ou um bacharel e mestre em Filosofia, é porque, realmente, por alguma vocação plural, tenho andado por diferentes departamentos da Universidade, no afã de procurar compreender um fenômeno bastante curioso que ocorre entre o cérebro e a sociedade, entre o cérebro e a economia. Esse fenômeno que está entre o cérebro e a sociedade chama-se sujeito. É o sujeito civil, é o sujeito penal, é o sujeito econômico, é o sujeito de decisão, é o sujeito de perversão, é o sujeito da banalidade do mal de que fala Hannah Arendt, no seu

célebre "Eichman (?) em Jerusalém".

Quando o Prof. Cassen fala que perguntaram a Mrs. Thatcher o que é a sociedade, e ela fala "o que é isso?", isso é banalidade. Como disse o Prof. João Sayad, é uma resposta muito mixa. É muito mixa que uma Primeira Ministra inglesa não saiba o que é sociedade. Isso é a banalidade do mal, porque ela pode ter aplicado um receituário que desmontou a universidade inglesa, que desmontou uma série de entidades, que pode ter logrado alguns outros êxitos, mas não tem o direito de não saber o que é sociedade.

E é por procurar o que é o indivíduo, o que é o sujeito que, no final das contas, é esse o ponto de convergência das ciências cerebrais, das ciências psicológicas, das ciências sociais, das ciências humanas; é por me debater sobre esse sujeito que venho, modestamente, debater com economistas e com juristas, na condição de médico, um médico com alguma formação em neurociência, em psicopatologia, com algum conhecimento de filosofia e de algo que está muito na moda para se analisar o sistema nervoso, que se chama sistemas dinâmicos.

Temos, na França, alguns grandes representantes das chamadas teorias das catástrofes e do próprio desenvolvimento dos sistemas dinâmicos. Estou falando de Renetton (?), em "Teoria das Catástrofes"; estou falando de alguns matemáticos, como Alan Conne (?), alguns matemáticos extremamente importantes, franceses, que desenvolveram teorias, e alguns outros americanos que nos mostram que fenômenos como a não-linearidade e a complexidade dinâmica podem nos dar pistas de como o cérebro produz a mente, de como a mente produz o indivíduo e de como o indivíduo produz o contato com o outro, o que, multiplicado exponencialmente, leva à formação da casta, do grupo, da hierarquia, que, devidamente normatizada pelo pacto supra-individual, constitui sociedade e constitui Estado-nação.

Essas considerações iniciais são importantes, porque me preocupi muito com o ovo do avião do Prof. Cassen. Fiquei muito preocupado, porque tenho a impressão de que, em Minas, não existem ovos transgênicos. No Rio Grande do Sul, embora também tenha sido proibido o ovo transgênico, não tenho opinião formada a respeito de frangos transgênicos. Acredito que precisamos pensar muito, muito mais, além das paixões, a respeito do problema da sociedade que pretendemos desenhar para o próximo século, se é que temos algum poder de desenhar essa sociedade. Então, vou citar um fato recente. Na minha escrita, que foi distribuída, há outra gama de argumentos. Se está escrito, não vou repeti-los todos, porque seria redundante.

Recentemente, o Senador da República - não diria Sr. Antônio Carlos Magalhães por duas razões: o Sr. Antônio Carlos Magalhães é médico, e médico precisa ter frequentado a faculdade de Medicina. É um hábito brasileiro chamar de "doutor" as pessoas que têm nível universitário. Essa é uma elegância brasileira, talvez lusófila. Fôssemos nós um pouco mais rigorosos, seriam doutores apenas aqueles que terminaram o doutorado. Mas temos a elegância de chamar de "doutor" aquele que completa o curso universitário, quando homem; mulher dificilmente é "doutora". Podem notar que é "socióloga", é "dona"; homem, se tem carro bonito ou curso superior, é "doutor".

O Sr. Antônio Carlos Magalhães é médico, mas não frequentava o curso de Medicina. O avô da minha mulher era Reitor da Faculdade de Medicina da Bahia e disse que reprovou o Senador Antônio Carlos Magalhães, porque ele nunca frequentou uma aula. Mas ele é médico e tem cometido umas tantas coisas nesses últimos dias.

Posteriormente, o Prof. Cassen terá de entender o que significam "precatórios". Precisa entender o que foi o escândalo dos precatórios. Rapidamente explicando o que seja um precatório - isso é importante para o Prof. Cassen -, o Estado desapropria algum bem. Uma pessoa tem uma casa, e ali vai passar uma estrada. Esse bem é desapropriado, entra-se com um processo e espera-se que se devolva à pessoa o dinheiro a que tem direito.

O Estado, na sua característica sempre um pouco acima do indivíduo, o que, às vezes, é bom, às vezes, é mau - e por isso surgiu uma estrutura de direito, para isso temos advogados ilustres, que protegem o direito individual -, emite um precatório. Eles acionam o Estado, porque, às vezes, precisamos daquela pequena casa para a qual foi emitida um precatório, e estamos na fila de espera para receber um precatório.

Houve excessos. Houve avaliações de lugares onde moravam galinhas transgênicas ou bois transgênicos a milhões de dólares. O Senador Antônio Carlos Magalhães fez uma coisa terrível do ponto de vista de uma das conquistas de liberdade, igualdade e fraternidade, porém de uma liberdade, uma igualdade e uma fraternidade devidamente informadas pelo direito subjetivo, que data de um pouco antes, com Soares, com Marques de Becaria, com o direito civil romano e que se conjuga na idéia do liberalismo, que é o respeito ao direito individual, em que o indivíduo pode chegar ao Estado e reclamar seu precatório.

Existe um sistema de normas, de foros, de hierarquias de foros que me garantem que, se me desapropriarem a pequena casa que construí com a vida e o trabalho, vou até o Supremo, se for matéria constitucional, ao STJ se for matéria de outro tipo, atrás do meu precatório. O Sr. Antônio Carlos Magalhães, que virou pai dos pobres, agora quer fazer taxação de conta de restaurante, sem nenhuma ironia a respeito da Tobin Tax.

Ele quer taxar conta de restaurante rico, e não quer pagar precatórios. Falou que não paga. Ora, isso é só um irresponsável que fala, porque é a quebra de uma coisa chamada estado de direito, que os militares fizeram quando depuseram João Goulart. É justamente no momento em que temos a quebra do pacto que bem fazemos uma revolução por completo ou respeitamos e revisamos, segundo os cânones aceitos juridicamente, quais são aqueles precatórios em que houve excesso ou não. Mas um Senador da República declarar que não se paga um precatório é uma coisa relativamente complicada do ponto de vista do direito subjetivo, do direito civil e das conquistas de uma coisa chamada liberalismo. Ora, o ideário da Revolução Francesa, se não estou enganado, foi através de Tocqueville (?), justamente aquele que informou um determinado matiz de pensamento americano na forja do pacto federativo de constituição dos Estados Unidos da América. Então, tenho um pouco de medo quando falamos de liberalismo e de neoliberalismo, de sistemas de produção estatizados ou privatizados e de distorções em todos esses processos, porque tenho medo de que, de repente, essas coisas, não devidamente articuladas, possam levar a excrescências bem intencionadas.

Vou falar de patologia e de utopia. O título é "Patologia do Neoliberalismo e Utopia de um Admirável ou Desejável Mundo Novo". Vamos mudar um pouquinho o título, uma vez que o tempo nos faz meditar melhor e, talvez, fosse melhor substituir o termo patologia por patogenicidade. Talvez fosse melhor substituir o termo utopia por atopia. Cuidado aquelas pessoas que são alérgicas e frequentam médicos otorrinos, porque atopia tem dois sentidos. Existe o atópico, que é o alérgico, e existe atopia no sentido grego, que é "atopói". Vamos chamar a utopia de atopia, de anomia e de apatia. Então, proponho que "refraseemos" a patologia do liberalismo e a utopia de um "Admirável Mundo Novo" por um estudo da patogenicidade do que convençionalmente chamamos por neoliberalismo. Patogenicidade é o potencial de dano, de "genus" de alguma doença, "genus" "páthos". Patologia, embora diga respeito a uma doença, diz apenas respeito a seu estudo, e, não, à descrição da causa ou à cura. Realmente, o problema de liberalismo "versus" alguma outra coisa ou de neoliberalismo "versus" outra coisa é tão complicado que hoje em dia, quando escrevo em um lugar, ninguém mais é neoliberal. O Sr. Maluf não é mais neoliberal, o Miguel Reali não é mais neoliberal, não existe mais nenhum neoliberal. Fernando Henrique Cardoso... São todos homens de esquerda que aplicam receituários em que temos alguns denominadores rígidos comuns, predicções aristotélicas, juros altíssimos, abertura um pouco apressada da economia, ausência de mecanismos de controle sobre capitais, que, às vezes, são investimentos produtivos, às vezes são capitais que passam a noite aqui, num pernoite lá não muito abonante.

Desmantelamento do Estado e do bem-estar social. Como disse o Prof. Cassen na França, existe quase um horror, se bem entendi, ao estudo de Lord Keynes, de John Maynard Keynes, pelos economistas, o que me espanta. Não sou economista, mas qualquer pessoa que lê um jornal - minha cultura de economia é uma cultura vinda de jornais - sabe que, realmente, pós-crise de 1929, os países que resistiram eram aqueles que tinham, por herança do século XIX alguma forma de intervenção estatal corretiva, o que não existia nos Estados Unidos. Isso está em Hobsbawm, "A Era dos Extremos", citado pelo Prof. Cassen.

O keynesianismo se instalou. Houve uma humanização do capitalismo, seguramente nas décadas de 50, 60, 70 ou 80 deste século. Até que, talvez, pelo desmantelamento, tenhamos passado a ter uma situação anacrônica de potencial hegemônico de uma coisa que alguns autores chegam a chamar de "pax" americana". Brinquei no meu artigo, que vocês podem ler, dizendo que "pax" americana é um termo que se remete à "pax" romana, quando Roma dominava o mundo. Quem já leu os quadrinhos de Uderzo e Gosciny, o Asterix, sabe que Roma dominava toda a região da Europa e resistia bravamente uma pequena aldeia de gauleses, onde estavam Asterix e Obelix. Cuba é essa aldeia, Minas é essa aldeia, a China e a Índia são essa aldeia no "report" do Banco Mundial. No jornal "Estado de São Paulo", sexta-feira, 24 de setembro, o "economista-chefe" do Banco Mundial, Joseph Stiglitz fala que os dois países que resistiram um pouco e cresceram nesta década, que é de aplicação do receituário do FMI, foram justamente os que tinham a sua economia mais fechada: a China e a Índia.

Um dado importante foi a pré-crise cambial nossa, lá pelos primeiros 15 dias de janeiro. É curioso porque, no dia 1º de janeiro, dois artigos aparecem em nossa imprensa: um no "Estado de São Paulo" e outro na "Folha de S. Paulo", sem desmerecer Minas. Prof. Cassen, estamos falando de dois jornais bastante respeitáveis, como o são também dois jornais do Rio de Janeiro. São quatro jornais tradicionais no País. No "Estado de São Paulo" de 1º/1/99, o colunista econômico Joelmir Betting fala sobre o advento do euro, da moeda euro, em matéria que se intitula "O Euro e Lord Keynes". Ele faz uma série de considerações sobre o euro e coloca: assinado James Tobin (Prêmio Nobel de Economia, autor de artigos para jornais americanos e europeus). O catedrático de Yale diz que "a prioridade da União Européia deveria repousar, a partir de agora, não nas políticas de arrocho fiscal armadas para o

advento do euro, mas em medidas keynesianas de retomada do consumo, da produção e do emprego. Em vista do desemprego elevado, os europeus estariam mais bem-servidos, doravante, com juros ainda mais baixos, com gastos públicos maiores e com o euro menos forte. O valor da moeda não é um fim em si mesmo, e sim um meio adequado para reativar a economia, exigência de 82 milhões de europeus". Segue a mesma receita enviada por James Tobin para o Japão, com sobras para o Brasil. Notem: isso tem 10 ou 12 dias da segunda revolta mineira, quando Minas, como a Gália, se insurge.

Com sobras para o Brasil, ele fala: os japoneses precisam de menos austeridade e mais investimento, menos poupança e mais consumo. Ele estão sentados ... A vulnerabilidade dos países, seja o Japão, seja o Brasil, está menos no desequilíbrio fiscal e mais na atrofia interna da produção e do emprego. "Só faltou dizer", diz Joelmir Betting, "que estamos matando a vaca da economia real, para acabar com o carrapato do desajuste fiscal". Vou repetir, porque a tradutora falou que teria dificuldades de reproduzir algumas sutilezas para o Prof. Cassen, mas realmente são brincadeiras. Esse é um colunista econômico que gosta de fazer "jeux des mots" - jogos de palavras. Ele diz que se está matando a vaca da economia real para se acabar com o carrapato pequeno do desajuste fiscal.

Proposta: James Tobin reapresenta a proposta de taxaço do capital volátil em todos os países do mundo, sem exceção. O produto dessa extração fiscal formaria um fundo de assistência a países eventualmente sob ataque do mesmo capital volátil. Escreve Tobin: "A proteção contra a especulação financeira global é medida racional, técnica e política. Sem ela como formular políticas econômicas bem-fundamentadas em cada nação ou em cada bloco de nações". Ele diz ainda que o controle do capital volátil interessa ao próprio liberalismo econômico. Não se trata de uma condenação do livre mercado, mas dos abusos que se cometem em nome dele. Completa Joelmir Betting: "Os Estados Unidos e a União Européia, segundo Tobin, devem assumir a iniciativa dos controles do capital predatório. O FMI, infelizmente, não tem tutano nem cabeça para isso". Isso veio no "Estado de São Paulo" de sexta-feira.

No dia 1º/1/99, estava na praia, preparando-me para levar meus filhos à Disneylândia, com o dólar a R\$1,20, mas não sabia que de lá veria Gustavo Franco virar o País de pontacabeça, pagando as contas a dois pontos alguma coisa. Mas, no mesmo dia, sexta-feira, 1º de janeiro, dia em que leio os jornais com calma, é feriado, na "Folha de S. Paulo", o Hobsbawm dá uma entrevista, chamada "O Mercado Livre Foi Moda Passageira". Também essa entrevista é do dia 1º/1/99, 10, 12, 15 dias antes da nossa grande hecatombe. Ele fala sobre uma série de coisas, mas o que me chamou a atenção foi o término da entrevista, em que diz: "Não creio que possa haver tal coisa como uma justiça global, já que os americanos não permitiriam".

Vamos a uma outra observação: a "Carta Capital", 29/9/99, feita por um economista respeitabilíssimo, pelo menos. É claro que as pessoas, movidas pelas paixões, tendem a confundir racionalidade e competência com questões de opinião ou questões de posição política. Particularmente, posso não gostar da direita, mas sei o que é um homem inteligente e o que é um homem burro. Há homens de direita profundamente preparados e inteligentes, e há homens de esquerda profundamente despreparados e burros. Entre um burro de boas intenções e um homem capaz de más intenções e todas as outras combinações, não vou saber exatamente qual é o desenho do príncipe que há de comandar o Estado-nação, se houver Estado-nação ou planeta-nação no século XXI.

Diz o Prof. Luís Gonzaga Belluzzo - que pertence a um grupo respeitável da UNICAMP, economista formado em Direito, mas um economista da melhor estirpe - que há fortes evidências de que eles, os capitais livres especulativos, não estavam inocentes na deflagração e na difusão internacional do "crash" de 1929 e na crise financeira do início da década de 30. No entanto, 70 anos depois, o perigo persiste. Ele cita uma série de fontes, e parece que isso tem sido motivo de estudos nos últimos 10 ou 20 anos, mostrando que esse problema de trocas internacionais, por características de volatilidade, em termos relativos, já era até mais perigoso no século XIX. O problema não são as trocas comerciais, mas algumas subpatologias - e disso os médicos entendem -, alguns subprodutos desse capital volátil.

Vamos voltar, então. Por que mudei o termo para "patogenia", para atopia, "anomia" e "apatia"? Por que não irei falar sobre a patologia do neoliberalismo? Porque não tenho certeza, na minha ignorância, na minha insuficiência, se quem tem razão é Tobyn, se quem tem razão é Estigletes, se quem tem razão é Michel Camdessus. O que sei é que as coisas não vão bem. O que sei - como disse Clóvis Rossi - é que, se um organismo prevê uma desvalorização, se tínhamos a impressão de que a nossa moeda estava 25%, no máximo 35% defasada, se a desvalorizamos em mais de 50% e continuamos com um déficit colossal, se a nossa projeção inicial prometida ao FMI de US\$4.000.000.000,00 de superávit, revertida, ontem a zero, e hoje a menos US\$1.000.000.000,00, vamos ver, até o final do ano, qual é a estimativa, se se esperava uma contração do PIB de 4%, e graças a Deus que essa retração é da ordem de -1, ou talvez de zero. No entanto, todos estamos percebendo no bolso, nas ruas, nos índices, na insatisfação. Se todos estamos percebendo que as coisas não vão exatamente como esperávamos de um governo social-democrata, de um príncipe dos sociólogos, é preciso que pensemos qual é a patogenia da doença. Será que este Governo é neoliberal ou não? Será que este Governo é vendido ao capital estrangeiro? Será que precisamos de termos antigos ou termos novos? Será que precisamos pensar claramente que, por exemplo, a afirmação de Tobin a respeito da taxaço é uma defesa apaixonada do neoliberalismo, ou, pelo menos, de retirar-se dele as suas mazelas e mantendo-se nele as suas benesses? É como se o bom médico, ao examinar sua paciente, dissesse: "Minha senhora, a senhora veio procurar-me por causa do coração; seu coração vai bem, mas tenho de tirar o estômago".

O problema da taxa Tobin faz lembrar-me de duas coisas que nós, brasileiros, temos freqüentado bastante, nos noticiários do dia-a-dia, ou seja, o PROER e a CPMF. O PROER é um mecanismo de proteção, em que os próprios Bancos são obrigados, ao final do dia, a fazer seus depósitos no Banco Central.

O PROER é, em princípio, um mecanismo extremamente sofisticado do capitalismo contemporâneo para socorrer sistemas que tenham dificuldade de fluxos. Isso provocou uma grita generalizada na sociedade, dizendo-se que há um dinheiro que socorre Bancos, etc., quando, na verdade, analisando a situação, parcimoniosamente, devemos ter maior cuidado e agir como cientistas. Neste País, onde há fumaça, há fogo. É claro que deve haver malversação de dinheiro, corrupção, sujeira. O brasileiro não consegue dizer bom-dia sem trazer uma pitada dessa nossa herança de 500 anos de um pouco de patifaria. Mas, de qualquer forma, como cientista, é precoce dizermos que o PROER é uma excrescência. A CPMF viola um sem-número de cânones do Direito Tributário: o problema da regressividade, da distribuição, da reincidência em cascata, etc., e, em princípio, acode um fundo para ser usado, inicialmente, em saúde e, posteriormente, para outros fins. Ela mais parece, no dizer de um grande escritor nosso, o Prof. Cassen, emplastro que unguento ou remédio, ou seja, parece um arremedo: mexe-se em alguma coisa, faz-se um fundinho, mas não se atinge o cerne da questão. Com relação ao PROER, à CPMF e à Tobin Tax, tenho a impressão de que não chegamos ao cerne do problema, que não é exatamente saber se é o neoliberalismo, ou o liberalismo, ou o socialismo estatizante, ou o meio Estado e meio privado... Não vou entrar nessa seara com o pouco tempo que tenho e, também, com meu pouco conhecimento, que é menor que o tempo. Prefiro usar o termo patogenia e procurar as causas do problema.

Por que, em vez de usar utopia, prefiro usar atopia, anomia e apatia? Porque utopia é amor pelo impossível, por um lugar que não existe. Utopia, em sua herança grega, filológica, quer dizer lugar nenhum, ou seja, é amar o que não existe. Fernando Henrique, pobre coitado, cometeu a besteira de falar que tinha aprendido a amar o impossível. Como psiquiatra, fico contente quando um paciente sai de minha sala e diz: Doutor, passei vinte anos no seu divã, aprendi a amar o possível e parei de chorar pelo impossível. Mas, agora, a imprensa insiste em dizer que temos que amar o impossível. Não sei se, no momento, ele não estava tendo, simplesmente, um ataque de princípio de realidade. Vamos amar o possível. Vamos falar de ciência.

Quais são as causas de nossos desajustes e dos desajustes globais? Quais são as patologias ou as causas de distúrbio de nossas mazelas que venderam a reeleição de Fernando Henrique, com a promessa de crescimento de 7% ao ano? Agora, estamos amargando, já no segundo ano, uma terrível recessão e contração. Faça uma estatística rápida, para provar que qualquer um que brindou o real e continua tendo por ele respeito... Ninguém é tão estúpido a ponto de considerar aquela inflação de 80% do final do Governo Sarney satisfatória. Apenas burros podem dizer que aquela inflação era boa, pois havia negócios. Aquilo era uma bomba com ressonância, que explodiria em um instante. As hiperinflações, embora se autorem, são devastadoras.

O real foi bem-vindo. Mas qualquer pessoa que faz uma continha rápida do seu cheque especial ou de seu crediário percebe quanto de capital transferimos. Eu sei o meu. Não vou declinar por uma questão de prudência, porque é feio contar quanto perdi de dinheiro pagando juros de cheque especial e de crediário nesses anos em que temos, praticamente, zero de inflação. Parece coisa de agiota.

Porém, a Escócia, a Suécia, a Austrália, um desses países poderosíssimos - o Prof. Cassen e os presentes podem me corrigir - teve de recorrer contra ataques especulativos e elevar a taxa anualizada a 200% ou 300%. Não sei dizer qual desses países foi, mas teve de elevar a taxa de juros ao pico, para que esses capitais não sumissem. Infelizmente, essa referência não tenho aqui.

Se formos estudar o neoliberalismo e o mundo atual, do ponto de vista da utopia, prefiro estudar do ponto de vista da ciência. E por que falo de atopia? Qual é o lugar do indivíduo? Qual é o lugar da produção? Qual é o lugar da moeda? Qual é o lugar do investimento? Realmente, padecemos de uma virtualização e de uma pulverização tal, que deixamos de ter o que se chama de "topoi", em grego. É a "topoi". Não temos o lugar e não temos o conceito. Os juristas presentes sabem, lendo Nicolai Luman (?), que o conceito de "topoi" é muito caro aos juristas, porque quer dizer lugar, daí "topos", mas quer dizer, sobretudo, o lugar do conceito, o lugar do conceito de moeda, o lugar do conceito de finanças, o lugar do conceito do que é capital bom e capital mau, do que é empresa estatal boa e empresa estatal má, do que é empresa nacional e empresa transnacional.

Por que anomia? Porque, no momento em que temos a virtualização da moeda, da finança, quando podemos operar em tempo real, quatro ou cinco bolsas, quando podemos fazer operações extremamente sofisticadas, passamos a ter um problema de jurisdição, em que a norma não pode conter, em que a norma não pode arbitrar. Você tem dificuldade em direito, hoje, no chamado "eletronic business". Tanto nas compras, quanto nas trocas entre empresas, há um problema de questão de foro, de jurisdição, de direito internacional e de saber quem vai arbitrar o contencioso entre essas trocas. Imagine quem vai arbitrar um fundo gerido pelos Estados Unidos, que não têm interesse em geri-lo.

Apatia porque aprendemos, na Biologia, que os corações estão cada vez mais duros. O mundo se tornou menos humano, como disse o Prof. Cassen.

O Charles Aznavour tem uma música que, se não fizer a pessoa chorar, é porque não entende o que ele está falando. O nome da música é "Les Enfant de la Guerre". Nós nos endurecemos, nos embrutecemos. Não sei se isso é direita ou esquerda; isso é trair uma coisa que entendo um pouco, que é a Biologia, e que nos ensinam apenas uma coisa: tem que ser individualista, tem que proteger o seu. Procure o máximo para você e para seus filhos, porém acuda os aflitos. Isso já é princípio jurídico penal e civil. É multa grave e dá muitos pontos na carteira se você não socorrer uma vítima de trânsito. Já avançamos muito em termos de regulamentação, de legislação sobre a solidariedade compulsória, quer dizer, se seu coração não tem compaixão, o direito vai obrigá-lo a ter, porque é assim que a sociedade deve ser.

A apatia significa descaso com o semelhante, com esses 25% de excluídos. O que quero dizer é que os modelos matemáticos nos mostram que podemos ser egoístas e altruístas. Num artigo da revista "Nature" de 11/6/98, o editorial, com ares bíblicos, fala: "Help and you shall be helped". Leio em inglês não por pedantismo, mas porque, se perder esse "shall" do inglês e falar "ajude e será ajudado", não vai perceber que, na verdade, estava se inspirando num contexto bíblico.

A Biologia evolutiva nos mostrou que devemos ser um misto de seres que são egoístas, individualistas e cooperativos. Isso é bom para abelhas, para macacos, para elefantes e é melhor ainda para "homo sapiens", porque temos sociedades extremamente complexas, em que as trocas devem ser mediadas por princípios de defesa.

O Direito nos garante que as conquistas do direito individual não nos devem subtrair, porque devemos medir muito bem até onde devemos abrir mão do direito individual em prol do direito coletivo. Acho que o coletivo vale mais do que o individual. Mas não vai ser qualquer ditador que vai instalar o terror.

Como disse o Prof. Cassen sobre duas fases da Revolução Francesa, há um momento no jacobinismo em que o terror pela virtude pode fazer com que cometamos atrocidades. Prefiro pensar suavemente na ciência. A Biologia evolutiva ensina: seja egoísta, seja cooperativo. Você é geneticamente determinado para essas duas coisas. Porém, somos sujeitos que têm por trás um cérebro e pela frente uma cultura. Que sujeito sairá se a cultura é uma exaltação do individualismo e do endurecimento da mente e dos corações? Só pode sair uma sociedade de pessoas endurecidas.

Mas o artigo é científico e é de dois pesquisadores de Oxford, a teoria dos jogos, a teoria de matemática de tempo discreto. Mostram o seguinte: vamos supor que eu e ele façamos um jogo. Sou altruísta, e ele é egoísta. Começamos a andar e nos encontramos. Ele encontra um outro que precisa de ajuda. Ajuda e põe um selinho na testa, dizendo que ajudou alguém. Com isso, vai ganhando pontos. E eu também. Quando eu o encontro, se tem de cinco pontos para cima, eu o ajudo, mas, se tem de cinco para baixo, não o ajudo. Não preciso ajudar aquele Fulano que tem nota dez, que os juristas presentes talvez dissessem que sofre de uma tipificação penal chamada prodigalidade.

Não preciso esperar um egoísta contumaz que nem a Madre Tereza na UTI coloca um centavo em uma bolsa de caridade. Estou esperando reações medianas. Sistemas como esse, onde as pessoas têm informação e vêem se o outro agiu egoísta ou altruisticamente tendem a ... podemos criar modelos de computadores e essas pessoas vão interagindo. É fácil fazer isso nos computadores. São hominhos, que vêem o selinho e falam - merece ajuda ou não.

Três conclusões são terríveis neste artigo. Nº 1: passadas 100 gerações, a estratégia altruística é a que torna a sociedade mais robusta. É claro que o público pode dizer que não é necessário esperar essas 100 gerações, porque já avançamos muito. O socorro a uma pessoa acidentada no trânsito e outras tantas conquistas do Direito Civil e Penal já são coisas que, se você não tem compaixão, o Direito o obriga a ter. Aliás, há uma nova bárbara, que é a pessoa ser obrigada a dar pensão - não de alimentos - para acudir parentes necessitados.

Estou cansado de cuidar de parentes de ricos de graça no consultório, e os primos, tios, etc., lavam as mãos e dizem que o problema não é deles. Claro que é com eles. Como dizia Jesus, até os gentios amparam os parentes. Amparar os inimigos é que é coisa para gente boa. Esse artigo fala que, em 100 gerações, a estratégia altruística é melhor, porém faz duas brincadeiras matemáticas. Como são 100 gerações? Herdei do meu pai um jeito de agir e o sigo bem, mal ou mais ou menos. Vai-se colocando os rótulos e assim vai seguindo. Depois, quem quiser se aprofundar nos estudos, é só ver a bibliografia que dei para vocês. Recomendo que os que quiserem ler "à longuer" que consultem a bibliografia, porque é das coisas mais recentes que há sobre dinâmica populacional distributiva.

Mas existem fatos interessantes. Primeiro, imaginem que uma taxa ínfima de pessoas não sigam a moral dos pais. Por exemplo, o meu pai era um homem altruísta e ajudava acima de cinco. Eu não ajudo. Com uma taxa mínima de variação na prole, ou seja, no comportamento dos filhos em relação ao comportamento dos pais, esse sistema começa a oscilar e a ter ciclos brutais. Não vou mostrar equações matemáticas nem oscilações para os senhores, mas há fases, como se fossem ciclos econômicos de altruísmo e egoísmo empedernido, entremeados por fases absolutamente erráticas. Isso com uma taxa de 1% de mutação no comportamento dos filhos em relação aos pais. Trata-se do "growing artifices society, sociology from the Borrow", isto é, vamos por baixo para tentar construir a Sociologia. Aliás, o Prof. Bernard Cassen disse: "Tudo bem, resgatar August Comte sem cientificismo". Quero August Comte com cientificismo. É claro que trata-se de matéria do debate, porque quero a análise matemática que fala: "Ah! Você exige que seu filho seja igual a você". Estou apenas falando para vocês de um problema de final de século que se chama tradicionalismo. O Prof. Lester Truau fala que um dos países que resiste à crise é o Japão, porque tem um tradicionalismo que faz com que o seu capitalismo seja um pouco diferente do americano e do europeu.

A segunda coisa é se não tiver informação da pessoa. Se chego, e não sei qual o meio, tenho que jogar para ver se ajudou ou não. Trata-se de um sistema complicado, porque, se o agrupamento é pequeno, dá para ter algum controle, mas, se o agrupamento é muito grande, não se tem informação. Você não sabe como o outro agiu. Nesses casos, pasmem, a estratégia egoísta tende a ser a vencedora e a que melhor se conforma com o sistema.

Vou terminar dizendo que globalização significa pegar seres que agiam no domínio de uma cidade ou de um município ou do Estado de Minas resistindo bravamente à aldeia gaulesa ou o Estado-nação Brasil resistindo ao ataque especulativo, o que significa levar a dimensão global às interações humanas. Que informação nós temos para saber quando ser egoístas e quando ser altruístas?

Segundo, se globalizarmos as trocas e se pretendermos uma economia que mescle altruísmo e egoísmo, precisamos ter informação e uma moral única. Temos de ter um tradicionalismo de herança de comportamento. Finalmente, temos de ter jurisdição para arbitrar toda "quanta" situação de contencioso que apareça nessas trocas.

Temo que isso mostre o porquê da resistência de integração de tantos grupamentos étnicos, o porquê de tantos conflitos étnicos. Falamos porque esses grupos étnicos resistem à incorporação, talvez estejamos assistindo a uma sabedoria daquelas subliminares, em que as pessoas falam: "Quando nós nos tornamos muitos, perdemos o rosto, perdemos o controle dos costumes, perdemos o 'commonlaw', o 'commonfelling' e já não sabemos quando devemos ajudar e quando devemos punir".

Portanto, acho que Tobin Tax é apenas um emplastro. Precisamos olhar a nossa sociedade capitalista, estatista ou pós-moderna. Ele falou de Pierre Bordieus, sobre a miséria do mundo, é um livro belíssimo, onde ele analisa casos de miséria nos arredores de Paris. Na Inglaterra, George Dubay analisa casos de miséria em Manchester. Precisamos olhar com o olhar da ciência e da moral biológica: para quem é esse indivíduo, essa sociedade, essa integração do município, da nação e do globo que vamos desenhar para o próximo século, sem paixões, sem impulsos, mas com a cautela da boa ciência? Como disse o Prof. Cassen, temos de construir uma economia cientificamente embasada.

Porém, se tivermos os ecos do século XIX que separavam as ciências do espírito das ciências da natureza, que separavam a mente do cérebro, que separavam, talvez, as finanças da riqueza; se tivermos modelos que se pretendem estanques, e não uma grande ciência unitária, "departamentalizada" naquilo que deve, mas unitária naquilo que precisa para pensar o próximo milênio, tenho a impressão de que não vai ser taxa Tobin, não vai ser volta do estatismo, não vai separar a CEMIG, não vai ser mandar a telefônica embora, não vai ser nada. Será uma coisa que eu me permito - como iria ser pastor antes de ser ateu? - citar, uma passagem da Bíblia, de Mateus, 24, versos 10 a 14: "Nesse tempo muitos hão de se escandalizar, trair e odiar uns aos outros, levantar-se-ão muitos falsos profetas e enganarão a muitos, e, por se multiplicar a iniquidade, o amor se esfriará de quase todos. Aquele, porém, que perseverar até o fim será salvo". Passam-se mais umas duas ou três palavras, e diz o Cristo: "Então, virá o fim".



Acho que a leitura biológica disto, certamente, é a seguinte: a salvação é terrena, está no outro, está no semelhante, está nos 25% dos excluídos. A perseverança e o engajamento são o seguinte - temos algum tempo para salvar o planeta e não virar dinossauros, espécie extinta. Se deixarmos esses 25% de fora, a extinção virá um pouco mais depressa do que pensamos, e isso não é ideologia, é Biologia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - A Presidência agradece a exposição do Prof. Henrique Schützen del Nero, da USP, e passa a palavra ao Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação de Direito da UFMG.

#### Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães

Agradeço o convite e cumprimento a todos os membros da Mesa e aos demais presentes. Falar 10 minutos, depois de duas conferências tão gigantes, sobre temas tão instigantes, é muito difícil. Vou procurar ficar nesses 10 minutos, centrando a questão num determinado ponto específico e, depois, levantando questionamentos para os conferencistas.

Durante a exposição do Prof. Bernard Cassen, disse da crise de valores do mundo contemporâneo. Isso me lembrou uma reportagem do "Le Monde", jornal que leio com frequência, quando, há três anos, falava sobre a população da Alemanha Oriental e uma pesquisa feita para uma população de lá, após a unificação, qual seria a reação, o que a população pensava da unificação, se se sentiam livres, etc. E a resposta, entre várias alegações, uma delas muito interessante, é que os alemães não se sentiam livres. Entretanto, sentiam-se supérfluos. Outras questões pareciam, como, por exemplo, após a unificação dessa sociedade capitalista, valem pelo que têm. Os relacionamentos humanos são pautados pelo que a pessoa tem, e não pelo que a pessoa é, como era na sociedade em que viviam anteriormente. Também diziam que não eram livres, tampouco agora.

Outro fator interessante, que diz respeito à área de conhecimento do Prof. Henrique, é que essa população começou a consumir mais ansiolíticos e antidepressivos. É óbvio, uma sociedade capitalista, um modelo norte-americano de sociedade de consumo, segundo o qual a promessa de felicidade está no consumo, num carro bonito, cada vez consumindo mais, para trazer a felicidade. Obviamente, isso traz grande ansiedade. Ansiedade para essa sociedade individualista, egoísta, da competição e do consumo. E, depois, uma grande depressão, porque não vai ser feliz consumindo. Se atinge um determinado patamar, compra uma BMW, amanhã vai querer uma Ferrari, depois um avião, depois dois, depois uma ilha, e continua um ser faltante, incompleto, insatisfeito. Daí, toda a depressão e essa sociedade altamente drogada em que vivemos, de consumidores de ansiolíticos e antidepressivos.

Quería centrar a minha questão em algumas ou várias mentiras que a mídia, no Brasil, tem nos colocado e, a partir daí, perguntar aos expositores qual seria uma alternativa para a democratização da mídia.

A primeira mentira que ouvimos falar com frequência é a de que a privatização traz melhoria dos serviços. Isso não é necessário aprofundar. Basta vermos os serviços de telefonia pelo Brasil inteiro. Não vai ser diferente se a telefônica da Espanha estiver aqui ou lá, vai funcionar tão mal como funciona aqui.

Outro dado: se o neoliberalismo vai trazer livre concorrência e livre iniciativa. Na verdade, o que se percebe desse movimento neoliberal, chegando ao poder na década de 80, com governos como o de Margaret Thatcher, Ronald Reagan, o que há é um movimento do grande capital. Por trás desse discurso neoliberal, há, na verdade, um movimento do grande capital, em que se está trocando o monopólio estatal pelo monopólio privado: o monopólio estatal, que tinha como finalidade o interesse público, e o monopólio privado, que vai ter como única finalidade o lucro.

Uma outra mentira que vem para justificar essas privatizações é a de que o Estado é incompetente, lento, pesado. Vimos uma propaganda, na época do Governo Collor, que mostrava o Estado como um elefante: pesado, lento, incompetente. Então, é necessário ganhar agilidade. E, para isso, é preciso privatizar. Isso é uma mentira. É uma mentira que vai recorrer a uma teoria tão ultrapassada do Estado como eram as teorias organicistas, que entendiam o Estado como um ser biológico. Entendiam que o Estado tinha um psiquismo próprio, comparavam o Estado a um ser vivo. Ora, o Estado não é nada, o Estado tem nome e endereço, é justamente quem está no poder do Estado. Se quem está no poder do Estado é incompetente, o Estado vai ser incompetente. Se quem está no poder do Estado é competente, o Estado vai ser competente. E, pior, se quem está no poder do Estado é competente e quer fazê-lo incompetente para destruí-lo, é pior ainda, e é o que ocorre hoje: a destruição do Estado brasileiro, com a destruição da nacionalidade brasileira.

Outra mentira freqüentemente encontramos também na televisão: geralmente, o Ministro da Economia afirma que há uma única saída para o caso brasileiro, que o único caminho é esse. É uma grande mentira. Há, pelo menos, 100 caminhos diferentes. São diversas, dezenas, senão centenas as teorias econômicas que podem apontar soluções para o mesmo problema econômico. E essa mentira vem sendo construída a partir das décadas de 70 e 80, principalmente, quando se dá maior peso a uma ciência social, que é a ciência econômica, que vai começar a se transformar, de maneira ideológica, em uma ciência exata. Há, nos cursos de Economia, valorização de cálculo, econometria e outros. Mas seria, então, esse movimento ideológico, essa "ideologização" da Economia, essa falsificação de uma ciência social como uma ciência exata que vai autorizar essas pessoas a chegar à televisão e falar que o único caminho que vai salvar a economia brasileira é esse? Isso é falso, é mentiroso. O que vai fazer com que tenhamos de descumprir a Constituição, o Direito, tenhamos de desviar o caminho da realização da justiça não é porque tem de cumprir os imperativos econômicos. Afinal de contas, a Economia é ciência exata. Então, você descumpra a Constituição, descumpra o salário mínimo da Constituição, descumpra o modelo econômico que está na Constituição, descumpra tudo que está na Constituição. Você não realiza a justiça e o direito para quê? Para cumprir os imperativos matemáticos da Economia. Isso é mentira.

Outra grande mentira é a mídia brasileira. Talvez essa seja a grande mentira brasileira. Escutamos, todas as noites, na televisão, nas principais grandes redes, a idolatria do mercado: porque o mercado fez isso, porque o mercado vai fazer isso, porque o mercado solucionou esse problema, porque o mercado, o mercado, o mercado... Fico me perguntando quem é esse tal de mercado. Outro dia, comecei a pensar: creio que é o tal Walter Mercado ou, então, algo semelhante. Quem é esse tal de mercado milagroso? E, aí, vamos entrando no grande problema brasileiro.

Outra grande mentira é que o Brasil é uma democracia. Não é uma democracia. Vivemos hoje um neo-autoritarismo extremamente sofisticado, tão sofisticado, que me permite estar aqui, falando isso, inclusive estar saindo na televisão. Sofisticado por quê? Porque vai ser montado sobre uma estrutura em que os Poderes do Estado vão estar funcionando normalmente; há um Poder Executivo que emite, em média, duas e meia medidas provisórias por dia. Se pegarmos livros bem antigos do Estado, se temos um Executivo legislando mais do que o Legislativo, estamos numa ditadura. No nosso caso, o Executivo legisla muito mais do que o Legislativo. E mais, essas duas e meia medidas provisórias por dia são todas - digo isso como constitucionalista - inconstitucionais na sua forma. A Constituição exige que haja uma justificativa de relevância e urgência. E, no Estado democrático de direito, os atos têm de ser justificados.

Se abrirem o diário oficial diariamente, não há nenhuma justificativa de relevância e urgência dessas medidas provisórias. Já está a inconstitucionalidade de todas elas. Se observarmos o conteúdo dessas medidas provisórias, elas são também inconstitucionais. Então, inconstitucional é o Governo Federal, quando legisla mais que o Legislativo.

Não sei se sabem, o Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e todos os seus 11 membros são escolhidos pelo Presidente da República. O atual Presidente da República, até o final de seu mandato, estará nomeando, pelo menos, mais quatro Ministros do Supremo Tribunal Federal. Acha que esses Ministros, que vão dizer o que é constitucional ou inconstitucional no Brasil, têm alguma isenção para falar sobre a inconstitucionalidade de um ato do Governo, de uma lei, de uma medida provisória ou de um plano econômico, que são, em geral, inconstitucionais? Não têm isenção.

Um dos pontos necessários dessa Constituição é a extinção imediata do Supremo Tribunal Federal. Nas democracias européias, não se encontra nenhum modelo em que o Executivo nomeie os Ministros ou Juizes dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário ou dos órgãos de controle de constitucionalidade.

Temos o neo-autoritarismo brasileiro, com esse Poder Executivo, com as medidas provisórias inconstitucionais, com o Supremo Tribunal Federal nomeado pelo Presidente da República; o nome tem de ser aprovado pelo Senado, mas o nosso Senado e o nosso Congresso Nacional são oligárquicos. Estão nas mãos de poucas pessoas, que vão dizer "sim" aos nomes que o Presidente da República indicar, desde que esteja afinado com as oligarquias.

O que vai fechar o grau de maior sofisticação de tudo isso é a mídia. No Brasil, são oito famílias que dirão o que podemos ou não saber. A televisão pode até não dizer a algumas pessoas o que pensar, mas vai dizer sobre o que discutir. Estarão ganhando espaço na mídia assuntos como a Sacha, da Xuxa. Outros assuntos não terão prioridade. A mídia pode manipular a opinião pública.

Há alguns meses, a revista "Veja" colocou na capa, sob um fundo vermelho, o Stédile, um dos líderes do MST, com uma cara de diabo. Não precisa escrever nada, está implícito, é a encarnação do diabo. A mídia faz uma manipulação agressiva e tem a capacidade de criar produtos que serão comprados.

Hoje, escolhe-se o Presidente da República como se escolhe um sabão em pó numa mercearia. Há um trabalho de "marketing" para se lançar um sabão em pó, a cor e o tipo da embalagem. É feita uma pesquisa de opinião pública para saber se o produto vende ou não. Da mesma forma, fazem com o Presidente da República.

Qual foi o primeiro produto que colocaram para comprarmos? Foi o Sr. Fernando Collor. Tem de ser um cara rico, bem sucedido, que pratica esporte, luta caratê, pilota avião, "jet ski". Esse é o ideal de ego da população brasileira. Não será um operário. Coloca-se isso numa prateleira. Ele vai assumir o discurso. É fácil, assume-se o discurso que o povo quer ouvir.

Depois esse produto não funcionou. Veio um produto mais sofisticado. Veio um professor universitário. Se fizermos uma pesquisa de opinião pública, veremos que, no Brasil, os professores universitários são os mais respeitados. Fabrica-se um professor universitário que fala alemão, francês, inglês, italiano e que estudou na Sorbonne.

Então, você coloca esse produto na prateleira. Professor universitário é homem sério e competente, foi até da esquerda no passado, já foi marxista, quem diria. Você põe esse produto na prateleira, e o povo compra. E compra de novo. Quando comprou de novo, o fez já com a data de validade vencida, está fazendo mal à saúde agora, mas compraram de novo. Agora, já estão preparando um outro produto, está na capa da revista "Veja". Agora tem que ser uma esquerda "light", afinal de contas o povo brasileiro cansou do neoliberalismo. Está na hora de dizermos "não" ao neoliberalismo, como os europeus já disseram "não" nas urnas, em que 14 dos 15 Estados europeus da União Européia, hoje, são governados por socialistas ou por trabalhistas. Então, é a vez de o Brasil colocar a esquerda no poder. Vamos fabricar uma esquerda "light". O sujeito nunca foi esquerda na vida, mas virou esquerda, e vão fabricá-lo. Vão colocar o produto na prateleira. Será que vamos comprar?

O que vou colocar aqui para os senhores expositores é: Como resistir a essa massificação da mídia? É uma mídia transacional, em que se tem poucas agências de notícias no mundo que vão escolher as imagens, as notícias que podemos saber e as notícias que não podemos saber, que vão manipular essa notícia. Principalmente a televisão, que já passa tudo pensado, não temos nem que pensar. Mais de 90% da sociedade brasileira só vão ter como informação a televisão. Então, já vem tudo pensado. Com o livro, o jornal, dá para parar e pensar: Será que isso está certo ou errado? A televisão, não. Basta virar papagaio, depois, e repetir o que foi falado. Como resistir a essa mídia massificada, a essas oito famílias? Há uma delas que domina mais de 60% da mídia. E essa grande mídia global, a CNN, etc.? Então, como existir uma democracia ou como construir uma democracia no Brasil, uma vez que não vivemos uma democracia, nós brincamos de democracia? Como construir uma democracia no Brasil contra essa mídia extremamente eficiente e massificadora? Era isso o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Prof. José Luiz. Passo a palavra ao Prof. Juarez Rocha Guimarães, do Departamento de Ciências Políticas da FAFICH da UFMG, segundo debatedor desta noite, a quem solicitaria que observasse o tempo de 10 minutos.

#### Palavras do Sr. Sr. Juarez Rocha Guimarães

Gostaria de agradecer o convite para participar dessa mesa-redonda e de felicitar a Assembléia Legislativa por estar elaborando este ciclo de debates e estar convidando, como um dos personagens centrais desse ciclo, o jornalista Bernard Cassen. Acho que esse convite é muito importante. Estava até comentando com ele, um pouco antes da conferência, que existe uma certa sintonia entre a conjuntura política hoje vivida na França e a muito recente conjuntura brasileira. Explico por quê. Assim como foi necessário que o republicanismo francês, a grande tradição democrática do republicanismo francês, fosse desafiado no seu limite pela ascensão do "le penismo", pelo Le Pen e sua doutrina xenófoba, racista, contra os imigrantes, foi necessário que esse movimento atingisse uma certa audiência importante na França para que, em uma situação, em um contexto de crise política, da sua própria identidade republicana, se rearticulasse a crítica ao liberalismo e se rearticulasse um projeto de esquerda. Assim, também, no Brasil foi necessário que se radicalizasse uma certa lógica mercantil até o seu extremo, até um grau de perversidade que deixa muito longe, por exemplo, a ex-governante da Inglaterra Margaret Thatcher. Foi necessário, então, que essa lógica do capital se radicalizasse ao extremo para que se começasse a formular, no cenário político brasileiro, uma crítica desse liberalismo.

Hoje, apesar de todo esse apoio da mídia que o José Luiz estava falando, cerca de 60% a 65% da população brasileira considera o Presidente ruim ou péssimo. Em pesquisas qualitativas, o definem como inteligente, mas desonesto e que governa para os ricos.

Assim como a ascensão da social-democracia ao governo na França foi precedida por alguns sinais muito simbólicos e mesmo importantes de reação do povo francês àquela conjuntura de crise, como foi a greve em reação à reforma da previdência e algumas mobilizações simbólicas importantes, que mobilizaram intelectuais e artistas contra a xenofobia em relação aos imigrantes, também no Brasil, hoje, vivemos uma conjuntura que está emitindo sinais muito interessantes de mudança política no País. Cito quatro sinais.

Um é a repercussão e a legitimidade do movimento dos sem-terras. Esse movimento teve uma capacidade enorme para sair do exílio em que estava - tratava-se de brasileiros exilados em seu próprio País - e alcançar uma tal legitimidade política, que recolocou, contra toda a pauta neoliberal, o tema da reforma agrária na cena política do País, alcançando um enorme grau de legitimidade, inclusive internacional. Esse é um sinal.

Outro é a maneira como a Igreja brasileira se está movimentando na crítica à situação política do País. No último dia 7 de setembro, a Igreja protagonizou um grande ato dos excluídos, e a proposta da CNBB é, para o próximo ano, organizar um plebiscito sobre o pagamento ou não da dívida externa brasileira. A CNBB quer fazer isso, apesar de tudo o que representa, com toda a tradição e poder de influência que tem.

Outro sinal seria a recente Conferência Nacional dos Magistrados, cuja conclusão é extremamente crítica ao modo como o atual Governo vem operando o poder político. É uma denúncia veemente da ilegalidade constitucional do atual Governo.

Diria que este evento promovido pela Assembléia Legislativa e a presença do companheiro Bernard Cassen fazem parte dessa trama política nova da sociedade e da conjuntura brasileira, que está elaborando, politicamente, uma opção a essa lógica extremada dos direitos do capital no Brasil. No entanto, há uma grande diferença, que devemos anotar, da nossa condição em relação à francesa: aqui há "desposseção" de direitos, um enorme grau de miséria, e a nossa situação de país periférico do mundo nos coloca numa situação de vulnerabilidade muito mais extremada do que o neoliberalismo foi capaz de fazer no cenário europeu. Aqui, o grau de barbárie criada pela aplicação dessas políticas é qualitativamente maior, e nos coloca, portanto, um desafio historicamente maior.

Para sintetizar, o desafio da nossa geração - estamos cumprindo o milênio e, ao mesmo tempo, passando os 500 anos de descobrimento - é uma tarefa histórica, a tarefa da nossa geração, pensando bem: "refundar", democraticamente, o País, fazer-se operar uma "refundação" democrática do País.

Gostaria apenas de concluir falando o que entendo sobre essa "refundação" democrática do País e como ela se vincula a esses movimentos que o Bernard Cassen, o "Le Monde Diplomatique", a Organização Internacional Le Ataque representam, ou seja, a recuperação do espírito republicano, democrático, contra uma ética mercantil excludente e autoritária. Diria que essa "refundação" democrática passa por quatro grandes questões. A primeira trata de rever os próprios fundamentos que estabelecem os direitos e os deveres dos cidadãos no Brasil. Trata de retomar a questão do direito à propriedade, do direito à posse da terra. Temos uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. A segunda é rediscutir o problema do acesso ao patrimônio, à riqueza do País. Nosso problema é muito mais grave do que o da concentração de renda. O nosso problema é de concentração do patrimônio, acumulado historicamente pela via fraudulenta da concentração do poder político. Um por cento dos brasileiros detêm 53% da riqueza patrimonial do País. É impossível construir uma democracia com esses dados. A idéia de se taxar o patrimônio, a riqueza, historicamente construída em regimes ditatoriais e pela via da corrupção, institucionalizada ou não, parece-me legitimamente democrática, assim como me parece legitimamente democrático recolocar a questão de refazer a própria estrutura tributária no país. Dou apenas um exemplo: o próprio responsável pela arrecadação do País informou-nos publicamente que, legalmente, cerca de 60% das instituições financeiras não pagam impostos, isto é, não se pode fazer com eles o que os Estados Unidos fizeram com Al Capone. Eles estão dentro da lei. Pergunto-lhes: vocês sabem quanto um favelado do Rio de Janeiro que ganha um salário mínimo paga de imposto por ano? Ele paga dois salários mínimos, porque o imposto é indireto e incide sobre tudo que consome. Grandes banqueiros no Brasil não pagam impostos. Pode um Estado democrático ser construído com tal situação de injustiça? Essa "refundação" democrática, então, envolve uma "refundação" da própria definição do que são os direitos e deveres dos cidadãos, passa pela idéia do que deve ser regido pelo princípio público universalista e o que é regido pelo privatismo mercantil. Hoje a economia do setor público, inclusive as políticas sociais, estão completamente desorganizadas pelo privatismo mercantil. É preciso reconstituir a economia do setor público. É preciso retomar a idéia de soberania, de autonomia nacional, no momento em que dirige o nosso Banco Central o assessor de um megaespeculador internacional. Nunca me senti tão estrangeiro em meu País como no momento em que esse cidadão foi indicado para gerir o Banco Central do país. Nunca me senti tão estrangeiro. Ele era um cidadão do mundo e foi posto no

comando de uma instituição-chave, numa situação de crise. Todos os cidadãos brasileiros são estrangeiros. Isso não é possível. O que legitima esse gesto insensato de colocar em um país sob ataque especulativo o assessor de um grande especulador internacional? A própria idéia de nacionalidade, de autonomia e soberania nacional tem que ser recuperada nessa refundação democrática do País.

Finalmente, como o José Luiz estava falando, a própria idéia de democracia precisa ser refundada neste País.

Contrasto dois exemplos para finalizar a minha intervenção: de um lado, temos o Presidente da República editando mais de 2 mil medidas provisórias. Isso significa que, em cinco anos, foram editadas mais medidas provisórias do que os decretos-leis editados pelo regime militar durante os 21 anos de sua existência. O povo brasileiro está nos dando o contraste que se pode fazer com isso. No Rio Grande do Sul, não sei se sabem, 180 mil pessoas reuniram-se nos últimos meses para eleger os representantes do orçamento participativo do Estado, discutindo onde será aplicada a verba do orçamento, exercendo essa prática democrática do orçamento participativo, indicando um canal, uma expressão dessa necessidade de refundarmos a democracia no Brasil.

Com essas palavras, gostaria de concluir, dizendo que Bernard Cassen, ao trazer até nós esse radicalismo republicano francês, essa grande tradição do republicanismo francês, deve ser incorporado ao nosso esforço de encontrar uma alternativa para o Brasil, que é o grande desafio da nossa geração.

O Sr. Presidente - Obrigado, Juarez. Com a palavra, o Dr. Menelick de Carvalho, professor de Direito Constitucional da UFMG.

Palavras do Sr. Menelick de Carvalho Netto

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembléia esta oportunidade, além de parabenizá-la, na pessoa do Presidente desta reunião, Deputado Rogério Correia. Após duas brilhantes conferências e intervenções de debatedores não menos brilhantes, fica difícil encontrarmos coisas novas com que contribuir.

Começaria a minha exposição a partir do painel ricamente traçado pelo Prof. Bernard Cassen sobre este século, que é extremamente rico e paradoxalmente curto, como bem salientou. Já dizia o não menos paradoxal Nelson Rodrigues: "Toda unanimidade é burra". No mínimo, esse papel - um papel tremendamente importante - a aldeia gaulesa de Minas Gerais exerceu. Esse papel nos lembra a teoria do caos, em que o bater de asas de uma borboleta aqui pode gerar um tufão em algum lugar, denotando a complexidade da nossa sociedade, da nossa época. Mais do que nunca, somos modernos. Modernidade é exatamente a capacidade de lidar com riscos numa sociedade complexa, numa sociedade que cria estruturas capazes de diminuir os riscos da sua própria reprodução.

A questão fundamental, a meu ver, neste momento, é exatamente o paradoxo deste século tão curto, tão cheio de guerras, que, ao mesmo tempo, pode aparecer, em um programa da GNT, como século do povo. É um século que, na verdade, começa após a Primeira Guerra Mundial e termina com a queda do Muro de Berlim. Este é o século da democracia e do povo. Mas, afinal de contas, podemos perguntar, como Firdst Milan: Quem é o povo? Quais os usos que podem ser feitos dessa palavra? Em nosso século, fizeram-se todos os usos possíveis dela. O que significa democracia? Democracia pode significar tudo e, portanto, não significa nada. Como podemos pensar um projeto alternativo que não esqueça a herança deste século? Uma herança pesada, entretanto muito rica. E não é apenas deste século. Não sei se é um vício de professor, mas, de certa forma, não podemos esquecer uma herança de dois séculos e meio ou três séculos dessa experiência de uma modernidade esclerosada, que, de repente, coloca esse problema: Como vamos viver em conjunto? Uma sociedade que sempre viveu em sociedade passa a ter esse imenso problema. Como o Prof. Schützer del Nero salientou bem, há essa grande conquista que é a questão do indivíduo, essa invenção moderna. Esse indivíduo que tem o imenso problema de conviver com o outro. É óbvio que a tradição republicana traz esse problema. A república quer dizer precisamente esse projeto da vida em comum, o projeto de uma determinada comunidade. A nossa herança moderna é a tentativa permanente de compatibilização dessas duas tendências. Tivemos a experiência de um Estado liberal, a primeira experiência constitucional, em que se acreditava que devia fomentar-se o egoísmo, que era a mola mestra da sociedade. O público era necessário apenas para que a sociedade não engolisse a si própria. O Direito deveria restringir-se a normas negativas: não matar, não furtar, etc. Tudo demais. Seria ótimo. Viveríamos na melhor das sociedades. Obviamente, essa experiência se traduziu na maior exploração do homem pelo homem de que se tem notícia. Realmente, desconfio de todos os "neos". Não consigo desvencilhar-me de uma determinada lembrança marxista: a história não se repete. Há um saber geracional, diz Hans Gerdner, por exemplo. No terreno das ciências humanas e do espírito, a experiência não é a mesma coisa que nas ciências da natureza. Não podemos nunca repetir uma experiência. Até o anúncio da Du Loren explora isso: nenhuma mulher vai repetir a experiência do primeiro sutiã. Não há como. A experiência é constitutiva nossa. Nenhum de nós pode resgatar a Primeira Guerra Mundial como quem a viveu, até porque, certamente, para quem a viveu, ela seria a guerra de todas as guerras, a guerra que poria fim a todas as outras, e nunca a primeira. Há um saber geracional que perpassa, ainda que subconscientemente, todos nós. Sabemos muito bem que liberdade garantida a desiguais e absolutamente cega às diferenças materiais só pode resultar naquilo que o próprio Marx denunciava no século passado: aquele direito afirmado da igualdade encobre, na verdade, a desigualdade material, que, outra vez, retira, de fato, a liberdade daquele que não tem outra opção, a não ser assinar livremente um contrato de trabalho para trabalhar 24 horas, ganhando dois tostões. Essa é a escravidão da necessidade fática. Por isso mesmo, a propriedade afirmada anteriormente - ele era proprietário de si mesmo, não havendo escravidão - é desapropriada, através da mais valia.

Mas, enfim, esse reino do direito natural que Marx denuncia vai ser, de certa forma, a temática de todas as lutas sociais da segunda metade do século XIX e deságua no alvorecer real do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, em constituições novas, constituições que consagram outras visões. É um mundo absolutamente novo que se descortina, onde a valorização, agora, é inversa. O social é preponderante. O egoísmo, no máximo, um incentivo tolerado, desde que controlado pelo público. No entanto, há uma continuidade. Público e privado continuam sendo os mesmos domínios anteriormente denotados. Público ou estatal. Privado é o terreno da sociedade civil, visto como o terreno do egoísmo. Antes, ele era a mola do sucesso, do progresso. Agora, é um mal a ser tolerado, coibido, controlado. É o estatal público é a solução para tudo. Aliás, numa sociedade de massa, de desvalidos, de desdentados, pessoas exploradas até o mais profundo ponto possível, pessoas sem cultura, sem educação, mas com direito a voto e que, agora, têm de merecer programas públicos de toda ordem, saúde, educação, inclusão. E, obviamente, evitar-se que corram à margem do processo institucional para buscar, fundar estados próprios, como ocorreu na União Soviética.

Enfim, esse projeto do Estado social é um projeto que vai tornar ainda complexas as nossas relações. E, sobretudo, a questão do público. Um público que cresce tanto através desse Estado agigantado e que, de repente, torna-se empresário, é responsável por todas as dimensões de nossas vidas e, no mínimo, é responsável por inoperância, tamanha a gama de responsabilidade que ele assume. Essa experiência leva também a toda uma crítica a esses excessos, e novos direitos emergem num processo de "complexificação" crescente. Novos direitos que vão indicar exatamente que o público não pode ser só estatal. É perfeitamente possível - e vivenciamos isso a todo momento - a privatização do público pelo próprio Estado. Por outro lado, a sociedade civil vai se revelar não apenas como domínio do egoísmo, mas também como instância central de controle público, a noção de esfera pública que envolve todas as organizações e debates como este aqui. O que estamos fazendo agora é um domínio de formação de opinião pública e de, sobretudo, essa república que Cassen recorda. Vivemos institucionalmente tudo isso na base do nosso direito constitucional.

É claro que isso pode servir para várias apropriações e utilizações de poder. Na verdade, o neoliberalismo não é tão liberal assim. Na verdade, ele aborda algo de novo e usa esse algo de novo que é exatamente um elemento participativo: a noção de que o público não pode ser somente estatal. E, ao mesmo tempo, nega, na prática, tudo isso. Nega, com o José Luiz salientou muito bem, como o Jackson demonstrou claramente, de forma tremendamente perversa. No entanto, usa isso retoricamente. Acredito que um projeto alternativo tem de passar por essa tensão entre o público e o privado, hoje; tem de tematizar, sobretudo, a questão central de que a técnica não é oposta à política. Aliás, não tenho nunca uma única técnica, mas as técnicas são sempre plurais. É a idéia básica de que ciência, hoje, é saber que é um saber limitado. Se não estou diante de um saber que se sabe limitado, não estou diante de uma ciência, mas de uma religião, de uma ideologia ou qualquer outra coisa.

Num mundo em que três físicas absolutamente contraditórias têm vigência a um só tempo, em que a noção de paradigma é básica para a própria concepção da ciência, é claro que a ciência só pode ser um saber que se sabe relativo, que se sabe refutável. Um saber que requer discussão, que requer tematização, e, por isso mesmo, é fundamental que não esqueçamos essa lição deste curto século, de um século em que o nome do povo serviu para as maiores barbaridades, mas serviu também para alguns progressos. Hoje, podemos, tranquilamente, aprender essa lição: público e privado são pressupostos um do outro. A experiência do Estado liberal mostrou que quando elimino ou diminuo o público ao máximo, simplesmente acabo com a cidadania. Mas também o Estado social mostrou que quando elevo o público, entendido como estatal, ao máximo, elimino a cidadania da mesma forma. O que posso criar seriam clientes, talvez até gordos, talvez até saudáveis, mas nunca cidadãos. O exemplo da Suécia, que é de onde parte essa crítica, mostra isso claramente. O nosso grande desafio é não perdermos de vista a república, mas mantendo o pluralismo. Minas, acredito, é realmente uma aldeia gaulesa, que aponta caminhos para o mundo. Como a própria Rede Globo disse: somos capazes, de repente, de abalar a bolsa de Cingapura, por exemplo. E essa é uma relação muito perversa, se pensarmos bem. O grande problema foi recorrer ao Direito. O Estado não poderia recorrer ao Direito diante de sua incapacidade de saldar dívidas. Talvez devesse proceder como Roseane Sarney: "Devo, não nego, mas sou seu amigo, e você não me cobre". A solução institucional é importante. A moratória é uma das possibilidades de solução institucional. Por que não uma solução institucional? Rio Grande do Sul e Minas, os dois Estados que buscaram uma solução institucional para um problema grave, de todos os Estados, é que ocuparam toda a atenção. Será que o recurso à legalidade é um problema tão grave? Não é em qualquer país do mundo que um Presidente da República pode ter o desprazer de enviar ao Congresso a proposta de emenda à constituição que o Sr. Fernando Collor chegou a enviar. A Constituição se aplica a todos, menos ao Presidente, caso contrário o país fica ingovernável. Acredito que está mais do que na hora de pensarmos no conceito de governabilidade e resgatarmos uma experiência fundamental que tem que ser criada e vivenciada burramente. É o tipo da experiência que só pode se dar se continuo mantendo o nível de expectativa, apesar de frustrado. E, no meu modo de entender, o que o próprio Estado de Minas dá para o Brasil, hoje, é o exemplo da

possibilidade de crença nessa prática da cidadania, apesar de todos os pesares. É preciso buscar a sua identidade, buscar um projeto, contribuir para o pluralismo, e que esse projeto não seja sobretudo uma "res" total, mas que mantenha uma república. A república é exatamente essa tensão entre público e privado, um projeto comum, que seja o projeto comum de vida, que não se respalde numa única idéia política e na eliminação das opostas, mas exatamente na defesa das regras do jogo e na possibilidade de que a minoria de hoje venha a se tornar a maioria de amanhã. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de encerrar, a Presidência vai ler pergunta de Hamilton Cruz, da Escola de Direito da UFMG, para o Sr. Bernard Cassen: "Alguns dizem que Gramsci só pôde fazer sua melhor concessão teórica - 'Cadernos do Cárcere' - por estar preso e, dessa forma, não se envolver com os movimentos sindical e socialista italiano. É necessário, pois, que os intelectuais se distanciem da realidade e não se engajem para que possam fazer uma melhor obra teórica?".

O Sr. Bernard Cassen - Confesso que não tenho uma opinião a esse respeito. Admiro a produção teórica de Gramsci, mas se essas condições nas quais ele produziu são reproduzíveis para todos, acho que esta é uma questão pessoal, não acho que haja uma lei geral. Há intelectuais que, como Gramsci, como Régis Debret, por exemplo, que também preferem se abstrair da realidade para teorizar e que pensam que é exatamente essa distância que permite ter o espírito mais lúcido. Mas outros pensam o contrário. Então, acho que não há uma verdade única nessa área.

Se fosse um intelectual como ele, o que não é o caso, infelizmente, acho que não gostaria de me abstrair, prefiro estar em contato, ter uma interação entre a reflexão teórica e uma certa prática social. Mas, francamente, não tenho uma idéia mais sofisticada do que essa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos ilustres expositores e debatedores, bem como ao público em geral, pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 30, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 30/9/99

#### Presidência do Deputado Edson Rezende

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Senador José Alencar Gomes da Silva - Palavras do Sr. Roberto Nicolau Jeha - Palavras do Sr. Paulo Osório Silveira Bueno - Palavras do Sr. Bernard Cassen - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dilzon Melo - Adeldo Carneiro Leão - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Doutor Viana - Edson Rezende - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria José Hauelsen.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado João Paulo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador José Alencar Gomes da Silva, Presidente do Grupo Coteminas; Senador Roberto Requião; Bernard Cassen, Diretor do "Le Monde Diplomatique"; Roberto Nicolau Jeha, Diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Presidente das Indústrias São Roberto; e Paulo Osório Silveira Bueno, ex-Deputado Federal e Diretor de Relações Governamentais do SINDIPEÇAS.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao prosseguimento do Fórum Técnico Políticas Macroeconômicas: Alternativas para o Brasil, com o tema "A Economia Brasileira, o Plano Plurianual e o Cenário Externo".

A Presidência, em nome do Legislativo mineiro agradece a todos que prestigiam este fórum técnico. A participação dos presentes na fase de debates, com certeza, resultará na discussão cada vez mais ampla do tema, o que vem ao encontro do objetivo da reunião que iniciamos nesta noite.

A Presidência desta Mesa gostaria de esclarecer que, para tornar mais dinâmicos os trabalhos e para tornar mais dinâmica a participação dos senhores expositores, definiu, juntamente com a Comissão, o tempo de 20 minutos para cada exposição. Sabemos que esse não é o tempo suficiente para expor todas as idéias de cada conferencista. Mesmo assim, pedimos aos expositores que se atenham ao tempo, do qual a Presidência vai fazer a coordenação. É claro que, depois, algumas idéias ou algumas propostas poderão surgir das perguntas que virão do Plenário, feitas pelas pessoas que participam da reunião. O importante é que haja uma participação dinâmica de todos.

#### Palavras do Senador José Alencar Gomes da Silva

Sr. Presidente desta Mesa; senhores conferencistas, a quem cumprimento na pessoa de nosso nobre amigo Dr. Jeha, da FIESP, também industrial em Minas; Deputados, minhas senhoras e meus senhores, é realmente excepcional a satisfação que me cabe de estar aqui, na Assembléia Legislativa, mais uma vez, para conversar um pouco com vocês.

O tema que me foi proposto é "A abertura do Mercado, a Crise na Empresa Nacional e o Desenvolvimento". Então, para tentarmos trazer alguma contribuição aos debates deste importante seminário que se realiza, precisamos fazer uma avaliação conjunta.

Daí a razão pela qual o período de debates, numa reunião como esta, é o mais importante. Tentaremos falar um pouco sobre as questões que nos levaram à situação em que o País vive hoje e, depois, por ocasião dos debates, teremos a oportunidade de conhecer as verdadeiras preocupações dos senhores, porque, às vezes, quando o tema alcança essa amplitude, muitas pessoas têm uma visão diferente sobre o mesmo tema. Há ocasiões em que a visão de um ouvinte, de um participante, desperta a atenção do expositor para um lado mais importante de ser examinado.

Começaremos com o episódio chamado abertura, a globalização, a abertura das fronteiras, a maior facilidade de ingresso de produtos estrangeiros no mercado nacional. Primeiramente, teríamos de dividir essa questão em duas faces diferentes. Uma delas é como reage o consumidor em relação à abertura, e a segunda é como reage a empresa nacional, produtora dos bens que estão ingressando no nosso mercado, através de importações ou, até mesmo, facilidades de toda a natureza. Do ponto de vista do consumidor e como consumidor, gostaríamos de ter o máximo de oportunidades possíveis, de alternativas para comprar um produto. Isso é absolutamente natural. Lembra-me, por exemplo, de Portugal, antes e depois de participar do Mercado Comum Europeu. Estávamos fazendo uma viagem à Europa. Saíamos de um País, como a Alemanha Ocidental ou a França, e chegávamos a Lisboa; sentíamos uma diferença nas vitrines, nas lojas, pois as de Portugal não ofereciam aquela riqueza que se presenciava nas da Alemanha, França, Itália, etc. Depois da abertura, as lojas portuguesas se confundem com as da Alemanha. Hoje, há um padrão muito semelhante em todos os países da Europa, já que estão convivendo em um mercado aberto. É muito importante que haja respeito ao consumidor, oferecendo-lhe todas as alternativas para que tenha o direito de escolher o melhor produto, em termos de qualidade, com o preço mais baixo. Com esse propósito, iniciamos a abertura, porém não fomos inteligentes como eles, que, primeiro, procuraram oferecer o máximo de tratamento igualitário para as empresas do país em que o mercado seria aberto.

As taxas de juros são um dos itens mais importantes no custo dos produtos. Se Portugal tivesse que pagar juros três vezes mais elevados que os outros países, teria sido um desastre para sua economia, e haveria um problema de desemprego em massa e de fracasso da indústria no país. Isso é óbvio, porque os juros são um dos itens mais relevantes na formação do custo de um produto.

Aqui, no Brasil, não cuidamos de promover, primeiro, um tratamento igualitário. Realizamos a abertura sem oferecer antes, à empresa nacional, o tratamento igualitário que precisava ser oferecido. Estou citando Portugal para facilitar o entendimento do que desejamos falar, porque está dentro de uma mesma comunidade. Se os impostos, em Portugal, fossem mais elevados que em outros países, como poderíamos admitir essa abertura, sem considerar o aspecto absolutamente catastrófico para a empresa do país?

Alguém pode dizer: "Mas que importância tem a empresa? Vamos cuidar do consumidor". Só que a empresa é uma fração da economia do país. Sendo uma fração da economia, se as frações se enfraquecem, é óbvio que a economia vai enfraquecer, e a economia é o meio para que possamos alcançar os objetivos sociais. O objetivo é sempre o homem. Ninguém pode fazer, por exemplo, educação, saúde, saneamento, estrada, segurança pública e justiça sem recursos, sem economia forte e próspera. E, para que a economia seja forte e próspera, é preciso que suas frações o sejam. E as frações da economia são as empresas. Em qualquer parte, aqui ou alhures, são as empresas que representam a economia como um todo.

No Brasil, houve um erro, não com relação à filosofia de abertura, que consulta o interesse do consumidor. Mas houve um erro, porque não demos, antes, à empresa nacional o mesmo tratamento que é dado às empresas que estão sediadas nesses outros países, tanto no que diz respeito ao sistema tributário desses outros países, como no que diz respeito ao custo financeiro.

Vou dar um exemplo de custo financeiro. Quando falamos de custo financeiro, normalmente muitas pessoas se lembram do custo, por exemplo, dos juros que são cobrados no Brasil numa venda ao consumidor, o chamado crédito direto ao consumidor. Outros se lembram dos juros que são cobrados sobre o uso do cartão de crédito. Outros se lembram dos juros que são cobrados pelos Bancos, quando acolhem uma duplicata para ser descontada. Outros se lembram dos juros que são pagos pelo Estado na rolagem da sua dívida pública.

Temos, no Brasil, várias taxas de juros. A chamada taxa selic, que é a taxa de juros que o Governo paga na rolagem de sua dívida, gira hoje em torno de 19% ao ano. Alguém pode dizer que 19% ao ano é uma excelente taxa. É uma excelente taxa para quebrar a economia brasileira, porque, por exemplo, na União Européia, ficaram preocupados, pois tinham de ser competitivos. Uma das decisões foi justamente fixar taxas de juros compatíveis com as cobradas nos países com os quais iriam competir. Então, levaram em conta até as taxas de juros do Japão, que giram em torno de 2% ao ano. A taxa de juros americana, na época, era de 4,75% ao ano. Assim, fixaram a taxa em 3,5% ao ano. Então, a taxa de 19% é cinco ou seis vezes superior àquela de 3,5% do Mercado Comum Europeu. Portanto, vejam que isso é importantíssimo. É preciso falarmos sobre isso com carinho e paciência, porque nem todas as pessoas são familiarizadas com o problema dos juros. Até deveria ter trazido uma calculadora para mostrar a evolução de uma taxa de juros e o que acontece com uma empresa que se submete a essas taxas. Não a uma taxa cobrada do consumidor, a taxa do cartão de crédito. Essa aí mata a empresa logo. Em três, quatro, cinco ou seis meses estará morta e absolutamente liquidada.

Mas quando falamos em matar uma empresa, muitas pessoas que não estão suficientemente familiarizadas com o tema podem pensar: "Que importância tem matar uma empresa?". Mas matar uma empresa significa matar a economia. Isto tem de ficar bem claro: significa destruir a economia, que é o que estamos fazendo no Brasil. Já que temos aqui engenheiros, empresários e economistas, que conhecem até melhor do que nós esse assunto, darei um exemplo: vamos admitir que uma empresa brasileira queira fazer um investimento, uma fábrica que poderá ficar em US\$100.000.000,00. Essa fábrica faturará, por ano, também US\$100.000.000,00, dando um lucro de US\$10.000.000,00. Então, o retorno da aplicação do capital será em dez anos. Vamos ver o que ocorrerá com essa mesma empresa, se for instalada em um país como a Alemanha, por exemplo. O empreendedor conseguirá recursos da ordem de 5% ao ano ou 6%, no máximo, ele não precisará colocar os US\$100.000.000,00 dele. Com US\$100.000.000,00, instala cinco empresas, cada uma com um endividamento de 80%. Esses 80% significarão, então, um endividamento de US\$80.000.000,00 de alavancagem. Sobre esse valor, pagará a taxa de 6%. Portanto, pagará US\$4.800.000,00 por ano, de juros. O lucro será de US\$10.000.000,00. Sobrarão US\$5.200.000,00. O retorno será, portanto, em quatro anos, uma vez que os recursos aplicados serão apenas de US\$20.000.000,00 e não de US\$100.000,00. Poderá, assim, fazer cinco fábricas. Se cada uma gerasse mil empregos, com cinco fábricas estaria gerando 5 mil empregos, com o mesmo capital.

No Brasil, se o empreendedor quiser fazer o mesmo, aplicando 80% de recursos do BNDES, que é o Banco oficial de fomento, no qual os recursos custam mais barato do que em qualquer outro estabelecimento, e quiser fazer cinco fábricas aqui também, ainda mais aqui, onde precisamos gerar mais empregos do que eles, tomando os mesmos US\$80.000.000,00 e pagando a TJLP mais 2%, vamos ver o que irá ocorrer. O dinheiro mais barato é o do BNDES. Nesse Banco, a taxa mais barata é a chamada Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP -, que é, hoje, de 12,5% ao ano. E há um "spread" mínimo de 2%. Provavelmente ninguém consegue obter essa taxa de 2% de "spread". Pode obter 4%, mas 2% é quase impossível. Isso, se for fazer o negócio diretamente no BNDES, porque, se fizer em outro Banco, mesmo que seja um Banco de fomento, como é o nosso BDMG, mesmo assim haverá também o "spread" do BDMG, que poderá ser em torno de 2% ou de 4%. Então, a taxa já está em 12,5% mais 2% do BNDES, mais 2% do BDMG, já temos 16,5%. Mas vamos admitir que o negócio seja feito diretamente com o BNDES e que será de 12,5% mais 2%, que é uma taxa heróica. Então, são 14,5%. Com mais algumas despesinhas, vamos arredondar para 15% ao ano. As pessoas, então, dizem assim: "Puxa, mas é muito barato. Apenas 1,2% ao mês."

Então, vamos ver: 15% sobre os US\$80.000.000,00 resultam em US\$12.000.000,00. Como o lucro é de US\$10.000.000,00, o prejuízo será de US\$2.000.000,00. Esse prejuízo significa que, em dez anos, o capital de US\$20.000.000,00 irá embora, ou o de US\$100.000.000,00, se forem cinco fábricas.

Então, simplesmente não podemos investir no Brasil. Estamos fazendo investimentos - Jheh e muitos outros, como eu também -, porque aprendemos. Aliás, costume dizer que somos vocacionados para o sofrimento, porque só um vocacionado para o sofrimento poderá investir em um país onde as taxas de juros estão proibindo - desencorajando é pouco -, proibindo tais investimentos.

Não teremos como resolver o problema do desemprego enquanto estivermos praticando essas taxas de juros. Alguém pode dizer que a abertura foi errada. Então, vamos fechar a nossa economia? Digo que não. Temos de oferecer a nossa economia as condições de igualdade para que possamos competir. O Brasil é competitivo. Conheço o mundo todo. Fizemos pesquisas de custos no setor têxtil não só na América do Norte, como na Europa, no Leste europeu e em quase todos os países da Ásia, a começar pelo Paquistão, pela Índia, pela China Continental, por Taiwan, por Hong Kong, pelo Japão, pela Coreia, pela Indonésia, pelas Filipinas, pela Malásia, para verificar se poderíamos fazer investimentos no Brasil e competir com eles aqui ou lá. E podemos afirmar para os senhores que somos competitivos e podemos competir com eles aqui ou lá. Só que teríamos de tomar a decisão de fazer os investimentos aqui com recursos próprios, sem recursos de terceiros, como fazem lá. E fazendo com parte de recursos próprios e parte de recursos de terceiros, teríamos ampliada a nossa capacidade de investimento, portanto de produção e de geração de riqueza para o País. Quando alguém diz assim: "Por que o País está convivendo com essa taxa alta de desemprego, que é a mazela maior, e não toma uma providência para crescer?". É porque essa providência exige urgentemente que baixemos as taxas de juros. Nunca houve, na história do Brasil, maior transferência de renda do setor produtivo nacional, do trabalho, em benefício do sistema financeiro internacional. É inadmissível que continuemos trabalhando com essa política. Daí a razão pela qual teremos de nos unir em ocasiões como esta, onde há pessoas que formam opiniões, pessoas que nos podem ajudar a demover as autoridades financeiras. Hoje até o FMI, que é monetarista até a alma, já está preocupado com os problemas sociais e querendo que as economias de todos os países, além da preocupação básica com o sistema monetário, procurem principalmente resolver os problemas da pobreza, o problema sociais.

Precisava falar mais sobre isso, mas meu tempo está esgotado, e a campanha já tocou. De fato, o Presidente já esperava por isso: não teríamos como abordar tema tão amplo em período tão curto. E, na verdade, vim para ouvir os grandes conferencistas que aqui estão.

Talvez tenha me faltado capacidade de síntese, porque, quando falo para uma platéia desse nível, tenho que fazê-lo com absoluta segurança e, para falar, tenho que pensar. Minha experiência é empresarial. Não tenho formação que me permita abordar, de forma sintética, um assunto como este. Uso palavras simples e, assim sendo, tenho que me estender e, às

vezes, fico enfadonho. Muito obrigado. (- Palmas.)

#### Palavras do Sr. Roberto Nicolau Jeha

Sr. Presidente, Deputado Edson Rezende; Senador José Alencar; meu amigo Paulo Osório; Dr. Bernard Cassen; queridos primos Roberto e Ricardo Jeha; Aécio Freitas, Diretor da nossa empresa em Minas Gerais; meus amigos; minhas amigas; atendo, com muita alegria, o convite que a Sra. Vânia Santaiana me fez, para participar deste seminário e falar um pouco sobre o que está acontecendo com o nosso País.

Início prestando uma homenagem ao Senador José Alencar. O Brasil precisa de mais empresários como ele, que é uma espécie em extinção. É dos poucos grandes empresários nacionais que ainda resistem à desnacionalização que foi imposta ao nosso País. Parabéns, Senador.

Estou absolutamente convencido de uma coisa: a mídia está nos enganando. Não sabemos para onde o barco Brasil está deslizando. Não tenham dúvida: o processo que vivemos atualmente é de absoluta vassalagem à finança internacional.

É importante que haja conscientização de todos os brasileiros, para evitarmos o que se pretende fazer com o Brasil.

No início dessa década, reuniram-se, em Washington, os economistas e monetaristas, o pessoal de Wall Street, as grandes corporações e os grandes Bancos internacionais e estabeleceram uma imposição para a América Latina, que foi o chamado Consenso de Washington. De que consistia o Consenso de Washington? Primeiro, os países deviam abrir totalmente sua economia. É evidente que os Estados Unidos não abriram a deles. O Senador, aliás, falou muito apropriadamente a respeito dessa abertura.

Enfim, abrimos nossa economia, não negociamos nada na rodada do Uruguai, estamos despreparados para a rodada do milênio. Só cedemos, só cedemos. Não tivemos nada em troca, mas cumprimos a imposição que nos foi dada pelos países do Norte.

Em segundo lugar, o Estado tem que ser mínimo. Não pode haver um Estado que induza o desenvolvimento; não pode ser um Estado que articule; não pode ser um Estado que mantenha o controle sobre os setores estratégicos. É bom fazer o Estado mínimo. Estão fazendo isso no Brasil. Está ocorrendo um verdadeiro processo de desmonte do Estado brasileiro. Não nos esqueçamos de que este País era uma grande fazenda agropastoril de 1930 a 1980, e mudou, através da atuação do Estado. Muitos empresários que ficam dizendo que temos de construir o Estado nacional estão cuspidos no prato em que comeram.

Com relação às privatizações, penso que devem ser selvagens. Do jeito que está, não se espantem se amanhã resolverem privatizar o oceano Atlântico e a Amazônia. O programa de privatização do Brasil, na minha opinião, é um dos maiores desastres que um país pôde fazer com seu patrimônio público. É só buscar acesso ao "site" do BNDES, pela Internet, para saber sobre a questão das privatizações. Darei um dado, para terem uma idéia do que foi feito com o dinheiro das privatizações. Não inventei esses dados, eles são do BNDES. As privatizações federais, de 1991 a 1999, há praticamente oito anos, entre a venda e a dívida assumida, representaram US\$57.964.000.000,00. Tudo isso foi feito até o ano passado, ou seja, antes da desvalorização cambial. Então, estou fazendo uma conta com o dólar médio do período a R\$1,20. Na verdade, o dólar médio do período é mais baixo do que isso, porque houve um momento em que o dólar era R\$0,83. Se multiplicarmos US\$57.964.000.000,00 por R\$1,20, chegaremos à conclusão de que o Estado brasileiro recebeu, pela Vale do Rio Doce, por todo o sistema PETROBRÁS, pelas hidrelétricas privatizadas e por todo o setor siderúrgico privatizado - os banqueiros compraram com moeda podre, enfim, consideremos que a moeda não era podre e que entrou dinheiro mesmo - R\$69.500.000.000,00, resultantes daquela multiplicação. Para terem uma idéia, nos últimos 12 meses, esse mesmo Governo Federal, que recebeu esses R\$69.500.000.000,00, gastou, só de juros - esses que o Governador expôs tão corretamente -, R\$129.000.000.000,00. Então, a TELEBRÁS foi entregue, a Vale do Rio Doce foi entregue ou vendida, o nome que quiserem dar, toda a telefonia foi entregue ou vendida e toda a siderurgia também. O dinheiro já foi embora, ou seja, foi pelo ralo, para pagar apenas 53% dos juros de um único ano de especulação no cassino financeiro. Para pagar seis meses e meio de juros, queimamos o patrimônio nacional. Não sou eu quem está falando isso. Esses números podem ser conferidos consultando-se o "site" das contas públicas da Internet. É o Banco Central que está informando isso. Sobre os números referentes às privatizações, é o BNDES que está informando, não é o Roberto, nacionalista e maluco, que veio tumultuar. Esses dados são verdadeiros. Entendo que todos os cidadãos brasileiros devem fazer uma reflexão sobre qual é o resultado que esse programa de privatizações causou ao Estado brasileiro, ou seja, ao nosso País.

Há uma outra questão do Consenso de Washington: estabilidade a qualquer custo, com supervalorização cambial, com taxas de juros as maiores do mundo. Isso é agiotagem internacional. Quem manda neste País é o "lobby" do financiamento da dívida pública. Por que não há emprego? Por que há violência? Por que não há saúde pública? Por que não há educação pública? Será que é vontade de Deus? Será que Deus está bravo com os brasileiros? Será que Deus deixou de ser brasileiro? Não, porque quem manda no País está subordinado aos interesses financeiros internacionais. A taxa de juros SELIC está a 19% hoje, mas a taxa básica média desses últimos 12 meses era 42% no início, e a taxa de juros média foi de 35%, isso para o Governo rolar suas dívidas. Mas, se qualquer um for a um magazine comprar uma televisão a prazo, vai pagar 12% ao mês, não é ao ano. E, se a minha empresa precisar fazer um desconto de duplicata para girar seu capital, vai pagar 6% ao mês, ou seja, com essa taxa de juro, com essa agiotagem, com esse projeto, não há investimento, não há crescimento, não há emprego, não há educação e não há a realização do País como uma Nação independente. É preciso que a sociedade se conscientize disso.

O Banco Itaú teve o maior lucro do País. Seu Presidente, que também é Presidente da FEBRABAN, ao ser perguntado por que seu Banco chegou em primeiro lugar, candidamente, respondeu que foi porque não emprestou para a produção, havia financiado a dívida pública. Ora, uma economia em que o Presidente do maior Banco privado do País fala uma coisa dessas não tem futuro.

Para terem uma idéia, a dívida pública brasileira era, em junho de 1994, de R\$152.000.000.000,00, algo em torno de 31% do PIB; em junho de 1998, passou para R\$495.000.000.000,00, ou seja, 50% do PIB. Se, nesses quatro anos, tivéssemos feito estradas, hospitais, escolas, investido em tecnologia e promovido o crescimento do emprego e o Brasil tivesse crescido 7%, 8% ao ano, como crescia em 1970, alguns poderiam dizer: "A dívida pública aumentou, mas aqui estão as usinas, as escolas, os hospitais e os empregos". Mas nada disso aconteceu. Em 1998, o Brasil foi para trás e caiu 0,2% do PIB. Este ano, se tudo der certo, empata zero a zero. Essa dívida pública aumentou só porque não pagamos juros para a agiotagem nacional e internacional. É preciso romper com esse processo, dizer "não" a essa agiotagem, é preciso defender nosso País.

A estabilidade que está aí não nos interessa. A sobrevalorização cambial e essa agiotagem acabaram com o Estado brasileiro e com os nossos empregos. O que adianta a inflação ser de 4% ao ano se o sujeito está morrendo de fome? O Senador José Alencar disse que, quando uma empresa morre, não apenas morre a empresa, morrem os empregos e a família dos que perderam o trabalho. É preciso haver conscientização, o País precisa de um projeto nacional já, de desenvolvimento econômico e social sustentado, e não desse projeto de vassalagem, um projeto em que se vê o Vice-Presidente do FMI, Sr. Stanley Fischer, vir dizer na televisão nacional, em inglês, o que o Brasil tinha que fazer. E ainda trazer um intérprete de Moçambique. É um desrespeito à Nação brasileira. É preciso que a gente de Minas Gerais, que sempre se levantou nesses momentos, levante-se contra esse projeto que está nos alienando como País.

Com relação às privatizações, um assunto muito caro aos mineiros, o único que resistiu à privatização de uma companhia elétrica para empresa estrangeira foi o Governador Itamar Franco. É preciso apoiá-lo, porque a CEMIG é de Minas Gerais e deve continuar sendo de Minas Gerais. Por quê? Se for privatizada para empresas estrangeiras, já estamos com um serviço de dívida de nosso passivo externo de 3,3% do PIB.

Por quê? Chega uma Southern da vida e compra a CEMIG. Vai operar em Minas Gerais, terá lucros em reais, e não vai gerar um dólar para o nosso superávit comercial. Só que esses lucros serão transformados em dólar e remetidos para o exterior, aumentando ainda mais o nosso déficit do balanço de pagamentos. Então, não é que seja contra o investimento estrangeiro, mas este deve vir para o Brasil a fim de criar novas empresas e empregos, produzir fábricas novas, trazer tecnologia, e não para comprar, com o dinheiro do BNDES, artigos brasileiros que foram construídos em 40, 50 e 60 anos. É preciso dizer "basta" a isso, não somos nenhum paíseco, somos o Brasil, temos 8.500km de costa atlântica, temos a maior área agricultável do mundo, nossa agricultura está estacionada em 75.000.000t há cinco anos. Esse Banco do Brasil, que deveria ser um Banco de fomento, hoje é pior do que o Boston e o Citybank. Fui pedir um empréstimo de custeio para a soja e para o milho e disseram-me: "Não, custeio não. Mas, se quiser, fazemos uma operação a futuro para a bolsa de Chicago". O agricultor, em vez de ter um financiamento de custeio, recebe a sugestão para que faça uma especulação na bolsa de Chicago?! Esse tipo de Banco do Brasil não é necessário, precisamos ter um Banco do Brasil da antiga Carteira de Crédito Agrícola Industrial - CREAMI -, que, antes do BNDES, colaborou decisivamente para formar o parque industrial brasileiro, aquele Banco do Brasil que financiava a fronteira agrícola, que fazia o custeio agrícola. Aquele Banco do Brasil, Senador, em que, quando comecei a trabalhar com meu pai na tecelagem, levava meu borderô de desconto e me descontavam para pagar a folha de pagamento. Agora, a pessoa entra lá e debitam na sua conta corrente que você respirou "tanto" de oxigênio. Ou seja, não é esse tipo de sistema financeiro de que estamos precisando, e sim de um que esteja a serviço da produção; estamos precisando de mais BDMGs. Outra nota 10 para Minas. Em São Paulo acabaram com o BANESPA, que não é mais nosso, e, se não abrimos os olhos, qualquer Citybank ficará com o BANESPA. O problema da desnacionalização é muito grave, grandes Bancos nacionais já não são nacionais: o Bamerindus, o Real..., sobram só três grandes Bancos nacionais: o Itaú, o

Unibanco e o Bradesco. Vamos supor que amanhã o Banco Central queira fazer uma rolagem da dívida, chama os banqueiros e diz: "Precisamos alongar o perfil de nosso endividamento. Vocês são banqueiros brasileiros e têm que colaborar conosco". A resposta que o Banco Central ouvirá, provavelmente, será em inglês, de algum dos diretores de Bancos ingleses, que dirá: "Preciso consultar o Wall Street". E, nessa altura, quem fará a política monetária no Brasil?

Da mesma maneira, quero alertar para a desnacionalização do comércio. O Makro, o Carrefour... nossos amigos franceses estão comprando tudo. Onde está o empresário brasileiro? Isso significa que aquela pequena fábrica de farinha que existe em Patos de Minas e que vendia para o Pão de Açúcar, para a rede mineira, na hora em que o Carrefour comprar - eles têm o que chamam arrogantemente de "global sourcing", que é o fornecimento global -, dará preferência aos seus fornecedores do exterior. Então, aquela fábrica de Patos ou de Santa Luzia vai perder os clientes, e quem venderá lá será a Nestlé e a Gessy Lever. É preciso denunciar isso. É preciso que a rede de comercialização brasileira fique o mais possível em mãos nacionais.

Apenas para terminar, quero dizer que sou empresário, tenho fábrica em Minas e estou lutando com 300 mil dificuldades. Não desisto, acredito no meu País e no meu povo. Para sairmos disso, temos que fazer um pacto político. Não vamos nos enganar, tudo é política, na vida. A burguesia industrial brasileira, se quiser continuar com os dedos, terá de entregar os anéis e fazer um pacto com os trabalhadores brasileiros, com a classe média brasileira, com a cidadania, para que todos nós, na cidadania, de baixo para cima, defendamos os interesses legítimos da Nação. Temos de construir um novo País, para que o século XXI não seja mais um século perdido, como o foram os séculos XIX e XX.

A propósito, queria recomendar a todos a leitura de um livro do jornalista Jorge Caldeira, que se chama "A Nação Mercantilista". Quando vocês lerem esse livro, irão perceber porque o Brasil perdeu o bonde do século XIX e o que temos de fazer para não perder o bonde do século XXI.

Acredito em nós, brasileiros, mineiros, paulistas, pernambucanos. Vamos pegar essa tocha, vamos pegar esse projeto e transformar o Brasil numa grande nação do século XXI. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Paulo Osório Silveira Bueno

Gostaria de agradecer ao Deputado Edson Rezende, que coordena estes trabalhos; ao Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Anderson Adauto, e aos demais Deputados presentes. Tenho muito prazer em participar desta Mesa juntamente com o Senador José Alencar Gomes da Silva e com o empresário e companheiro de São Paulo, Sr. Roberto Jeha, que fizeram exposições muito claras, objetivas e, principalmente, muito didáticas, sobre realidades que nem todos têm oportunidade de perceber. Gostaria de cumprimentar, também, o Sr. Bernard Cassen, que vem nos trazer uma visão européia, uma visão francesa desses problemas que o Brasil vive hoje.

É muito importante que a Assembléia de Minas tenha iniciativas desse tipo. Aliás, o Poder Legislativo nem sempre é bem compreendido. De todos os Poderes da Nação, ele é o mais aberto, o mais democrático, o mais transparente e, provavelmente, o melhor em qualidade porque é o mais renovado. Os senhores podem ver que as Assembléias de Minas, de São Paulo, do Congresso Nacional, são renovadas, a cada eleição, em 40%, 50% e até 60%. Portanto, o influxo de novas idéias e de novas pessoas que vêm participar desse trabalho é muito importante. O Legislativo, que às vezes tem um ou outro elemento considerado como fruta podre, é um Poder que precisa ser melhor compreendido e mais prestigiado. Isso porque ele é um Poder em que o cidadão chega com maior facilidade, em que esse cidadão encontra interlocutores experientes, que podem ajudar a formar opiniões e a participar melhor da vida de todos nós.

A política não é uma "coisa" para os políticos, é uma "coisa" para cada um de nós, cidadãos que têm de sobreviver, de criar a família com dignidade e que procuram dar alguma contribuição para a sociedade em que vivem.

Gostaria de lembrar um fato que aqueles que são da minha geração devem recordar. Quando éramos pequenos, aprendemos que o Brasil era o país do futuro. Nós, brasileiros, tínhamos essa consciência por causa da dimensão do Brasil, da sua população, que sempre foi crescendo rapidamente, das suas potencialidades, e porque durante um século foi o país que mais cresceu no mundo. Até 1980, até o fim do regime militar, até a segunda crise do petróleo, o Brasil foi o país que teve o desenvolvimento mais acelerado do mundo. Então, sempre fomos otimistas. Pessoas como Juscelino nos ensinaram a acreditar que o Brasil um dia chegaria muito "alto", muito "longe". E nós aprendemos a trabalhar dentro dessa perspectiva. De repente, veio a redemocratização, que era necessária e foi positiva, e elaboramos uma Constituição ampla, detalhada, cidadã. Só que ela estava um pouquinho defasada em relação aos tempos que vinham vindo. Ela declarava enormes direitos que a Nação não tinha como resgatar e criava esperanças excessivas.

Passamos, também, por um período populista, que sempre acaba acarretando custos mais altos que os habituais.

No ano seguinte, caiu o muro de Berlim e surgiu essa tal de globalização, que é um fato. É um fato existente e precisamos aprender a administrar os nossos interesses dentro desses fatos que atingem a vida de cada um de nós.

O Brasil vivia, naquele período, uma economia fechada, semi-autônoma, mas tinha a melhor indústria, a mais diversificada do Terceiro Mundo. Tinha um setor de serviços mais diversificado do que o de qualquer país do Terceiro Mundo e uma agricultura que, tirando a China e os Estados Unidos, era a maior do mundo, pelo menos em volume de produção.

Apesar disso, o Brasil foi, nos anos seguintes, varrido de maneira surpreendente. A grande mobilização da Nação está sendo cada vez mais diminuída. Os que aqui me antecederam puderam ilustrar isso de modo muito claro e expuseram algumas dessas razões.

Inicialmente, tínhamos perdido uma década. Aí veio um Presidente moderno, "bafejado" pelos ventos da novidade, dizendo que não mais admitiria que fizessemos carroça aqui, e abriu a economia, de graça, sem negociar, sem tentar barganhar posições ou mercados.

Lembramos que há pouco tempo aquele jovem Presidente, envolvido pelos escândalos, pelo fracasso da economia, foi varrido. O Vice-Presidente assumiu e deu uma outra diretriz ao País. Um dia, chamou o seu Ministro das Relações Exteriores e lhe disse: você será o nosso Ministro da Fazenda. Temos um plano de realinhamento econômico que poderia levá-lo à Presidência da República. Fez do seu ministro o Presidente da República. Aí, de repente, muita gente no Brasil poderia pensar assim: agora chegou a vez. Esse camarada é bem preparado, tem trânsito no Primeiro Mundo, tem um discurso social democrata adequado, e parece que o Brasil vai poder, finalmente, um pouco mais amadurecido, encontrar um caminho.

Depois de cinco anos sabemos que as coisas não aconteceram dessa maneira. Depois de uma reeleição, depois que o Congresso Nacional votou todas as leis em que o Executivo se empenhou sinceramente. Pode até não ter votado alguma, porque o Executivo não teve interesse maior. Fingiu que queria. Mas, na verdade, todas as leis e projetos que o Executivo encaminhou e nos quais se empenhou, o Congresso votou. Perdemos mais de uma década. A economia foi altamente desnacionalizada, e sabemos disso. Grande parte do patrimônio do Estado foi alienado, conforme aqui já se analisou também.

A sociedade vive um grande desemprego, paga altos impostos, recebe maus serviços públicos, está insegura, inclusive em termos de segurança pessoal, de segurança própria, e perdeu grande parte de suas esperanças.

A conseqüência é que as pesquisas indicam uma forte rejeição do Governo a cada pesquisa feita. O que aconteceu? Homem de formação social-democrata, esquerdista, com forte formação marxista, que enfrentou o regime militar, que tinha um toque de mundo em nível internacional, que tinha aulas acadêmicas aqui e na Europa, que impressionava favoravelmente e, de repente, se deixou seduzir por essa onda ultraliberal, que criou essas realidades que já foram aqui analisadas.

Gostaria de analisar um aspecto que acompanhei muito de perto e lembrá-los de que esse vendaval atingiu, indiscriminadamente, os grandes, os médios, os pequenos e os microempresários. Todos estão perplexos, lutando para sobreviver e tentando encontrar o caminho. A indústria de autopeças, setor a que presto colaboração, é um exemplo ainda mais contundente desse episódio. Junto com alguns outros setores, como o de telecomunicações, o de informática e o financeiro, foi o que mais rapidamente foi varrido pela onda da globalização. A regra do jogo mudou drasticamente. Podemos imaginar o setor produtivo de automóveis como uma pirâmide, em cujo topo está a montadora. Atualmente, são pouco mais de uma dezena no mundo. Em três ou quatro anos, serão só cinco, eventualmente seis. Em seguida, estão os "sistemistas", os que efetivamente montam os carros. De acordo com as novas concepções de consórcio modular, a montadora já não entra na linha de produção. São esses "sistemistas" que fazem os investimentos, montam os sistemas, ou seja,

montam as partes principais dos carros num sistema, mais ou menos, de consórcio e entregam o carro pronto. Hoje, a montadora planeja o mercado, calcula em que vai investir, planeja onde vai vender, planeja as novas marcas e desenvolve uma tecnologia paralela.

O Governo brasileiro não entendia nada do que estava acontecendo; não entendia em 1992, não entendia em 1994. Começou a entender um pouquinho quando as coisas já tinham acontecido, quando a melhor indústria de autopeças que existia fora do Japão, da Europa e dos Estados Unidos já estava praticamente sem condição de reação e foi sendo absorvida. E não foram absorvidas apenas empresas de fundo de quintal, empresas que trabalhavam precariamente; foram absorvidas empresas multinacionais brasileiras de primeira qualidade. Algumas delas eram as melhores do mundo no seu setor, tanto que os grupos estrangeiros que as compraram continuam trabalhando no mundo inteiro com as antigas marcas. Algumas tinham grande valor - eram produto de 40, 50 anos de trabalho - e foram alienadas, muitas vezes, quase a preço de banana, porque, quando o possível parceiro estrangeiro vinha, já se sabia que era o fornecedor mundial da montadora A, B ou C. Essa é a regra do jogo. Ele vinha como parceiro mundial. O produtor brasileiro sabia que tinha de fazer algum tipo de associação com ele para sobreviver, para poder continuar fornecendo. Fazia-se um levantamento da empresa brasileira, que precisava ser muito boa para estar em condições de equilíbrio.

Como o Senador José Alencar e o Jeha expuseram, as regras do jogo e as condições competitivas, para nós, são muito mais difíceis do que para os outros. Chegava-se à avaliação de que aquela empresa valia 100. Ai, a empresa estrangeira dizia: "Sim, o próximo carro será lançado aqui, e, em algum tempo, estaremos desativando a linha de produção dos carros nacionais, os que foram concebidos no Brasil e desenvolvidos aqui". Hoje, o conceito é de carro mundial. O mesmo carro que é feito no Brasil é feito na Itália, é feito no México, é feito na Espanha, é feito na Indonésia. Onde houver uma fábrica de automóveis daquela linha, é o mesmo carro e o mesmo fornecedor. Então, eles falam: "O próximo carro que será lançado é um pedido meu. Então, quanto vale meu pedido?". Sem o pedido, não adianta ter a fábrica. Não haverá para quem vender. Os negócios foram feitos dessa maneira. O pedido valia a fábrica. Ficava sócio em 50% - quando havia sociedade -, mas tinha financiamento, na sua área, a 2%, 3%, 4% ao ano. Essa é a realidade hoje. E nós não tínhamos esse financiamento.

Excelentes empreendedores foram aliados do processo. Alguns deles jovens, gente que tem talento para ser Ministro, para dirigir qualquer coisa no País. Um deles, brilhante sob qualquer aspecto, um homem de 40 anos, saiu-se bem, saiu rico do processo. A fábrica dele ainda é a melhor do mundo. Disse-me certa vez: "O País não quer que eu seja um produtor, quer que eu seja um investidor, um especulador. Já não tenho espaço nesse tipo de organização, de economia".

Das 35 empresas "sistemistas" que estão no Brasil, apenas duas são nacionais. A SABOÓ foi vendida há duas ou três semanas, era a terceira. As outras duas serão vendidas, é apenas uma questão de oportunidade. São empresas competentes, evidentemente. Temos espaço, nosso mercado é muito bom. O Governo perdeu o prazo de registrar um regime automotivo na Organização Mundial do Comércio, tempestivamente. Tiveram depois de nos servir, em 1994, com um acordo com a Argentina, acordos bilaterais de comércio. A Argentina cobrou por esse acordo, estamos pagando até hoje. Temos tentado negociar essas coisas, os senhores têm acompanhado pelos jornais. A carga fiscal média da Europa, do Japão, dos Estados Unidos é de 8% a 15%; a carga sobre um automóvel no Brasil é de mais de 40%. Os senhores, que estão realinhando o IPI, sabem quanto pagamos. Apesar de outras limitações de juros, de uma carga fiscal completamente diferente de todos os outros países do mundo, apesar de não termos uma escala de produção como têm a Europa, o Japão, os Estados Unidos, temos uma indústria que continua viável. E temos, sobretudo, o que mais interessa: uma empresa que atua no mundo inteiro, que é o mercado. Por isso o Brasil continuará interessando. Mas o poder de decisão, menos e menos, fica aqui.

Nesse meio tempo, o SINDIPEÇAS elaborou alguns projetos alternativos, antes que essa desnacionalização ocorresse, e os levou ao Governo. O primeiro era um modelo que já tinha dado certo na Espanha e faz da Espanha, ainda hoje, o país mais eficiente na produção de autopeças. Queria explicar que autopeça é 60% do conteúdo final de um carro. O carro é, basicamente, autopeças, algum serviço de montagem e a margem que a montadora tem quando vende o produto. Cada vez que se vai vender para a montadora, é a única compradora daquele produto, então, dita o preço. É aquilo que o Jeha falou, "global sourcing". Quando você tem uma determinada peça e vai vender, ela fala: "Você está querendo me propor US\$5,00. Tenho isso a US\$3,20 na Espanha, a US\$3,40 na Áustria. Se me fizer ao preço da Espanha, compro; senão, vou importar".

No lançamento do programa automotivo no Brasil, depois de terem perdido o prazo, baixaram uma medida provisória, em 1995, com absoluto desconhecimento de causa. Deram 70% de proteção alfandegária para os automóveis e 2% para as autopeças. Em um País que tinha moeda desvalorizada, que já é o custo Brasil, que tinha juros mais caros, evidentemente expôs completamente a indústria de autopeças ao talento dos seus compradores ou dos seus concorrentes de outras partes do mundo. Como o SINDIPEÇAS é estruturado economicamente e sabe fazer pesquisa, é informado, seus Diretores viajam continuamente, montamos um projeto igualzinho ao espanhol, que consistia em juntar recursos dos fundos de pensão dos empregados de todo o sistema automotivo, recursos do BNDESPAR, que seria sócio desse empreendimento, e recursos de empresários investidores. Isso constituiria um Banco de fomento que teria uma "holding" encarregada de promover fusões e incorporações de várias empresas, que teria um grupo de estudos.

Só incorporando-nos e criando empresas maiores, seremos capazes de enfrentar a concorrência. Precisamos de um grupo de estudos para a expansão e a realocação das empresas existentes, um grupo de pesquisa de tecnologia de processo, de tecnologia de novos produtos, uma "training company" para poder organizar a venda e a compra de acordo com nossos interesses e um Banco comercial que pudesse ser o abastecedor do dia-a-dia dos recursos necessários ao sistema. Isso já deu certo na Espanha. Até que as autoridades pudessem entender, já havia acontecido o processo de nacionalização.

Levamos ao Governo um outro projeto, bastante simples. Como expliquei para os senhores, como hoje a montagem de um automóvel tem outra conotação, era importante que desenvolvêssemos projetos que financiassem o desenvolvimento de novos projetos de veículos, quer dizer, a FIAT, a Ford, a Mercedes têm que lançar novos projetos mundiais. E poderíamos financiar, no Brasil, a custo internacional, o desenvolvimento dos novos projetos, porque só desta maneira manteríamos aqui a tecnologia e a engenharia nacional funcionando. Empresas de porte médio que tinham 30, 35 engenheiros hoje têm 2 ou 3. Poderíamos, desenvolvendo cada período da implantação de um produto, manter-nos no nível das principais economias. Até hoje, o BNDES não deu resposta a esse projeto, ainda que procurado por várias vezes. Dessa maneira, essa indústria que produz US\$18.000.000.000,00 por ano, que exporta US\$4.500.000.000,00 - exportará US\$5.000.000.000,00 no ano que vem e US\$6.000.000.000,00 daqui a dois anos - foi desnacionalizada com pouco proveito para a Nação. Estão aí empresas competentes, mas o poder de decisão brasileiro, nesse setor, desapareceu.

Gostaria de concluir dizendo que, apesar de tudo, percebemos que, se tivermos capacidade de nos organizar, de discutir profundamente esses problemas outras vezes, teremos grandes oportunidades. Queria cumprimentar a Assembléia por esta iniciativa, pois, se nos tornarmos cidadãos engajados nesse processo, é claro que o Brasil tem saída, é claro que o Brasil tem caminho. Mas é preciso que esse debate político se aprofunde. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Bernard Cassen

Saúdo meus colegas da Mesa. Fiquei extremamente impressionado pelo que foi dito pelas três pessoas que me precederam e têm em comum o fato de serem chefes de empresas e falarem do sistema produtivo. O que cada um de vocês disse é de aterrorizar e ilustra perfeitamente como um grande país como o Brasil pode ficar de joelhos, ser asfixiado pela aplicação de uma ideologia ultraliberal e, algumas vezes, pela demissão de seus dirigentes. Gostaria de dizer que não nos encontramos nessa situação, na França e na Europa, o que não significa que não tenhamos enormes problemas. Nós os temos, mas não são exatamente os mesmos. É preciso saber, inicialmente, que já não há política nacional francesa, belga, italiana, etc., em matéria de indústria e comércio. As políticas são européias, tudo o que vou falar se refere ao mercado europeu, pois estamos num mercado único europeu, que foi sendo implantado aos poucos e está praticamente terminado.

As mercadorias, os bens, os serviços e as pessoas podem circular livremente no interior dos 15 países que constituem a União Européia. Há uma moeda única para 11 dos 15 países, e, mesmo ela não estando fisicamente disponível hoje, estará em dois anos.

A política comercial é única para os países europeus. Não existe uma política italiana, francesa; é a mesma para todos os países, e é fixada pelo Conselho de Ministros, e é a Comissão Européia que é encarregada de aplicá-la. Quando vendem um produto na Europa, o fato de ele entrar pela Grécia, pela Itália ou pela França não o impede de estar sujeito às mesmas regras alfandegárias da Europa. A política comum é comum. É por isso que, fora da Europa, a Europa dá a impressão de existir, porque ela se apresenta diante do mundo como tendo uma política comercial comum.

Gostaria de acrescentar também que o comércio dos países europeus está 75% intra-europeu, ou seja, 75% do comércio da França se faz com os outros países europeus. E a recíproca é verdadeira para os outros países. A União Européia com seus 380 milhões de habitantes, juntamente com os outros países que ainda não são membros - os países do Leste, que estão agora se movimentando -, tem um mercado de, em breve 500 milhões de consumidores. É um mercado amplamente auto-suficiente. A Europa não precisa de nada, exceto energia, petróleo e alguns metais raros, diamante, etc. Fora isso, podemos viver sem o comércio com os Estados Unidos, com o Japão; há de tudo na Europa. E o comércio se torna cada vez mais intra-europeu.



É preciso dizer também que a política industrial europeia é a mais ultraliberal que existe. Talvez fosse necessário que desse algumas explicações, mas não posso explicar como funcionam as instituições europeias, em razão do tempo. A Comissão Europeia é o executivo da União Europeia composta por personalidades nomeadas pelo Governo. Essa Comissão Europeia se caracteriza pelo seu ultraliberalismo e pelo seu frenesi por lutar contra toda ajuda do Estado. Nessa comissão existe um membro encarregado da concorrência, que passa a vida a perseguir tudo que, na sua opinião, entrava a concorrência. A concorrência no interior da União Europeia é feroz, e essa questão é permanentemente supervisionada pela comissão.

A política da União Europeia, mesmo sendo ultraliberal, é bastante equilibrada. Por exemplo, na área de pesquisa, a Comissão proíbe as ajudas públicas, mas são dadas ajudas europeias públicas às empresas para projetos de pesquisa. Para isso, é preciso que os órgãos ou as empresas de pesquisa - privados ou públicos - de pelo menos dois países diferentes - três ainda é melhor - estejam de acordo sobre o programa de pesquisa, para que haja esse financiamento, que é no máximo de 50% do custo total da pesquisa. Essas ajudas para pesquisas são indiretas e não negligenciáveis para as empresas. No entanto, há uma área da União Europeia em que existe uma política que não é liberal, que é a política agrícola comum. A política agrícola comum foi implantada no início da década de 60, para assegurar as rendas agrícolas e atingir uma certa auto-suficiência alimentar para a Europa. Quanto a isso, teve muito sucesso, porque agora tem excedentes consideráveis em praticamente todas as áreas. Não em todas, mas praticamente em todas. A agricultura europeia é protegida, ou seja, os agricultores europeus têm uma garantia de preço para seu produto. Todo ano, fazem uma reunião com o Ministro da Agricultura para decidir o montante dos preços garantidos para os cereais, para a produção bovina, ovina, etc. A política dos preços garantidos cobre, mais ou menos, 95% do total das produções animal e vegetal da Europa. Nesse aspecto, a União Europeia pratica um sistema perverso, porque subvenciona as exportações. Como tem excedentes agrícolas, as saídas são as seguintes: estocar, doar como ajuda humanitária para a África ou a Rússia, ou, ainda, vender no mercado externo. Mas como os preços garantidos europeus são superiores aos preços do mercado internacional, como os do Brasil e da Argentina, a União Europeia subvenciona parte dessa diferença, o que contribui para criar concorrências desleais para os produtores dos outros países.

A título pessoal, quero dizer que sou favorável à proteção da agricultura europeia, como também sou favorável à proteção de todas as agriculturas. Mas sou totalmente hostil à subvenção às exportações. Então, a agricultura é um setor à parte e diria que, se a Comissão pudesse, desmantelaria as proteções para a agricultura. Na União Europeia, vários países preferiam não ter essa política agrícola, como o Reino Unido. Aliás, gostaria de enfatizar que Tony Blair e Margaret Thatcher são farinha do mesmo saco e são os campeões nessa resistência. Ou seja, não haveria uma política agrícola comum se dependesse só do Reino Unido, campeão do liberalismo na Europa.

Em nível nacional, a ajuda direta às empresas é proibida, mas há muitas maneiras indiretas de ajudá-las. Cada país o faz à sua maneira, e a França também. Essas ajudas são para formação e para pesquisa. Temos créditos de imposto-pesquisa. Se você gasta mais dinheiro em matéria de pesquisa, você tem menos impostos que pagar. Há ajuda para inovação, garantia para exportação, ou seja, se você vende aviões, máquinas e instrumentos, tem um certo tipo de garantia junto a um órgão público chamado COFACE, que garante uma proteção, mesmo se o cliente não paga. Outro fato importante é a subvenção por parte das coletividades locais para atrair as empresas, há até uma concorrência entre as regiões, entre os Estados e as cidades, o que é escandaloso na minha opinião, mas nós financiamos bobamente os investimentos estrangeiros, dentre os quais é lamentável o caso da Euro Disneylândia, que fica a 30km de Paris e que é uma verdadeira mancha cultural para a França. A França financiou toda a infra-estrutura, inclusive o que chamamos de R.E.R. - metrô de grande velocidade, que vai aos limites da cidade e chega até a porta da Euro Disneylândia. Colocamos um tapete vermelho para Walt Disney chegar com suas grandes orelhas e se instalar em nosso país. Essas subvenções criam uma concorrência formidável entre as empresas, que dizem: "Olha, o que o senhor me oferece aqui? Não é suficiente, vou ver com outro", etc. Frequentemente, vemos empresas estrangeiras que vêm instalar-se na França, como caçadores de tesouro do faroeste. Depois, pegam o tesouro, põem-no no bolso e vão embora. Não buscam outras vantagens. Isso não é muito coerente, e eu não aprovo. Se vocês me perguntarem qual a atitude dos empreendedores franceses diante do neoliberalismo, vocês verão que, apesar da política da concorrência, que é conduzida pela comissão europeia, de qualquer forma as empresas recebem uma certa ajuda do poder público. Gostaria de dizer que, quando falamos do poder público, somos nós, os contribuintes que lhe pagamos, até mesmo com casos de aposentadorias antecipadas que chegam a ser escandalosas. Se eu tiver tempo, vou explicar-lher o caso da empresa de pneus Michelin, que há um mês anunciou, no mesmo dia, um aumento de 12% de seus lucros e a demissão de 7 mil pessoas. E os franceses se perguntaram: "Mas como isso é possível? Vocês ganham mais dinheiro e, apesar disso, demitem funcionários?". E eles nos responderam: "Estou ganhando dinheiro, mas não o suficiente e por isso estou demitindo 7.500 pessoas". Isso provocou um escândalo político enorme na França, que vai obrigar o governo francês a tomar medidas contra esse tipo de comportamento, que é o comportamento clássico de todas as multinacionais, francesas ou não. Os franceses fazem exatamente o mesmo que os outros. Isso é válido para todas as empresas. Estamos numa situação em que o Estado ajuda muito as empresas de maneira indireta. Aliás, essas empresas são muito diferentes e têm interesses às vezes até contraditórios, ou seja, não têm uma doutrina clara do patronato francês. Ele está dividido. Há duas grandes organizações patronais. Uma que reúne as grandes e médias empresas e outra das pequenas e das microempresas. E nem sempre elas estão de acordo. Vou dar exemplos de empresas que têm comportamentos diferentes. Há as multinacionais francesas, que têm base na França, não sei mais se são francesas, porque têm 40% ou até 50% do fundo de pensão americano. Então, nem posso dizer se são francesas. Essas multinacionais interessam-se muito pouco pela França. Para elas, o que conta é o mercado mundial, pois elas têm implantações na Ásia, na América, etc. O interesse delas é portanto, obter o máximo de dinheiro do Estado francês, como fez a Michelin, não devolvendo o troco. Temos outro tipo de empresa, que chamamos de mão-de-obra, de forte intensidade de mão-de-obra, que estão num mercado internacional muito competitivo. Estou pensando, em particular, na área têxtil, que perdeu na Europa, ao longo de 15 anos, quase 2 milhões de empregos. Nessas empresas, há uma grande solidariedade entre os dirigentes, os assalariados e o sindicato, coisa absolutamente única na França. Numa vemos na França um documento assinado pelo sindicato e pela direção. Isso não existe. Mas na área têxtil, isso acontece justamente para proteger o que restou da indústria têxtil na Europa. Das 2.400.000 empresas francesas, temos 1.600.000 que são pequenas e médias. A grande maioria delas, cerca de 80%, vive no mercado interno francês ou europeu. Essas empresas, que têm seus clientes "in loco", têm um interesse direto no crescimento e na prosperidade, porque o cliente está ali. Aliás, quanto a isso, estou concordando com o Dr. Roberto Nicolau. Há uma espécie de pacto de fato, porque, quando as pequenas empresas desaparecem de uma cidade, o emprego também desaparece, e os comerciantes ficam sem clientes. Isso se torna uma catástrofe para a região. Então, as pequenas e médias empresas francesas operam amplamente no mercado europeu, porque, como já não há mais fronteira, as mercadorias circulam livremente. Em 1.600.000, apenas 20.000 exportam além das fronteiras europeias.

Sou Chefe-Geral de uma empresa e tenho responsabilidades de empreendedor. Mesmo me considerando mais um intelectual, sou empresário e sei que os empresários não têm posição muito clara sobre o liberalismo. Em geral, eles são muito menos ultraliberais que os ensaístas, os economistas, etc., porque os empresários são confrontados diretamente com o problema do mercado. Sabem que, em última instância, a proteção do Estado é importante e mesmo necessária.

Eles sabem, por exemplo, que os Estados Unidos intervêm com todas as suas forças, que são consideráveis, para proteger os interesses americanos em qualquer lugar do mundo. Assim sendo, quando Clinton se desloca dos Estados Unidos para outro país, ele leva em seu avião uma centena de homens de negócios, e, quando um país quer comprar "airbus" europeus ou "boeings" americanos, Clinton pega o telefone e fala com o Presidente ou com o rei - porque ele age assim principalmente com monarquias do Oriente Próximo -, para fazê-los mudar de opinião. Como vêem, a pressão dos Estados Unidos é muito grande para sustentar as multinacionais americanas, e, a meu ver, a pressão francesa talvez não seja tão forte assim. Não temos os mesmos meios de persuasão.

Para concluir, chamo a atenção para o grande perigo que vai pairar sobre as novas negociações da Organização Mundial do Comércio, que começarão em Seattle, no final de novembro.

Nessas negociações, que visam a liberalizar cada vez mais as atividades humanas, a agricultura e os serviços (seguros, Bancos, transportes, cultura audiovisual, etc.), os americanos e a Comissão Europeia querem acrescentar a saúde, a educação e, de maneira geral, todos os serviços públicos. Ora, o que está sendo preparado é uma espécie de ofensiva maior, que tenta bascular uma civilização em outra.

Podem dizer que, em alguns países, já temos uma civilização em outra civilização. Na Europa, não estamos ainda nesse ponto. Temos serviços públicos que ainda funcionam. Os trens, por exemplo, funcionam. Quem já foi à França sabe que o TGV - trem-bala - sai na hora marcada e chega na hora marcada. A saúde, mesmo com problemas, funciona. Não queremos passar para outro sistema, em que tudo é para vender e comprar, até o corpo humano.

Em Seattle, só os americanos e os europeus irão com exércitos de especialistas para negociar. É evidente que muitos países, até mesmo o Brasil, serão vencidos, porque os americanos vão enviar 1.500 "experts" de transnacionais, a delegação americana é composta de pessoas das transnacionais - para discutir 40 coisas ao mesmo tempo. Ou seja, nem os pequenos países nem os países médios terão pessoal técnico competente para acompanhar as negociações.

É por isso que a rodada do Milênio do Uruguai - que se anuncia - vai ser um desastre absoluto para os países do Sul, particularmente para o Brasil, e para nós também, europeus, se seguirmos o caminho da liberalização.

Um governo digno desse nome - e isso vale também para o meu governo -, deveria recusar, categoricamente, discutir todas as novas liberalizações, antes que se tenha feito o balanço das liberalizações passadas, extremamente desequilibradas, e antes mesmo que se tenha feito um balanço do funcionamento da OMC. Ou seja, não discutiremos nada. Examinaremos, primeiro, o que já passou e o que já foi feito, para vermos se foi bom ou ruim. (O resultado, já conhecemos, foi um desastre). Mas os Estados Unidos e a Comissão Europeia querem avançar, em uma marcha forçada, em algumas áreas, para se expandirem mais, sobretudo em países ditos emergentes, como o México, o Brasil, a Índia e os países do Sul, ou seja, simplificando: as negociações são uma armadilha muito perigosa. Não estou certo de que o meu próprio governo tenha consciência disso. Fazemos tudo o que podemos para tornar o nosso governo consciente, em particular o nosso Comitê Attac, que criamos na Assembléia Nacional Francesa, que já tem 115 Deputados, no qual tentamos exercer o máximo de pressão sobre o governo francês. Essa negociação durará vários anos, mas é preciso, desde agora, mostrarmos os perigos e os riscos, porque é uma

responsabilidade também dos parlamentares eleitos de um Estado, como do Estado de Minas, ou dos parlamentares do Governo Federal. É preciso exigir explicações dos futuros negociadores, eu diria mesmo que é preciso dar-lhes um mandato de negociação, para que não possam fazer o que quiserem. E é o que vai ocorrer: as decisões serão tomadas entre os europeus, os japoneses e os americanos. Depois, os outros terão de obedecer e assinar. É assim que ocorrerá, se nós todos não fizermos uma oposição frontal. O desejo que formulei é que, no Brasil, como na França, tenhamos a devoção e a capacidade suficientes para bloquear um projeto que se apresenta como um projeto liberticida. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos, agora, aos debates. A Presidência gostaria de esclarecer que as pessoas que quiserem fazer as perguntas podem fazê-las por escrito ou oralmente. Por escrito, terão 2 minutos para fazer a pergunta, e os debatedores terão 2 minutos para a ela responder. É claro que as perguntas podem ter vários enfoques diferentes. A agilidade dessas respostas será muito importante para o enriquecimento do debate.

#### Debates

O Sr. Presidente - A primeira pergunta é de Cláudio Vilaça, para o Senador José Alencar. "Por que só agora o Senador José de Alencar, que representa o poder econômico, se viu ameaçado do perigo da globalização?"

O Senador José Alencar Gomes da Silva - Boa pergunta. Primeiramente, não me vejo, isoladamente como pessoa física e como Senador, como representante do poder econômico, ameaçado pela globalização. Ela é um fato que está ameaçando a economia nacional, não a mim, isoladamente. Tive a oportunidade de explicar, em minha palestra, que fizemos pesquisas no exterior, para ver se podíamos ser competitivos. Posso dizer-lhes que as minhas empresas são competitivas aqui e alhures. Temos condições e estamos exportando não apenas para a União Européia, como também para os Estados Unidos, o MERCOSUL e outros países.

Só o somos porque não temos "alavancagem", temos trabalhado apenas com recursos próprios, porque, no Brasil, as empresas se dividem em dois grandes grupos: aquelas que são endividadas e as que são capitalizadas. As endividadas, por mais bem administradas que sejam e por mais competente que seja o seu quadro técnico, não têm condições de prosperar, porque os custos financeiros desequilibram todo aquele esforço e anulam não só o esforço técnico, como também o mercadológico, por mais bem orientadas que sejam. As empresas capitalizadas nem sempre são administradas com a mesma proficiência e, tendo em vista a diferença com que trabalham, no Brasil, vão bem.

O grande problema da globalização, hoje, é visto por todos. Por exemplo, comecei a participar das chamadas câmaras setoriais em Brasília, desde o primeiro momento em que se começou a abrir a economia. O conferencista francês nos informou que, na Europa, 75% do mercado é europeu. São auto-suficientes. Sabemos que o Brasil foi o terceiro país em termos de superávit da balança comercial do mundo. Em primeiro lugar, veio o Japão; em segundo, a Alemanha, e, em terceiro, o Brasil. Chegamos a um superávit na balança comercial de US\$18.000.000.000,00. Tudo o que importávamos não chegava a 5% do PIB. Isto significava que não éramos 75% auto-suficientes, mas 95%. Hoje, estamos importando cerca de 10% do PIB, o que significa que somos 90% auto-suficientes.

O grande problema no Brasil é que as importações se fazem por debaixo do pano. Somos o país do contrabando. Estamos facilitando a entrada de mercadorias não só pelos portos, como também pelos aeroportos e pelas fronteiras. Todos somos a favor da abertura, mas não à das fronteiras às atividades fora da lei, porque fora da lei não há salvação.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Em primeiro lugar, quero perguntar à Mesa qual o número de Deputados da bancada mineira no Congresso Nacional. Devido às colocações, chegamos à conclusão de que, para o Brasil sair desse caos, é imprescindível que conheçamos quem estamos elegendo como representantes. Fomos a Brasília entregar nossa proposta de reforma tributária, feita democraticamente, com todos os segmentos da sociedade. Pretendíamos fazer um estudo dessa proposta com a nossa bancada. Quando lá chegamos, a bancada só tinha 12 Deputados, sendo 3 do PT, 4 do PMDB, 3 do PL e 2 Senadores, 1 que se encontra presente e o Senador Arlindo Porto.

Ficamos surpresos ao encontrar apenas 12 parlamentares. Os demais estavam ocupados com outras coisas, que, provavelmente, não eram defender os interesses de Minas para os quais foram eleitos. Chegamos à conclusão de que, às vezes, o que é bom para Minas Gerais não é bom para essas pessoas. Temos que repensar o neoliberalismo e a venda do Brasil. Tudo o que está sendo vendido tem o aval dessas pessoas, porque, se estivessem nos representando bem no Congresso, não teríamos entrado nesse caos.

Estamos tendo a oportunidade de ver que um parlamento que trabalha bem para o povo, de verdade, como deve ser, mostra sucesso, tanto é que estamos nesta Assembléia Legislativa, com essa nova gestão, com essa nova Presidência trabalhando, ouvindo o povo e juntando para fazer uma proposta para o bem do Brasil. Era o que tinha a dizer.

O Sr. Presidente - Sr. Paulo, há 53 Deputados Federais e 3 Senadores. Há uma pergunta do Sr. Dimas Perin, feita na reunião de ontem ao Sr. Bernard Cassen, por não ter sido possível uma resposta ontem. Assim, vamos intercalar algumas perguntas de ontem com as de hoje. Pergunta: "Apesar dos erros praticados nos países socialistas, o socialismo continua sendo uma alternativa justa e viável ao capitalismo selvagem existente. O que o senhor acha?". Pede o endereço do "Le Monde Diplomatique" para mandar o jornal intitulado "Pensamento e Ação". A pergunta é de Dimas Perin, em nome da Fundação de Mobilização Popular.

O Sr. Bernard Cassen - A pessoa pode vir aqui, depois, que darei o endereço do jornal "Le Monde Diplomatique". Quanto à questão do comunismo e do socialismo, eu diria que, no ano passado, foi o aniversário de 150 anos da publicação do "Manifesto Comunista". Nessa ocasião, reli o "Manifesto" e percebi que havia passagens inteiras que poderiam ter sido escritas hoje, ou seja, não envelheceram, ao contrário, têm grande atualidade. As noções mudam um pouquinho, por exemplo, trocamos "burguesia" por "mercado financeiro", e todo o resto é de uma verdade absolutamente total.

A questão sobre a qual me pergunta necessitaria de um grande debate, pois ocupa dezenas, centenas de livros e colóquios, etc., mas, para simplificar, poderia dizer que os países ditos comunistas, como a União Soviética, colocaram em prática políticas que se diziam comunistas e socialistas, mas eram uma deformação do pensamento de Marx, que não era um político, mas um teórico. O que fizeram foi uma leitura do marxismo. Então, acho que os textos marxistas são essenciais para a compreensão do mundo. Aliás, os verdadeiros, os mais marxistas de hoje são justamente os financistas, porque travam abertamente uma luta de classe. Parece que não é bom falar nisso, mas vejamos o que fez a empresa francesa Michelin - que citei anteriormente - : está dispensando brutalmente 7.500 pessoas, enquanto o lucro aumenta. Marx não teria encontrado um exemplo melhor. Acho que a idéia do socialismo continua intacta, o que ocorre é que não temos um sistema chave nas mãos, uma arquitetura do sistema de troca, pronta para recomençar. Temos algumas pistas e indicações, é preciso encontrar caminhos.

O Sr. Presidente - Vamos passar à pergunta de Felipe Augusto, da UFMG, para Bernard Cassen: "Como o governo francês tem tratado a questão dos transgênicos e qual o mecanismo utilizado pelo governo para garantir ao comércio e à sociedade uma entrada controlada desses produtos no mercado francês?" Convido Felipe Augusto para estar terça-feira, dia 5, às 9h30min, no auditório desta Casa Legislativa, pois estaremos discutindo sobre transgênicos.

O Sr. Bernard Cassen - Como já tive oportunidade de dizer, não existe uma política do governo francês, mas uma política européia; não há nenhuma fronteira entre a França e os outros países europeus. Quem desembarca no Aeroporto Charles De Gaulle, na França, e vai à Espanha não atravessa fronteiras. Acabou, já não existe alfândega para pessoas nem para mercadorias. Então, não existe uma política francesa, mas uma política européia.

Em relação aos produtos transgênicos, os OGM - organismos geneticamente modificados -, já faz alguns meses ou anos que existe, na França e na Europa, uma verdadeira revolta contra a agricultura produtivista, contra o produtivismo agrícola, que provocou inúmeros escândalos, como o da vaca louca, o escândalo recente da dioxina presente nos alimentos para animais etc., etc. E, também, o escândalo da tentativa de imposição dos americanos de vender para a Europa carne com hormônios, - nós não produzimos hormônios - e, finalmente, os organismos geneticamente modificados.

Há, mais ou menos, um mês, um mês e meio, foi tomada uma decisão no âmbito europeu: que se pratique uma espécie de moratória sobre os produtos transgênicos. Acho isso muito bom, porque desejamos respeitar o princípio da precaução, isto é, cabe àqueles que querem nos vender produtos transgênicos ou carne com hormônios demonstrar, previamente, que não são nocivos à saúde. E, atualmente, não é assim que acontece. Eles querem que nós compremos os produtos transgênicos e, depois, provemos que são prejudiciais à saúde. Em linguagem jurídica, dizemos que há uma espécie de inversão da responsabilidade do ônus da prova. E nós achamos que o governo não pode ceder, porque a opinião pública está contra, e se desencadeia uma reação na França, na Inglaterra. Mesmo as grandes lojas começam a recusar a importação de produtos transgênicos americanos, mas poderiam ser,

também, produtos transgênicos brasileiros. De qualquer forma, recusamos esses produtos.

Gostaria de congratular-me com o Governador do Rio Grande do Sul, que proibiu os produtos transgênicos em seu Estado.

O Sr. Presidente - Gostaria de informar aos senhores que temos um projeto de lei, de nossa autoria, que propõe a moratória da comercialização dos organismos geneticamente modificados, o qual estará tramitando nesta Casa, e que esta audiência pública destina-se, especialmente, a discutir, com mais profundidade, este tema.

O Sr. Fernando Leite Siqueira - Sou da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS e integrante da Comissão ATTAC, do Rio de Janeiro.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Roberto Jeha. As empresas brasileiras caíram na armadilha de que a privatização das empresas estatais seria para elas uma venda ou uma oportunidade de compra a preço de banana. Por essa razão, muitas delas, até os Bancos, financiaram campanhas de Deputados e Senadores neoliberais. Hoje, para cada Deputado nacionalista, temos quatro Deputados neoliberais na Câmara; e, no Senado, para cada Senador nacionalista, como Roberto Requião, temos seis Senadores neoliberais. Não posso dizer o mesmo do Senador José Alencar, porque está há pouco tempo no cargo e ainda não sei a sua posição. Qualquer votação que possa defender a soberania nacional é esmagadoramente derrotada.

O primeiro gesto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que passou os quatro primeiros anos preocupado com a reeleição, segundo a imprensa, foi destruir a soberania nacional, fazendo as cinco emendas da ordem econômica. Ele abriu o subsolo, abriu a navegação de empresas estrangeiras no interior do Brasil, quebrou os monopólios. Agora, as empresas brasileiras assistem a uma desnacionalização total, até mesmo delas, dos Bancos, etc. Como fazer para reagir e evitar essa avassaladora desnacionalização da economia brasileira e qual o caminho para a recolonização do País? Como juntar as empresas nacionais e a sociedade brasileira em defesa nacional?

A outra pergunta é dirigida ao Sr. Bernardo Cassen, que fez uma colocação muito importante no Rio de Janeiro. Disse que os trabalhadores do serviço público na França foram os grandes comandantes da resistência ao neoliberalismo francês e são os grandes integrantes da Comissão ATTAC, que é voltada, além da taxaço, da especulação financeira, também ao combate ao neoliberalismo e à globalização perniciososa.

O Sr. Roberto Nicolau Jeha - Com relação ao que vamos fazer, a primeira coisa que gostaria de dizer é que defendo a idéia de que a PETROBRÁS não deve ser privatizada. Não tenho a menor dúvida de que uma eventual privatização da PETROBRÁS vai significar sua desnacionalização. Veja o que aconteceu na Argentina, com a IEIPF, que hoje é da Repsol(?).

O que o resto dos empresários brasileiros deve fazer para criar, junto com os trabalhadores, com a sociedade, com o projeto nacional de desenvolvimento, que impeça a desnacionalização do País? Penso que é um processo político. É isso que estou fazendo hoje, atendendo ao convite da Assembléia Legislativa de Minas, defendendo um projeto para o País, não para os empresários, não para os industriários, mas para todos os brasileiros.

Estou absolutamente convencido de que a burguesia industrial, ou o que resta dela, se não se unir com a classe trabalhadora, com a classe média e a sociedade, se não formos capazes de construir um projeto político de centro-esquerda, vamos, novamente, levantar, no ano de 2002, a bola para a direita ganhar a eleição. É, basicamente, isso.

O Sr. Bernard Cassen - Há três dias, no Rio, falei das greves que ocorreram na França, em dezembro de 1995 e que provocaram uma verdadeira virada na vida política e social, ou seja, vimos que aconteceu uma virada, como falei, ontem, quando descrevia o percurso dos intelectuais.

Os serviços públicos franceses são muito importantes e não foram privatizados, apesar de algumas tentativas. Alguns foram parcialmente privatizados, como a France Telecom, mas a saúde, a educação, o transporte e outros serviços permanecem públicos.

Por que o FMI, por que os outros órgãos querem preconizar as privatizações? Por um lado, é claro, seria para permitir que investidores estrangeiros comprem a preço de banana, como dizem, empresas que já funcionam. E isso não cria nenhum emprego. Ao contrário, eles não somente apenas mantêm o que já existe, mas também freqüentemente diminuem. Na verdade, na França, em especial, os serviços públicos são os sustentáculos da resistência social, ou seja, quando os funcionários públicos fazem greve, freqüentemente essas greves são muito populares, muito simpáticas. Pode-se pensar que uma greve no metrô ou do trem poderia ser impopular, por atrapalhar as pessoas, fazer com que saiam de carro e gastem muito mais tempo ou, mesmo, saiam a pé. Pelo contrário, foram muito populares e tiveram o apoio maciço do povo, apesar dessas dificuldades.

A demolição ou a tentativa de demolição desses serviços públicos visa, também, tornar precárias as empresas que têm garantias estatutárias e diminuir a sua resistência dentro da sociedade. Querem minar a resistência da sociedade. Acho importante esse segundo aspecto na tentativa de privatização.

O Sr. Presidente - Uma pergunta de David Augusto de Oliveira Pinto, da Universidade de Ciências Econômicas da UFMG, ao Paulo Osório Silveira Bueno: "O MERCOSUL não é instrumento importante para dar às empresas brasileiras acesso a um mercado mais amplo e, assim, possibilitar que sejam mais competitivas?"

E ao Bernard Cassen faz a seguinte pergunta: "Como ouvir o MERCOSUL? Não seria interessante que as negociações fossem feitas em nome do bloco, dando, assim, um pouco mais de força para os interesses do Brasil e da Argentina, do Uruguai e do Paraguai?"

O Sr. Bernard Cassen - Isso me parece evidente. Na Europa, é a Comissão que negocia com a OMC em nome de todos, e não governos. O governo francês não participa dessas negociações. Confesso que não tenho nenhuma confiança nela, mas é assim que se faz.

Com relação ao Brasil, parece-me evidente que, se vocês pudessem entrar em acordo com os parceiros paraguaios, uruguaios e argentinos, para adotar uma posição comum, teriam mais força. Mas, enquanto o MERCOSUL continuar sendo uma simples zona de livre comércio, não há grande interesse. É preciso ir além na integração política. É necessário que haja regulamentos políticos e monetários. Caso contrário, as desvalorizações competitivas, como as que aconteceram, desestabilizam completamente as negociações comerciais.

É preciso tentar fazer o que fizemos na Europa, ou seja, criar um sistema monetário europeu, com desvalorizações controladas e negociar entre os diferentes Estados. Mas isso pressupõe total independência do dólar, porque, quando a moeda do país está apoiada no dólar, como a da Argentina, ou quando a moeda é flutuante, é claro que fica, praticamente, impossível. O que quero dizer é que é preciso muito mais política no MERCOSUL. É preciso um regulamento político, políticas comuns, como tentamos fazer na Europa, com um sucesso, às vezes, bom, às vezes, menos bom. Mas, infelizmente, a lógica européia é ultraliberal e não tem nada a invejar do FMI, da OMC e de outros órgãos. Nosso combate na Europa é o de reorientar a construção européia numa outra ótica, numa outra direção. Vocês ainda estão no início. Talvez tenham mais oportunidade, porque a folha está branca, e nela poderá ser criado algo inovador, que considere, em primeiro lugar, a política. Primeiro, é a política; depois, a economia. A economia está a serviço da política, não o inverso. Quando falo política, estou falando de projeto político e social.

O Sr. Paulo Osório Silveira Bueno - É evidente que o MERCOSUL é um instrumento importante para as empresas brasileiras terem acesso a um mercado mais amplo e também um instrumento político importante para as nações que participam dele, notadamente Brasil e Argentina, que têm dimensão maior. Não dá para comparar tanto o MERCOSUL com a comunidade européia, porque se trata de culturas diferentes, de economias diferentes. A comunidade levou, praticamente, 25 ou 30 anos para se caracterizar como uma unidade, desde que, logo após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, que foi um sistema de colaboração que evoluiu até se completar como unidade. Mesmo para adotar uma moeda comum, recentemente, foi necessária uma grande disciplina monetária, que hoje é difícil no MERCOSUL. O Brasil teve de fazer uma reavaliação no câmbio, por razões que conhecemos. A Argentina tem, por preceito legal, o câmbio equiparado ao dólar. Hoje, a Argentina não tem como realinhar seu câmbio imediatamente, porque o endividamento dos argentinos é, geralmente, em dólar. Acho que 80% das dívidas argentinas são em dólar. Portanto, isso torna muito difícil ajustar a economia. O Brasil, evidentemente, quando inspirou a criação do MERCOSUL, tinha interesse em falar de modo mais amplo, por uma comunidade, não por si próprio, no concerto mundial. De outra parte, a Argentina tinha interesse no mercado; aceitava tacitamente uma liderança natural do Brasil, por sua maior dimensão, mas era principalmente ela que se beneficiava do mercado.

Sabemos que o Sul do País, principalmente o Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e um pouco do Paraná, pagaram um preço por essa integração, notadamente na área agrícola, em que a Argentina é muito mais competitiva. É um mercado importante. É do nosso interesse que os problemas sejam superados. Esperamos que, após o dia 24 de outubro, passadas as eleições argentinas, haja condições objetivas de discutir melhor os problemas.

O Sr. Thiago Ayres - O Senador falou sobre os juros altíssimos que são praticados no Brasil. Concordo com o Senador, mas não ouvi nenhum dos expositores falar sobre as altas taxas de impostos cobradas às pequenas empresas, não obstante o fato de serem elas que geram maior número de empregos no País e serem, também, as que mais sofrem com a alta taxa de juros.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: o que os representantes do povo têm feito a esse respeito? O que temos visto é que o Congresso Nacional não tem votado as reformas chamadas necessárias - as reformas tributárias, as reformas fiscais. Por quê?

Falou-se, também, em nacionalismo. Será que a preocupação com essas pequenas empresas, que geram a maior parte dos empregos no País, também não é uma questão de nacionalismo?

O Senador José Alencar Gomes da Silva - Com relação à pequena e à microempresa, poderia dizer para o aluno da Milton Campos que me brindou com essa pergunta que sou de origem muito simples. Sou o 11º filho de uma família de 15, uma família pobre. Sai de casa aos 14 anos, não para estudar, mas para trabalhar como empregado na cidade. Morei em um corredor de pensão, porque não podia pagar o quarto. Comecei minha vida empresarial aos 18 anos. Fui emancipado pelo meu pai, porque a maioridade é aos 21. Comecei com um empréstimo de CR\$15.000,00 do meu irmão mais velho, que era mais velho do que eu 18 anos. Isso em 1950. Não posso dizer que não tenha sido vitorioso, ainda que esteja trabalhando há 39 anos ininterruptos. Concordo plenamente que hoje não é apenas a carga tributária que é muito alta, é antes o cipoal burocrático em que se transformou o nosso sistema tributário nacional.

Estou chegando ao Congresso. Acho que o Congresso Nacional não tem negado ao País as reformas. Ao contrário, aprendi a respeitar o Congresso nesse pouco período em que lá estou. Todas as reformas, especialmente uma reforma tributária, deveriam ter sido objeto de preocupação governamental desde o primeiro momento de seu governo. No regime presidencialista, aqui no Brasil, a nossa experiência mostra que todas as reformas que são de interesse do Executivo são aprovadas pelo Legislativo. A grande verdade é que não tem havido interesse do Executivo pela aprovação da reforma tributária. Por quê? Porque o Brasil nunca chegou a uma carga tributária tão elevada como esta.

Há dois caminhos para uma reforma tributária. Há o caminho clássico, ortodoxo, da reforma do sistema tributário com base na tributação do consumo, da renda e das propriedades. O outro caminho é o do imposto eletrônico, defendido até por Roberto Campos, que instituiu a reforma tributária em 1965. Criou o ICMS, substituindo o imposto em cascata, unificou os institutos de previdência, acabou com a lei do selo. Tem a experiência de ter participado de um Governo que fez uma reforma tributária na época correta. Hoje, precisamos estudar isso com muito carinho. Se não ousarmos numa reforma tributária que alivie a burocracia para os jovens iniciarem um negócio, estaremos contribuindo para evitar que se gerem oportunidades de trabalho e renda nacional. Toda essa responsabilidade é mais da pequena empresa do que da grande.

Mais de 60% dos empregos gerados no País, o são pela pequena empresa. É preciso que haja uma desburocratização da vida da pequena empresa para que ela possa trabalhar e crescer livremente. Aprovamos, há poucos dias, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um dispositivo que facilita a vida da pequena empresa. É o Estatuto da Microempresa, o Estatuto da Pequena Empresa. É um documento que faço questão de enviar-lhe, desde que me forneça seu endereço. Ele foi aprovado recentemente, e tive a honra de participar da reunião. Na democracia, as decisões demoram um pouco mais, mas, como ensina Winston Churchill, a democracia é, de fato, um péssimo regime; mas não há outro melhor. Temos de exercitar a democracia, aprender a votar para não entregar o Brasil a quem deseja entregá-lo. Vamos entregar o Brasil a quem deseja defendê-lo. Estamos participando de reuniões como esta porque precisamos nos unir para aprender a formar opinião. As lideranças têm a obrigação de formar opinião e ensinar a Nação a votar. Os empresários brasileiros, na sua grande maioria, estão sendo ultra-sacrificados por este Governo, mas têm medo de votar contra ele porque temem que o Lula coma criança - esta, a razão pela qual ele perdeu fragorosamente as eleições, no primeiro turno.

Fui Presidente da Federação das Indústrias durante seis anos. Lutei muito, assim como continuo lutando, na vida política para abrir os olhos das pessoas, devido à experiência que acumulei. Mas, no Brasil, temos medo de uma opção nacionalista, de uma opção absolutamente patriótica porque nacionalismo e patriotismo são coisas para dinossauro, e não são coisas para jovens inteligentes como você. Você não deve ser nacionalista nem patriota, deve participar dessa turma que está entregando o Brasil. Isso é que me revolta e é por isso que estou na vida pública. Não tenho outra razão senão esta, para estar na vida pública. As pessoas ainda não me conhecem porque estou chegando, mas vão me conhecer. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Marcelo Carvalho Pinto Coelho, da Faculdade Milton Campos, faz uma pergunta a Roberto Nicolau Jeha: "Por que o senhor, como Presidente de uma poderosa instituição, não começa um movimento, em nível nacional, contra a entrega do fruto do trabalho brasileiro para o exterior, a começar com uma oposição ao atual Presidente Fernando Henrique Cardoso?".

Aqui também temos um comentário da Janaína Portugal, da Milton Campos, que diz o seguinte: "Depois que forem vendidas todas as empresas nacionais, que tal se comunicássemos a todo o mundo que nada nos resta para honrar nossos compromissos junto aos credores internacionais a não ser madeira e, então, queimaremos toda a Amazônia para pagar nossas dívidas. Imagine a reação da população mundial. Encaremos a realidade. A floresta amazônica é a maior do mundo, é o maior trunfo do Brasil. O mundo inteiro iria mobilizar-se doando recursos ao Brasil para que poupássemos a Amazônia, e o Governo não gastaria um único centavo para pagar sua dívida. Chantagem emocional? Mas, e daí? Como muito bem disse Maquiavel, os fins justificam os meios. Vale a pena tentar.

O Sr. Roberto Nicolau Jeha - São dois estudantes e, primeiramente, vou responder ao Marcelo; depois respondo à questão da Janaína.

Marcelo, não sou Presidente da FIESP, sou um dos Vice-Presidentes e Coordenador do Grupo de Política Industrial. Em nosso grupo, elaboramos um projeto nacional para o Brasil, de crescimento econômico sustentável e responsabilidade social, ou seja, crescer redistribuindo renda. Esse projeto já foi aprovado pela FIESP e, basicamente, diz que nós, em vez de termos um pacto com o sistema financeiro internacional que está destruindo o País, temos de fazer um pacto com a cidadania brasileira, um pacto com os brasileiros.

O nosso projeto tem de ser de produção, tem de ser de crescimento. A FIESP vai começar a pôr esse projeto na rua, a conversar com os estudantes, com os trabalhadores, enfim, a sacudir este País.

O atual Presidente foi eleito e ainda tem mais três anos pela frente. Entendo que ou ele se liberta dessa política de absoluta subordinação ao FMI e à especulação financeira internacional ou vai sair do Governo com a pior biografia em relação a qualquer Presidente brasileiro, já que a expectativa com relação a ele era muito grande.

Não se trata, neste momento, de fazer oposição a uma pessoa, mas de apresentar soluções que levem em conta o interesse real dos trabalhadores, dos agricultores, dos industriais brasileiros, e pressionar toda a sociedade, levantando a bandeira da cidadania. É isso que estou tentando fazer.

Quanto à questão da Janaína, não podemos esperar que o Governo privatize a PETROBRÁS e o Banco do Brasil e que entregue a floresta amazônica para ser queimada. Temos de dizer o seguinte: se o próprio FMI - com lágrimas de crocodilo, é verdade - reconhece que a sua política tem destruído o social na maior parte do mundo, e, pasmem!, o nosso Ministro da Fazenda ficou surpreso. Ele acha que, quando se trata do social, o FMI não deve falar nada; o nosso Ministro da Fazenda está à direita do FMI. Temos de mudar a política econômica, renegociar a nossa dívida externa com o FMI, com novas condições. Temos de ter um espaço para crescermos.

Só para ter uma idéia, Janaína, só nos sete primeiros meses deste ano, pagamos de juros US\$9.300.000.000,00 e, de remessa de dividendos e lucros, mais US\$3.500.000.000,00, ou seja, já temos um déficit, só no serviço do pagamento da dívida, de US\$3.300.000.000,00. Não dá! Estamos sendo sangrados e temos de despertar antes que tenhamos de entregar a floresta amazônica.

O Sr. Presidente - Pergunta feita, ontem, para o Prof. Bernard Cassen, de Cláudio Vilela, da Associação dos Jornalistas do Serviço Público: "Citando a história em sua fala, perguntaria até que ponto o Estado de Israel influenciou o rumo e o percurso da sociedade contemporânea? Qual a sua opinião pessoal sobre 'Os Protocolos dos Sábios de Sião'?"

O Sr. Bernard Cassen - "Os Protocolos dos Sábios de Sião" é grosseiro, e não tenho de ter opinião sobre algo falso, ou pelo menos denunciado assim. Não tenho matéria para discussão sobre esse assunto. E discutir sobre o papel do Estado de Israel na história recente, francamente, é querer que fale durante 3 ou 4 horas ou que fale alguma coisa durante 30 segundos. Isso não tem nenhum sentido.

É verdade que a criação do Estado de Israel teve um papel importante, particularmente na Europa, pois foi lá que houve o genocídio judeu.

Parece-me evidente que as políticas européias e americanas tenham sido muito influenciadas pela existência de Israel e pelas relações com Israel. Sabemos que Israel não é tratado, hoje, como era tratado antes pelos Estados Unidos e pela Europa. Mas, francamente, essa questão está um pouco fora do assunto que tratei ontem. Acho que seria um absurdo dar, em 1 minuto, a minha opinião sobre isso. Só diria banalidades, que todos já conhecem. Num próximo colóquio, poderemos falar desse assunto.

O Sr. Presidente - Quero anunciar aos senhores que amanhã o debate será às 9 horas e será tratado o tema "A rodada do milênio e o império mundial". Teremos a presença do Senador Roberto Requião, que nos brindou com sua presença aqui, hoje, e estará novamente amanhã, para discutir esses assuntos.

O Sr. Jersey Clay Amarante - Em 1993, durante a gestão do ex-Prefeito Patrus Ananias, e na do atual, Célio de Castro, com o orçamento participativo, em 1994, houve as políticas urbanas e foi aprovado o Plano Diretor. No orçamento participativo do Estado, na gestão do ex-Governador Eduardo Azeredo, quando era Presidente da Assembléia o Deputado Agostinho Patrús, as audiências públicas do orçamento participativo do Estado aprovaram essa Via 710, do trem metropolitano, no trecho entre o ribeirão Arrudas até a Cristiano Machado, saindo na Vilarinho, em Venda Nova. Esse trecho foi totalmente aprovado. Durante o Orçamento Participativo Cidade de Belo Horizonte, realizado agora, no Hotel Ourominas, nos dias 24, 25 e 26 de setembro, foi aprovada novamente a nossa prioridade: a Via 710, juntamente com o BHBUS, o aterro sanitário do Capitão Eduardo. A Via 710 retornou ao Estado. Como se trata de um metrô, além do Tesouro do município, é necessário que haja verba do Estado e da União para isso. Gostaria de um esclarecimento sobre o que foi feito de 1994 até 1999. Esse trecho entre Santa Inês e Venda Nova não foi feito. Existem apenas canteiros de obra, e não há nada executado. Não sei avaliar quanto foi liberado para essas obras.

O Senador José Alencar Gomes da Silva - Ele falou no Plano Plurianual agora, e houve o primeiro plano, que realmente não se realizou. Muitas obras importantíssimas, como é o caso do metrô de Belo Horizonte, que é absolutamente essencial, e também o caso do Ribeirão Arrudas e outras obras importantes, não foram realizadas não somente aqui, mas também em muitas outras partes do Brasil. Com o novo PPA, que é o chamado "Avança, Brasil", tivemos a oportunidade de dizer no Senado que não podemos, infelizmente, acreditar na realização das propostas do PPA, porque o primeiro não se realizou. Seria necessário que o Governo, primeiro, explicasse as razões por que não se realizou e foi um fracasso, para depois dizer que esse possui características capazes de assegurar a sua realização. Da forma como ficou posto, parece mais uma irresponsabilidade. Isso não significa, todavia, que não estaremos atentos a todos os itens que digam respeito ao interesse não apenas de Belo Horizonte, como também de todo o Estado de Minas Gerais.

Vamos estar atentos para que essas verbas sejam carreadas para Minas, especialmente essas que foram trazidas pelo senhor, como a do ribeirão Arrudas, do Metrô de Belo Horizonte, que todos desejamos seja concluído e atenda às populações concentradas, como o pessoal de Venda Nova. Sabemos que, em determinados momentos, o tráfego de Belo Horizonte fica insuportável. Além disso, o transporte de massa através do metrô tem a obrigação de ser mais econômico, além de ser muito mais confortável para os usuários. É muito importante que todas essas obras se realizem. Não tenho dúvida de que, como Senador de Minas, como toda a bancada de Minas na Câmara e no Senado, acompanharei com atenção esses itens de interesse do Estado.

O Sr. Leonardo Lima Púbio - Boa-noite a todos. Gostaria de lhe perguntar por que o Governo não incentiva a produção interna de produtos essenciais, como arroz e feijão, que são consumidos por todos, em vez de produzir mais café e frutas, que são exportados. Deveríamos fazer como na Europa, ou seja, produzir para consumo interno.

O Sr. Roberto Nicolau Jeha - O Governo não produz mais arroz e feijão, porque não tem compromisso com o povo brasileiro. Esse Governo permite-se exportar farelo de soja para o Japão, para os Estados Unidos, para que seja alimentado o gado do Primeiro Mundo, mas permite que o povo morra de fome. Este Governo não tem política agrícola. Este Governo só pensa em pagar juros aos banqueiros nacionais e internacionais.

Vou dar-lhe um dado, para que perceba porque não dá para financiar arroz e feijão. A carga tributária do País é 32%, é uma das maiores do mundo. Então, 32% do PIB, durante esses sete meses, deram R\$180.000.000.000,00. O que o Governo fez com esse dinheiro? Só de juros, pagou R\$95.000.000.000,00. De tudo que o Governo arrecada, 53% vão para o pagamento de juros. Como é que você quer que o Governo se preocupe com a agricultura, com empregos? Os seus compromissos são com os banqueiros nacionais e internacionais. Cabe à cidadania mudar isso tudo democraticamente, nas eleições.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida ao Dr. Bernard Cassen, de Maria Sílvia de Sousa Mayrink, do SEBRAE: "Parabenizo-o pela palestra. Respeito profundamente a cultura francesa, mas gostaria que o senhor explicasse essa afirmação contraditória: não é porque o comunismo foi criminoso que as idéias o são. Como o Governo francês vem combatendo o desemprego, já que o neoliberalismo é fato?"

O Sr. Bernard Cassen - Em relação à minha primeira pergunta, acreditava ter deixado claro isso ontem, mas, talvez, eu me tenha expressado mal. Uma parte da natureza do regime comunista foi criminoso, mas também as idéias não têm que ser afetadas pelo devotamento do regime em questão. É preciso desconectar essas duas coisas.

Sobre o governo francês e o desemprego: para diminuir o desemprego, o governo francês tomou dois tipos de medida, de caráter voluntarista. Por um lado, criou o que chamamos "empregos jovens", ou seja, empregos para os jovens: empregos criados para os setores associativos, não exatamente para as empresas. Trata-se de órgãos sem fins lucrativos. Por exemplo, na ATTAC, em Paris, dois jovens foram recrutados nesses "empregos jovens". A iniciativa constitui uma ajuda importante do Estado para os jovens com menos de 25 ou 27 anos, em alguns casos, e, para a associação que os emprega, é um sistema mais barato.

Essa lei para "empregos jovens" só dura cinco anos. Depois, o emprego terá que perenizar-se. Mas, seja como for, com isso, criaram-se centenas de milhares de empregos, quando o objetivo era criar 350 mil. A direita criticou bastante, mas, em várias municipalidades de direita, Prefeitos recrutaram empregados no "empregos jovens". A medida, então, foi positiva.

O governo francês votou uma lei de redução de carga semanal ou de trabalho para 35 horas. Agora, vai votar uma segunda. Apesar de graves insuficiências, a lei constitui um passo à frente para a redistribuição do trabalho. Trinta e cinco horas de trabalho ainda não são suficientes. Podemos reduzir mais. De qualquer forma, já é um começo, e a França é o único país na Europa que está fazendo isso, atualmente. Portanto, são duas medidas que marcam uma pequena ruptura com o neoliberalismo. Insisto em dizer pequena, mas não negligenciável.

O Sr. Presidente - Duas perguntas ao Senador José Alencar. Uma é de Bernardo Bracher, da UFMG: "Como corrigir a participação do Brasil nessa globalização, que empobrece e gera desemprego?"

A outra é de Gustavo Frederico, também da UFMG: "Os efeitos danosos da globalização são iguais nas economias em desenvolvimento, como as do Brasil, da China, da Índia, da Malásia e outras? Por quê?"

O Senador José Alencar Gomes da Silva - A princípio, temos de analisar os países que já alcançaram um estágio avançado de globalização.

O Sr. Bernard Cassen fez uma explanação muito interessante do que acontece no mercado europeu. Disse que a Europa deu tratamento igualitário a todos os países que participam da União Européia, sem o que não poderia ter aberto suas fronteiras indiscriminadamente. Tanto é assim, que, nas importações de produtos de outros países, qualquer comunidade européia está sob a égide de proteção do Conselho, até para a fixação de alíquotas de impostos aduaneiros. Por quê? Porque determinados países praticam "dumping" nas exportações de produtos, para ocupar aqueles mercados. Outra razão é que determinados países estão dando, também de forma governamental, subsídios às exportações. O Brasil fez isso no passado. Como vêem, não pode haver total desproteção.

Se pudessemos imaginar o planeta Terra e todos os seus países com tratamento igualitário, do ponto de vista tributário e do ponto de vista de custo financeiro; se as taxas de juros

fossem as mesmas em todos os países, e se a legislação fosse a mesma, não apenas a tributária, mas também a legislação de modo geral, poderíamos pensar em abertura total e livre. Costumo dizer que a globalização está, ainda, em transição. Acredito que, um dia, o mundo possa eliminar as barreiras impostas pelas fronteiras políticas, mas, por enquanto, há essas fronteiras. Enquanto houver fronteiras políticas, cada país terá suas normas, sua política econômica, suas políticas tributária, previdenciária e trabalhista. Então, é preciso que haja instrumentos que permitam, a cada país, neutralizar as diferenças que o prejudiquem. Isso é o óbvio. Não temos como deixar de reconhecer isso. Mas a globalização tem aquele aspecto positivo para o consumidor, de que falei no início da minha apresentação. Então, de certa forma, todos gostariam dela, mas custa muito caro e afeta, grandemente, o campo social, na situação em que foi aberta ao Brasil. Estamos aprendendo, aos poucos, que é preciso defender o nosso mercado, que é um dos bens da nossa economia. Mas isso não significa, também, um protecionismo exagerado, capaz de acobertar a ineficiência em detrimento do consumidor. Esse quadro precisa ser explicado, conversado e discutido, porque isso não é brincadeira. É realmente importante, visto por um aspecto, e é danoso, do ponto de vista social, visto por outro. Precisávamos de mais tempo para conversar sobre esse tema, porque é, realmente, importantíssimo.

O Sr. Presidente - Pergunta de Ricardo Jeha, da CDI-MG: "A reforma tributária não é essencial para o Brasil, com a redução drástica dos impostos? Nenhuma empresa agüenta 50 e tantos impostos".

Pergunta de Adriano Miglio, da UFMG: "Em um País cuja grande base estratégica é o enorme potencial do mercado consumidor, como vê a enorme desigualdade e a miséria brasileira. Como combatê-las? Em uma agenda positiva?".

Pergunta de Reginaldo Sena, da PUC-MG, 3º período de Economia: "Como pode o mercado nacional resistir e competir em igualdade com as gigantes multinacionais, como o Carrefour e o Walmart, em um panorama brasileiro, com juros altíssimos, que restringe qualquer investimento que não venha de recursos próprios? Como garantir a sobrevivência das empresas 100% nacionais?".

Pergunta de Ewerton Arcanjo, da UMES: "Somente os intelectuais se iludiram com o discurso neoliberal, ou os empresários nacionais também? O que se deve esperar dos empresários, agora, para salvar o País deste desastre?".

Pergunta de Erix Haagenseis Gontijo, da FAFICH-UFMG: "Queremos saber o que quer dizer com "dar os anéis". Há esperança numa mudança de rumo no Governo FHC por parte da burguesia brasileira? Ou já haveria vontade política para abrir a CPI da TELEBRÁS e, conseqüentemente, o processo de "impeachment"? E também para, finalmente, após 500 anos de exploração do povo e das riquezas mais, ou muito mais, agora, apoiar a eleição do governo popular? Como está o quadro político da burguesia?".

A outra pergunta é de Edmar Fonseca, cientista político do Instituto de Projetos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas -IPSO: "O serviço da dívida e a remessa de lucro, de acordo com sua exposição, provoca um deságio na economia nacional. A seu ver, que outros fatores estão ameaçando a existência de nossa economia? Não será isso um processo criminoso de colonização?".

Finalmente, uma pergunta de Vinicius Moreira de Lima, Prof. de Direito Constitucional, da PUC-MG, de Contagem: "Por que a FIESP é contra a idéia da co-gestão nas empresas e não é a favor da regulamentação do art. 11 da Constituição Federal? E, em especial, de Eduardo M. Ferreira, do PFL de SP: "Se se adiantasse esta questão no Brasil, a reforma da Justiça do Trabalho não seria mais ágil?".

O Sr. Roberto Nicolau Jeha - São muitas as perguntas e sei do adiantado da hora, mas vou procurar responder da maneira mais objetiva, enfim, dentro da minha possibilidade.

Com relação à pergunta do Ricardo, sobre a reforma tributária, não seria uma solução para diminuir a carga tributária brutal que está sufocando as pequenas, as micros, as médias e até as grandes empresas e o consumidor? Acho que é preciso fazer uma reforma tributária para desonerar a produção e fazer com que a carga do PIB caia de 32% para mais ou menos 25%.

Na minha opinião, essa reforma tributária ainda não saiu porque o Governo e os Secretários da Fazenda não querem. O Governo, que está arrecadando 32% do PIB, não quer correr os riscos de fazer uma reforma tributária que eventualmente pudesse ter menos arrecadação. Acho que é importante que se faça efetivamente uma reforma tributária que desonere a produção.

O Adriano fala como o Brasil, apesar de ser um país de tanta potencialidade, com a maior área agriculturável do mundo, com 8.500km de costa atlântica, possui tanta desigualdade e miséria. Adriano, não se trata de um problema econômico, mas de um problema político. Temos que tomar decisões políticas para haver uma redistribuição de renda no País, para que se crie um mercado interno. Do jeito que as coisas estão indo, os recursos estão indo para os juros e para o setor financeiro. O povo brasileiro já não tem mais o que consumir. É preciso fazer uma modificação na política brasileira, efetivamente reforçar a questão do mercado interno, reforçar a agricultura e fazer uma distribuição de renda, baixar os juros, fazer uma reforma tributária e dar condições para o investidor, o empresário voltar a investir na produção como o Senador José Alencar disse. E não, ao invés de investir na produção porque vão-se correr riscos tremendos, preferir-se financiar a dívida pública. Temos que mudar o conceito e o projeto brasileiro.

Com relação à pergunta do Reginaldo: "Se há alguma agenda positiva", é evidente que há uma agenda positiva - é ir na direção na qual acabei de falar. O Reginaldo pergunta: "Como a empresa brasileira atualmente pode resistir às empresas multinacionais?" Não pode. Na verdade, a empresa brasileira está acabando.

Uma empresa como a Ford, que é a segunda maior empresa do mundo, recebe 650 milhões de financiamentos do BNDES, com taxas favorecidas, recebe incentivos fiscais do Governo da Bahia de R\$1.100.000.000,00. Enquanto isso, o pequeno empresário brasileiro vai pedir um empréstimo de R\$100.000,00 para um Banco da rede privada, para fazer um FINAME, e não consegue, porque o BNDES só financia R\$7.000.000,00 ou mais, repassa os recursos do FINAME para o Banco privado, que tem horror de emprestar para o empresário industrial. Ele diz que não tem dinheiro, que não quer correr riscos e prefere ganhar "uma nota" financiando a dívida pública a 19% ao ano. Está acontecendo o extermínio da empresa nacional e temos que dar um paradeiro a isso.

Quanto à pergunta: "se só os intelectuais e os empresários se iludiram com o programa dos tucanos". Eu me iludi na primeira eleição e votei no Presidente; mas na segunda não votei nele. E também já aprendi uma lição; desculpem-me os intelectuais presentes, mas nunca mais voto em intelectual. Intelectual entende de intelectualidade. Sociólogos que vão estudar Sociologia. Filósofos que vão estudar Filosofia. Precisamos fazer um clone do Sr. Juscelino Kubitschek, que foi o maior brasileiro que este País já teve. Minas tem que "inventar" um outro Juscelino Kubitschek; é aí que vamos sair da crise.

Quando disse que a burguesia precisa dar os anéis para não perder os dedos, estou dizendo que, pelo andar da carruagem, vamos perder nossas empresas, nossa dívida fiscal, e a dívida com os bancos ficarão tão grandes que, além de perdermos nossas empresas, sairemos com dívidas. Então, é preferível buscar um novo modelo, em que consigamos manter nossas empresas, mas num Brasil melhor, num Brasil de redistribuição de renda, em que o lucro seja o da produção e venha a ser investido nela. E não num Brasil como o de hoje, onde o lucro acaba virando carros de luxo, iates e outras coisas, mas não vem para a produção.

Quanto a apoiar o Governo popular como está o quadro político da burguesia: a primeira coisa que quero dizer é que sou um burguês, um industrial e um capitalista. Quem me perguntou, aparentemente quer um governo popular. Numa reunião com os meus amigos do PT, antes da eleição, disse: por que não fazem uma chapa do Itamar e Tarso Dutra? Por que não fazem uma aliança de centro-esquerda? Por que não conquistam a classe média? Enquanto a esquerda brasileira não entender que tem que conquistar a classe média, não tem saída. Não é todo o mundo que pensa como eu, muitos preferem ir para Miami. Então, tem de ser feito um processo para que a burguesia se aproxime da classe média e dos trabalhadores, e a esquerda tem de abandonar a idéia do governo popular. E se a esquerda insistir novamente num governo popular, teremos 25% em 2002, e algum PFL da vida vai eleger um novo Presidente, que será algum neoliberal "light".

O Edmar perguntou sobre o serviço da dívida. Acho que o Brasil está parado por dois motivos. A imprensa é mentirosa, está dizendo que o Governo está fazendo um ajuste fiscal, que está tendo resultados maravilhosos. Mentira, as contas públicas são um desastre e vou dizer por quê, a partir de dados do Banco Central. Janeiro e julho de 1999: superávit primário - o Governo diz que vai ganhar uma medalha do FMI, que é uma maravilha de Governo -, conseguido com o corte de cestas básicas, com o corte de verbas para pesquisas e para educação. O superávit foi de R\$20.400.000.000,00, que correspondem a 3,63 do PIB. Sabe quanto eles pagaram de juros para a agiotagem, para o cassino? Foram R\$95.000.000.000,00, ou seja, corta-se cesta básica, corta-se verba da saúde, corta-se pesquisa, mas não se cortam os juros. O que o mercado vai achar? Para o raio que o parta, o mercado. Vamos pensar nos brasileiros. Bom, como resultado disso, o déficit nominal foi de R\$75.000.000.000,00, 13,3% do PIB. Um país que tem um déficit de 13,3% do PIB, um

país que gasta 17% do PIB, tem um grave problema de contas públicas internas que resolver. A única maneira de resolver é baixar os juros já. Essa Taxa Selic tem de ir para 7,8%, e não mais do que isso.

A parte externa é mais grave ainda, porque temos um superávit em contas correntes nos meses de julho e agosto de 5% do PIB. Esse superávit não é financiável. Só com remessa de juros, de lucros e dividendos, temos 3,3% do PIB. Ou renegociamos isso com o FMI, ou renegociamos a nossa dívida externa, ou vamos ficar naquele "stop and go". Cresce 3%, aí vem uma crise na balança de pagamento, e vem algum mestre de Economia e decreta novamente uma recessão.

Temos dois problemas: o problema do ajuste interno, que se resolve acabando com essa agiotagem, e o problema do ajuste externo, que se resolve com políticas industrial e comercial agressivas, conquistando um superávit comercial de US\$15.000.000.000,00 para que não dependamos dessa poupança de motel. Isso dá para fazer, basta que haja vontade política e articulação.

Para terminar, o Vinícius pergunta porque a FIESP é contra a co-gestão nas empresas e não é a favor da regulamentação do art. 11 da Constituição Federal. Não queiram milagre. A FIESP é uma entidade conservadora. Ela está tendo uma mudança agora. O seu novo Presidente tem uma cabeça muito boa. Os antigos Presidentes da FIESP deixaram muito a desejar, eles estavam muito mais para uma postura neoliberal do que defendendo a indústria. Não é o caso do antigo Presidente, o Senador José Alencar, que sempre defendeu a indústria. Acho que o Piva já comprou o nosso projeto de crescimento econômico e social. Essa ideia da co-gestão é complicada. Eu, particularmente, ainda não aceitaria isso na minha empresa. Quero ser sincero. A questão da participação nos lucros é algo que está na direção de dar os anéis para não perder os dedos. Só que, para isso, precisamos voltar a ter lucro. E a maior parte da indústria brasileira não está no vermelho, está no roxo. Era basicamente isso que tinha que falar.

O Sr. Presidente - Temos três perguntas feitas ontem, do Ministério Público, para o Sr. Bernard Cassen. A primeira é do Sr. Geraldo Martins da Costa. "I. Ramonet escreveu "La Tyrannie de la Communication" O senhor poderia fazer algumas considerações a respeito da comunicação no mundo atual?".

A segunda pergunta é do Sr. Edmar de Almeida. "O FMI anunciou recentemente o perdão da dívida externa dos 36 países mais pobres do planeta. Já seria uma tentativa de acalmar (ou abafar) os movimentos mundiais contra o neoliberalismo e, em especial, os que defendem o perdão da dívida de todos os países do Terceiro Mundo?".

A terceira é do Sr. Hamilton Cruz, da UFMG-Direito. "Alguns dizem que Gramsci só pôde fazer sua melhor construção teórica "Cadernos do Cárcere"..."

O Sr. Bernard Cassen - Mas o que eu poderia dizer sobre a comunicação em escala mundial? Poderia dizer mil coisas, mas seria bobagem porque não disponho de muito tempo, só de 2 minutos, e a campanha vai tocar... Prefiro não responder. Isso não é uma pergunta. É o título de uma obra, de um amigo meu, o atual Presidente do Diretório do "Le Monde Diplomatique", "A Tirania da Comunicação", que - penso, não estou certo - foi traduzida e publicada no Brasil. Espero que o autor possa vir ao Brasil falar desse assunto, e em Belo Horizonte, em particular. Como ele é autor de um livro que tem esse título, sugiro que vocês façam a pergunta a ele.

A outra pergunta trata da questão do FMI e do perdão da dívida. No "Le Monde Diplomatique" de setembro, publicamos um artigo sobre a dívida e vou dar os números para vocês. O total da dívida, hoje, do Terceiro Mundo é de quase US\$2.000.000.000.000,00. E na reunião do G-7 que ocorreu na Alemanha, em junho, foi discutida a questão da dívida. Houve muita repercussão, mas isso representa uma porcentagem ridícula de 2% do total da dívida do Terceiro Mundo. O número de países "eleitos" e as condições que têm de preencher para poder ter esse benefício sobre a dívida são tais que é estritamente demagógico falar em perdão da dívida. Isso não tem nada que ver com o Brasil, é claro. Quanto às decisões tomadas pelo FMI - no jornal de hoje que está comigo -, vi que o FMI mobiliza US\$14.000.000.000,00 contra a pobreza. Isso que está na imprensa hoje é demagógico. Até o próprio Ministro das Finanças, Malan, disse que essa notícia do FMI era demagógica. Ele tem razão, mas não pelos motivos que ele indicava. Mas é impressionante ver que o FMI e o Banco Mundial, de repente, começam a descobrir a pobreza. Parece que o meu compatriota estava muito emocionado quando falava da pobreza. Tudo isso é um circo, uma grande palhaçada. É escandaloso ver esses senhores verterem lágrimas de crocodilo sobre a pobreza. Penso que a única solução não é um rescalonamento da dívida, mas a supressão da dívida. Tem de ser a moratória sobre os juros da dívida, porque todos sabem que essas dívidas nunca vão ser pagas. Vocês podem sempre exportar, exportar e exportar e terão cada vez mais dívidas. Têm de dizer "não", e não pagar mais. É isso que tem de ser feito. E isso não ocorre apenas nos países subdesenvolvidos. Em países como os nossos, também, a dívida pública é um mecanismo de transferência de riqueza. Então, na França, por exemplo, as rendas do capital são cada vez menos taxadas, e os contribuintes que ganham mais dinheiro pagam menos imposto e, com o dinheiro disponível, compram títulos da dívida pública, que têm taxas de juros muito grandes, muito superiores ao crescimento. Então, o mecanismo da dívida pública age como uma forma de enriquecimento das pessoas que já são as mais ricas. Então, é preciso quebrar esse círculo vicioso, e a verdadeira reivindicação seria de supressão, moratória de todas as dívidas públicas, e não somente dos países de Terceiro Mundo.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas finais para o Senador José Alencar. Uma de Camila Silva, da UEMG, que diz o seguinte: "Na sua opinião, a ditadura neoliberal - liberdade total ao capital financeiro transnacional e de mercado, com exclusão dos mais débeis - é a única possibilidade para o futuro do mundo?".

A segunda é de Maria Leticia Nelson de Senna, da Sociedade Amigos da Cultura. "A meu ver, nunca houve, como atualmente, tamanha visibilidade por parte do brasileiro da política econômica do Governo e do fracasso das privatizações. O interesse e a crescente politização de todas as classes sociais de nosso povo levaram à busca da informação e à tomada de consciência em face dos inúmeros problemas econômicos e sociais que atravessamos. Será que a nós, povo brasileiro, só nos resta informar-nos, conhecermos e lamentarmos as ações políticas do Governo Federal? Nossa única opção é exclusivamente o voto?".

O Senador José Alencar Gomes da Silva - A primeira pergunta é sobre a ditadura neoliberal. A Sra. Camila Silva, da Universidade do Estado de Minas Gerais, pergunta se a ditadura neoliberal - liberdade total ao capital financeiro transnacional e de mercado, com exclusão dos mais débeis - é a única possibilidade para o futuro do mundo. É uma excelente pergunta, porque, realmente, temos ouvido uma verdadeira doutrinação neoliberal nos últimos tempos. Não só articulistas como também escritores, políticos, empresários, líderes de classes patronais, etc. defendem o neoliberalismo. Não há uma alusão direta ao neoliberalismo, mas ao liberalismo. Denominamos neoliberal o que não lhes agrada. O próprio Presidente da República tem repetido, por várias vezes, que é social-democrata, e não neoliberal. Só que tem agido como neoliberal. Isso nos tem levado a essa situação. Não acredito muito no Estado como empresário. É preciso deixar claro que o Estado se tem revelado mau empresário. A experiência de 70 anos da União Soviética, ou da ex-União Soviética, num regime que era a grande esperança para que se alcançassem todos os objetivos sociais, não deu certo por duas razões. Primeiro, porque faltou liberdade política; segundo, porque a empresa estatal fracassou. Tendo fracassado a empresa estatal, fracassou a economia desse país, que acabou sendo desintegrado. Perdeu o nome, perdeu a bandeira. Vimos uma estátua de Lenin, um dos grandes homens do século XX, que foi pinçada. Houve uma queda da grande esperança de solução dos problemas sociais através do Estado. Então, nem tanto ao mar nem tanto à terra. Não acreditamos no neoliberalismo, nem no liberalismo puro, porque o Estado tem de estar presente em determinados casos. Por exemplo, é muito difícil aceitarmos que o Estado se afaste da educação, da saúde, do saneamento e até do transporte. É muito fácil privatizar a ponte Rio-Niterói. Com um cronômetro, mesmo um não-especialista calcula quanto rende de pedágio durante alguns minutos por dia. E a estrada para São José do Mantimento? Quem vai fazer? Isso é muito bonito, mas o Estado tem de estar presente. Não acredito que o neoliberalismo seja uma solução para os problemas do mundo. Todos os que pensam e os que têm responsabilidade - e nos permitimos nos incluir entre esses que têm responsabilidade - estamos procurando um novo caminho que se apresente como uma solução viável para os problemas sociais.

Aprendemos com o grande estadista chinês Den Cio Ping que não importa a cor do gato. Numa frase metafórica, significa exatamente o seguinte: não importa a coloração ideológica, o que importa é o bem comum. Disse isso em uma metáfora: não importa a cor do gato, o que importa é que cace o rato. Isso não foi dito por qualquer um, foi dito por um grande estadista do mundo, um grande estadista do século XX, recentemente falecido. Podemos dizer que concordamos com essa metáfora. Concordamos que não importa a coloração ideológica, não importa o matiz partidário, o que importa é a responsabilidade social. O que importa é que cada homem público há que possuir, no mínimo, três características básicas. Primeiro, a característica ligada ao sentimento nacional, o nacionalismo, o patriotismo. Segundo, a sensibilidade social. Terceiro, que é inevitável, e nenhuma delas predomina sobre a outra, que é a probidade no trato da coisa pública. Precisamos entregar o Brasil a quem saiba cuidar dos negócios do Estado nacional. Somos uma família de 160 milhões de irmãos. Nosso pai morreu. Escolhemos, através do voto, o mais bem-dotado de todos os irmãos. Um intelectual, diplomata, domina vários idiomas, representa o Brasil muito bem lá fora, e é um homem probo, honesto, ninguém pode dizer nada sobre ele; porém lhe falta uma coisa chamada cultura negocial. Ele se esquece, por exemplo, que o Itamarati, que é o nosso Ministério das Relações Exteriores, deveria preservar aqueles princípios básicos de não-intervenção, de auto-determinação dos povos. Isso é o óbvio, mas se tem de acrescentar mais um princípio, qual seja o de que as relações diplomáticas são meio para a consecução de bons negócios para o País. Precisamos nos utilizar de nosso Itamarati para fazer bons negócios, imitando os países do G-7. A Inglaterra, os Estados Unidos, o Japão têm, em cada Embaixada, em cada Consulado no mundo inteiro, um posto avançado de defesa dos seus interesses comerciais. Sem bons negócios, não sairemos dessa situação a que chegamos.

A segunda pergunta, que muito me honra, é da Presidente das Amigas da Cultura, D. Maria Leticia Nelson de Senna, que diz o seguinte: "A meu ver, nunca houve, como atualmente, tamanha visibilidade, por parte do povo brasileiro, da política econômica do Governo e do fracasso das privatizações. A crescente politização em todas as classes sociais do nosso povo abriram o interesse para a informação e a tomada de consciência, em face dos inúmeros problemas econômicos e sociais que atravessamos". Muito boa essa pergunta. É uma palestra. "Será que a nós, brasileiros, só nos resta nos informar, conhecer e lamentar as ações políticas do Governo Federal? A nossa única opção é única e exclusivamente o voto?".

D. Leticia Nelson de Senna pergunta se é só pelo voto que vamos resolver esse problema, ou se basta reclamarmos da situação a que chegamos em reuniões como esta. Primeiro, Leticia, agradeço demais sua pergunta e me congratulo com ela porque desperta um interesse muito grande para nós, brasileiros. De fato, hoje há um avanço na politização nacional. Há maior informação e maior transparência, estou de pleno acordo. Isso tem de ter consequência. Temos de levar isso avante para ações que são através do voto.

É aquilo que falei há poucos minutos. A democracia é de fato, segundo Winston Churchill, um péssimo regime, mas não há outro melhor. Temos de resolver esse problema através do voto, do exercício democrático. É preciso que haja mais ação no campo político, e isso significa tomada de posição com absoluta transparência, que consulte essa conscientização que tomou conta da sociedade brasileira. Aqui falou o Jeha sobre uma opção neoliberal e chegou a avançar, colocando nomes. Ele nos brindou, homenageando-nos, citando o nome de nosso Governador Itamar Franco, como candidato do PT. Isso é importantíssimo. O PT é um partido importante, que representa a classe trabalhadora. Mas o PT tem um teto. Sabemos que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que fundou o partido através de um sindicato, é um grande brasileiro, mas a grande verdade é que tem um teto. E é preciso que haja compreensão porque isoladamente não teremos a alternância. Teremos a alternância através de uma aliança neoliberal, e essa aliança foi aqui hoje indicada. Tivemos um lançamento da candidatura do Governador Itamar Franco. Por quê? Porque ele é um homem testado. Foi Prefeito por duas vezes, numa das maiores cidades do País, que é Juiz de Fora; foi Vice-Presidente da República, Presidente da República e Senador por 16 anos. Como Presidente da República, assumiu o Governo numa fase crítica da vida brasileira e deixou o Governo com o maior índice de aprovação de que se tem notícia na história republicana. Tem razão Jeha ao dizer que Itamar é um grande candidato. É preciso que saíamos para a ação. Não adianta ficarmos discutindo, e é por isso, Leticia, que eu a cumprimento e a parabeno, congratulando-me com sua pergunta que é um recado que traz uma informação importante: a conscientização que chegou a todos os segmentos da sociedade brasileira e continua chegando, mas precisa ser traduzida em ação nacional contra o que está nos levando a um descalabro, num país tão rico quanto o nosso, tanto de recursos naturais como humanos, um país com essa dimensão, com esse clima, com esse sol, com essas bacias hidrográficas, com tantas riquezas de solo e subsolo, de costas, de mar territorial, de um povo bom, pacato, ordeiro, trabalhador, inteligente, versátil, meu Deus do céu, o que falta a este País? Falta ação. E esta ação só pode ser através do voto.

O Sr. Presidente - Esta Presidência quer dizer, em seus comentários finais, que o projeto neoliberal está desnudo. E o desafio para a comunidade mineira, brasileira e internacional é tornar essa desnudação do projeto neoliberal mais clara ainda, do ponto de vista da consciência das pessoas. O processo de simulação já passou. Agora, encontra-se muito claro, concretizado nas suas ações com relação ao povo. Essa questão do pensamento único de que não há alternativa é aquele retrato do gato acuado no canto. Assim fez esse projeto neoliberal, das empresas transnacionais e dos países do Primeiro Mundo, que adotaram essas medidas. O gato somos nós. Estamos acuados. Não há saída. Seriam os braços desse projeto neoliberal, do FMI. E a combinação explosiva, no Brasil, de estagnação econômica e altas taxas de juros liquidou o equilíbrio do setor público. As nações perderam a sua autonomia, pois os Governos não escondem seu compromisso com o grande capital e aceitam a desregulamentação imposta pelo capital sem pátria.

Cabe o comentário: os nossos parlamentares federais não percebem essas questões do povo? E os 53 Deputados Federais mineiros? Temos que fazer esse questionamento.

E as consequências perversas para a maioria absoluta da população são cada vez mais sentidas. O aumento do desemprego, da exclusão social, a redução de direitos dos cidadãos, a valorização do indivíduo egoísta, competitivo são problemas que ameaçam a humanidade do homem, tornando-o, cada vez mais, peça obsoleta de uma engrenagem fundada na ética do mercado. Contrapor-se a esses valores ideológicos preconizados pelo neoliberalismo significa, a nosso ver, buscar soluções para a crise brasileira, tendo respeito à vida e ao meio ambiente como ponto de partida.

Para finalizar, senhores, a consciência do povo brasileiro é a arma mais importante na perspectiva de luta conjunta, cooperativa, coletiva, fraterna, irmã contra a sua própria destruição. E essa aliança, não somente do povo brasileiro, mas dos povos do mundo, é a nossa saída. Contra a internacionalização do mercado e a política neoliberal que envolve todos os países, é preciso haver a união desses países, que sofrem na pele a destruição movida por esses organismos transnacionais internacionais.

Quero agradecer o que pudemos aprender nesta noite ao Senador José Alencar, pela sua simplicidade de colocar os números, com os quais não temos o costume de lidar; ao Roberto Nicolau, que nos trouxe informações importantes e pela sua indignação; ao Paulo Osório, que também nos trouxe dados importantes sobre essa questão das autopeças, dados que estarão consignados nos documentos que sairão desse simpósio; e ao Bernard Cassen, Diretor do "Le Monde Diplomatique". Estivemos na 2ª Conferência Internacional da ATTAC, em Paris, e tivemos a oportunidade de discutir com 80 países essas questões e os problemas por que passamos. E a grande maioria dos países que estavam representados lá, especialmente os do Terceiro Mundo, estão passando por isso também.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos expositores e dos demais convidados e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 1º de outubro, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 36ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 1º/10/99

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Registro de Presença - Palavras do Sr. Bernard Cassen - Palavras do Senador Roberto Requião - Palavras do Sr. Alexandre Dupeyrat - Palavras do Sr. José Maria Alves da Silva - Palavras do Sr. Antônio Martins - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Elmo Braz - Fábio Avelar - João Leite - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Miguel Martini - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Roberto Requião, Senador da República pelo Estado do Paraná; Bernard Cassen, Diretor do jornal "Le Monde Diplomatique"; Alexandre Dupeyrat, ex-Secretário da Fazenda; José Maria Alves da Silva, professor da Universidade Federal de Viçosa; Paulino Cicero, Secretário de Minas e Energia; João Batista de Resende, Presidente da Fundação João Pinheiro; jornalista Antônio Martins, representante da Associação para Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos - ATTAC-Brasil.

#### Destinação da Reunião



O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do debate sobre o tema "A Rodada do Milênio e o Império Mundial", dentro do 4º Evento do Fórum Técnico Políticas Macroeconômicas: Alternativas para o Brasil. A Presidência, desde já, agradece a presença dos expositores, dos debatedores e dos demais convidados e lhes apresenta, em nome do Legislativo mineiro, as boas-vindas a esta Casa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sobre o tema de hoje, o que temos visto é que o grande capital busca consagrar, em novembro próximo, um mundo inteiramente regido pelo livre comércio. Pretendem implantar o ultraneoliberalismo, como costumam afirmar os nossos companheiros da ATTAC. Em quase 30 anos de hegemonia mundial desse programa, foram milhões de empregos perdidos ou tornados precários pela onda de falência de empresas ou pela reestruturação produtiva.

A situação social se agravou. Crises financeiras medonhas abalaram vários países asiáticos, a Rússia, o México e também nosso País.

No Brasil, o Presidente FHC prestou um enorme serviço ao grande capital financeiro, acelerando o processo de privatizações. Mas é importante lembrar que ainda muitas empresas pretendem ser tocadas pela política de privatizações, leiloadas ou entregues quase que de graça. A PETROBRAS, inúmeras empresas estaduais de energia elétrica, os sistemas de água e esgotos, a maioria dos Bancos estaduais, inúmeras rodovias e ferrovias, os aeroportos, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, tudo isso ainda se encontra em mãos do Estado brasileiro e pode ser privatizado.

Mas, diferentemente de dias atrás, a nossa luta vive um momento favorável. A política e o programa neoliberal está passando por sérias dificuldades e contradições internas, de oposição popular.

Os resultados das eleições em importantes países europeus, nos últimos dois anos, produziram a derrota dos candidatos neoliberais mais ortodoxos, alguns no poder há vários anos, numa clara rejeição aos partidos e às idéias conservadoras e em defesa dos direitos sociais. Na América Latina, vem crescendo o número de votos contra os candidatos do Consenso de Washington, e têm ocorrido greves gerais em vários países, como Equador, Colômbia, Uruguai, entre outros, contra as políticas neoliberais e o desemprego. Cresce a impopularidade dos governantes que insistem em aplicar o ajuste neoliberal, conforme demonstram as pesquisas de opinião pública, confirmadas pela recente Marcha dos 100 Mil no Brasil.

Todos esses exemplos demonstram que é possível resistir. Demonstram que as mobilizações populares assumem atualmente um novo caráter, muito mais solidário, quando trabalhadores empregados vão à luta também pelos direitos dos desempregados e quando quem tem acesso a direitos sociais, os que não têm lutam também por aqueles que também possuem direitos e são, de alguma forma, incluídos.

A reunião de Ministros da Organização Mundial do Comércio tentará iniciar, em novembro, uma nova rodada de negociações, "propagandisticamente" denominada Rodada do Milênio, sugerindo a possibilidade de uma nova onda liberalizante, envolvendo principalmente investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual e, principalmente, a questão dos padrões trabalhistas e o meio ambiente.

A ofensiva que vem sendo feita sobre o trabalho infantil faz parte desse mesmo processo. A substituição da mão-de-obra adulta pela mão-de-obra infantil, mais dócil e mais indefesa, tornou-se um artifício estratégico para as empresas na disputa por novos mercados e na busca da maximização de suas taxas de lucros.

Sob as condições do neoliberalismo, o trabalho infantil não é mais um pecado, um desvio de conduta, mas uma regra e um produto da lógica de acumulação na construção de vantagens comerciais comparativas.

No que se refere ao meio ambiente, as pretensões neoliberais são ainda mais ambiciosas. Particularmente, os EUA pretendem comprar a briga pela liberalização dos serviços ambientais, do comércio agrícola, das medidas sanitárias e fitossanitárias dos produtos químicos, da tecnologia, do meio ambiente e da biotecnologia. Isso significa o ataque frontal e direto aos bancos de dados genéticos do mundo - especialmente a Amazônia -, a liberalização de produtos tratados com hormônios, a proliferação de transgênicos e o patenteamento de seres vivos.

Cabe lembrar, finalmente, a gravidade das ações militares que vêm ocorrendo no mundo, tais como os bombardeios da OTAN sobre a Iugoslávia, a pretexto de proteger os direitos humanos dos habitantes de origem albanesa. É bom lembrar que já convivemos com o abominável bloqueio a Cuba e as constantes ameaças ao movimento de Chiapas.

Por todos esses motivos, parece-me vital lutar contra a já chamada "Roubada do Milênio" e contra as intenções nefastas dos principais governos mundiais. Como já disse, vivemos um momento favorável. O projeto neoliberal enfrenta forte resistência popular e contradições internas. É preciso saber aproveitar esse momento. E espero que o encontro de hoje ajude-nos nesse sentido.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Federal Nilmário Miranda, do PT, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

#### Palavras do Sr. Bernard Cassen

Acho que a sessão desta manhã é muito importante. Como o Presidente acaba de dizer, a negociação que se iniciará no fim do mês de novembro, em Seattle, Estados Unidos, no programa da Organização Mundial do Comércio, é, sem dúvida, uma das mais importantes, desde a última Grande Guerra Mundial.

Não se trata de transformar o conjunto do mundo num tipo de civilização em que tudo será para vender e tudo será para comprar, até a educação e a saúde.

Vou examinar alguns pontos que estarão na pauta desta reunião. São pontos técnicos, e, por trás dessa técnica, há muita política e artimanhas no País de vocês, no meu e noutros países da Europa.

A reunião da OMC reunirá representantes de 134 governos do planeta, que vão discutir a liberalização. A liberalização significa concretamente a possibilidade de o capital estrangeiro penetrar em todas as atividades a que ele não tinha acesso; tanto pode ser o capital estrangeiro como o nacional.

A pauta prevê seguir e reforçar os acordos já assinados durante o ciclo anterior, que se chama Ciclo do Uruguai, que tem, mais ou menos, cinco anos. Os três pontos previstos como um prolongamento do Ciclo do Uruguai são agricultura, serviços e propriedade intelectual.

Tudo isso parece muito simples. Começemos pela agricultura. A idéia é assegurar a segurança alimentar mundial unicamente na base do mercado. Se agirmos segundo essa tendência, o resultado concreto será que os países que dispõem de vantagem comparativa em matéria agrícola, como os Estados Unidos e a Austrália, e também a Argentina e o Brasil, que têm capacidade de produção considerável, poderão inundar o resto do planeta (e, claro, esqueci de citar a União Européia) com produtos agrícolas que tornarão impossível manter a agricultura local. Mais tarde falarei sobre esse tema.

Não desejamos isso. Queremos que cada país, cada região do mundo seja auto-suficiente do ponto de vista alimentar, ou seja, reivindicamos o direito de o povo se alimentar, sem depender do mercado. Sabemos muito bem que, se o país é dependente das importações alimentares, como é o caso da União Soviética, podemos utilizar contra ela a arma alimentar. Os Estados Unidos querem ser os únicos a deter essa arma alimentar em relação ao resto do mundo.

O segundo grande ponto é o acordo geral sobre comércio e serviços. Esse acordo já foi assinado, mas, agora, trata-se de estendê-lo. O que são serviços? São uma lista gigantesca, que compreende comércio, atacado e varejo, construção para obras públicas, arquitetura, engenharia, serviços financeiros e bancários, de seguro, pesquisa e desenvolvimento, serviços de comunicação, correios, telecomunicações, tecnologia de informação, turismo, viagens, hotéis, restaurantes, saneamento, bibliotecas, museus, arquivos, edições, imprensa, etc. São 160 setores unicamente no acordo geral sobre serviços, e, entre eles, estão precisamente a educação e a saúde, temas aos quais vou voltar.

O terceiro ponto da pauta é a propriedade intelectual. A propriedade intelectual significa, concretamente, a possibilidade de registrar os vivos, de patentear as espécies animais e vegetais, os genes humanos. Então, é uma apropriação privada do que deveria ser o bem comum da humanidade. Como vocês já destacaram, é claro que isso envolve mais os países tropicais, porque há uma enorme biodiversidade nesses países, como o Brasil e outros da África, onde as grandes indústrias agroquímicas visam patentear o que gerações e gerações de camponeses já produziram, ou seja, há grandes empresas que acham uma planta mais ou menos conhecida, que pode ter alguma utilização comercial na fabricação de remédios, e a registram e patenteiam. Obviamente, a planta passa a pertencer à multinacional que a patenteou. E os agricultores e camponeses que, ao longo dos anos, permitiram que essa planta sobrevivesse, não poderão utilizá-la mais. Terão de comprar da multinacional o direito de utilizá-la. Vejam as artimanhas desse ponto da propriedade intelectual, as quais são particularmente importantes.

Saúde e educação: para os Estados Unidos, é absolutamente inadmissível que existam serviços públicos de educação e saúde como monopólio do Estado, como ainda ocorre amplamente nos países da Europa e, em particular, na França, onde a saúde é gratuita. As pessoas que já foram ou irão à França poderão constatar isso. Se ficarem doentes na França ou tiverem um acidente, serão recebidos num hospital imediatamente. Não perguntam nem o seu nome. Primeiramente, trata-se a pessoa, e, depois, os fatos são examinados. Se eu ficar doente, vou direto a um hospital, o que não vai me custar nem um franco. Até uma operação muito grave é absolutamente gratuita. Tudo é financiado pelo Estado, através das contribuições dos cidadãos franceses.

Há uma intenção americana, especial, nisso tudo. Não somente os EUA, como também as companhias de seguro francesas gostariam muito de penetrar nesse setor da saúde. As instituições financeiras ficam doentes ao ver que setores gigantescos, que envolvem dezenas de milhares de dólares, são geridos de maneira pública, e não privada. Eles vêm esses lucros passar pelos seus narizes, sem controle algum sobre eles, o que os deixa doentes. Então, a ofensiva não é somente americana, mas também de todas as instituições financeiras internacionais.

Eles querem que passemos de um sistema de educação público para um sistema de educação em que o privado tem, mais ou menos rapidamente, o domínio (em que é preciso pagar para receber uma educação ou pagar caro pela saúde). Nos Estados Unidos, os sistemas de saúde são privados, e custa muito caro para os americanos, pois eles têm que pagar seguros para tratamentos.

Para nós também há um custo, porque pagamos cotizações. Mas custa muito menos caro. Além do mais, na França o sistema cobra de todo o mundo. Nos Estados Unidos, 40 milhões de pessoas não têm nenhuma cobertura médica, ou seja, quando você se apresenta no hospital, perguntam se tem seguro ou algum sistema de saúde. Se não tem, não pode ser atendido.

Vou voltar atrás, porque gostaria de acrescentar um ponto que deve interessar a vocês. Os negociadores americanos querem acrescentar a essa lista um acordo sobre a exploração das florestas. A negociadora americana, Sra. Barth Charlotte, é ex-responsável pelo "lobby" americano da madeira e do papel. O objetivo é fazer com que o capital privado possa, de certa maneira, apropriar-se da exploração das florestas no mundo, inclusive as que estão protegidas. Já acontece na Ásia, o que provocou catástrofes ecológicas. A Amazônia, com sua enorme riqueza florestal, é diretamente visada por esse projeto de inclusão da exploração de florestas na OMC.

Como as coisas se apresentam concretamente? Esse ato terá representantes de diferentes governos, em particular do Governo brasileiro. Com relação à União Européia, não são os 15 governos que estarão nesse ato, mas a Comissão Européia, que é um tipo de executivo da União Européia, vai negociar em nome do conjunto dos 15 governos europeus.

A Comissão Européia, assim como o governo americano, é ultraliberal. Nesse aspecto, trabalham de mãos dadas. Os governos nacionais e o francês, que são considerados os que devem controlar a Comissão, fazem-no de forma muito fraca. A Comissão vai fazer o máximo possível de acordo com os Estados Unidos para liberar os pontos que citei. Ela dispõe de grande número de funcionários, e os Estados Unidos terão presentes, nesse ato, entre 600 e 1.000 especialistas. Para cobrir somente o setor de serviços, um dos setores da lista tem 160 subsectores, ou seja, é preciso haver 160 pessoas competentes, 1 por setor, e nem sempre 1 é suficiente.

Nesse ato, teremos a Comissão Européia, que estará amplamente representada, e os americanos ultra-representados. O que vai acontecer com os outros? É evidente que praticamente nenhum outro governo do mundo dispõe dessa enorme quantidade de especialistas para cobrir todas as áreas. Certos governos não têm nem representação nessa OMC. Essas negociações vão se desenvolver simultaneamente. Assim, se vocês, brasileiros, quiserem se defender, é preciso enviar de 400 a 500 especialistas a esse ato. Caso contrário, vocês podem estar certos de que sobre tal, tal e tal ponto serão enganados pelos americanos ou pelos europeus.

O Brasil é importante do ponto de vista administrativo, mas imaginem o que acontecerá com países pequenos, como a Nicarágua, a Somália ou a Tailândia, que não têm peso?

É preciso ter consciência disso. Contrariamente ao que se diz, a OMC não é um fórum democrático. Não basta que se tenham 135 Estados representados para que ela se torne democrática. A capacidade de negociação dos Estados é muito diferente. Os únicos que têm força para discutir são a União Européia, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Os outros vão fazer figuração em Seattle. É preciso ter consciência disso. Essa negociação, que é vital para todos os países, deveria ter sido objeto de discussão, de um grande debate prévio na França, no Brasil e em outros países.

Na França, o debate, praticamente, não vai acontecer. Os Deputados franceses vão ter um relatório, que será examinado em dois, três dias. Depois, o governo francês vai a Bruxelas com os outros governos europeus, a fim de fazerem um mandato autorizando a Comissão Européia a negociar. Isso é feito de uma maneira precipitada e não é por acaso. Isso é feito assim justamente para que ninguém perceba. Uma vez os acordos assinados, eles vão ser obrigatórios, vão ser aplicados. É por isso que pensamos que a posição correta seria não começar a fazer negociações sobre 160 setores de serviços, sobre a agricultura, a propriedade intelectual, as florestas, etc., porque isso dá 200 ou 300 negociações diferentes.

Antes de começar a negociar, vamos fazer um balanço dos cinco anos. Então, vamos examinar onde estamos. A reivindicação que muitas ONGs fazem é moratória sobre as negociações. Antes de negociar, vamos ver o que aconteceu, vamos fazer um balanço dos últimos cinco anos. Em seguida, vamos examinar o funcionamento da OMC. Não podemos aceitar que decisões capitais sejam tomadas secretamente ou em condições de ausência de transparência.

Vou dar um exemplo que talvez já conheçam. Na Europa, há dez anos, nós nos recusamos a produzir carne com hormônios, ou seja, é proibido, na Europa, utilizar hormônios de crescimento na alimentação animal. Recusamo-nos porque ninguém sabe quais serão as conseqüências, em longo prazo, da absorção de hormônios de crescimento. Essa é a posição da União Européia. Os Estados Unidos utilizam maciçamente hormônios na alimentação do gado. É direito deles, mas é problema deles. Se querem ficar doentes, o problema é deles, é um direito democrático. Lembro-me de que, no ano passado, nos Estados Unidos, 78 milhões de pessoas foram vítimas de intoxicação alimentar. Vinte e cinco por cento dos americanos são obesos. Quase a metade sofre do que chamamos sobrecarga de peso, o que provoca problemas cardíacos. Não temos nenhum interesse em seguir esse modelo. Temos 10% de obesos na França. Não achamos interessante alcançar a taxa dos Estados Unidos. Não temos vergonha de estar atrasados em matéria de obesidade. Vamos voltar à questão dos hormônios. Os Estados Unidos disseram: "Queremos exportar bois com hormônios para a Europa", que lhes respondeu: "Não produzimos isso. Por que vamos importar gado com hormônio?". E disseram que era uma obrigação, era preciso importar. A União Européia recusou, e os Estados Unidos fizeram uma queixa junto à OMC, que condenou a Europa.

E, como a Europa continua recusando a importação dessa carne com hormônio, sofre sanções financeiras, ou seja, vai ter de pagar US\$110.000.000,00 porque não quis comprá-la. Os Estados Unidos vão impor taxas alfandegárias de 100% sobre os diferentes produtos da Europa e, em particular, da França, sobre o queijo Roquefort. Essa situação absurda obriga-nos a pagar essas taxas, porque não queremos consumir carne com hormônio. É o que faz a OMC. E, na última semana, os camponeses franceses manifestaram-se contra esse escândalo, causando um enorme impacto público na França. Pela primeira vez, vimos, diretamente, a relação que há entre o seu prato e a OMC. Agora, praticamente todos os franceses conhecem a palavra OMC. Mesmo não sabendo como funciona, têm conhecimento de que é uma instituição nefasta.

Através da Rodada do Milênio, inúmeros países vão introduzir o acordo multilateral sobre investimento, que tinha sido provisoriamente enterrado no mês de outubro de 1998, em Paris. A sede da instituição internacional OCDE está localizada em Paris e agrupa os 29 países mais ricos do planeta. Esse acordo multilateral de investimento teria dado às firmas transnacionais, de uma maneira geral, às instituições financeiras todo o poder em matéria de investimento, ou seja, o investidor era o rei, e esse rei era superior à legislação nacional.

Vou citar como exemplo uma firma americana - não recordo o nome - que fabrica produtos com uma certa toxicidade e tinha mercado no Canadá. Isso está dentro do NAFTA, Acordo do Livre Comércio, Canadá, México e Estados Unidos. O governo canadense mudou as normas ambientais, aumentando-as. A empresa americana se queixou, dizendo que, se o governo modificasse as normas ecológicas, iria fazer com que ela perdesse mercado e limitaria a sua capacidade de ganhar dinheiro. Calcularam-se, então, quantos benefícios a menos ela teria. Ela deu queixa contra o governo canadense e ganhou. O governo canadense foi obrigado a pagar uma espécie de multa em dólares. A firma alegou que, se o governo colocasse essa regulamentação, ela iria ganhar menos dinheiro, portanto teria de compensar o que deixaria de ganhar. Esse foi o procedimento que permitiu o acordo multilateral de investimento e que vai tentar reintroduzir, com um outro nome, nessa Rodada do Milênio.

Meus colegas da Mesa, com certeza, irão tratar desses pontos com mais profundidade, mas qual é a moral dessa história? Estou falando de uma forma metafórica porque, na verdade, é muito imoral.

Este seminário é extremamente importante, pois foi o único, pelo menos de que tenho conhecimento, em que esse tipo de assunto foi debatido, para que a opinião pública tome consciência das artimanhas dessa negociação e faça pressão sobre as pessoas eleitas pelo povo, os seus representantes, para que possam exigir do Governo informação completa a respeito dos pontos da pauta e verifiquem qual será a posição do Governo sobre esses diferentes pontos. Tudo leva a crer que a maioria dos países vai a Seattle privada de informação, sem dispor dos funcionários necessários. Nos Estados Unidos, aliás, não são funcionários, são membros de multinacionais. A delegação americana é uma espécie de... Isso, na verdade, é "lobby". Para enfrentar esses lobistas competentes, que têm muitos meios de ação, é preciso ter muito poder também. A maioria dos governos não tem essa capacidade atualmente. O Governo brasileiro não tem, e o governo francês também não. A Comissão Europeia tem, mas não o governo francês.

É urgente alertar a opinião pública e exigir explicações do Governo, em particular do brasileiro (já que estamos aqui) e lhe dar um mandato, a fim de que não se aventure numa liberalização que já produziu o desastre que vocês conhecem. Era o que tinha a dizer na introdução desse debate e agradeço a atenção de todos. (- Palmas.)

#### Palavras do Senador Roberto Requião

Bom-dia, minha gente! Esse tema que o Deputado Rogério Correia e a organização do seminário me propuseram é amplo. Sinto-me como um desses membros de excursões de volta ao mundo em uma semana, oferecidas por agências de turismo ousadas. Abranger um tema dessa extensão em 30 minutos é, sem sombra de dúvida, uma tarefa difícil. Vou tentar. Procurarei estabelecer inicialmente uma moldura internacional: o que acontece no mundo, quais as características do desenvolvimento bem-sucedido ou malsucedido de muitos países e, nessa moldura, tentarei inserir o Brasil.

Até há bem pouco tempo, países como o nosso pesavam muito no equilíbrio - ou desequilíbrio - da balança planetária de poder. Mas depois que as utopias generosas e libertárias do socialismo no Leste europeu se dissolveram, passamos a significar muito pouco, uma vez que se estabeleceu a hegemonia de uma nova Roma, um novo centro político-econômico, que são, sem dúvida, os Estados Unidos.

A Rússia talvez tenha sido a primeira vítima do esforço brutal pela modernidade, vítima da tecnologia de ponta, porque, afinal, a Rússia colocou, antes do Ocidente, o "Sputnik" em órbita, fabricou armas e submarinos nucleares fantásticos, produziu aviões e máquinas de guerra, mas não conseguiu produzir o essencial para a melhoria da vida do seu povo: bens de consumo e salário, aquilo que o salário pode comprar e que melhora a vida das pessoas, como casa, eletrodomésticos, aquilo que foi produzido pela planificação do regime soviético.

A agricultura, também, não foi um sucesso. E, repentinamente, deparamo-nos com a queda do Império Soviético, não da maneira que a minha geração imaginava nos bancos das escolas e das universidades: a queda do socialismo no Leste europeu, sob a ação dura e direta do imperialismo norte-americano.

A Rússia e os países do Leste europeu, socialistas, "caíram a pau" nas ruas com o protesto do povo, que estava absolutamente insatisfeito na sua expectativa de consumo. Uma demanda não atendida e uma melhoria das condições de vida não alcançável. Por que aconteceu isso? Fundamentalmente, porque o antigo partido revolucionários na Rússia, ou Partido Comunista, embutiu-se na máquina do Estado, transformando-se naquilo que sociologicamente apelidamos de "nomenklatura" com "k", e sobrepôs-se à própria sociedade.

Passamos a ter uma classe de burocratas embutidos na máquina do Estado, que viveu com algum conforto, uma capacidade de consumo mais alta, e um povo absolutamente relegado no atendimento das suas necessidades de consumo, enquanto todo o esforço do Estado era dirigido para a tecnologia de ponta, fundamentalmente para a produção de armas de guerra, a famosa Guerra nas Estrelas, travada entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Com o afundamento dos países do Leste europeu, voltou o mundo ocidental à velha cantilena liberal, esquecido de que a utopia socialista surge exatamente em contraposição, na história da humanidade, à visão liberal e exploradora. O homem é o lobo do homem. Só se pode avançar através da competição. Países desenvolvidos progredem explorando países menos desenvolvidos. E a visão do progresso humano, possível através do amor e da solidariedade, enquanto pregam a liberdade dos mercados, as leis de propriedade intelectual, as leis de livre comércio, propondo uma globalização, em que as nações perderiam a sua soberania, em benefício de uma organização internacional, evidentemente comandada pela nova Roma, que seriam os Estados Unidos da América do Norte.

Este é o discurso. Mas, qual é a realidade? A realidade é que os Estados Unidos se fecham no NAFTA, junto ao Canadá e o México, este por ser seu vizinho, portanto irrecusável, no Mercado Comum Europeu, pretendendo estabelecer um padrão de vida isolado no resto do mundo, como se isso fosse possível. Ligamos a televisão e vemos os poloneses invadindo a Espanha, os albaneses invadindo a Itália, no desespero pela melhoria de condições de vida.

Esse isolamento é mais uma tentativa rigorosamente frustrada, que não pode conviver com a pregação da globalização.

Para países como o nosso, eles propõem, por exemplo, a lei de patentes, privatizando o conhecimento tecnológico e científico, que é uma herança do processo civilizatório da humanidade.

Alguns países se desenvolveram mais do que os outros em função da soma de circunstâncias históricas favoráveis. Vamos dar uma olhada para o desenvolvimento da Inglaterra de uma forma muito rápida. Inicialmente, a Inglaterra viabiliza uma estrutura de transporte interno extremamente interessante. Era o transporte fluvial, através de grandes canais em que barcaças transportavam cargas enormes, puxadas lateralmente por cavalos. A Inglaterra desenvolve um parque têxtil fantástico, e, num, determinado momento, descobre-se a máquina a vapor. O parque têxtil da Inglaterra passa a ser motorizado, enquanto ocorre a incidência do carvão em praticamente todo o território inglês. Essa conjunção de fatores fortuitos - a descoberta da máquina a vapor conjugada com a descoberta do carvão - faz com que a Inglaterra avance com seu comércio para o mundo inteiro, motorizando seus navios com máquinas a vapor. Essa hegemonia viabiliza o fantástico excedente econômico, que passa a ser utilizado para a compra de conhecimento técnico e científico, que faz com que a indústria inglesa avance de forma extraordinária, enquanto a Alemanha, por exemplo, se situava, econômica e politicamente, trezentos anos atrás da Inglaterra, nos fins do século passado e início do nosso século.

Mais adiante, o mesmo fenômeno ocorre nos Estados Unidos da América, que começou viabilizando seu comércio utilizando os rios e também os fantásticos canais de 700 ou 800Km. Tem a feliz coincidência de encontrar petróleo à flor da terra, exatamente no momento em que o mundo cria o motor a diesel, o ciclo diesel, o motor de ciclo "van", que é o motor de pistão rotativo, e o motor de ciclo "oto", que é o nosso conhecido motor a explosão, que movimenta os automóveis que usamos. Motores a explosão e combustível - os Estados Unidos dão um salto fantástico em sua economia. É evidente que, mais adiante, examinaremos o "crack" da Bolsa de 1927 e 1929 e a influência da Segunda Guerra na economia americana. Mas esse crescimento econômico, viabilizado por essas coincidências históricas, fazem com que os Estados Unidos também utilizem seu excedente à sua vez, no seu momento, para comprar a ciência e a tecnologia do planeta.

Por que eu quis chegar até aí? Porque o desenvolvimento da Inglaterra e dos Estados Unidos foi feito à custa de uma depredação do meio ambiente. As tecnologias mais desenvolvidas exploravam a natureza a fundo. E a depredação foi fantástica. Hoje, pretendem que o meio ambiente venha a ser patrimônio da humanidade e cobram de países como o nosso o equilíbrio ecológico como condição de sobrevivência do próprio homem no planeta. É evidente que nós, cidadãos do século XX, quase entrando no XXI, jamais iremos contestar essa verdade absoluta. Mas o nosso desenvolvimento, a exemplo do desenvolvimento deles, poderia ser feito de duas maneiras apenas: ou no momento de acumulação pela dura exploração dos recursos naturais, ou queimando etapas, através do acesso ao conhecimento científico e tecnológico da humanidade, viabilizando um desenvolvimento mais limpo e mais sadio. Ao mesmo tempo em que o equilíbrio ecológico e a biodiversidade são patrimônios da humanidade, os países desenvolvidos privatizam o conhecimento

científico e tecnológico, adquirido pelos homens ao longo dos séculos. Impõem essa privatização mediante as famosas leis de patentes, votadas em todos os congressos do mundo menos desenvolvido; no caso brasileiro, foi votada após ligeira tradução de uma lei piloto, em inglês, que foi distribuída para os países subjugados do planeta.

É evidente que liberalismo ecológico está vindo com defesas maximizadas de interesses dos grupos financeiros e dos países desenvolvidos, o que não passa de uma cantilena que não é praticada em lugar algum.

A primeira condição para uma política alternativa de desenvolvimento de um país como o nosso seria uma troca. A garantia do equilíbrio ecológico, a manutenção da biodiversidade, o cuidado com o que remanesce de natureza intocada, trocado pelo acesso livre à ciência e à tecnologia do mundo, para que nós possamos dar um salto no desenvolvimento, sem passar por esse antigo e quase necessário estágio da depredação e da destruição da natureza e do equilíbrio ecológico.

Vamos dar uma olhada mais cuidadosa nessas teses liberais. Há algum tempo, Fernando Henrique Cardoso dava como exemplo de sucesso econômico o México, depois a Argentina, a Venezuela, a Coreia e a Tailândia, e esses países foram arrasados por uma política liberal, que lhes tirou a condição de controle de sua própria economia, liquidou com sua soberania e os deixou em situação muito difícil. Isso, por si só, já é uma advertência extraordinária para a política da dependência.

Mas vamos analisar como os países que se desenvolveram o fizeram ao longo dos últimos 100 anos.

Em 1991, como Governador do Paraná, fiz uma viagem funcional ao Japão, para conversar com o pessoal do Axing Bank, depois à China e voltei pelos Estados Unidos. Aprofundei-me nas razões do sucesso do Japão, que, em 1870, no início da restauração Meiji, era um país de organização feudal e tremendamente atrasado. Como o Japão saiu da terrível situação de subdesenvolvimento? Saiu no momento em que derrubaram o "shogun", chamado Tokugawa, depois de 250 anos de poder. Voltou, então, a velha dinastia dos Meiji, com seu último imperador, que realizou uma série de reformas interessantes.

A primeira delas foi a desapropriação de todas as terras dos "shogun", senhores das cidades, e a eles foram dados títulos públicos por essa desapropriação. Isso, em 1868. Ao mesmo tempo, o monopólio dos samurais, que eram os senhores das armas e das letras, foi quebrado. O exército nacional foi, assim, organizado, e a dinastia Meiji iniciou um fantástico projeto de educação, introduzindo, na cultura das elites chinesas, o alfabeto ocidental, que substituiu a velha escrita ideográfica.

É o Japão estabelecendo o "interface" com o mundo ocidental.

Mais adiante, essas letras, produtos da desapropriação, valorizadas e com preço sólido no mercado, transformam-se, por uma ação do imperador Meiji, na possibilidade de construção de Bancos de financiamento de projetos industriais. O Japão se volta para o mercado interno, quer viabilizar um exército forte, tem um projeto nacional, porque se envolve em inúmeras guerras, e sai, logo depois, vitorioso de um confronto com a Rússia, o seu principal adversário.

Surgem, da noite para o dia, com as letras de desapropriação agrária, 151 Bancos no Japão. E ele passa a se organizar, a partir desses Bancos, em empresas, que são dos antigos senhores das cidades, dos "shoguns", com uma educação mais sofisticada, mas ocidentalizada, e surgem as empresas que vocês conhecem: Mitsui, Mitsubishi, Kawasaki, Ishikawajima, que nada mais são do que nomes das antigas famílias, das cidades dos senhores da guerra japoneses.

A disciplina da população continua a mesma: uma subordinação hierárquica extraordinariamente dura em relação ao comando desses antigos senhores feudais, transformados em capitães de indústria japoneses. Mas o Japão que eu vi nada tinha a ver com o Japão feudal.

Visitei, como Governador do Paraná, algumas fábricas, montadoras de automóveis. Num primeiro momento, deslumbrado, assistia à velocidade com que os operários trabalhavam ao lado de uma linha de montagem e imaginava com os meus botões: trata-se de uma demonstração especial para um Governador de um Estado do Sul do Brasil se encantar com uma velocidade impossível de ser mantida por trabalhadores, pelo menos pelos trabalhadores que eu conhecia. Duas ou três horas, três ou quatro fábricas mais adiante, eu me convenci de que aquela velocidade quase calistênica era a velocidade de trabalho de um operário japonês.

Num primeiro momento, tive a impressão de estar assistindo ao famoso filme de Charles Chaplin intitulado "Tempos Modernos", em que ele acelera os fotogramas para mostrar a violência da linha fordista de montagem, na coisificação, na transformação de um homem, de uma mulher, de um operário em ferramenta; mas era o ritmo.

Os trabalhadores japoneses, que têm uma remuneração razoável para padrões ocidentais, conseguem se manter numa linha de montagem por muito pouco tempo. Não têm direito social algum, mas têm uma saída, que é a participação no lucro da empresa. Moram em casas reduzidas, em bairros afastados, mas a tecnologia do trem-bala os leva, em velocidades inimagináveis, do lugar onde moram ao lugar onde sua mão-de-obra é explorada.

O Japão progride assim, com a garantia do trabalho, sem garantias sociais, coisas absolutamente inadmissíveis para nós, ocidentais. Talvez os mais velhos se lembrem da Marcha com Deus e a Família pelos Valores do Ocidente. Esses valores do Ocidente são reais. São esses valores que, em determinado momento, eram uma vantagem relativa Japão na lucratividade, no ganho de suas empresas em relação aos Estados Unidos, que mantinham direitos sociais, garantias de saúde e diversas formas de seguro-desemprego e outras tantas vantagens que vocês conhecem. O Japão progride, mas com uma forma extraordinariamente dura no trato com o seu povo.

O liberalismo japonês não existe. A economia é dirigida por um órgão chamado Kemdanrem, que é, na verdade, uma espécie de FIESP, que se reúne com os Ministros do Governo e decide, em conjunto, o financiamento do desenvolvimento dos produtos. Não existe nada mais caro do que o desenvolvimento de um produto no ciclo de processamento industrial. E o Estado faz encomendas na frente para que a indústria possa desenvolver um novo produto, fazer os seus testes de qualidade, os seus cálculos de custo-benefício antes de lançá-lo no mercado. E, assim, o Japão lança produtos novos financiados pelo Estado, com os recursos direcionados pelo Kemdanrem.

Observando a propaganda de desenvolvimento liberal no Brasil e a abertura total, fui observar como funcionavam os portos japoneses.

Um dos segredos do sucesso econômico do Japão são as águas profundas e as margens propícias para montar portos, existentes em todas as ilhas que compõem o seu arquipélago. Mas os portos japoneses não são privados. Não existe sequer um porto privado no Japão. São todos públicos. Depois fui dar uma olhada nas ferrovias. Em junho de 1991, o Japão tinha duas ferrovias privadas. Em julho já não tinha, porque foram estatizadas, porque o Japão tem ferrovias e portos públicos para baixar o custo dos seus produtos que competem no mercado internacional. Os produtos japoneses têm, internamente, um preço alto, a fim de que sejam vendidos fora por um preço baixo. O Japão subsidia, de forma fantástica e até inexplicável, os seus produtores de arroz, que garantem a subsistência básica da sua população, impedindo a entrada de produtos dos seus vizinhos asiáticos a preços muito mais baixos.

O mercado japonês é absolutamente fechado. Conheço somente uma exceção e não saberia explicá-la a vocês. O grupo Motorola, que é americano, entrou nesse país. O Japão fechou as fronteiras e consumiu exclusivamente os seus produtos. Num processo de exportação, que se maximizou com o fornecimento de bens durante a Primeira Guerra Mundial, conseguiu viabilizar aquilo que o José de Alencar disse ontem, que foi, sem sombra de dúvida, a maior liquidez monetária do planeta, durante um tempo razoável.

Fiz essa passagem, levando-os a participar da minha viagem, simplesmente para acentuar o fato de que a economia bem-sucedida do Japão, que depois viveu crises, que não irei analisar, não se sustentou em nenhuma idéia liberal. Muito pelo contrário. Mercado fechado, crescimento do mercado interno, proteção ao trabalho, exploração do trabalho. A partir de determinado momento, os japoneses adquiriram um nível de vida, que os levou a recusar trabalhos mais pesados. Passou, então, a haver aquela extraordinária chamada de filhos de japoneses nascidos em outros países do mundo. No entanto, esse período encerrou-se. O fundamental é que o Japão não viveu, no seu surto de progresso e no seu crescimento, uma política liberal. O seu sucesso nada tem que ver com a abertura do seu mercado interno e a submissão aos interesses americanos.

Sai do Japão e fui para a China. Via, pela Rede Globo, todas as noites, a notícia de que a China tinha se aberto para o capitalismo ocidental. A China avançava, porque tinha aberto, de forma fantástica, a sua economia. Na verdade, a China, em determinado momento, criou zonas especiais de produção, industrialização e exportação, o que desaguou num tremendo fracasso. A China não tinha os famosos bens de consumo-salário. A população de base agrícola abrange quase 70% da população total chinesa. Eles não estavam

acostumados com bens de consumo. Abriam essas zonas especiais para empresas do mundo inteiro. Essas empresas - com destaque, num primeiro momento, para as japonesas, e depois para os Estados Unidos-, entrando com intensidade, passaram a produzir bens, que eram vendidos no mercado interno. Os chineses não tinham bens, mas tinham dinheiro, não tinham com que gastar os seus ienes. Então, como não tinham a prática de guardá-los em Banco, costumavam os seus ienes nos colchões e travesseiros. Havia muita moeda, mas o número de bens de consumo que entrou era reduzido. O resultado disso foi uma inflação monumental, pouca oferta de bens desejados e muito dinheiro para comprá-los, forçando o governo chinês a realizar uma brutal recessão industrial programada, sustando a produção dessas fábricas e reorganizando a participação do capital e a participação da indústria estrangeira no seu processo de desenvolvimento. Como ele fez isso? Estabeleceu, que as empresas instaladas nas zonas especiais só poderiam interiorizar, no mercado interno da China, um dólar, quando exportassem outro dólar, para garantir as famosas reservas cambiais que ao fim e ao cabo, liquidaram com a economia brasileira, quando já não significaram diferenças entre exportação e importação em nosso caso, mas sim produtos e dinheiro emprestados por Fernando Henrique, em certos momentos acima de 56% ao ano.

Muito bem, o que há é que o desenvolvimento da China não se tem sustentado na liberalização da sua economia. A reforma agrícola da China é muito interessante - as propriedades continuam a ser do Estado, são concessões dele para os agricultores, as sementes, os tratores, a tecnologia são do Estado. Mas o agricultor tem uma cota que deve entregar ao poder público. O que ele produz fora dessa cota é vendido no livre mercado, mas a reserva, o estoque regulador que o governo mantém em mãos, evita que os preços disparem em determinadas regiões do território chinês.

A China se desenvolve por um processo completamente diferente da proposta liberal, está se desenvolvendo acima de 7,5% ao ano, no momento em que a maioria dos países não desenvolvidos do mundo entram em recessão. Esse desenvolvimento só está ocorrendo na China e na Índia. Mas o fundamental é que a China não é nenhum exemplo no que diz respeito à política de direitos humanos - 1.500.000.000 de eleitores. As famílias têm direito a um filho só. E eu perguntava ao Primeiro-Ministro se essa determinação do governo era respeitada. E ele me disse: sem a menor sombra de dúvida, eles só informam ao governo o primeiro filho. Os outros nascem, e o governo não é informado. Há uma legião de chineses não registrados e não reconhecidos pelo Estado, fundamentalmente, no interior. O número oficial da população é 1.300.000.000 segundo o Ministro, mas essa população, segundo o ele, chegaria hoje a 1.500.000.000. Camponeses falando uma variedade de idiomas, embora o idioma oficial seja o mandarim. Eles escrevem da mesma maneira, mas pronunciam os seus ideogramas de formas diferentes.

A exposição que fiz sobre a China é só para mostrar que ela não perdeu, por parte do Estado, uma influência pesada na sua economia e é hoje no mundo o país que mais se desenvolve.

Sai da China e fui a Washington, nos Estados Unidos, em 1991, onde tive a oportunidade de ver a grande disputa para a indicação do candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos.

À época disputava o nosso conhecido Bill Clinton e o Tsongas. Tsongas tem um discurso nacionalista radical. E Bill Clinton era uma espécie de Tsongas mais educado, que propunha ser Presidente da República para defender as empresas americanas e os empregos dos americanos. Naquela época, os Estados Unidos de tanto falar em abertura, tinham sofrido aquele efeito do McLuhan, de que o meio é a mensagem. Eles tinham realmente aberto alguns setores da economia, e o Japão ocupava 55% do mercado da indústria eletroeletrônica nos Estados Unidos.

Pois muito bem, os automóveis americanos eram extraordinariamente piores que os japoneses, e o desemprego avançava, enquanto surgia um subproduto terrível do desemprego, que é a manifestação racista dos brancos contra os negros que ocupavam postos de trabalho. A proposta de Clinton era a defesa do emprego dos americanos e a defesa dos interesses das empresas americanas. Mas vi nas ruas de Washington e Nova Iorque reluzentes automóveis japoneses serem destruídos a marretadas, por operários que ganhavam US\$1,00 para ter o direito de bater, em protesto, no carro produzido no Japão. Carro produzido no Japão, mas os capitais da indústria automobilística americana já tinham saído do território americano e se associado com as indústrias japonesas, para conseguirem lucros maiores, num trabalho explorado mais a capricho e com menos direitos sociais que tinham os norte-americanos.

Pois bem, vou avançar um pouco mais para chegar ao nosso Brasil.

Em 1967, um rapaz, que não estava exilado, mas que estava morando no Chile, chamado Fernando Henrique Cardoso, escreveu, em parceria com um italiano ou argentino chamado Enzo Faletto, um livro que se intitulava "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". O que significava isso? Fernando Henrique era partidário da dependência como fator de desenvolvimento e se contrapunha àquele movimento desenvolvimentista sustentado na substituição de exportações e na associação do excedente da economia cafeeira de São Paulo com setores estrangeiros para o estabelecimento da indústria metalúrgico-mecânica, as quais deram origem às fábricas de autopeças e às montadoras de automóveis. Fernando Henrique dizia que os brasileiros não tinham condição de se desenvolver, que tínhamos uma burguesia atrasada e incompetente, que as nossas elites eram mediocres e que o nosso povo jamais avançaria com as lideranças que tínhamos no campo e na cidade. E dizia, numa tese marxista de ponta-cabeça - porque a base desse raciocínio era marxista, tanto que esse livro fazia parte da "cesta básica" da literatura dos militantes do PC do B -, que a dependência e a entrada de forma absoluta e desimpedida do capital dos países desenvolvidos e das lideranças empresariais dos países desenvolvidos levariam o Brasil a um desenvolvimento a que as nossas elites não estavam levando. É evidente que uma parte da esquerda se encantou com isso, porque era aquela velha tese marxista do operariado como setor revolucionário da sociedade, porque não teria nada a perder. Era um processo de fabricação de operários. A esquerda se encantou, mas o Fernando Henrique foi mudando a sua posição, porque parecia que o Brasil se encaminhava mais para a esquerda, que a tese desenvolvimentista de mercado protegido era a tese vencedora. Há uma série de projetos de lei dele no Senado negando a tese dependencista. Mas logo depois veio o Collor, com aquele acordo com os grupos financeiros internacionais, com abertura, com as emendas no capítulo econômico da Constituição, e o Fernando Henrique se elege e se transforma num entreguista convicto. Ele abriu o País por não acreditar nos brasileiros. Há um pouco de vergonha de ser brasileiro nesse processo de abertura. Vamos vender as nossas empresas para pagar a dívida interna.

Minha gente, quando Fernando Henrique assumiu a Presidência da República, de Pedro Álvares Cabral até o primeiro dia de governo de Fernando Henrique, a dívida mobiliária interna era de R\$52.000.000.000,00. Ele vendeu praticamente tudo que podia vender. E a dívida mobiliária interna, hoje, é de R\$490.000.000.000,00. Há oito ou dez anos a participação do produto industrial bruto no PIB brasileiro era de 44%. O produto interno bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos por um determinado país num determinado espaço físico. Então, caiu de 44% para menos de 23%. Estamos num processo de desindustrialização. A política automotiva do Governo Federal faz com que um contingente de 360 mil operários do setor metalúrgico-mecânico sejam reduzidos para 140 mil. Os números foram dados ontem à noite pelo Diretor do SINDIPEÇAS. E o número de empregos industriais que desapareceram do País desde o início do Plano Real já passa de 700 mil. Mas, vendo televisão ou vendo os debates desses economistas da PUC do Rio de Janeiro, da USP, de São Paulo, os programas da Globo, vemos que eles tentam nos convencer de que quem está desempregado é porque não está preparado, porque não tem formação. Precisamos reciclar os nossos trabalhadores porque eles não estão tendo emprego, porque a economia está modernizando-se.

Ela não está modernizando-se, ela, em alguns momentos, em alguns setores luminosos do espaço territorial brasileiro, está tomando a configuração de projetos de tecnologia de ponta. Mas a tecnologia de ponta é estruturalmente desempregadora, quando, em média, uma máquina substitui 200 pessoas. Mas até os líderes sindicais falam no treinamento, na reciclagem do operariado brasileiro. Eu não sei, mas aprendi que o setor metalúrgico era a vanguarda do operariado brasileiro. Salários de R\$1.700,00, R\$2.500,00 eram os salários comuns dos metalúrgicos de São Paulo. Se esse pessoal tem de ser reciclado, isso seria feito para quê? Para vender hambúrgueres nas esquinas, espetinhos de gato? Para vender pamonha ou para ser bóia-fria? É evidente que estamos entrando num processo brutal de desemprego. A China resolveu o problema da sua reserva cambial, para melhorar o controle da qualidade dos seus produtos, obrigando que as empresas estrangeiras instaladas no seu território exportassem US\$1,00 para cada US\$1,00 que interiorizava. Aprendi na faculdade de Direito, no curso de Economia Política, que reserva cambial é a diferença entre o que se exporta e o que se importa. Se nós exportarmos US\$100.000.000,00 e importarmos US\$50.000.000,00, sobram US\$50.000.000,00. Fernando Henrique mudou esse jogo. Ele passou a emprestar dinheiro para fazer reserva cambial e emprestou o dinheiro, sendo o Brasil um país de risco, por valores que chegaram a 56% ao ano. Agora, esse dinheiro emprestado com esses juros fantásticos não é investido no Brasil, é uma reserva cambial, reserva de câmbio, "câmbio" em espanhol é "troca", é exatamente uma garantia que o Governo dá a um investidor estrangeiro que entra no Brasil, em dólar ou em libra esterlina ou em iene, de que, no momento em que ele quiser sair, ele pode converter o seu dinheiro, a sua moeda de real - porque ela foi transformada em real para entrar na economia interna brasileira - em dólar. Então, esse dinheiro fica parado, e S. Exa. passou a aplicar esse dinheiro no BIS, que é uma espécie de Banco Central de todos os Bancos Centrais. O BIS remunera os capitais investidos a juros internacionais: 5,6% ao ano. Ora, se estamos tomando a 50%, a 56% e, agora, a 19% e empregamos a 6% ao ano, vamos quebrar. O dono do botequim da esquina sabe que não há saída possível para essa diferença entre a aplicação e a tomada.

Pois muito bem, chegamos aonde chegamos: caos, desemprego, submissão ao capital financeiro. É evidente que tudo isso foi feito para manter o equilíbrio real, na esperança de que, com essa garantia cambial, capitais do mundo inteiro fossem aplicados no Brasil. Ledo engano do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Capitais que saíram dos Estados Unidos, desempregando trabalhadores do setor das indústrias montadoras de automóveis, para investir no Japão, para não perder o lucro, não seriam generosos aqui, quando não o foram nos seus países de origem. O dinheiro que entrou no Brasil é o que chamamos hoje de dinheiro de motel. É aquele que entra à tardezinha e sai antes do amanhecer, com lucros fantásticos.

Excedi o meu tempo, vou tentar encerrar essa minha intervenção encurtando essa parte que pretendia passar a vocês, o que poderei fazer durante os debates, mas quero colocar a perspectiva da saída. Pinte a crise, estamos numa entaladela, e o Brasil não sai dessa situação nos marcos da condução da nossa economia de submissão ao FMI. Não tem saída,

temos que mudar radicalmente a política econômica do País. Temos que apostar no mercado interno, temos que selecionar investimentos, temos que acabar com essa loucura de emprestar dinheiro para a venda de empresas estatais. Eu não estou nem questionando se algumas delas deveriam ser ou não ser vendidas, mas não é possível que emprestemos a 6% ao ano para que empresas internacionais ligadas a Bancos comprem estatais brasileiras e passem, em seguida, a remeter lucros para o exterior, aumentando o nosso déficit e complicando ainda mais a nossa balança.

Gostaria de dizer a vocês que há saídas numa reforma tributária, e há soluções para a dívida interna, também de uma forma bastante clara. A dívida interna inflou porque os juros eram altíssimos; então, o que precisaríamos fazer seria alongar o perfil de pagamento da dívida interna, esses R\$490.000.000,00, e reduzir drasticamente os juros internos.

Se reduzimos os juros e alongamos o perfil, ela vai desinflar pelo mesmo processo que inflou. Temos de liberar a livre iniciativa no País, desonerando de tributos o trabalho e a produção. Como? Introduzindo o imposto sobre o valor agregado, que é o imposto de consumo, o imposto que se cobra na ponta do consumo, que o consumidor paga, viabilizando que pessoas criativas e de iniciativa, que existem aos milhares - embora o Fernando Henrique não acredite -, possam se organizar em pequenas empresas e contratar trabalhadores.

Não estou falando em acabar com direitos sociais. Temos de ampliá-los, inclusive para os trabalhadores autônomos e da economia informal.

Encerro, trazendo a vocês algumas antigas idéias. Duas idéias-força do "new deal". Os Estados Unidos, em 1927 e 1929, sofreram o famoso "crack", que era a desvalorização das ações e da moeda. Da noite para o dia, as coisas não valiam nada, e empresários fortíssimos se atiravam das janelas dos edifícios, cometendo suicídio, no desespero por sua falência inexplicada e sobre a qual não tinham controle.

Os Estados Unidos não venderam território - porque só falta o Brasil vender a Amazônia -, não se abriram para investimentos de países estrangeiros predadores da sua economia e da sua soberania. Restabeleceram a esperança do povo americano, na sobrevivência pelo trabalho, pelo famoso projeto "new deal", que em português significa novo pacto. É evidente que não estou propondo uma transplantação mecânica do "new deal" para o Brasil de hoje. Até a densidade demográfica da população do campo e das cidades é diferente no Brasil de hoje e nos Estados Unidos de 1933 a 1939.

O "new deal" era baseado em duas idéias-força. Franklin e Roosevelt, em suas conversas ao pé do fogo, que eram transmitidas para todo o país pelo rádio, nas manhãs, diziam o seguinte: "Em cada propriedade, uma galinha e um poste de energia elétrica". O que pretendiam com isso? Proteína para a população e modernização das propriedades rurais. Um poste de energia elétrica significava a possibilidade da operação por uma ordenha mecânica numa economia leiteira, um triturador de grãos, facilitando a conversão do milho e dos cereais.

A outra idéia de força era notável. Ele dizia: "Se as cidades se queimarem, os campos se levantarão e reconstruirão as cidades. Se os campos se queimarem, as cidades morrerão de fome". Iniciou-se nos Estados Unidos um grande projeto de subsídios à agricultura, levado a efeito por aquela autoridade do Vale do Tennessee. É evidente que a agricultura não reconstruiu os Estados Unidos no aspecto industrial. A ciência e a tecnologia estavam mantidas, havia uma crise, era necessário devolver a esperança ao povo.

Roosevelt sabia que, se a agricultura não era a saída para o desenvolvimento e para a hegemonia, é extraordinariamente mais rápida do que a indústria. Desde o momento em que se joga uma semente ao solo, ela germina e, através da fotossíntese, cresce, é colhida e industrializada. Passam-se seis meses. Uma planta industrial necessita de dois ou três anos para ser projetada, faz-se o cálculo custo-benefício, ela é instalada, aguardam-se mais dois ou três anos para que venha a produzir na sua plenitude.

Os Estados Unidos, país evangélico, transformaram o processo agrícola numa missão nacional. Da noite para o dia pradarias foram transformadas em milharais. A tecnologia americana se debruça sobre o milho e o subdivide em 129 produtos, e até hoje o milho é a base da alimentação norte-americana.

Agricultura apoiada, resultados rápidos, agricultores capitalizados, lucro realizado. E os agricultores começaram a comprar nas cidades de comércio os bens de consumo necessários. Um triturador de grãos, uma geladeira, um rádio, um sapato, a melhoria da casa.

O comércio esvaziou as prateleiras e fez encomenda à indústria. A indústria chamou operários demitidos e, mais adiante, contratou novos operários. Novos operários, mais trabalho e mais consumo. E Roosevelt reacendeu a possibilidade da sobrevivência pelo trabalho e o círculo virtuoso do desenvolvimento econômico. É claro que o Brasil tem saída. Basta não se submeter ao FMI e à política hegemônica dos Estados Unidos. É evidente que essa fórmula americana não pode ser transplantada de forma absoluta, mas com a redução sociológica aconselhada pelo nosso velho intelectual Guerreiro Ramos.

Existem alternativas e saídas. O que não existe é uma base política de apoio para alterar esse processo, porque Fernando Henrique continua sendo apoiado pelos banqueiros e pela grande mídia, que se apropria de migalhas do processo de desnacionalização. Mas existem alternativas. A Oposição, sem sombra de dúvida, no Brasil tem alternativas. A base política de sustentação do novo Governo é a que está por ser construída. Obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Alexandre Dupeyrat

Vocês acabaram de ouvir duas brilhantes exposições. Primeiramente, a do Prof. Cassen, que enfatizou o que representa essa nova ordem que se quer implantar no mundo, a partir de modificações estruturais na relação de comércio. Depois, com brilhantismo, o Senador Requião nos expôs o que isso vem representando para o Brasil e quais têm sido essas conseqüências, cotejando-as com as experiências de outros países.

Ao ver essa platéia jovem ouvindo essas explanações, veio-me à mente um filme que se chama "Corações e Mentes", da década de 60, em que as pessoas se opunham àquela loucura da Guerra do Vietnã. É um bellissimo filme, que procura passar a seguinte mensagem: para acabar com essa loucura, precisamos ganhar os corações e as mentes das pessoas. O nosso embate - quando falo nosso, de certa forma, estou representando o atual Executivo mineiro, embora não ocupe mais a Pasta da Fazenda - é ganhar o coração e a mente de vocês. Precisamos explicar o que está acontecendo no concreto, no dia-a-dia, o que representa essa rapinagem que está aí, esse modelo, e o que isso vai trazer de conseqüência para o futuro de todos vocês, que, dentro de 10 ou 15 anos, estarão disputando o mercado de trabalho.

Com os 15 minutos que me foram dados, procurarei atingir esse objetivo, passando três questões concretas, que dizem respeito ao nosso dia-a-dia e representam três grandes embates do Governo mineiro, atualmente. Quero explicar, de forma mais clara e objetiva, fugindo um pouco a essa imagem distorcida que a mídia cria, o que está realmente acontecendo.

Ao assumir o governo, herdamos uma situação de absoluto e total comprometimento com esses interesses nefastos a que se referiram o Prof. Cassen e o Senador Roberto Requião.

O que quer dizer isso? Em dado momento, no ano de 1998, o Governo Federal disse para o Governo de Minas de então - que abaixou a cabeça - o seguinte: "Vocês estão com uma dívida em torno de R\$11.500.000.000,00, rolando dia a dia no mercado. Compra papel, vende papel, compra papel, vende papel. Não é mais interesse do sistema que está implantado que vocês continuem a rolar a dívida. Agora, está na hora de pagá-la.. Então, vamos juntar isso no bolo, consolidar dívida e, ao invés de rolar, vocês vão pagar prestações fixas e mensais".

Isso foi negociado, no mês de fevereiro; em maio, entrou em vigor, depois de seguir os trâmites legais. A vigência concreta da prestação passou a vigorar a partir de janeiro de 1999, quando o atual Governo tomou posse. Isso representou o seguinte: no ano passado, enquanto estavam rolando essa dívida, o Tesouro do Estado desembolsava R\$5.000.000,00 por mês para rolar, pagando uma parcela pequena dos juros, mas, a partir de janeiro deste ano, quando se teve que começar a amortizar o principal, a prestação passou para R\$70.000.000,00 mensais.

Qual a lógica desse sistema perverso que está aí? É claro que ninguém pode passar de uma prestação pequena para uma tão mais alta, da noite para o dia, sem haver algum lugar de onde tirar esse dinheiro. A lógica foi que se precisava enxugar e diminuir o tamanho do Estado. Essa conversa pode ser muito interessante e bonita, mas não se tem analisado quais são os resultados que advirão desse dito enxugamento do Estado.

O que isso representa? Em suma, significa que o Estado gasta 90% de seus recursos com quatro atividades - educação, que de longe tem mais repercussão, saúde, Polícia Militar e Polícia Civil. Perguntaria a vocês se alguém já ouviu falar que essa gente esteja ganhando demais, que sejam bem equipados e disponham de tudo o que precisam e ainda há coisa sobrando para cortar. Cortar o quê? O projeto que se convencionou chamar de neoliberal, que implica esse tipo de corte, visa fechar delegacia, posto de saúde, hospital e escola ou entulhar todo mundo em sala de aula sem dar a mínima condição de aproveitamento no ensino.

Essa é a consequência concreta do neoliberalismo. Insurgimo-nos contra isso e resolvemos não pagar, porque não aceitamos essa situação. Queremos a repactuação dessa dívida. Podemos pagar até 5% de nossa receita líquida por mês, mais do que isso não dá. Esse é um dos grandes impasses. Vocês devem ter acompanhado e estão acompanhando o noticiário dos jornais: muitas vezes, o que chamaram de moratória é apresentado um pouco de outra forma.

Esse é o primeiro aspecto concreto da consequência desse modelo para o nosso Estado. Segundo, os senhores já devem ter ouvido falar do famoso caso da CEMIG. O que foi o caso da CEMIG?

Esse caso tem alguns lances que remontam a 1994. Nos idos de 1994, quando o atual Governador era Presidente da República, tentaram induzi-lo a vender o setor hidrelétrico brasileiro. Queriam vender a ELETROBRÁS, Furnas, a CEMIG, a título de pagar a dívida. A história é sempre essa. Eles querem receber rápido. E a resposta foi não, mas eles já deviam ter algum tipo de sinalização, ou seja, a pessoa que o sucederia seria simpática a essa liquidação do patrimônio público. No caso específico de Minas, tomaram emprestados, no mercado internacional, US\$200.000.000,00. E essa operação, que chamam de eurobônus, não teve nem avalista, mas tiveram o principal, ou seja, ficaram com a CEMIG. O que vinha acoplado a esse lançamento de US\$200.000.000,00?

Dizia-se o seguinte: quem emprestar esse dinheiro, ao apagar das luzes do Governo Itamar, terá o direito de, à frente, comprar ações da CEMIG a um preço privilegiado. Isso aconteceu em 1994. Mas eles já sabiam que, a partir de 1995, dar-se-ia início a esse processo de venda. Quem foi o agente operador desse negócio? Um Banco chamado Matriz. Sabem quem era o dono do Banco Matriz? O Sr. Mendonça de Barros, que veio a se tornar o Presidente do BNDES. Ele ficou encarregado de vender o patrimônio público. De banqueiro a agenciador de operação, ele passa a Presidente do BNDES. Ai, o BNDES conduz todo esse processo.

Sabem qual foi a operação concreta feita com a CEMIG? Foi um grande negócio, mas não para nós. Venderam-se 33% das ações da CEMIG, e foi entregue o efetivo poder de comando dela, por via de um instrumento chamado Acordo de Acionistas. Ninguém faria isso com seu patrimônio. Perdemos o controle ao vender os 33%. O preço fixado, que já era baixo, pois o patrimônio líquido da CEMIG está em torno de R\$8.500.000.000,00, foi de R\$1.100.000.000,00. Sabem como? Vocês pensam que o sujeito chegou lá e pagou? Não. O próprio BNDES resolveu financiar 50% dessa venda ao adquirente americano, com os juros mais baixos do mundo, que são os da letra do Tesouro americano. Para não onerá-los muito, resolveu-se dar-lhes um período de carência. Então, eles estão começando a pagar as primeiras prestações agora, no ano 2000, e vão terminar de pagá-las em 2007, 2008, se não me engano. Os outros 50% foram financiados pelo próprio Estado de Minas Gerais, que concedeu esse financiamento para perder o controle de sua companhia de energia. Recebeu uma promissória com vencimento para 12 meses, sem juros e sem correção monetária. Nessas condições é que a empresa foi vendida. É esse modelo que se está querendo implementar, que está avançando no mundo. E o resultado concreto, na ponta, é o seguinte: não há patrimônio público, Estado, Tesouro que agüente uma devastação dessas.

Para concluir, gostaria de fazer alusão a um outro aspecto que me parece ser da maior importância. O que esse movimento todo encerra? Vocês viram que o Sr. Cassen referiu-se a um caso concreto, em que uma determinada empresa teve de ser ressarcida, indenizada, porque o Estado resolveu exercitar o seu poder de ente soberano, resolveu adotar uma regulamentação que frustrou a expectativa de lucro do Estado. Por que estamos nos insurgindo com tanta veemência contra a venda de Furnas? Essa questão não se resume àquilo que o Governo Federal está dizendo, não é uma coisa tão simples assim. Se uma empresa é federal, as águas são federais, o reservatório é federal, portanto vocês não têm de meter o bedelho, não é isso. Primeiro, porque a própria Constituição diz que o uso das águas e das hidrelétricas tem de ser feito de acordo e em consonância com as autoridades estaduais e municipais que são afetadas. E por que isso? Porque a água é, essencialmente, um bem de domínio público, não é suscetível de apropriação nem de uso exclusivo, privado, por quem quer que seja. Esse é o nosso sistema, essa é a nossa ordem jurídica, essa é a nossa Constituição. Aliás, isso acontece em qualquer lugar civilizado do mundo.

O que vai acarretar essa anunciada, essa pretendida venda? Quando se vende uma represa, quando se vende uma empresa geradora de energia elétrica, vende-se por um determinado preço, que embute a expectativa de lucro. Ora, se amanhã o Estado sentir a necessidade de usar as águas que hoje abastecem a represa de Furnas para irrigação, agricultura, reservatórios de água potável, piscicultura - a água tem, naturalmente, múltiplo uso, que é infundável, pois ela é um bem essencial -, ele estará tolhido. Isso, porque estará prejudicando uma vazão que irá gerar um determinado lucro esperado por parte da empresa privada. É por isso que essa atividade não pode ser privatizada. E o Estado tem, sim, o legítimo direito e a obrigação de se fazer presente, para zelar pela garantia da segurança da coletividade, que tem o direito de acesso e uso da água, prioritariamente.

Não podemos, em hipótese nenhuma, como disse Bernard Cassen, admitir, no Brasil, que tudo esteja à venda e possa ser objeto de negociação com fins de lucro, até mesmo a água, que é um bem essencial à sobrevivência do ser humano.

Cito esses três exemplos, esperando que eles os levem à reflexão e que vocês façam um pouco do contraditório sobre essa mídia, que nem sempre nos é favorável. Precisamos ganhar a batalha com corações e mentes, pois ela, no fundo, visa apenas ao futuro do ser humano. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. José Maria Alves da Silva

Em primeiro lugar, agradeço aos organizadores deste evento o convite para dele participar. Sinto-me realmente honrado.

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que sou professor universitário, com dedicação exclusiva. Não tenho outra atividade que não seja dar aulas e orientar estudantes no trabalho de pesquisa. Esporadicamente, executo atividades extensivas, como esta.

Não pertenço a nenhum partido político. Meu pensamento reflete, essencialmente, resultados de pesquisas e reflexões intelectuais, quer dizer: o que vou defender é, diria, fruto de um trabalho científico que não tem vínculo com áreas empresariais nem políticas.

Considero importante a participação da universidade em eventos dessa natureza e com essa postura, porque, assim, diferentes segmentos da sociedade - a classe política e a classe empresarial - complementam-se com o pensamento da universidade.

Vim preparado para falar mais, para o que precisaria de mais tempo. Preparei um texto que entreguei aos organizadores e foi distribuído para vocês. O texto contém algo que desejaria muito expor, mas vai ficar para outra oportunidade. De qualquer forma, a idéia central que quero abordar está embasada nele.

É bom esclarecer que produzi esse material em apenas quatro dias, como atividade intercalada entre várias outras, na universidade. Assim sendo, ele apresenta muitas incorreções, pois não tive tempo de corrigir o português, logo está cheio de vícios de linguagem. Vocês me perdoem. Vão, por exemplo, encontrar a palavra "eminência" onde deveria estar "iminência" e coisas do tipo. Por favor, levem em conta a forma apressada como foi feito o material, que pretendo aperfeiçoar futuramente.

Prestei muita atenção na fala dos expositores, aprendi muita coisa, e convicções que tinha se fortaleceram. O que vou fazer é enfatizar alguns pontos que foram colocados nas brilhantes palestras do Sr. Bernard Cassen e do Senador Requião.

Como a palestra do Sr. Bernard Cassen refere-se a táticas e estratégias do ultraliberalismo, tentei escrever o texto de acordo com sua temática. O que seria o monetarismo como uma tática ou como parte importante de uma estratégia neoliberal? Depois tentarei explicar por quê.

Tendo por base o que ele nos apresentou, devemos falar sobre os acordos de comércio. Há mais de cinco anos, tivemos uma rodada com o Uruguai, e agora devem acontecer outras. O despreparo das nações do Terceiro Mundo e a desigualdade de condições que essas nações enfrentam é uma coisa realmente alarmante. Não existe igualdade de oportunidades nem igualdade de condições para a própria expressão de idéias nessas reuniões de comércio.

O jornalista Cassen explicou bem as diferenças que existem entre os sistemas educacionais e de saúde do mundo desenvolvido europeu e os brasileiros. Ele mostrou o que é um sistema francês de saúde, que eu não conhecia em detalhe, e fiquei satisfeito em verificar que é muito parecido com o de outras nações escandinavas. Parece que é um modelo predominante na Europa.

No Brasil, temos uma coisa que se chama SUS, que, realmente, é uma sigla assustadora. Se houvesse tempo para levar o Bernard Cassen a alguns dos hospitais da minha cidade, por exemplo, talvez ele ficasse mais aterrorizado do que se assistisse a um filme de Drácula. É aterrorizante você entrar num hospital e saber que um médico ganha por volta de R\$5,00 por consulta, valor congelado há não sei quanto tempo. E, como ganha essa mixaria para atender a 1 pessoa, atende a 20 pessoas em 1 hora, porque, aí, consegue alcançar o preço da consulta que teria no consultório particular. As pessoas com traumatismo, que normalmente necessitam de trabalho de correção de fraturas, são atendidas com uma velocidade incrível; rapidamente são enfaixadas ou enfiadas, sem o menor cuidado. Isso se chama SUS, o nosso serviço gratuito de saúde.

É impressionante como o povo brasileiro, sendo tratado como gado, comporta-se como gado. Notamos que aquelas pessoas que estão nas salas do SUS estão resignadas. Imaginam que não estão pagando nada. E há aquele aspecto da cultura brasileira: se você não paga, até injeção estragada na veia, como costumamos dizer. É um povo resignado, que está, cada vez mais, comportando-se como gado, porque está habituado a ser tratado como gado.

Outra questão que ficou clara na exposição do Cassen foi a da polarização. Essa história de dizer que existe globalização é conversa fiada. Há muito tempo temos falado disso, mas parece que agora as coisas começam a ficar mais claras. O que existe no mundo é uma grande polarização. É a polarização da América do Norte, da Comunidade Européia e do Japão. Esses três grandes conjuntos controlam mais de 70% do PIB mundial e com uma população bem menor. O resto é uma tremenda pobreza, uma desigualdade violenta, com níveis de renda baixíssimos e problemas de fome e doenças. Estamos pensando o que os novos acordos mundiais do comércio podem fazer a respeito disso. Eles não foram feitos para isso, esse é o grande problema mundial hoje.

Também foi tratada a questão das barreiras tarifárias. O Cassen deu vários exemplos de negociações duras, ao que parece, de retaliações envolvendo os Estados Unidos e a Europa e de como nações, até grandes, como o Canadá, são forçadas, às vezes, a baixar a cabeça perante o grande poder. O Brasil tem sido uma eterna vítima desse tipo de coisa. Se o Canadá baixa a cabeça, o que os outros países não farão?

É fantástica a quantidade de barreiras não tarifárias que existem contra nossos produtos agrícolas. Existia um setor emergente no Nordeste, a fruticultura irrigada, que, em princípio, parecia uma grande forma de redenção do semi-árido nordestino, pela possibilidade de geração de renda e de divisas de exportação. Quando se conseguiu produzir uva no semi-árido, parecia milagre. Mas não é milagre, a tecnologia torna possível produzir frutas de excelente qualidade na região semi-árida, gerando renda e interiorizando o desenvolvimento brasileiro em uma área tão necessitada.

Conseguimos exportar alguns produtos para a Europa e os Estados Unidos, como a uva e a manga, principais frutas de exportação. Parecia que estava indo bem, mas, de repente, com o neoliberalismo, houve uma virada. Hoje em dia, a situação é dramática. Os empresários locais estão perdendo mercado externo. Os Estados Unidos têm inspetores que vêm para verificar se há alguma mosquinha na manga. Se houver uma mosquinha, não se pode importar mais. E quem tem que pagar a passagem de avião é o empresário brasileiro. Enfim, existem centenas de exemplos de ações desse tipo, do governo americano, como forma de instituir barreiras e impedir o comércio. Existem mil maneiras, sutis estratégias, de se criar barreiras ao comércio. Todas as grandes nações do mundo estão muito bem preparadas para fazer isso.

E o Brasil? O Brasil não tem ninguém. Todos sabem que o Brasil não pode mais desenvolver tecnologia, porque a universidade está sucateada. Não existem departamentos de comércio que empreguem especialistas, economistas e técnicos especializados para brigar nessas reuniões da OMC, para fazer trabalhos que, realmente, mostrem a verdade.

Enquanto os Estados Unidos contam com um departamento de comércio que deve ter centenas de economistas, engenheiros, especialistas em tudo para convencer e persuadir os outros, o Brasil não tem nada. O Brasil tem exércitos de Brancalione. No recente episódio de enviar tropas para o Timor Leste, enquanto a Austrália e outros países mandaram contingentes e armas, o Brasil enviou 50 soldados, o que me fez lembrar o exército de Brancalione. Isso mostra bem a pobreza do País, que não tem dinheiro para nada. É um país de pires na mão. Não há como ter igualdade de condições em nenhum debate sobre a liberalização comercial. E, por causa disso, sempre terá que assumir uma situação desfavorável.

Um detalhe que também me chamou a atenção na exposição foi a questão da saúde. Enquanto não podemos exportar para os Estados Unidos porque dizem que isso viola suas leis de proteção à saúde, temos, sistematicamente, importado dos Estados Unidos, há muitos anos, produtos que prejudicam a saúde do povo brasileiro. Só para dar um exemplo, enquanto se condena o fumo, muita coisa que faz mal à saúde tem de ser combatida, inclusive para o bem comercial do Brasil. A Coca-Cola tem de ser combatida, assim como o hambúrguer e a Pizza Hut, porque fazem mal à saúde. São hábitos importados, por trás dos quais, evidentemente, existe um gigantesco trabalho de "marketing" feito há muito tempo, desde os tempos de Hollywood.

A Nação brasileira está sendo educada, há muitos anos, para isso. Estou vendo muita gente jovem, da idade dos meus filhos. Vivo fazendo discurso em casa, mas não consigo persuadi-los a abandonar os hábitos alimentares errados que têm. Imaginem o que a Rede Globo pode fazer.

A França, parece-me que não importa a obesidade norte-americana, mas o Brasil importou muito. A geração da classe média que chamamos geração Danoninho, hoje, no Brasil, é uma geração obesa. O problema da obesidade é sério nas nossas crianças e nos nossos jovens. O Brasil não conseguiu erradicar a subnutrição nem a anemia, por causa da fome e da miséria da grande maioria, mas conseguiu importar a obesidade e, junto com ela, uma série de outras doenças, como problemas coronários precoces. Junto com o hambúrguer e a Coca-Cola, vem muita porosidade nos ossos e outras coisas que a química desses produtos pode causar, e vocês só vão perceber quando estiverem mais velhos.

Então, temos de ter cuidado com isso e contra isso. Precisamos de armas poderosas, e as armas poderosas são as financeiras. Se o Brasil quiser lutar contra o "marketing" americano, contra o "marketing" da Coca-Cola, vai precisar de recursos e de fazer um trabalho para isso.

Parece que o meu tempo está acabando mais rápido do que imaginava, mas queria dizer algumas coisas referentes à fala do Prof. Requião. Já vim preparado e trouxe um texto dele no Senado, em 1998, que é tema de minhas leituras e tem reforçado minhas crenças e opiniões. Já conheço bem suas idéias, mas quero enfatizar alguma coisa que disse neste curto espaço de tempo. Um exemplo claro que deu foi que o neoliberalismo é uma retórica conveniente para as grandes nações dominantes persuadirem as nações periféricas do mundo a fazer coisas que favoreçam os próprios interesses econômicos. É isso mesmo. Temos debatido na universidade há muito tempo, antes mesmo da globalização se tornar um modismo dentro da universidade, coisas que ocorreram em 1992. Na época, eu era um chato, que não queria aceitar uma evidência tão clara de que a globalização iria melhorar a vida de todos os países, numa integração mundial perfeita e bela. Ora, se for para fazer uma globalização utópica desse tipo, precisamos acertar todo o mundo e mudar todas as regras do jogo atual. Evidentemente, não. A globalização visa reforçar a polarização que já existe. Se estudarmos História, vamos verificar que os grandes países que se desenvolveram e se tornaram potências fizeram um trabalho interno para isso, tiveram governantes voluntariosos que trabalharam para isso. A história está cheia. A história da França também deve estar cheia disso. Cassen deve saber o que Coubert fez na França. O que a vontade de um homem pode fazer por um governo! Na Inglaterra, Cromwell chegou a derrubar um rei para fazer reformas. O imperador Meiji fez uma revolução cultural, educacional, num país bárbaro, que, em pouco anos, virou uma potência tecnológica. A história é cheia de exemplos que mostram o que é possível fazer com a vontade. Os Estados Unidos fizeram isso. Fizeram até a Guerra de Secessão para poder se desenvolver e industrializar como nação. E a Guerra de Secessão é, na realidade, uma guerra contra a globalização daquela época. Quem estuda história conhece, sabe que liberalismo é uma falácia em termos de prática mundial. O problema nosso é que os economistas brasileiros não estudam história nem a do Brasil nem a do mundo. Eles vão para os Estados Unidos aprender lições de monetarismo e ultraliberalismo para depois vir aqui se tornar parte da elite tecnocrática que tem comandado a Nação. Assim, eles reproduzem o modo de vida adiantado. Eles viajam para a Europa, têm um padrão de vida elevadíssimo, mas são aliados do poder internacional. É essa minha tese central. Para isso, é necessário fragilizar financeiramente um país.

As estratégias de estabilização monetaristas nada mais fazem do que cumprir esse papel de fragilizar financeiramente o Governo, retirando dele qualquer capacidade empreendedora de fazer um projeto nacional.

As taxas de juros que temos pago por nossas dívidas, a pretexto de manterem a estabilização, na realidade visam a destruir a capacidade empreendedora. O mito da globalização visa a paralisar as iniciativas. O monetarismo que o acompanha acaba por minar as finanças nacionais e ficamos de pires nas mãos. O que pode fazer um país que está de pires nas mãos? Não pode fazer nada.

Essas monumentais dívidas que foram construídas, em nome da estabilização, fazem parte de uma estratégia orquestrada. Na minha opinião, isso não é gratuito, pelo fato de tantos economistas brasileiros terem acesso às universidades que são redutos do monetarismo mundial, como a Universidade de Chicago, que constrói filiais aqui. Eu sou um estudante da



Universidade de São Paulo, de outra época, e sei que ela também já virou um reduto do monetarismo de uns tempos para cá.

Como eu já não tenho tempo, vou encerrar dizendo que, como resultado desse monetarismo, temos um sistema financeiro que é um dos maiores do mundo em relação ao PIB, mas que não concede crédito ao setor produtivo, o que é um paradoxo. Temos um sistema bancário que obteve lucros fantásticos no último ano, mas dá um tratamento muito ruim aos seus clientes. A precariedade dos serviços bancários no Brasil é muito grande.

Como é que um sistema financeiro cresce tanto se ele não empresta dinheiro para financiar o capital produtivo, se trata mal seus depositantes? Qual é o paradoxo? Ele só pode se sustentar em cima da montanha de dívidas do próprio Tesouro. Os juros fantásticos dessa montanha de dívidas que o Banco Central faz o Tesouro brasileiro pagar é um poderoso canal de concentração de renda. Na minha opinião, é o mais poderoso mecanismo de concentração de renda no Brasil. O sistema tributário brasileiro é fortemente regressivo, pois retira renda dos contribuintes para transferi-la para as grandes elites financeiras.

Essas coisas estão no meu texto, explicadas com calma. Vou parar agora e fico à disposição para qualquer dúvida ou qualquer esclarecimento adicional. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Antônio Martins

Gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar esse calendário do ATTAC em Minas Gerais, que é, possivelmente, o Estado que melhor encarna, no passado e no presente, tanto a luta pela independência nacional, quanto o esforço para integrar o Brasil e a sociedade brasileira nos movimentos internacionais pela solidariedade entre os povos.

Queria fazer, inicialmente, um comunicado otimista e uma denúncia. O comunicado otimista é que conseguimos, há alguns dias, as duas primeiras vitórias no esforço para obrigar o Governo brasileiro a debater com a sociedade a Rodada do Milênio, que, como bem falou Bernard Cassen, é uma tentativa dos países ricos, especialmente das grandes corporações multinacionais, para radicalizar o processo de globalização que tem provocado miséria e desigualdade.

A primeira vitória vai ocorrer no próximo dia 6, na quarta-feira.

Por sugestão do ATTAC e iniciativa do Deputado mineiro Nilmário Miranda, o Ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, foi convocado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Relações Exteriores, também da Câmara dos Deputados, para expor, publicamente, pela primeira vez, as posições que o Governo brasileiro tem levado à Rodada do Milênio ou à tentativa de se criar a Rodada do Milênio.

A segunda vitória é ainda mais importante, porque, articulados pelo ATTAC, um conjunto de movimentos sociais e de parlamentares críticos estará no dia 7, ou seja, na próxima quarta-feira, participando de uma manifestação simbólica diante de um hotel suntuoso de São Paulo, o Hotel Renaissance, onde autoridades do Governo brasileiro, como o Senador Antônio Carlos Magalhães e o Ministro Luís Felipe Lampreia, debaterão, num ambiente suntuoso, com um público seletivo, constituído apenas de grandes empresários, a posição brasileira na Rodada do Milênio. Conseguimos reunir um número expressivo de movimentos sociais, como o MST, que nesse dia estará terminando sua marcha nacional em Brasília, mas estará presente com uma delegação em São Paulo. Também estarão presentes a CUT, diversas ONGs e muitos parlamentares, porque acreditamos que essa reunião que o Governo brasileiro vai promover é um símbolo de dois aspectos muito perversos que essa discussão tem assumido no Brasil. Um deles é o caráter completamente antidemocrático e oculto dessa discussão. Outro é a posição submissa que o Governo brasileiro tem defendido nos fóruns fechados, em que discute tal questão.

Como disse Bernard Cassen, a eventual instauração da Rodada do Milênio equivaleria a retrocessos terríveis para o País e para o conjunto dos países não desenvolvidos. Por exemplo, equivaleria a proibir esses países de sustentar a agricultura familiar. Equivaleria a proibir esses países de defender políticas de subsídios estatais a certos ramos da indústria, que precisam ser desenvolvidos. Exigiria que o nosso e outros países adotassem leis de propriedade industrial ainda mais rigorosas, que nos excluiriam completamente do desenvolvimento das indústrias, dos setores econômicos mais importantes do próximo milênio. Implicaria abrir o setor de serviço brasileiro, que, de certa forma, ainda é regulamentado, à ação das grandes corporações multinacionais. Permitiria absurdos como o "patenteamento" dos seres vivos. Embora sejam questões que afetam o conjunto da sociedade brasileira, embora o próprio Governo brasileiro reconheça, nesses fóruns restritos de que participa, que a nossa posição é muito frágil, não foi feito, até agora, um mínimo esforço para debater essa questão com a sociedade, com os movimentos sociais e com o próprio Congresso Nacional. É uma reunião fechada entre quatro paredes. A entrada de cada pessoa no Hotel Renaissance é equivalente a três salários mínimos, para participar de uma reunião que irá durar, aproximadamente, 6 horas. O povo brasileiro e o Congresso Nacional estão afastados dessa discussão.

Existe um motivo para o Governo brasileiro adotar essa posição: é o papel submisso que este Governo deseja impor ao Brasil. Nas reuniões de que tem participado, o Ministro Lampreia tem dito que a nossa posição é a de regredirmos à condição de país produtor de produtos agrícolas - não com o caráter que o Senador Requião propôs, isto é, um caráter integrador, um caráter de desenvolvimento do mercado interno -, isto é, produzir os chamados itens tropicais, como carne, café, madeira e frutas tropicais, que serão consumidos nos países desenvolvidos. Se essa posição prevalecer, o Brasil estaria aceitando o conjunto dos acordos que impedem o nosso desenvolvimento e o desenvolvimento dos setores mais importantes, de mais futuro na nossa economia, para regredir - conforme uma imagem que tem sido muito repetida - à condição de 500 anos atrás, quando houve o "descobrimto" do Brasil, ou seja, à condição de produtor de madeira, à condição de produtor de açúcar e à condição de produtor dos itens menos valorizados no mercado mundial.

A partir dessa reunião e a partir de um encontro que será realizado nesta tarde aqui em Minas Gerais, queremos lançar um esforço da sociedade brasileira para exigir do Governo um esclarecimento sobre isso e, principalmente, para se debater essa posição.

No processo de globalização, achamos que é preciso, em primeiro lugar, resistir a esse caráter de exclusão e desigualdade. Mas achamos que é possível também que o Brasil participe de movimentos internacionais que lutam por outro tipo de integração entre as nações. Essa luta contra a Rodada do Milênio não é só uma luta brasileira, é uma luta internacional, que tem sido apoiada por mais de mil entidades internacionais. E nos sentimos solidários tanto com a luta do povo brasileiro, que pode enfrentar essa questão, quanto com os esforços de outros povos. Sentimo-nos solidários, por exemplo, com a luta dos camponeses indianos, que querem impedir a internacionalização da agricultura do seu país, que é o sustentáculo da maior parte da população. Sentimo-nos solidários com a luta dos camponeses franceses, que estão lutando, fazendo manifestações diante do Mac Donald's contra a tentativa dos Estados Unidos de impor os produtos que fazem mal à saúde, como produtos com hormônios, ou então de proibir a exportação de produtos franceses para os Estados Unidos. Sentimo-nos solidários com a luta dos operários norte-americanos e dos operários coreanos que têm feito manifestações contra a Rodada do Milênio.

Achamos que a vitória dessa campanha, a vitória do esforço por se evitar que se concretize essa tentativa de nos fazer objeto de exclusão pode ser, tanto um fator de afirmação da soberania nacional quanto um fator de solidariedade internacional e de participação em outros movimentos.

Achamos que, além de defender a soberania, é hora de participarmos, e esse é o objetivo do ATTAC, mais ativamente em movimentos que podem defender um outro tipo de integração. Que podem defender, por exemplo, a redução geral da jornada de trabalho, já que hoje é consenso que, com novas tecnologias, haverá cada vez mais desemprego. Que devemos defender um outro tipo de globalização - a globalização dos direitos sociais, do acesso à saúde, à educação, ao sistema realmente democrático.

Então, com essa denúncia, com esse lado otimista do anúncio dessas primeiras iniciativas contra a Rodada do Milênio, convidamos a todos os presentes para que se incorporem à campanha e conheçam o ATTAC, inclusive o de Minas Gerais, representado por inúmeros companheiros desta sala, e que possamos defender o nosso País dessa verdadeira agressão e incorporar-nos a essa campanha internacional por um novo tipo de solidariedade entre as nações.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Vamos passar aos debates e, devido ao adiantado da hora, não vamos abrir para mais perguntas. Temos um bloco de perguntas remetidas por escrito, e outras perguntas serão feitas oralmente.

Debates

O Sr. Presidente - Passarei às perguntas escritas, feitas ao Senador Roberto Requião, por vários alunos do Colégio Marcôni. Depois, teremos as perguntas orais ao Prof. Bernard Cassen.

As perguntas para o Senador Roberto Requião são as seguintes: "No momento em que sua popularidade está baixa, o Sr. Fernando Henrique Cardoso anuncia o projeto de desenvolvimento Avança Brasil, por meio do qual grandes investimentos seriam feitos na área social. Qual a sua opinião sobre o assunto?". Esta pergunta é de Lillian de Lima Cury, do Colégio Marcôni.

O Senador Roberto Requião - É um projeto exclusivamente de "marketing". É o "Plano Pinóquio", como todos os anteriores. Não tem nenhuma consequência e nem suporte financeiro.

O Sr. Presidente - Vou fazer as outras três perguntas, dirigidas ao Senador. Pergunta de Rafael Otávio, do Colégio Marcôni: "Porque vocês não pensam em cobrar uma percentagem sobre o lucro das multinacionais no Brasil, como é feito nos países do Primeiro Mundo?".

A outra pergunta é de Lillian de Lima Cury: "Pude concluir, através das exposições feitas, que o liberalismo não é a melhor alternativa para o Brasil. Mas como reverter esse processo com a política de Fernando Henrique, com a demora das reformas, com a dívida externa e subjugados às ordens do FMI?".

A última pergunta: "As pequenas e médias empresas são responsáveis por quase 70% dos empregos oferecidos aos brasileiros. A questão do desemprego aflige a todos nós, especialmente os jovens, que se vêem sem perspectiva. Qual a sua posição em relação às concessões feitas às multinacionais e sua concorrência, muitas vezes, desleal?".

O Senador Roberto Requião - Conheço uma história em que o Zorro e o Tonto cavalgavam por umas pradarias americanas e entraram num desfiladeiro sem saída. Eles tentaram voltar pelo mesmo caminho, mas índios ululantes cercaram a saída. O Zorro, com seu magnífico cavalo Silver, tentou escalar uma ravina. Mas ele viu que em cima da ravina índios guarneciam a posição. Ele volta-se para o Tonto e pergunta o que eles iriam fazer. Tonto responde: "Nós, quem, cara pálida? Nós não vamos fazer nada". O Governo tem o controle absoluto desse processo. A política do Governo é abrir o Brasil da forma mais absoluta às multinacionais, dentro daquela teoria expandida no livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", do Fernando Henrique e do Enzo Faletto. O Fernando Henrique está convencido de que será reconhecido pela história. Ele está enlouquecido. Ele tem dito aos seus amigos que não se preocupa mais com popularidade, porque ele não é candidato a nada, mas que daqui a 10 ou 15 anos ele será reconhecido como o Presidente que colocou o Brasil no mundo globalizado. Ele e os economistas da PUC e da USP já fracassaram da forma mais redonda e absoluta, mas vamos ter que tolerá-lo até o fim do mandato. A saída não é perguntar aos parlamentares o que fazer. O Congresso é tido e mantido do Governo Federal, em troca de emendas orçamentárias, pequenos favores, nomeações de ministros. Temos que mobilizar a opinião pública, o que também não é fácil, porque os meios de comunicação estão no mesmo jogo em que está o Presidente Fernando Henrique.

Quanto à outra pergunta, não existe demora de reforma, o nosso Presidente fez todas as reformas que quis. Agora vem essa balela da reforma tributária. É uma conversa mole. O Governo está pagando juros fantásticos. A dívida interna está em R\$490.000.000.000,00. É evidente que o Governo não quer reforma de espécie alguma. Uma reforma tributária, como eu propus, que desonerasse a produção e o trabalho, tinha que vir acompanhada com alongamento do perfil da dívida interna e um projeto de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento agrícola, uma política de emprego. Mas a única coisa que escutam são as políticas compensatórias. E, nessa conversa, alguns quadros extremamente comprometidos com os pobres, com o Brasil e com o trabalho caem na esparrela. Vejo muita gente séria discutindo na comissão da pobreza. É evidente que o País tem que ter uma política para os marginalizados, para os pobres, mas isso só pode ser consistente se houver uma política de desenvolvimento. Não podemos fazer uma política para todos, e todos estão perdendo o emprego.

A última pergunta é sobre o problema da pequena e a média empresa. Elas são responsáveis, no Brasil, não por 70%, mas por 75% dos empregos. Só que elas estão desaparecendo. Vocês aqui, em Belo Horizonte, têm consciência de que 50% dos restaurantes e bares fecharam suas portas nos últimos 12 meses por falta de clientela, por falta de poder aquisitivo. Mas o Governo não está preocupado com isso, ele está preocupado com a tecnologia de ponta, com as grandes empresas multinacionais. Na minha opinião, a pequena empresa deveria ter todos os incentivos possíveis. Mas, cá entre nós, a grande e a média empresa nacional também precisam de incentivos. Só uma reforma tributária que desonerasse a produção e o trabalho atingiria esse objetivo. Muito obrigado.

O Sr. Antônio Carlos Passos de Carvalho - Saudando a Mesa, queria, em primeiro lugar, dizer que, apesar de ocupar uma função hoje no Executivo Estadual, faço a pergunta como cidadão e como brasileiro preocupado com os rumos do País. A minha pergunta é especificamente ao Sr. Bernard Cassen, em relação ao tema soberania e paraísos fiscais. Antes, queria apenas, para servir de tema de fundo para essa pergunta, recordar uma pequena história que se passou comigo em Washington, quando estava lá assessorando o então Embaixador Itamar Franco. Numa ocasião, em janeiro de 1997, o Ministro da Fazenda, Malan, foi a Washington para falar a uma grande platéia seletiva de investidores americanos a respeito da privatização que se preparava da TELEBRÁS. Eu fui a um almoço na Câmara de Comércio, por orientação do Embaixador, e na minha mesa estava sentado o Sr. Johnson (...), que, tenho a certeza, todos sabem quem é. Ele foi Chefe de Gabinete do Presidente Reagan, na Casa Branca, e, naquele momento, representava um grande escritório nos Estados Unidos. Durante a sua palestra, o Ministro Malan, para a minha tristeza e até vergonha como brasileiro, disse que soberania era uma coisa do passado, uma coisa ultrapassada, e não aquele conceito que eu ainda entendo que deva ser. Pois bem, o Sr. Johnson, que estava sentado à minha frente, deu um pequeno sorriso, que foi compartilhado com um outro americano que estava ao seu lado. Eu amo muito o meu País, da mesma forma que admiro muito a França, os Estados Unidos pelo que eles têm de patriotismo, nacionalismo e o que puderam proporcionar de justiça social ao povo.

Então, com relação à minha pergunta, pediria ao Sr. Bernard Cassen para discorrer um pouco sobre essa questão de soberania, porque, como disse o Dr. Dupeyrat anteriormente, vivemos hoje essa questão de Furnas, da CEMIG, e a energia e a água são pilares básicos para a construção de um país soberano. No nosso caso, vemos tudo isso sendo alienado com todas as facilidades que não se encontram em nenhum lugar do mundo, juros de 3,35% para pagar em 10 anos, com carência, nota promissória para pagar sem juros ao Governo do Estado. Enfim, eu termino concluindo que nos Estados Unidos, país que admiro, volto a dizer, nessa questão de energia o assunto é tão sério que o maior produtor de energia hidrelétrica é o corpo de engenheiros do Exército, assim como na França esse assunto também é tratado com a maior seriedade. Então, quando vemos que uma empresa que comprou a CEMIG não é nem uma empresa americana... Pode ser que a empresa americana seja quem deu uma orientação técnica, mas a empresa que comprou esse lote de ações da CEMIG, a sua sede, se situa nas Ilhas Caymann, um paraíso fiscal. Da mesma forma como ocorre com esse acordo de investimentos contra o qual V. Exa., Sr. Bernard, lidera uma campanha contrária, acho que devemos pensar nessa questão de paraísos fiscais. Tenho muito receio. Vejo aqui um Senador corajoso, patriota, que conheci em Brasília. Assusta-me se, amanhã, todo o nosso parque estratégico de empresas de energia e telecomunicações estiver sendo controlado por esses paraísos fiscais.

O Senador Roberto Requião - Companheiro, queria só fazer um adendo ao seu questionamento. Nos Estados Unidos não existe nenhuma usina hidrelétrica privada, são todas operadas pelas autoridades municipais, estaduais e, algumas grandes, pelo Exército. Não há nenhuma privada, porque a água é bem comum e inegociável.

O Sr. Antônio Carlos Passos de Carvalho - Concorde com Exa. Estudei esse assunto até durante essa questão da (...). Apenas exemplifiquei, em relação ao Exército, por uma (...). A Tennessee Valley Authority, que foi criada pelo Presidente Roosevelt, é a maior corporação geradora de energia, é uma corporação que pertence ao Estado americano. A New York Power Authority gera 1/4 da energia do Estado de Nova Iorque, o Bureau Reclamation gera toda a energia da costa oeste americana, foi criada no início do século para atender aos reclamos...

O Sr. Roberto Requião - Existem termelétricas e nucleares privadas. Hidrelétrica, não.

O Sr. Antônio Carlos Passos de Carvalho - Hidrelétricas, como disse o Senador, estão na mão do governo.

O Sr. Bernard Cassen - É difícil responder em 2 minutos a todas as questões que você colocou, mas falarei de alguns aspectos. O conceito de soberania, como o senhor explicou, é, sobretudo, aquela soberania desmentida pelo Malan e que encontra respaldo na Europa, onde conhecemos pessoas que têm o mesmo discurso dele, de que a soberania pertence ao passado, de que a noção de nações terminou e de que é preciso ultrapassar as fronteiras das nações.

Na verdade, é um discurso interessado em demolir os últimos espaços de discussão democrática. Por enquanto, os únicos espaços de discussão democrática são as nações. Temos na Europa um ataque frontal de todos os neoliberais contra a idéia de soberania, porque no interior de cada situação nacional podemos discutir e debater. Podemos também, eventualmente, colocar alguns grãos de areia no trabalho deles. A lógica dos liberais, de Malan e de outros, é demolir, suprimir os espaços de debates e de confrontação democrática, para substituí-los por um único regulador, que é o mercado, que é o que possui os Estados Unidos, as camadas dirigentes, os franceses, britânicos e outros.

Para eles, o problema são as fronteiras, um obstáculo a ser suprimido para se ter um terreno sem divisão. Temos os mestres do mundo (que são as grandes metrópoles), as camadas alienadas (como os países da América Latina), e temos elites globalizadas que se sentem à vontade em Miami, Washington e nos escritórios do FMI. Esse é o problema: são pessoas que sofrerem transplantação cerebral, que têm uma cabeça americana, uma cabeça globalizada, que têm vergonha de ser brasileiros, venezuelanos, argentinos ou franceses. Esse fenômeno também ocorre na França. Não se deve ter vergonha de reivindicar a soberania. Isso não quer dizer hostilidade aos outros ou nacionalismo. Em francês, a palavra "nacionalismo" é tida como criticável. Não empregamos essa palavra, empregamos as palavras "sentimento de pertencer ao país". Para nós, franceses, nacionalismo quer dizer hostilidade aos outros. Somos favoráveis à existência da nação como um estado de direito democrático, e ao internacionalismo, para um debate entre as nações. A questão da soberania é um debate muito importante no meio intelectual. Há um movimento que se chama "soberanismo", e os neoliberais, tanto aqui como na França, são contra ele.

O Sr. Maurício Dolabella - O senhor disse que o Acordo Multilateral de Investimentos, o OMI, prevê direitos para as empresas multinacionais e deveres para os países. Entretanto, em 1972, o Conselho Econômico Social das Nações Unidas encomendou um trabalho sobre o impacto das empresas multinacionais no mundo, no desenvolvimento e nas relações internacionais.

Esse trabalho trata de propriedade e controle, balanço de pagamentos, transferência de tecnologia, proteção ao consumidor, trabalho e, por último, transparência de informações das empresas, principalmente das informações contábeis. Esse relatório sugeriu a criação de um grupo para discutir a transparência das empresas do mundo, principalmente das multinacionais. Esse grupo foi criado no final da década de 70 e início da de 80, com o objetivo de estudar as contabilidades das multinacionais como um instrumento que permite um poder maior de negociação dos países em desenvolvimento perante essas empresas. Infelizmente, a agenda desse grupo tem mudado muito ultimamente. Alguns países, inclusive, pediram a extinção desses grupos.

Paralelamente, na década de 70, surge um organismo privado, composto principalmente pelas grandes empresas de auditoria do mundo, para discutir as normas internacionais de contabilidade. Esse organismo desenvolveu trabalhos. Hoje, existem os chamados padrões internacionais de trabalho. Pergunto: o senhor acredita que a transparência de empresas multinacionais deveria ser discutida em um órgão público, como a ONU, ou por um órgão de natureza privada?

Segundo, estranho como algumas empresas, que investem em certos países como o Brasil, gostariam que houvesse uma transparência de seu interesse. Vou dar o exemplo da empresa EDF, francesa, da cidade de France, que veio para o Brasil, comprando empresas de energia elétrica. Ela vem propondo ao Brasil um modelo de transparência de empresas do setor elétrico para permitir uma comunicação das empresas concessionárias de energia com as agências reguladoras, principalmente quanto aos aspectos tarifários. Essa transparência proposta pela empresa EDF está de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Por outro lado, nas décadas de 60 e de 70, essa mesma empresa EDF desenvolveu um modelo de transparência muito avançado, que calcula produtividade. O que o senhor pensa sobre o comportamento dessa empresa?

O Sr. Bernard Cassen - Tanto os relatórios, como dezenas e centenas de outros documentos produzidos pela ONU e por outros órgãos dessa mesma família, vão parar em prateleiras ou são engavetados. A questão da transparência contábil é uma questão fundamental e legítima; até porque, quando as empresas trabalham juntas, é preciso que elas tenham as mesmas referências e mesmas nomenclaturas, já que as mesmas palavras, em várias línguas, podem se revestir de realidades diferentes.

Pessoalmente, penso ser normal que se tente fixar normas internacionais, sabendo, claro, que as normas, em matéria contábil, refletem as relações de força e a visão do grupo dominante, que fixa as normas, a que os outros terão de se submeter. Podemos ter, por exemplo, interpretações contábeis diferentes sobre salários. Pode-se considerar que os salários são encargos, mas também pode-se considerar que são investimentos. É uma escolha ideológica, que precede a fixação de normas contábeis. Então, a transparência das multinacionais seria, efetivamente, um progresso gigantesco. E isso elas não vão consentir nunca.

Elas enganam sistematicamente todas as contas. Um método clássico que elas usam é a questão da transferência. Quando uma multinacional está implantada em 15 ou 20 países, o que ela faz? Por meio de papéis e documentos, ela se organiza e declara os lucros, de acordo com a legislação fiscal do país. Em países onde ela pode comprar funcionários e a legislação é mais draconiana, como nos Estados Unidos, ela declara perdas e prejuízos.

Há multinacionais que têm muitos lucros consolidados e que não declaram impostos nos Estados Unidos em virtude do mecanismo da transferência. A transferência transnacional é fundamental, é uma exigência. Não temos nenhuma garantia do que pode acontecer. Por exemplo, a empresa pública de energia da França que tem o monopólio da produção e da distribuição da energia elétrica nesse país está se implantando em outros países.

Recomendo a vocês para ficarem vigilantes sobre ela, que é francesa, mas também com relação a qualquer outra. Ela é pública e não conheço o problema das suas normas contábeis. Desculpem, mas lá é uma coisa específica que eu não conheço. Mas é uma empresa em que os sindicatos atuam e são muito poderosos e representativos. A "priori" teria confiança nela, mas não conheço os detalhes. Mas de qualquer forma, fora da França, ela se comporta como qualquer outra multinacional. É preciso que vocês se armem de argumentos, de normas e de competência para não se deixarem enganar por essa empresa francesa.

O Sr. Fernando Siqueira - Gostaria de explorar um pouco mais o Sr. Bernard Cassen, já que é um operário da informação, Diretor-Geral do "Le Monde Diplomatique", Presidente da ATTAC, que tem transmitido para a sociedade mundial informações que a imprensa em geral não divulga normalmente. Aproveitarei, ainda, que aqui estão o Senador Roberto Requião, grande patriota e lutador, o Sr. Alexandre Dupeyrat, formulador da política econômica do Governador Itamar Franco e um dos maiores focos de resistência ao Governo Fernando Henrique e o Prof. José Maria Alves da Silva, cuja presença é uma grata surpresa. Estive na Universidade de Viçosa para proferir uma palestra, e o Reitor retirou todos os alunos, deixando apenas meia dúzia de organizadores. Assim, soubemos que na Universidade de Viçosa também tem pessoas patriotas que pensam no País.

Pediria ao Sr. Bernard Cassen que explicasse um pouco mais a urgência de uma reação contra a rodada do milênio sabendo que, embora as negociações devam durar três anos, mas, como se disse muito bem, os lobistas também estarão presentes e, certamente, criarão acordos que a partir daí serão irreversíveis. Como foi a rodada do GATT que estabeleceu as privatizações no mundo - e deu no que estamos vendo. Gostaria que o Sr. Bernard Cassen discorresse um pouco sobre a OMC. A mim, parece-me que a OMC veio substituir o FMI, que tem 50 anos, que já está extremamente desgastado e que precisa ser substituído por uma nova organização. No meu entendimento, foi por isso que o FMI se tornou socialista de repente. Então, como age a OMC?

Perguntaria também ao Senador Requião: "A mídia passa a idéia de que acabou a utopia socialista com a queda do muro de Berlim. Mas a União Soviética durou 70 anos sob o regime socialista e acabou, em dois anos, sob o regime capitalista. Gostaria que o senhor discorresse sobre essa utopia socialista que acabou".

Finalmente, quero perguntar ao Sr. Alexandre Dupeyrat, ex-Secretário da Fazenda de Minas, o seguinte: "As multinacionais pagam ICMS nos Estados onde se instalam? Muito obrigado."

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra para responder, pediria ao Sr. Bernard Cassen, ao Sr. Alexandre Dupeyrat, ao Prof. José Maria Alves da Silva e ao Senador Roberto Requião, que também fizessem as suas considerações finais.

O Sr. Bernard Cassen - Obrigado. Acho que vocês deverão reagir contra o ciclo da Rodada do Milênio, deverão se manifestar porque, durante uma semana, a partir de 30 de novembro, eles vão fixar a pauta das negociações da Rodada. Isso pode durar 30 anos, mas a pauta já vai ser fixada. A OMC e o GATT têm como hábito considerar que, quando a questão entra na pauta, já não pode ser retirada. Ela estará lá para a eternidade. Se a educação e a saúde forem colocadas na pauta do ciclo da Rodada, mesmo nos três anos seguintes, ela estará escrita no mármore para a eternidade. A pressão tem de existir, seja através de governos, seja através de milhares de manifestantes que vão estar fisicamente em Seattle. Vai haver uma pressão física e "mediática" muito forte. Há uma grande urgência em mostrar como a OMC funciona. Ela é uma organização internacional, onde os Estados estão representados. Há uma burocracia específica, há mais ou menos 500 funcionários que nela trabalham e que são fanáticos, maníacos. Acho que eles até sonham à noite com essa questão de livre comércio. A partir do momento em que podem dizer alguma coisa de consenso, traduzem isso em textos e regulamentos para o livre comércio. São pessoas perigosas, porque são fanáticos. O pior é que são sinceros, acreditam nisso. Esse órgão não vai substituir o FMI. Ele ocupa o seu espaço naquilo que chamei de poliescritório. Ela é ultraliberalista mundial, tem uma espécie de escritório, que é composto do FMI e do Banco Central da Comissão Européia. Aí é que se tomam as grandes decisões de orientação. Depois, cada um desses órgãos desenvolvem isso, como os Ministros, por exemplo, quando aplicam essas orientações. Mas há uma coesão perfeita entre esses órgãos. Eles têm o mesmo discurso. Então, é preciso mesmo combatê-los frontalmente. Infelizmente, o FMI vai continuar a existir, como o outro também.

O Senador Roberto Requião - A pergunta que o Siqueira me apresenta é se eu concordo em que o socialismo acabou. Acho que acabaram formas de leitura de teóricos socialistas. Mas o socialismo surge no mundo em contraposição ao liberalismo, que é o individualismo, o egoísmo, a competição como base de qualquer possibilidade de progresso. O

socialismo é o amor e é a solidariedade. Bernard Cassen falava sobre nacionalismo. O trauma dos nacionalistas na Europa é muito grande. O nacionalismo na Europa tem uma conotação fascista, nazista, mas nacionalismo para mim é ser solidário. Ser nacionalista, numa pequena cidade do interior, é saber que vamos resolver os nossos problemas em nossos municípios, que teremos melhor saúde quando a estrutura pública ou privada for a melhor em nosso município, que os nossos filhos terão o melhor ensino quando for o melhor em nosso município. Isso tudo leva a um movimento de solidariedade. Ser nacionalista em Belo Horizonte é apostar na cidade, imaginando que vamos multiplicar as oportunidades de forma coletiva, e não de forma isolada. No Brasil não é nacionalista quem já não se assemelha ao seu próprio povo, pelo seu consumo, pelos seus interesses e pela sua renda. Existe uma parcela da população que já não é brasileira. Ela se identifica muito mais com as elites europeias e americanas do que com o conjunto da população. Estou me referindo ao nosso Fernando Henrique, que não tem a menor noção do que é o Brasil real, o Brasil da luta, do desemprego, da pobreza, da solidariedade.

Acredito que as velhas utopias socialistas estão vivas e precisam, evidentemente, ser repensadas. Jamais alguém iria propor uma aventura stalinista, uma aventura unipartidária, mas o liberalismo econômico teve como consequência a visão solidária das propostas socialistas num determinado momento. E esse momento ainda não acabou.

O Sr. Bernard Cassen - Só uma precisão de terminologia. Estou de acordo com o Senador, o que eu queria dizer é que o que vocês chamam de nacionalismo em português, se traduzimos para o francês, a mensagem não vai ser bem entendida. Eles vão pensar que vocês são partidários de Lepin, é uma questão de terminologia. O conteúdo implícito da palavra nacionalismo em português não é retomado pela palavra nacionalismo em francês. Na França ela tem uma conotação negativa, tem de se falar de sentimento nacional, a palavra é malvista, mas não o conteúdo do que o senhor disse.

O Sr. Alexandre Dupeyrat - A indagação é se as multinacionais pagam tributo. Vou retomar uma observação que ouvi do Sr. Bernard Cassen a respeito desse grupo, desse "lobby", que quer fazer avançar o neoliberalismo no mundo. Referindo-se a eles, ele disse: "O pior é que eles acreditam naquilo que representam". É preciso qualificar esse "acreditam". Acreditam em quê? Tive a oportunidade de ter um contato com eles em vários setores, em vários segmentos, até mesmo com esse que trabalha com a tributação, e percebi que eles acreditam no interesse pessoal, especificamente, na maximização do lucro. A profissão de fé é essa. O mundo que eles acreditam é o mundo em que a solidariedade dos seres humanos, a cooperação, o interesse público, a ordem pública, cedem espaço ao interesse particular e privado, a quem pode mais. É nisso que eles acreditam. Nesse sentido, aplicado isso à tributação, ao recolhimento de impostos, como eles são fortes, poderosos, podem influenciar a própria produção normativa, a produção do ordenamento que disciplina a tributação. Eles criam, em seu benefício, um sistema tal, que lhes permite não pagar legalmente, dentro de um contexto de ordenamento por eles criado, e que eles procuram induzir a sociedade a crer que é o melhor para a própria sociedade. Por serem tão bons, por produzirem tão melhor, por serem tão mais eficientes, eles merecem um tratamento diferenciado que lhes permite não pagar.

O Sr. José Maria Alves da Silva - Vou encerrar, fazendo breves comentários sobre questões que foram abordadas aqui, entre as quais a idéia de nacionalismo.

Eu e outros economistas, que, hoje, no Brasil, nos alinhamos na frente nacionalista, empregamos o termo no sentido de internacionalismo, como talvez empregaria Bernard Cassen. Nossa linha é, evidentemente, bastante antagônica à do ex-professor Malan.

No Brasil, costumamos dizer que quem tem preconceito ou aversão contra o estrangeiro é xenófobo. Xenofobia significa aversão às coisas estrangeiras. O seu contrário é xenofilia, ou seja, adoração pelas coisas estrangeiras. A posição do Pedro Malan é claramente xenófila, e é a posição errada.

Sermos patriotas, nacionalistas, no bom sentido, é uma questão que transcende à razão econômica. Por que, por exemplo, torcemos pelo Brasil, na Copa do Mundo, quando vemos a camisa amarela entrar em campo, e nos arpejamos ao ouvir o Hino Nacional? Por quê? A razão econômica não explica isso. É uma questão de amor, de paixão.

Ora, se somos apaixonados pela Seleção Brasileira, somos apaixonados pelo Brasil. Se somos apaixonados pelo Brasil, temos que torcer por ele em quaisquer circunstâncias. Se ele está jogando o jogo econômico internacional, temos que torcer para que ele se coloque bem em campo e faça uma boa partida.

Será que há saída contra o monetarismo que estou combatendo aqui? Há e chama-se fiscalismo. Mas, se vocês quiserem saber o que é fiscalismo, do ponto de vista teórico e prático, chamem-me para outra conferência, que terei muito prazer em vir. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência convida a todos para o último debate deste evento, que será realizado no dia 5 de outubro, às 19h30min: "O Estado e a Crise do Neoliberalismo", tendo como expositora Maria da Conceição Tavares, ex-Deputada Federal pelo PT, e como debatedores João Antônio de Paula, professor da UFMG, e Mauro Santos Ferreira, Assessor de Assuntos Econômicos do Governo de Minas Gerais.

Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência informa que as atas das reuniões deste fórum, com a transcrição completa dos debates, serão publicadas na edição de 26 de outubro do "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo".

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos expositores e aos debatedores, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da reunião, encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião de debates de segunda-feira, dia 4, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 37ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 5/10/99

#### Presidência do Deputado Márcio Cunha

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Maria da Conceição Tavares - Palavras do Sr. João Antônio de Paula - Palavras do Sr. Mauro Santos Ferreira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Pastor George - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Márcio Cunha) - Às 20 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Mauro Lobo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Maria da Conceição Tavares, economista, professora emérita da UFRJ, professora associada da UNICAMP e ex-Deputada Federal, e os Exmos. Srs. João Antônio de Paula, Professor-Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, e Mauro Santos Ferreira, Assessor para Assuntos Econômicos do Governo de Minas Gerais.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento do 4º Evento do Fórum Técnico "Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil", com o tema "O Estado e a Crise do Neoliberalismo".

A Presidência, em nome do Legislativo mineiro, agradece a todos os que prestigiam este fórum técnico. A participação de todos os presentes na fase dos debates, com certeza, enriquecerá a discussão do tema, possibilitando-nos uma visão cada vez mais abrangente do assunto.

## Palavras do Sr. Presidente

Senhoras e senhores, ilustríssima professora, o Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adauto, que, por motivos imperiosos não pôde estar presente, solicitou-me que o representasse e que fizesse à ilustríssima professora a seguinte saudação.

Sra. Profª. Maria da Conceição Tavares, saúde, na eminente intelectual, a estudiosa, a militante, a parlamentar, enfim, a decidida mulher brasileira. A sua coerência, na razão e na ação, tornaram-na uma referência do Brasil de nosso tempo. Quando se fizer o balanço das nossas lutas, nesta passagem de século e de milênio, o seu nome se destacará na lucidez da análise econômica, na firmeza da solidariedade com os trabalhadores, na coragem contra os que se arrogam dominar o mundo, ao dominarem o seu sistema financeiro.

Entre o convite que lhe fizemos para falar em nosso Fórum Políticas Macroeconômicas Alternativas para o Brasil e a sua presença esta noite no recinto do parlamento mineiro, muita coisa ocorreu. Os próprios inventores dessa teoria maldita a que chamam neoliberalismo iniciam a sua contrição: o projeto, além de ser essencialmente injusto, ameaça a sobrevivência do sistema capitalista. Foram com tanta avidez à fonte, que o cântaro começa a romper-se. Os grandes construtores desse sistema, que pretende lucro sem consumo, ou consumo sem consumidores, reclamam agora dos Estados intervenção em favor dos pobres. Primeiro, condenam o que chamavam Estado-Providência. Agora, pedem a providência do Estado.

No plano interno houve também fatos importantes. O Presidente do Banco Central, em atitude inusitada, que, pela sua gravidade, corresponde a ato de traição ao País - enquanto uma união de Estados -, acaba de anunciar, com a mesma ligeireza com que legisla com portarias, que Minas Gerais não faz parte do Brasil que ele representa lá fora. Ele é um banqueiro a serviço de banqueiros, e não um funcionário do Estado nacional a serviço do Brasil.

Em nosso caso, professora Maria da Conceição Tavares - e creio que a sua opinião coincide com a minha - não temos por que reclamar dos banqueiros internacionais. Estão no seu papel, o de procurar o lucro máximo sobre o investimento mínimo. Temos, sim, é de combater as elites políticas nacionais que se deixaram levar pela retórica presidencial e deram apoio parlamentar a uma política de capitulação que pode significar o suicídio da Nação. Uma nação começa a sucumbir quando os seus dirigentes, a pretexto do que for, dizem facilmente "sim" aos estrangeiros. E o Brasil, entre todos os países do mundo, era o que tinha, no início da década de noventa, quando a pressão neoliberal se tornou mais evidente, maior capacidade de resistência. Todos sabemos que a vergonhosa submissão de Fernando Collor foi contida, dentro dos limites de seu curto mandato, pelo Presidente Itamar Franco. A eleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso significou vassalagem ainda maior aos interesses norte-americanos e europeus, representados pelas empresas multinacionais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais instituiu esse fórum de debates sobre os problemas brasileiros não só para que pudéssemos estudar as questões que nos afligem, mas também como forma de mobilização do povo mineiro, a fim de que possamos contribuir para radical mudança de rumos. É com esse propósito - o de conhecermos o inimigo e os seus objetivos, para combatê-lo - que a convidamos a fim de nos trazer o seu saber e a sua indignação contra o atual estado de coisas. Seja bem-vinda entre os mineiros, que a admiram e a respeitam! Muito obrigado.

## Palavras da Sra. Maria da Conceição Tavares

Muito obrigado. Não vou começar pela indignação, porque já extrapolei ontem, no lançamento do meu livro. Era um auditório, falei pouco, os meninos perguntaram, fui me indignando e acabei rodando a baiana. Já dei uma coletiva aqui e já rodei de novo a baiana. Já me levanto irada e não consigo dizer mais nada articulado.

Tentarei, para um público tão jovem, dar uma aulinha sobre o mundo e o tema que me pediram, em que o Brasil está, desde que nasceu, há 500 anos, como colônia. Não esteve sempre como colônia.

A dizer a verdade, tenho dois livros, um ensaio curto - e peço ao João e ao pessoal de Minas que façam o favor de xerocar e panfletar o meu artiguinho, porque os meninos não vão pagar um livro desse tamanho, que custa uma fortuna -, que se chama "Império, Território e Dinheiro", feito de memória e em memória dos 500 anos do Brasil.

Temos de ter claro que o Brasil nasceu como país independente, não como República, o que foi uma exceção para a América Latina hispânica, onde todos nasceram como República. Nasceram como Império. Um império espremido entre dois impérios, o português, em decadência, e o inglês, em ascensão delirante, em 1822.

Dizem os historiógrafos que estão consultando os arquivos que já começamos como um negócio. Porque, na verdade, em troca de mantermos a escravidão e em troca de abriremos os portos e as portas ao capital inglês, tornamo-nos independentes de Portugal.

Como não houve guerra civil nem guerra da independência, nisso também não somos nada parecidos. Nos constituímos como Estado nacional, como império, numa altura em que as repúblicas dominavam o mundo, mas, à sombra do império decadente, o português, acharam, para a sua ingenuidade, que podiam fazer esse negócio, porque o outro império iria protegê-lo. Como se sabe, o outro império não protegeu Portugal, protegeu D. João VI, protegeu a coroa portuguesa dos espanhóis, nos ajudou na luta com os espanhóis. Digo "nos" porque sou luso-brasileira, então, pertencemos aos dois impérios. Gostaria de viver até ver a república, ou nesse longo amanhecer, como diz Furtado, que tarda tanto a ocorrer. Mas estamos chegando ao ano 2000, terminou o ano 500, é capaz de terminarem também os impérios. Vamos ver isso. Pelo menos, vou discutir, não quero fazer fantasias. Isso é uma história complicada, e, apesar de termos entrado dessa maneira submissa, estávamos numa ordem mundial que tinha um domínio absoluto do império inglês sobre as armas, sobre o dinheiro, sobre a revolução industrial, sobre a tecnologia. Essas são as armas dos impérios. Apesar de ser essa a situação em que supostamente éramos apenas condenados à divisão internacional do trabalho e produtores de matérias-primas, era dinâmica a situação, porque produzíamos café, que era o ouro negro de então. Depois, foi o petróleo. Conseguimos nos constituir em uma Nação deste tamanho por duas características: a genialidade do Marquês de Pombal, quando ainda éramos colônia, e o fato de que Minas está no coração. Quando terminou o ouro de Minas, Minas continuou, foi o primeiro lugar onde houve civilização urbana, onde houve uma cultura que, já naquela altura, se podia chamar - como depois se chamou - antropofágica, porque criou um barroco, que é mineiro, não é português, criou uma música barroca que é mineira, não é barroca europeia, criou cidadãos políticos que realmente conspiraram contra a coroa e pediram que este território e, por consequência, depois o do Brasil se tornassem independentes. Então, vocês, mineiros e mineiras, levem, no coração, a sério o que essa velha está tentando fazer. Não interessa se, de vez em quando, tem ataque ou não tem ataque, não interessa se sou uma velha luso-brasileira, que, de vez em quando, fico com raiva. Não precisa de raiva nenhuma. Só precisa de ética, determinação e raízes. Vocês são da terra onde o território brasileiro começou a virar Brasil. Não foi na cana. É verdade que começou com o "Grande Sertão Veredas", com o latifúndio e com a escravidão. Vão ter que se ver livres da herança do latifúndio e da escravidão, até hoje não liquidada, a despeito de os homens conservadores de Minas, de boa estirpe, lutarem sempre contra ela. Só que não ganharam. As elites, mesmo quando são boas - e Minas teve várias boas -, conservadoras e não conservadoras, não são suficientes. Tivemos o império, tivemos e ainda temos um território enorme e nunca tivemos dinheiro que fosse verdadeiramente um dinheiro brasileiro. O nosso dinheiro sempre esteve submetido ou ao padrão libra, ou ao padrão dólar, e sempre fomos um país endividado. Houve uma única exceção - que não foi por acaso -, uma situação de ruptura da liderança internacional e de guerra, na qual, simplesmente, mandamos os banqueiros ingleses "pastar", mas, depois, fomos pedir apoio aos americanos, em 1939. E, assim, substituímos os credores ingleses pelos americanos.

Como não nos deram nem um tostão até no muito avançado da década de 50, 60, ficamos liberados e, por isso, conseguimos fazer, uma única vez, que durou 30 anos, o Projeto Nacional Desenvolvimentista, que era nacional e desenvolvimentista, independentemente de a burguesia ser ou não associada a quem quer que fosse. O problema é que todas as vezes que se tentou paradoxalmente avançar, de uma maneira mais universal, tanto no nacional quanto no popular, os regimes foram autoritários.

Então, já está claro o desafio. Os senhores têm esse desafio pela frente: que o nacional ou popular e democrático, pela primeira vez na história do Brasil, fiquem juntos. Essa é a tarefa de vocês. Esse é o fim da aula. Agora, vamos ao começo.

O começo é o seguinte: Estado e neoliberalismo. A pergunta que rola na cabeça de todos os intelectuais do mundo é: os Estados nacionais vão acabar, com a globalização, com a grande potência unipolar que quer comandar o mundo? Os Estados nacionais surgiram junto com o capitalismo. Se os Estados nacionais acabarem, o capitalismo vai acabar também.

Essa não é apenas a profecia de Marx. Essa é também a análise de Weber. Qualquer grande cientista social que pensou a economia mundial, o mercado, o capitalismo, a mercadoria, os direitos, etc., sabe que, no dia em que acabarem os Estados nacionais, também acaba o capitalismo, porque surgiram juntos. E surgiram juntos justamente como forma de regular a concorrência. A concorrência, a violência e a propriedade apareceram a partir de territórios dados. Qual é o problema do capitalismo? Ele não gosta de limites territoriais; desde que nasceu, tem a mania de se expandir mundialmente.

O capitalismo existe há praticamente 500 anos, se considerarmos o capitalismo mercantil como sua origem, mas só houve dois períodos de hegemonia clara do capitalismo financeiro, do império, de um padrão monetário, das armas: um é a "pax" britânica, que correspondeu ao Império Britânico, que se estendeu pelo mundo inteiro, como a Rainha Vitória tinha orgulho de dizer: "Império onde o sol nunca se põe". Naturalmente, foi esbarrar no Japão, tendo colonizado a China e a Índia, duas antigas civilizações milenares, e as reduzido a pó.

Ali não fizeram capitalismo a convite, mas neocolonialismo, enquanto no Brasil permitiram que fizéssemos capitalismo a convite: "Vá via capitalismo, que ajudo". E mandaram para cá investimentos; e financiaram ferrovias; e tomaram as ferrovias do Barão de Mauá quando este falhou; e tomaram as empresas do Barão de Mauá, e todos esses fatos da história do Brasil que - espero - os meninos, agora, podem aproveitar e ler, mesmo que seja na versão jornalística que está em moda.

Quinhentos anos servem para alguma coisa. Aprendam a história deste País, sem a qual não haverá país nenhum, porque ninguém começa país pela cabeça, começa pelo território e pela história. Então, entendamos como isso surgiu.

Surgiu assim: esse império mundial, que também não ia terminar, e tanto não ia terminar que foi feita uma ode à "pax" mundial - que não era a "pax" britânica, naturalmente, mas era -, pela qual, tendo o império chegado ao auge, não haveria mais guerras, a paz seria universal. A cultura do império inglês, suas instituições de mercado, a sua tecnologia, os seus hábitos, a sua aristocracia "meritocrática", a sua burocracia nas colônias, na Índia, na África, no Brasil e em outros lugares, governariam o mundo com muita diplomacia e sapiência. Como todos sabem, essa gracinha terminou em duas guerras mundiais, além das guerras contínuas contidas por eles. O século XX é muito duro.

Não contentes em haver dominado o mundo, ganharam a Guerra de 1914, com o apoio da sua ex-colônia, os Estados Unidos, que, naturalmente, não tinha aplicado a doutrina do liberalismo, ou seja, a doutrina do hegemônico, porque os impérios hegemônicos querem que o mundo fique sem fronteiras, aberto, que não haja Estado nacional, que todos aceitem que o mercado deve regular o Estado, e não o contrário, que o Estado se deve submeter, deve abrir, e que algumas burocracias devam cuidar da polícia, da ordem e da propriedade. Essa é a doutrina liberal em sua essência. Ela volta sempre. Fica subterrânea, mas volta. Mas como esse sistema, que deveria ser auto-regulado pelo mercado, e o Estado apenas garantiria a paz, não funciona, termina sempre estourando. Quando estoura, é uma desgraça.

O primeiro império mundial, que foi o inglês, custou uma guerra mundial, uma depressão, porque os americanos não conseguiam pegar imediatamente o "facho", é claro; nem estabelecer um padrão monetário diferente do padrão libra, que voltou todo precário; não conseguiram segurar a peteca da dívida alemã; não conseguiram segurar a Europa. Enfim, foi um caos. O Presidente Wilson, dos Estados Unidos, que inventou a Liga das Nações - que foi de pouca duração -, desenhou a bico de pena os Balcãs. Kosovo é produto dos americanos, desde o início. Quem desenhou os Balcãs a bico de pena foi o Presidente Wilson. Quem resolveu intervir com uma missão pacificadora, em que se matou a população civil, e não morreu um soldado, foi o Presidente Clinton. Como podem ver, do começo ao fim, aqueles infelizes dos Balcãs devem muito à existência de três impérios, o otomano, o russo e o inglês. Já basta. Já é desgraça bastante estar no canto de três impérios, que já morreram, mas ficaram os resíduos. Imaginem quando um império novo, inexperiente, como era o império americano, ainda em formação - porque só agora virou império para valer -, desanda a desenhar a bico de pena quais são as nações. Deu a desgraça que está ali. Ninguém nunca deu licença àqueles povos para dizerem a qual nação pertenciam. Aquilo é uma desgraça, pior do que o povo polonês, que ficou a vida inteira entre dois impérios, sempre varrido de um lado para outro, não sabendo qual era o seu território. É um povo que não sabe quais são as suas fronteiras. Essa desgraça não temos. Devemos à sabedoria portuguesa mercantil, porque é o primeiro império, não é o quinto, é o primeiro.

Como era o primeiro império, era mais na base do negócio, muitas trocas para cá, um pouco de escravidão para lá. Não traziam mulheres, casavam-se com as negras mesmo. Enfim, era aquela coisa portuguesa, tudo acontecia debaixo dos panos. Vocês sabem que mineiro tem muito de português, tem muita dívida, aquela malandragem mineira. A ira mineira também é muito portuguesa. Embora não pareça, os portugueses ficam irados de vez em quando.

O que fizemos aqui não foi brincadeira. Nós temos o território unificado desde o Tratado de Madri de 1750, na prática. O Barão do Rio Branco apenas fez o finalzinho. E ninguém nunca atacou as nossas fronteiras, salvo naquela guerrinha do Paraguai, mas nunca se soube quem começou aquela brincadeira. Não tivemos guerra civil e não tivemos guerra mundial. Ninguém nunca bombardeou populações em fuga, que não sabem onde é a sua casa. Isso é uma sorte, porque aqueles que acham que guerra é uma boa maneira de virar potência não têm idéia de quanto custa uma guerra. Perguntem para os alemães a beleza que é virar potência. Perguntem para os japoneses - o império onde o sol nasceu e não se pôs sob o império britânico - a gracinha que é ser um império periodicamente derrotado e com a bomba de Hiroshima nos cornos, com perdão da palavra, que matou e deformou milhares de japoneses. Vão lá para verem o Monumento de Hiroshima. Ah, mas os japoneses já esqueceram! É, quando esquecem começam a fazer besteiras, como, por exemplo, achar que os Estados Unidos eram aliados deles. Mas, como não são, tomaram uma trombada para não se meterem a ser.

Os chineses não costumam achar que ninguém é mais aliado deles porque a experiência do Império Britânico foi brutal. Agora, se eles acharem - parece-me que não acham, também ninguém é idiota ali na China - que a aliança com os americanos para segurar a Rússia e o Japão é para valer, estarão fritos. Amoldam-se devagarinho e se, de reforma em reforma, aderirem ao neoliberalismo, a China acaba. E se a China acabar, será uma desgraça monumental, porque é o maior país do mundo em população. Não é provável.

Em todo o caso, diria que o desastre hindu, o desastre da China do século XIX, de onde supostamente o império inglês não iria retirar mais as patas, para onde a rainha teve a coragem de mandar o seu representante quando Hong Kong finalmente virou chinês e ainda achava que mandava, é uma coisa inusitada - não a rainha, o governo inglês, porque a coitada não manda mais nada, nessa altura é só representação -, demorou um século, mas eles saíram daquela situação colonial, com a Guerra de ópio.

Conseguimos fazer duas vezes o desenvolvimento nacional autônomo, só que autoritário: o do Estado Novo de Vargas e o do Geisel - em dois períodos de ruptura de hegemonia. Na década de 70, os Estados Unidos eram considerados "urbe et orbi" depois da ruptura do padrão dólar como um império em decadência, como uma hegemonia em decadência, desafiados pelos alemães, pelos japoneses, etc., "tutti quanti". Era um equívoco. Eu só percebi o equívoco em 1984. Fui a primeira cientista social latino-americana - participei de vários congressos mundiais - a perceber isso. Escrevi um artigo que se chamava "Retomada da Hegemonia Americana". Percebi que não era uma retomada de hegemonia qualquer, era a retomada de uma hegemonia com desejo imperial e que ia levar o Japão e a Rússia a ficar de joelhos. É claro que nunca esperei que as elites russas fossem tão vagabundas, que, sem disparar um tiro, a diplomacia americana acabasse com o império russo, que levou mil anos para se construir.

Não creio que Antônio Carlos Magalhães faça uma coisa dessas, mandar no nosso império como tem feito nos últimos 30 anos. Disfarçadamente, é o Vice-Rei do Brasil e, da Bahia, é o rei propriamente dito. Não creio que fizesse essa barbaridade. Dizer que as nossas elites são vagabundas, não, vagabundas não, são malvadas, muito exploradoras e predatórias, não gostam do povo. Quando começam a falar do povo e da pobreza, minhas orelhas ficam "desse tamanho", e penso: lá vem embromação, que é periódico, também, nelas. Quando a coisa fica preta, fica populista subitamente, mas, vagabundas, no sentido russo, de jeito nenhum. Vagabundas são elas. O homem da estrelinha, que embasbacou; aqueles sete economistas débeis mentais que seguiram a doutrina do Fundo Monetário ao pé da letra, que deixam o Dr. Malan parecendo um jegue heterodoxo, e Deus sabe que de heterodoxo não tem mais nada, apesar de ter sido na juventude. A gente tem de se comparar com o mundo porque, se não, a nossa auto-estima vai para o chão. E o povo que tem a auto-estima no chão não consegue reagir. Primeiro: pertencemos aos países-baleias, aos países-mamutes, aos países-elfantes, e só existem cinco: os Estados Unidos, a Rússia, que mesmo não sendo império, é gigantesca, a China, a Índia e nós. Acabou. Está claro? Por mais que um País, deste tamanho, a menos que nos desmembrem o território e que rompam o pacto federativo a ponto de arrebentar tudo, o que não é provável porque temos tradição dura de negociar, não é provável que invadam Minas, não é provável que invadam o Rio Grande do Sul. Provável, não é; e, se ocorrer, é porque Deus realmente não é brasileiro, embora, em princípio, achemos que é. Como "Deus e o Diabo na Terra do Sol", porque sempre

correspondem, onde tem Deus, tem também o Diabo, é evidente. Nossas elites têm essas coisas: são conservadoras, elites territoriais. Então, temos o privilégio de nunca ter feito reforma agrária. Um País, da civilização ocidental, que nunca fez reforma agrária, quando todos, inclusive os orientais, fizeram reforma agrária. Até a pobre da Bolívia fez. Até o pobre do México. E nós, não. Por quê? Porque o território é um instrumento de poder. As nossas elites políticas são de duas naturezas: umas são aliadas do império, essas são cosmopolitas, neoliberais, blá-blá-blá, o mercado, os Bancos, a finança, o orçamento, a estabilidade, tudo conversa para boi dormir, porque são os primeiros a "instabilizar". Eles é que "instabilizam", porque são os que levam 100 bilhões de juros, são os que predam o Estado e são os responsáveis pelo déficit. Não é o povo brasileiro porque, que eu saiba, não tem acesso a déficit algum. Não tem nada, não tem saúde, não tem educação; então, que déficit tem? Quer dizer que o culpado pelo déficit é o povo brasileiro ou são os "funças". Os "funças" são culpados pelo déficit. Em matéria de cinismo, isto sim, as nossas são as mais cínicas elites do mundo, porque os americanos são mais "out spoken", mais brutos, são capazes de levar seu aparvalhado laçao a declarar que não invistam em Minas. Mas trata-se de um aparvalhado laçao, quer dizer, o sujeito não é propriamente da elite, é um serviçal. Não posso considerar o atual Presidente do Banco Central um representante da elite. Ele é um serviçal. Não conseguirão que o Presidente Fernando Henrique ou o Ministro Malan digam essas coisas. Não dirão porque são elite, a despeito de serem uma elite subordinada, uma elite que se submeteu ao império, partindo da hipótese de que a globalização era inarredável, de que o império está muito forte e que, portanto, não há salvação. Isso se chama covardia das elites cosmopolitas ilustradas. Então, temos elites cosmopolitas ilustradas, sempre associadas ao império, que, como Furtado disse, não é nem a tecnológica, nem a financeira, que já são tramadas, é a cultural.

E as nossas elites ilustradas tendem a ser colonizadas mentais. Não tem jeito! Primeiro era de Paris, Departamento Francês de Ultramar, ou de Londres, e agora está na moda, Boston, Washington. Danou-se. Passam mais tempo lá do que cá, e, então, efetivamente, devem pensar em inglês, não pensam mais em português. Ai fica difícil. O sujeito começa a mudar a linguagem, a estrutura mental vai para o espaço, e, como todo o mundo que entende alguma coisa de direito da linguagem sabe, não se pode mudar a língua assim porque não dá muito certo. Dá nisso. Mas isso são as elites cosmopolitas associadas ao negócio do dinheiro, ao negócio do comércio internacional, ao negócio da dívida. As elites, que são as elites negociadoras da geoeconomia brasileira, essas traíram o País sistematicamente. Não importa a origem deles. Podem ter sido comunistas na juventude, socialistas, democrata-cristãos, homens honrados, não é disso que se trata, não estou dizendo que batem a carteira de ninguém, e isso deixam para as elites territoriais menores, deixam lá para a malta da Amazônia, do Pará, do Centro-Oeste, algumas do interior de Minas, do Rio de Janeiro, mas não propriamente para a elite cosmopolita, que não está aí para bater a carteira, está aí para permitir que os seus senhores culturais, ideológicos e políticos vendam o País. É claro que a extensão do que está ocorrendo agora não tem precedentes. E isso por uma razão muito simples. Nunca, como agora, o núcleo orgânico dos Estados capitalistas esteve tão submetido. Se olharem a história, a partir de 1860, quando terminou a guerra civil dos Estados Unidos, quando a Rússia terminou a servidão, quando o Japão fez a sua primeira revolução interna e saiu do feudalismo extremo, isto é, quando as duas potências mais atrasadas do ponto de vista agrário, que eram a Rússia e o Japão, saíram do feudalismo, já eram potências. Pois bem, desde então, o sistema de Estado, que constitui o coração do sistema, é o mesmo. Não há nenhuma potência, depois de 1914. Entre 1860 e 1914, com a hegemonia britânica a mil, com a Rainha Vitória no auge, ela já não estava sozinha. Já tinha como sócios auxiliares, nas regras de hierarquia mundial, os Estados Unidos e o Japão, como últimos entrantes, e as velhas potências europeias, da guerra civil europeia, vale dizer, a França, a Alemanha e a Rússia. E a Inglaterra, a França, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão estão aí como sócios dessa pándega mundial, dessa hierarquia do poder das relações internacionais, há muitos anos. Portanto, olhem a diferença. E é por isso que está tão perigoso agora. Quando a Rainha Vitória estava no auge do Império, quando Kipling fazia seus versos e ia recitá-los na Índia, quando o pessoal achava que a aristocracia britânica dava o sangue pela sua pátria e quando servir o império era uma honra, já havia cinco países-potências disputando a organização dos espaços econômicos além do seu território.

Imediatamente quando os Estados Unidos começaram a guerra civil, começaram a comprar o resto dos territórios que faltavam. Compraram parte do México, a Luisiânia. Os Estados Unidos não são um território que nasceu unido e com a mesma língua como o nosso, era uma confederação. Ademais, com a guerra civil, monstruosa, compraram da França a Luisiânia e um pedaço do México, depois expulsaram na "porrada" os pobres mexicanos do Texas, da Califórnia, e, se bobearmos, tomam a nova União. Porque, se há país que deve chorar no continente, é o México. Como dizem: "Tan ecos de Diós y tan cerca de los Estados Unidos". É uma desgraça total. Trata-se de um povo heróico que, a cada 100 anos, se levanta, a cada 50 anos, faz uma revolução e depõe um governo pelas armas para começar tudo de novo. Aquilo é uma desgraça ou não? Como diz o outro, "é uma solidão, é um labirinto da solidão".

Aqui é diferente: a gente briga com o outro e depois dá beijinho. Eu bato no Senador Antônio Carlos Magalhães, e ele me cumprimenta e diz que fiz um discurso bonito. Assim não dá. É outra coisa. Só não estou conseguindo cumprimentar o Presidente, mas é de propósito, porque não sabemos o que fazer ao olhar um a cara do outro. Já disse tanta coisa dele que vai ser desagradável olhá-lo. Mas com o Antônio Carlos fica por isso mesmo, entra por um ouvido e sai pelo outro. Ele sabe que sou uma intelectual crítica, uma velha senhora. Ele tem mais coisas na vida para fazer além de brigar com a Sra. Conceição Tavares - assim como eu com ele, porque não sou maluca.

Xingar pode, mas brigar não é conveniente. Só vou brigar quando ganharmos. Ai a gente acaba não brigando, porque já estamos um pouco velhinhos. Então, ocorre a morte do filho de um parlamentar: que desgraça foi a morte do seu filho! Ai, vamos chorar juntos. A gente chora no enterro, juntos. O que é bom: o nosso sentimentalismo português ajuda de vez em quando e impede que coloquemos uma faca nos dentes e a enfiemos no coração do adversário, que - diga-se - também não é muito civilizado.

A gente usava capitão-do-mato para matar escravo, trabalhador, o povo. Cavalheiro não se mata um ao outro. Insulta-se e depois se pedem desculpas, naturalmente. Faz parte das regras civilizatórias, luso-anglo-saxônicas, que herdamos de nossos ancestrais. Eu, sendo descendente da Padroeira de Aljubarrota, sou um pouco mais mal-educada, ao que estou autorizada por ser mulher e portuguesa de origem. Isso me tem impedido de levar boas pancadas na cara. O que é bom, porque abuso da minha condição feminina. Sou velha e acho que tenho todo o direito. Estou cansada, porque, se vocês estão cansados dessas elites, imaginem eu que já os agüento há 45 anos! Fui colega, aluna ou professora deles todos. É um inferno ou não? O João Heraldo é um dos meus ex-alunos e é dos bons. Há cada ex-aluno que tenho! Professor é uma tragédia.

O coração do sistema de Estado - o famoso G-7 -, nunca passou de sete. Um pequeno detalhe: acabaram de colocar para fora um, a Rússia. Colocaram-na para fora, mas, como são mentirosos, colocaram para dentro. Agora, ao invés de G-7, temos o G-8. Não é fantástico? Quer dizer, ela não pertencia à Organização Econômica de Desenvolvimento porque esta era do Ocidente. Eles eram o sistema imperial adversário. Foram derrotados numa "nice" pela diplomacia, pelo jogo das armas em que não foi disparado um tiro, na famosa "guerra nas estrelas".

Quer dizer, quando o sistema americano de cultura dominou inclusive as elites russas, que são muito embasbacadas - à época de Napoleão, os Generais russos falavam francês e babavam de admiração por ele... Se não fosse o pobre do Kutuzov, de "Guerra e Paz", aquele camponês que foi recuando, recuando, Napoleão tinha tomado a Rússia! Ai, tomou, foi até Moscou, gelou, voltou e morreu de infarto. Isto é, morreu derrotado pelos ingleses, numa boa, como convém ao império dominante. (...) Dessa vez ninguém teve de tomar nada: foram derrotados culturalmente, ideologicamente, diplomaticamente, sem que se disparasse um tiro, e aceitaram, como ninguém, as regras do mercado - em um país que não tinha mercado! Não é fantástico? Não havia mercado algum; então, implantaram-se as regras. Só que não havia regras! Não havia o sistema de propriedade privada, não havia juiz, não havia lei, não havia banco central, não havia nada. Como, diabos, o mercado funciona se não estiver embebido nas instituições jurídicas, bancárias, etc? É possível uma coisa dessas? Alguém já viu mercado em contrato? E lá não tinha contrato! Sem leis? Sem uma escola de direito privado, que diga como se faz um contrato? Sem um banco central, que diga qual é a taxa de juros? Sem bancos privados? Não havia nada! Era tudo por encomenda do Estado. De repente, em três anos, viraram um mercado. É claro que, ao invés de virar mercado, viraram uma sociedade de celerados. Porque isto é, hoje, universalmente conhecido: quem são os donos das coisas senão bandidos, ex-burocratas, as máfias italiana, japonesa, russa... É uma confusão medonha. O Presidente deve estar bêbado e, além de estar bêbado, tem um irmão que é dono da droga. É uma confusão para ninguém botar defeito! A tal ponto que, ao olharmos para aquilo, dizemos: puxa, como é bom ser brasileiro. Evidentemente. Continuamos tendo um Presidente de luxo, do ponto de vista internacional. Se todo o sistema de Estados abaixa a cabeça para os Estados Unidos, o nosso, pelo menos, o faz com elegância, não é verdade? Isso já é bom. É claro que não prevíamos um Presidente do Banco Central desses, mas a crise nos impôs essa coisa que aí está. Bom, isso, realmente, já é o começo da nossa compostura luso-britânica. Ai, não está bom; já não está legal; as coisas já estão começando a piorar.

Bem, de 1860 a 1914, tem-se um sistema totalmente organizado pelo padrão libra-ouro, pela armada inglesa, pelas companhias do (...) públicas inglesas, pela praça financeira de Londres - regulando os mercados de capitais, enlouquecidos, como sempre, mas regulando-os -, que dominavam o comércio mundial, as finanças, as armas, etc. Mas, apesar disso, o sistema arrebenta, e surge um sistema de potências nacionais que disputam o poder entre si. Ai, obviamente, as regras começaram a se complicar.

Para quem acha que vai haver regras universais de regulação mundial enquanto houver capitalismo, vou ler o aforismo do List, da economia nacional alemã, que explicou que éramos todos iguais, mas nem todos tão iguais: "As regras válidas para as grandes potências não são válidas para os Estados pouco dotados de vocação para exercer o poder mundial". Leia-se: todos, menos eles. E diz ainda: "Quero que a Inglaterra respeite o padrão monetário alemão; não estou disposto a deixar que a moeda alemã se submeta à libra. Se querem brigar, vamos brigar 'lá-bas', por exemplo, no Brasil". Ele diz textualmente: "por exemplo, no Brasil". E, como devem-se lembrar, aqui brigaram. Só que perderam várias vezes: perderam para os ingleses, perderam para os americanos... A cada vez que os povos alemães se metem a sebo aqui - e se metem a sebo periodicamente, por causa da antiga colonização alemã -, levam uma porrada, sempre que há uma crise mundial, porque alguém encampa e, depois, distribui. O Vargas os encampou e distribuiu para os paulistas e para os mineiros. Várias casas inglesas foram dadas para os mineiros, em compensação pela ajuda que uma ilustre figura mineira da oligarquia deu ao Vargas para romper o pacto com São Paulo.

Essa também é a história de Minas, convém lembrar. É um dos famosos, a família está toda viva. Não vou citar o nome porque é muito desagradável, até porque foi uma figura importante na cultura, no patrimônio histórico, enfim, é uma das ilustres figuras de Minas, que fez um negócio com Vargas e rompeu com São Paulo. São Paulo ficou sozinho contra Minas, Rio Grande do Sul e o Nordeste: lá se foi o pacto hegemônico de Governadores às favas.

Hegemonia, lá fora, tem como contrapartida liberal: aqui dentro, aqui está. Qual é o Estado que é aqui dentro hegemônico, como contrapartida do liberalismo internacional? São Paulo, claro. Eu adoro os paulistas, mas também, paciência, "aquilo" é um povo infeliz. Inventaram de ser hegemônicos, cresceram na acumulação de capital no café, e aí ocorre a migração; cresce a acumulação na indústria, resultado: migração. Em resumo, são hegemônicos. Quem é propriamente paulista? Não sabemos, não é verdade? Porque tem italianos, turcos, japoneses, nordestinos, tem de procurar a dedo quem é o tal paulista de 400 anos que sobrou. O Delfim Netto não é, o Serra não é, o Fernando Henrique nasceu no Rio de Janeiro, que era, como vocês lembram, a Capital da República. Onde, aliás, os mineiros faziam política. O Espírito Santo era para ir à praia, mas política era no Rio de Janeiro. Essa era a diferença.

Quem governou sabiamente, com o único Governo democrático nacional-desenvolvimentista, foi Juscelino Kubitschek. Então, vejam se vocês inventam outro, porque já está bem na hora. Eu quero o meu, que é nordestino, morando em São Paulo, mas vocês queiram lá o que quiserem, não tenho nada a ver com isso. Eu quero o meu "proleta", porque quero um governo popular. Nem todo mundo aqui está obrigado a querer um governo popular, pode querer outra vez um governo da elite e vai se "ferrar" de novo, porque são todos muito bonzinhos, mas não costumam fazer nada pelo povo. Nesse particular, nem o Juscelino fez.

O Juscelino deixou empacada no Congresso, onde tinha a maioria, a reforma agrária. Ele fez a reforma agrária? Não. Então, está com a oligarquia. Fez o quê? O desenvolvimento, fez Brasília, construiu o País, integrou o mercado nacional. Fez deste um país industrial, fez uma política externa independente. Então é um grande Presidente, um estadista. Como Vargas também é um estadista, mas o Vargas ainda deu uma legislação trabalhista, embora na ditadura, cuidou de algumas coisas. Juscelino não fez nada em matéria social. A Previdência não se deve a ele; a saúde pública - ele era médico - não se deve a ele, está claro; a educação não se deve a ele, e ele era filho de professora. O sistema público de direitos universais, sociais, o tal estado do bem-estar conquistado com a guerra mundial, porque foi no pós-guerra que virou universal a idéia dos direitos sociais. Aliás, a idéia dos direitos civis e políticos surgiu no pós-guerra. Antes da Segunda Guerra as mulheres não tinham direito a voto.

O meu problema é que eu era muito menina quando peguei a Guerra Civil da Espanha, o fascismo, a guerra mundial, o horror do nazismo, o holocausto e a bomba de Hiroshima. Mas, quando eu tinha 15 anos, isso terminou, e eu peguei 30 anos em que o mundo estava bem, quem não estava bem era Portugal. Como não estava bem, mudei-me para cá. Cheguei e Getúlio se matou logo em seguida. Eu pensei: "Rapaz, errei, o Brasil é um imenso Portugal, descobri isso antes do Chico Buarque. E ainda é".

Agora é luso-americano, mas o "americanaiado", porque o americano que é bom, dos direitos, das instituições, isso ainda não temos. E não é que não temos, porque derrubamos uma ditadura e fizemos um pacto constitucional que é um brilho. A Constituição de 1988 é um brilho. Estava hoje falando isso com a Sandra Starling: o sistema judiciário, o sistema jurídico, todos os direitos são belíssimos, os sociais inclusive; há fonte de receita, tem tudo. Sabe o que não conseguimos resolver naquela constituinte? Eu vi porque o Covas era o líder do meu partido, o PMDB: a reforma agrária saiu pior do que o Estatuto da Terra e o dos Militares, a coisa da Previdência saiu melhor, mas o sistema bancário ficou por regular, até hoje. Hoje já não precisa regular nada, porque o Fernando Henrique Cardoso mandou desregular tudo, está vendendo tudo. Não sobrarão senão dois Bancos. Minas não tem Banco nenhum. Qual Banco vocês tem? Nenhum. Exatamente. A última gracinha devo ao Joãozinho Heraldo, meu brilhante aluno, então marxista, enquanto aluno - um chato de galocha. Porque briguei com todos os marxistas de Minas, mas todos ficaram firmes, menos o Joãozinho Heraldo, que deu no que deu, aquela coisa. Pois é, vendeu, mal e porocamente, ainda por cima. Isso é que chateia - vender mal. Ora, para um Estado cujo capital bancário é originário deste Estado, nem a reforma agrária sai - um pouco por culpa das elites de Minas, não só, mas também as de São Paulo, as do Nordeste e do Sul. Então, não saiu. Banco que é bom, também não saiu a regulação. E a reforma tributária que é boa, o que deu o bode? A pactuação federativa não servia à Federação. Por quê? Porque não havia nenhum acordo entre o Nordeste, São Paulo, Minas Gerais e o Sul. E continua não havendo nenhum acordo. Quer dizer, apesar de termos como cláusula pétrea que a Federação é inviolável, violamos a Federação todos os dias. Nós, vírgula, eles, porque não violo nada, evidentemente. Respeito todas as unidades. Então, esse é um problema que ficou pendente.

Ficaram pendentes: a Federação, que está como sabem; a reforma tributária, que não vai a lugar algum, pelo suposto; a reforma bancária, que não só não vai a lugar nenhum, como não sobrarão nenhum Banco para reformar daqui a pouco; e a questão da terra, que é a reforma agrária. Está claro?

Acham que um país candidato a Nação, não a potência, não tem que resolver a sua agenda agrária, agenda bancária, agenda tributária? Mas como não tem? Pois, se não tem um sistema tributário justo, e ainda por cima não reparte legal para os Estados e municípios, a União inventa impostos a toda hora e arrecada para ela, para quê? Para pagar juros aos banqueiros internacionais e nacionais - mas de nacional não têm mais nada. O sistema bancário e de crédito foi à falência. O público e o privado foram vendidos aos estrangeiros, e vamos virar uma nação? Mas como assim? Para termos uma Nação, precisamos de território, povo, língua comum. Isso temos. Isso é o começo de uma Nação. Isso é o fundamento que me dá ânimo. Falamos português, embora alguns falam em inglês - mas isso é problema deles; aliás, a elite tem o direito de falar muitas línguas, também falo várias. Sou contra a elite, mas sou da elite. Ou sou povo, por acaso? Sou povo nada. Aqui não tem povo nenhum. Ou tem? Aqui só tem classe média, só tem universitários, portanto somos elite. Sou contra elite, espero que vocês também. No nosso caso, essa é a nossa luta interna.

Mesmo quando fui Deputada e era representante do povo, tirando uma meia dúzia de estivadores do cais do porto, meia dúzia de prostitutas, meia dúzia de garçons, manicures, etc, que votaram em mim, e votaram porque se identificavam com a minha fúria, o resto foi a classe média que votou em mim, é claro. Havia de ser quem? O povo? O povo, como digo, são os chamados marginais críticos sociais. Olha quem mencionei - estivadores do cais do porto, prostitutas, garçons, choferes de táxi -, aqueles que sabem como estão inseridos na sociedade, do que se trata. Não foi o povo pobre das favelas que votou em mim. Nem sabem da minha existência. É óbvio que, quando assistem televisão, vêem o Ratinho, ou coisa parecida. Não vão escutar Maria da Conceição Tavares falar de economia. Por mais que seja tão divertida, não chego a ser tão divertida quanto o Ratinho, a Tiazinha ou coisa parecida.

Portanto, os sistemas imperiais não duram. A "pax" britânica durou 100 anos. A "pax" americana começou em 1947, 1948, e estamos quase em 2000. Ela está com cerca de 50 anos. No meu ponto de vista, não chega aos 100. O que significa que vocês, que são jovens, vão ver o fim da "pax" americana. Quem não vai ver sou eu, que, aliás, sendo do primeiro império, originário, estou sempre semicolonial, onde quer que esteja. Antes era semicolonial da Inglaterra, porque estava lá; depois, passei a ser semicolonial dos Estados Unidos; é o meu destino. Mas tenho lutado onde posso, no Chile, na América Latina inteira, pela nossa autonomia e pela nossa liberdade. Está de pé, até prova em contrário, o sonho de Bolívar. De boas bênçãos, o pobre do Venezuelano, que ganhou, depois, uma tentativa frustrada e desagradável. E o golpe ganhou livremente. Acabaram com o Estado venezuelano. E ele ganhou.

Gostaria que virássemos antes de acabar de vez com o Estado brasileiro. É muito chato acabar com o Estado, porque, depois, para refazer, dá um trabalho danado.

O que tenho para agregar a vocês: dos países periféricos, não somos tigres, porque não fomos convidados a participar do progresso tecnológico, porque não estávamos na fronteira do império inimigo. Os senhores não se iludam com o milagre alemão, o milagre japonês, o milagre coreano, não sei quantos milagres. Eles estavam na fronteira dos impérios inimigos: do império russo, do império chinês. Agora que já não estão na fronteira, o tratamento muda. Só que a Alemanha é uma potência desde o século XIX. Com a Alemanha, os americanos conseguiram fazer algo que é típico da "pax" americana e não é da "pax" britânica. Os ex-derrotados da guerra, os sócios econômicos da triade não têm armas. A Alemanha e o Japão não podem brigar com os Estados Unidos. São as duas grandes potências tecnológicas que se equiparam aos Estados Unidos. Não podem brigar, não têm armas. Mas a Itália tem. E pode fazer o quê? Nada, digo eu. Temos umas "arminhas". Para fazer o quê? Não sei muito bem.

O poder militar americano é, desta vez, ao contrário das outras, incontestável. Mas também não estão falidos. Não financiam guerra nenhuma. Até a Guerra do Golfo, que foi uma guerra eletrônica, quem pagou a conta foram os japoneses. Ai, é uma chatice, quer dizer, os japoneses não podem se armar, porque naquele território quem manda são os americanos, do ponto de vista militar diplomático. Então, ali precisa ser cabeça-de-ponte, porque botaram a China para virar tigre. Se a China, aquele mamute, resolveu virar tigre - e não de papel -, porque não tem muita vocação para isso, é mais para dragão, se, em vez de dragão, virar tigre, vai ser uma chatice monumental. Então, não podem se armar, salvo por delegação americana.

A Rússia tem armas nucleares, sim, que vende no contrabando. As armas atômicas russas foram vendidas para o mundo inteiro. Para o Paquistão, a Índia, a China. Só não compramos, porque temos um pacto de não-armamento nuclear. Não somos candidatas a potência, portanto, se sairmos dessa enrascada, não vai ser como no Estado Novo, de Vargas, ou como no de Geisel, pelo enfrentamento que pega uma brecha dos impérios, pega uma brecha de mudança de guarda. Diz assim: "Com licença, sou candidato a potência regional, não me encham, vou fazer o que quiser. Mando com autoritarismo o que for necessário, vou botar essa coisa para funcionar". Não pode ser.

Os nossos militares estão tão danados quanto eu. Tenho falado também nas escolas de guerra. Estão danados por causa da Amazônia, porque, aí, sim, estão nos comendo. Já nos levaram 1 dos 14 subsistemas amazônicos, 1 e 1/2 já levaram. Ai, é demais. Ou não? O Calha Norte não anda. O sistema do SIVAN foi uma rouba-lheira. E eles entregaram. Querem converter o Exército em polícia da droga. Imaginem o Exército brasileiro convertido em polícia da droga, como aconteceu com o da Colômbia. Põe-se o Exército a combater a droga, corrompe-se o Exército, acaba-se com ele. Ai, sim, vira uma pândega, pois, se metade da polícia já está corrompida, só nos faltava agora corromper as Forças Armadas. É melhor meter uma bala na cabeça de uma vez, porque não há possibilidade de não ter Forças Armadas. É outra conversa.



As Forças Armadas são inúteis, porque agora é a paz mundial. Qual paz mundial? Não vejo paz mundial alguma. Há 15 guerras em Kosovo, todas locais. É uma maluquice esse troço, mas não é essa a questão. A questão é o estatuto legal democrático das Forças Armadas.

O nosso problema - e acho que hoje eles têm consciência - é que deram um golpe, não resolveram a reforma agrária que estava no Estatuto da Terra, do Castelo Branco, não deram educação de base e acabaram sendo janizáros dos milionários paulistas. Ai, também, é uma chatice, ou não? E de todos os "piranhas" locais. Vocês também não acharam graça. Mas o Geisel conduziu com mão de ferro as negociações com os Estados Unidos, rompeu o pacto militar, mandou para Angola, mandou Embaixadores para a China, negociou com o Japão e com a Alemanha. Não foi uma vez aos Estados Unidos. Foi ao Japão, à Alemanha, mandava a diplomacia mais pesada para as áreas de tensão e achou, porque o Golbery também achava, e todo o mundo achava, em 1970, que os Estados Unidos estavam decadentes, porque tinham perdido a Guerra do Vietnã, porque, se derrotado na Ásia inteira, e, na verdade, o dólar estava desvalorizando-se e já não era a moeda mundial. Estava disputando com o iene e com o marco.

Logo nós repetindo Vargas, que pegava o triângulo das grandes potências, no Sul, no ABC, na Argentina, no Brasil e no Chile, sonho de Vargas, somos, no MERCOSUL, uma potência. Era essa a idéia. Por isso ele se pacificou com a Argentina. E continua o sonho do MERCOSUL até agora. Pequeno detalhe: o dançarino de tango que é Presidente da Argentina adora relações carais com os Estados Unidos e pediu entrada para a OTAN, ao que lhe foi respondido (...)

Não ser argentino é uma alegria, ou não? Um maluco de um Presidente que pede ingresso na OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte, para ter como resposta de um General inglês qualquer, que está lá, supostamente, comandando as tropas: "que eu saiba, o Atlântico Sul não é o Atlântico Norte". Essa foi a resposta. Isso não parece piada, parece maluquice, ou não?

É o que digo, temos um Presidente do Banco Central que é uma vergonha, mas os argentinos têm um Presidente que é outra vergonha, e eles o elegeram duas vezes. É uma vergonha total. Não quero livrar a cara do Fernando Henrique, estou dizendo que não precisamos ficar tão humilhados, porque é um horror, se começarmos a nos comparar, ainda não sou a Colômbia, ainda não sou a Argentina, ainda não sou a África, que está acabando, ainda não sou a Rússia, que está melhor. Mas podia ser a Índia, podia ser a China, podia até ser os Estados Unidos do Brasil do futuro.

Podia e ainda posso. A questão é como fazê-lo. Não é como candidato a potência, porque nós não temos fôlego tecnológico, financeiro, militar para enfrentar os sete grandes, que são sete desde que começou o sistema imperial, há mais de 100 anos. Está claro, ou não? Pode ser que no final do século XXI. Mas aí eu estarei morta, e vocês também e já não me interessa. O final do século XXI é "science fiction".

Estou discutindo o começo do século XXI, o amanhecer do século XXI. Posso dizer e digo de pleno direito: sou uma nação com território unificado há mais de 100 anos. Está claro. E bote anos nisso. Uma nação independente.

É excêntrica, não pertencem ao centro, graças a Deus. Portanto, não levo uma (...), que é uma chatice. Ademais, irrelevante, para o jogo geopolítico americano. Irrelevante, meus jovens, que nós vamos ser poder. Deus nos acuda. Somos irrelevantes.

Hoje o jogo se deslocou para o Pacífico. O problema dos Estados Unidos é na Ásia. Vamos ver como ele faz a "pax" na Ásia, entre três inimigos históricos, milenares, a saber: a China, o Japãozinho aguerrido e a Coreia.

O que ele tem que resolver é, nem mais, nem menos, como se arbitra o conflito entre a China e a Coreia, para não falar da Índia e do Paquistão, que estão armados até os dentes, menos o Japão, que é plataforma de vôo para qualquer lugar. Está claro? Mas o pau será na Ásia ou na Europa, dependendo do que acontecer com os russos. Se for, é outra vez em cima da Alemanha, é histórico. Vira e mexe, as potências movem; a Inglaterra mexia, e a Alemanha entrava na de enfrentar a Rússia. Por mais que sejam hoje países de bandidos, estão armados, atômica, até os dentes. Vocês imaginem um bando de bandidos com armas atômicas enfrentando a Alemanha, o país civilizado, porém mal unificado, porque os outros alemães acham que são de segunda classe. Reunificar a Alemanha, sim, mas há alemães e alemãs.

Ademais, ainda há os turcos, ademais há outra vez os cabeças-de-bagre, outra vez o nazismo. É "um saco" ser alemão. Não quero ser alemã, mas nem roxa. É uma desgraça ser alemão. Mas eles produzem os gênios da música, os gênios do pensamento. Eu sei, jegues produzem (...) Produzem civilização? Produzem. São um povo organizado e ordeiro? São. Mas, periodicamente, por causa do espaço em que estão colocados e que querem aumentar, sempre querem dominar a Europa, desde Napoleão, são eles que querem isso, não dá certo. A vocação imperial não dá certo para os povos do império.

Não quero mais ter império. Quero que os impérios terminem, no que diz respeito ao meu povo. Quero ser uma grande nação pacífica, fora desse jogo, quero estar no jogo da civilização da língua portuguesa, que é uma grande língua, já ganhamos um Prêmio Nobel, estou contentinha. Gunter Grass também ganhou, mas estava tristinho, porque fez um romance que é um tambor, é a coisa do nazismo. Ele não consegue, vai morrer com pesadelos sobre o nazismo. Até hoje tenho pesadelos com a abertura dos campos de concentração que vi no cinema, quando era menina. O caso é o seguinte: não queremos nem campos de concentração nem sistema carcerário americano - os EUA são um país de carcerários, há um milhão de pessoas presas, trabalhando em regime de trabalho escravo. Não quero mais FUNABEM, não quero essas coisas.

Agora, temos uma longa trajetória, temos tamanho, recursos naturais, recursos humanos, jeito de fazer as coisas, capacidade negociadora treinada pela herança secular, e quero mais dizer aos senhores o seguinte: quem apoquento hoje o Brasil não são os atrasados. Um projeto nacional brasileiro não passa, no momento, por atacar os atrasados. Aquele homenzinho da rural, aquele Caiado, tiramos de letra. Enfim, tiro o Caiado de letra. Não tiro de letra é a elite moderna, os banqueiros. O que não tiro de letra são os aliados do Consenso de Washington. Não tiro de letra esse. O que não tiro de letra é a elite bem pensante que foi progressista na juventude, cor-de-rosa na juventude, alguns até vermelhos, e virou amarela, de amarelidão que só falta apodrecer. Isso é o que não dá. É a elite da "blue face", típico da elite cosmopolita brasileira. Então, os cosmopolitas, os apátridas, os que acham que o seu povo pode...

Há pobreza; então, façamos um fundozinho para ver se tira os 10 milhões de mendigos da condição de mendigos para a condição de miseráveis. Grande programa. Programaço como projeto nacional. Há 10 milhões de mendigos. Já havia uns 5 milhões quando cheguei. Tira e bota na linha da miséria, que é um salário, porque estão abaixo de meio salário mínimo. Então, colocando todos com salário mínimo, fica tudo bem. Mas como fica tudo bem com um salário mínimo de R\$130,00?

Os "caras" ganham R\$100.000.000,00 por ano, à custa das tetas do Estado brasileiro, que não tem um tostão para fazer saúde, educação, etc. Qual é, gente? Temos que pegar o touro pelos cornos.

Estamos entregando o País, pois estamos entregando o sistema de crédito, os Bancos, endividando-nos. Esse cavalheiro que está aí herdou uma dívida pública de R\$60.000.000.000,00, já que o Collor "deu o cano" na antiga, e uma dívida externa privada de 60. Mas, hoje, tem mais de 500 bilhões de dívida pública interna e mais de 200 bilhões de passivos externos. Beleza pura, não? E ainda acha que fez um grande governo. Não sei para quem.

Aliás, sei por quê. Porque, no ano de 1995, mandou para o espaço a agricultura brasileira, e a cesta básica dos alimentos caiu verticalmente. A agricultura perdeu 25% de renda. Jogou 1.500.000 camponeses na rua, os quais formam a base dos sem-terra, e, então, os trabalhadores rurais passaram, à custa da sua miséria, do seu desemprego, uma cesta básica baratinha para os trabalhadores urbanos comprarem. Como, naquele momento, também subi o valor do salário mínimo, aconteceu o auge da popularidade dele.

Eu, representando a esquerda tradicional clássica, e o Delfim Netto, a direita econômica clássica, de um lado para o outro, ficamos olhando aquilo no Congresso. "Que desgraça, hein, Maria?", disse para mim. "Que desgraça, hein, Delfim? Nunca julguei que esses meninos junto dos quais andei 'metendo-lhe o pau' quando era Ministro, fossem ser muito piores do que você". "Não, Maria, não fui tão ruim assim". "Foi ruim, sim, mas, pelo menos, você trabalhava a favor do capital nacional, dos banqueiros nacionais, dos empresários paulistas. Ao contrário, esse 'cara' está vendendo os interesses dos que o elegeram. É um grande traidor, porque não apenas trai o povo, como também os capitalistas nacionais que o apoiaram". É fantástico. Diria que, em matéria de recorde, é um recorde. Vai para o "Guinness Book" esse belíssimo cosmopolita, elegante, sábio, inteligente, homem do mundo, Presidente que os maus fados e o povo brasileiro elegeram enganados.

Só o Lula me disse, quando perdeu em 1994: "Não estou triste. O Fernando Henrique é nosso". Disse-lhe: "Lula, acho que você está pensando no Fernando Henrique do ABC,

naquele que foi lá para apoiar as greves. Aquele que andou fazendo campanha, que andou por aí, nos comícios, já não é o mesmo". "Você acha mesmo?". "Claro que acho. Não só acho, como você também já verá". E vimos logo, rapidamente.

Mas tem desejos, saúde mental de preferência, antes que exploda o coração dele, o que não quero. Quero que, ao se agravar a crise, como está se agravando, ele dê uma de Macunaíma e resolva: "Com licença. Tudo muito bem, meus senhores. Já paguei todas as contas possíveis e imagináveis. Já mandei mais de US\$300.000.000,00 para os senhores. Agora, chega. Não entrego mais nada. Vamos começar tudo de novo".

Ele pode ser obrigado a fazer isso. Tomara, porque nos poupará uma longa e dura transição até chegarmos a 2002. Três anos assim é uma chatice muito grande, é sufocante. Pode ser que, no meio, a crise se agrave; que as eleições municipais mostrem uma derrota pesada nas cidades; que todos os Governadores comecem a se juntar e a pressionar, porque, realmente, está demais; que não seja só o de Minas.

O próprio Governador de São Paulo, finalmente, já está azedo. A última brincadeira foi o BANESPA. Não só lhe tiraram o BANESPA, como também descobriu que tem que pagar um bilhão e tanto de imposto de renda, quando o BANESPA já é do Banco Central faz mais de não sei quantos anos. Ele respondeu irritado: "Que o Banco Central pague". Mas se esqueceu de que o Presidente do Banco Central não é propriamente brasileiro e não vai pagar nada de imposto. Então, é complicado.

Quero lhes dizer o seguinte, para terminar, porque já me alonguei. Ninguém me deu relógio, e não sei há quanto tempo estou falando:

1 - Não existe regulação global possível do sistema financeiro internacional. Estamos indo para uma crise financeira internacional das proporções da crise de 1930. Leiam o "Economist" desta semana, que informou: a curva da Bolsa de Nova Iorque está exatamente no mesmo ponto em que estava em 1929, antes do "crash".

2 - As crises são todas contaminadas. Então, começa uma crise no México, do México passa para a Europa, depois passa para a Ásia, da Ásia passa para o Brasil, do Brasil volta para cima e termina em Nova Iorque, que é o centro. Então, não está muito fácil. E porque não está fácil, o FMI fez (...), está um pouco complicado. Parece que não deu muito certo. Aliás, existe tanta pobreza no mundo que precisamos fazer alguma coisa. Sabe o que querem? Querem um fundo para a pobreza, para administrarem e conseguirem recursos para salvar os banqueiros deles, que também não estão muito bem, obrigado, em várias áreas do mundo. Isso é o que querem. Juro que não é paranoia. Eu os conheço. Só pode ser isso que querem. Querem um imposto Tobyn para eles. Aprenderam com o Brasil, porque somos moderníssimos. Já não estamos cobrando a CPMF? A CPMF é o imposto Tobyn. No entanto, o Congresso votou a CPMF, achando que era para a saúde, porque o Ministro da Saúde convenceu a todos, a mim inclusive. Só não votei a favor porque o Lula me deu um esporro, dizendo-me: "Conceição, agora, não. Você é do meu partido". Disse-lhe: "Mas é um bom imposto, é para a saúde, o Ministro é um bom sujeito, a saúde está um horror". Eu e o pobre do nosso companheiro médico. E rachou a Bancada. Deu um murro na mesa, dizendo: "Está terminada a discussão. Está decidido pela Executiva, a votação é nula". Somente um votou a favor, que é o nosso médico. Como é médico, não há quem o agüente, vota sempre a favor do Governo nas questões da saúde, porque deseja salvá-la. Todos fizemos voto em separado, mas eu queria votar a favor, porque era a favor da saúde. Era o próprio Tobyn. Entenderam? O Governo Fernando Henrique inventou o imposto Tobyn e o aplicou. Era para os pobres o raio do imposto. São R\$10.000.000.000,00 ou mais. Não era para os pobres coisa nenhuma, era para pagar juros aos banqueiros. Portanto, economista não serve. O Lula olhou para mim e disse-me: "Conceição, não dê uma de economista estúpida. Não é para os pobres". Disse-lhe: "Mas como, se ele está prometendo?". O Lula respondeu-me: "Você mesma diz que o Fernando Henrique não tem palavra, mas agora acredita na palavra dele? O Ministro vai demitir-se?". Não deu outra. Era para pagar os banqueiros. Gostaria de dizer que respeitava muito o Dr. Ulysses, mas, às vezes, não o obedecia. No caso do Lula, nessas questões, tudo que disser, obedeço bonitinho, porque, apesar de ser inteligente, um gênio, intelectual, mais velha, ainda me engano. Eu não ia votar uma porcaria de uma CPMF, achando que era para os pobres?

O Fundo Monetário está propondo o mesmo, um fundo para a pobreza, para administrarem para os banqueiros deles. Isso levou o Malan, um diplomata, a ter um ataque e dizer: "Mas o Fundo Monetário não tem instrumentos?". Ele sabe muito bem o que está por trás disso. Nunca vi o Malan perder as estribeiras, nem mesmo quando meti o dedo na cara dele. Ele ficou todo vermelhinho, mas não perdeu as estribeiras. E perdeu. Como é que o Malan, que é candidato a Diretor do Fundo Monetário, dá uma patada no Fundo? E a palerma da imprensa brasileira publica: Esse Malan está à direita do Fundo Monetário. Coitado. Não estava à direita, estava de brasileiro. Como Ministro da Fazenda, deve ter pensado: lá vem mais uma trolha. A imprensa disse até que o neoliberalismo havia acabado. Acabou coisa nenhuma. O neoliberalismo só acaba quando tiver regulação do mercado de capitais ou controle cambial nacional. Enquanto isso, não acaba. Como parar a tese da liberalização? Acabou? Como vamos nos regular ainda mais? Acabou? Como é que a Rodada do Milênio, que será no ano que vem, irá pedir a liberalização completa das telecomunicações, liberalização completa de tudo que já demos? E mais: da informática, das leis de patentes, de tudo. Isso é o que irão pedir na Rodada do Milênio, menos os chineses, que não estão dispostos a dar; eventualmente os franceses, que não estão dispostos a dar. Os franceses não dão, mas pediram que dessemos, porque estão interessados na informática, estão interessados em entrar na Globo. Vamos entregar a Globo ao Bill Gates, usando o dinheiro do fundo dos trabalhadores, a poupança dos trabalhadores, que é de R\$20.000.000.000,00 por ano. E vão emprestar R\$400.000.000,00 para a família Marinho, para o Dr. Marinho vender para o Bill Gates e ficar com o dinheiro?

E ninguém diz nada, nem mesmo a CUT está prestando atenção nisso. Se fosse contar o que tenho visto no último ano, não terminaria de falar, teria um infarto. Aliás, cada vez que ouço uma notícia dessas, ameaço ter um infarto. Temos 100 bilhões de poupança interna forçada, dos trabalhadores, usada para quê? Para entregar as nossas estatais aos "piranhas" internacionais. Vou emprestar US\$400.000.000,00, dinheiro dos trabalhadores, não é dos banqueiros, para o Dr. Roberto Marinho vender para o Bill Gates, o maior "piranha" mundial da informação. É o próprio homem global, o da Internet, aquele que montou em Pequim uma fábrica de "software", porque acredita na capacidade dos chineses e porque sabe que para dominá-los não vai ser com ópio, pois hoje ópio não dá mais para dominar os chineses. Então, quem é que investiu pesado em tecnologia na China? O Bill Gates. Claro, ele dorme de touca. Ah, quer dizer que a Globo está meio falida, com US\$2.000.000,00 de dívida externa, que não pode pagar. Não é o caso da família, a família vai bem, obrigada. A família tem um patrimônio pessoal muito bom, mas a empresa vai mal. A quem vamos vender? Ao Bill Gates. Ora, pode uma porcaria dessas? Vendem telecomunicações, televisão, rádio, Banco, depois querem ser uma Nação? Nação de quê?

Portanto, meus senhores, os senhores irão lutar o resto de suas vidas, se for preciso, para que sejamos uma nação e para que a aliança nacional popular democrática acabe com os 500 anos da história do Brasil e comece uma história nova. Esse é o compromisso que vocês têm de me prestar, de coração, para que não morra tão infeliz por ser brasileira. (- Palmas.)

Palavras do Sr. João Antônio de Paula

Gostaria de começar agradecendo o convite da Assembléia Legislativa, na pessoa do Coordenador desta Mesa, Deputado Márcio Cunha. É um privilégio estar aqui, partilhando este momento com todos vocês e, mais uma vez, poder ouvir a Profa. Maria da Conceição Tavares. Também quero agradecer a presença do Mauro Santos.

Esperamos que todos façamos deste momento de reflexão, um ato político. Talvez tenha mais privilégio, porque pude ser aluno da Profa. Maria da Conceição e por ser um fiel leitor de tudo o que ela escreve. De certa maneira, sinto-me à vontade em estar aqui, e, ao mesmo tempo, temeroso, porque não se trata de fazer um debate com ela. Essa posição de debate implicaria que fôssemos da mesma estatura e, claramente, isso não existe. Estou aqui na condição de alguém que vai comentar alguma coisa, não só sobre o que foi dito aqui, mas, sobretudo, sobre um dos últimos trabalhos da Profa. Maria da Conceição Tavares, "Império, Território e Dinheiro".

Esse ensaio tem uma característica que o distingue dos trabalhos anteriores da Profª Conceição. Na verdade, é uma síntese não só da formação histórica e econômica do Brasil, mas também da própria trajetória da Profª Maria da Conceição. Ao fazer esse artigo, mais do que pensar o Brasil, ela se colocou - o que relata na primeira página do seu ensaio - dizendo que o trabalho era, também, fruto de suas obsessões pelo Brasil, o que podem perceber, com clareza, aqueles que conhecem sua obra. Há temas que são importantes em sua obra, que retornam de forma atualizada, etc, mas com muita insistência, com obstinação. É um trabalho de síntese que combina análise histórica, econômica, sociológica e cultural, no Brasil. Nesse sentido, é um panorama como poucos poderiam vislumbrar. Aqueles que conhecem um pouco da formação brasileira sentir-se-ão extremamente aquinhoados porque, nesse texto de síntese, estão, de forma muito clara, colocados alguns dos temas fundamentais da nossa história, assim como alguns autores fundamentais: Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior. Alguns autores, como Capistrano de Abreu, dão a idéia do território. "Os Caminhos Antigos e Povoamento" é um livro de Capistrano de Abreu que discute muito a questão do território. Há, portanto, um conjunto de referências, espalhadas ao longo do texto, que são fundamentais para se pensar a realidade brasileira, não só no passado, mas, sobretudo, no momento atual. Acho que existem três questões que imantam todo o texto e sobre elas queria provocar a professora, para que nos fale mais a respeito. Se entendi corretamente, ela aponta três grandes impasses ou questões recorrentes da história do Brasil que estariam, até hoje, a desafiar uma solução. A primeira questão é relativa à apropriação privada do espaço, o que significa, em última instância, a recusa de se fazer uma reforma agrária, a privatização da riqueza no seu sentido amplo. O segundo tema refere-se aos conflitos interoligárquicos, as elites regionais e as tensões recorrentes que levaram, em mais de um momento, a conflitos, como a Revolução de 30. É um terceiro conflito que seria entre o dinheiro local, o dinheiro nacional e o dinheiro mundial, que, no Brasil, reflete-se como inflação, crise na balança de pagamento ou crise cambial. Em torno desses três temas, a Profª Maria da Conceição constrói o seu ensaio, mostrando que, para resolver o enigma brasileiro, teríamos que desatar esses três nós: o nó da questão da terra, do território, que significa a reforma agrária e ampliação de direitos sociais genericamente; o nó da questão regional, que hoje se coloca como uma questão do pacto federativo, e o nó da questão financeira, que se refere ao problema do sistema bancário brasileiro, que foi inteiramente subsumido pelo grande capital financeiro internacional. Existe, por trás da tese da Profª Maria da Conceição ou do ensaio por ela produzido, um conjunto de proposições, que não estão explicitadas sob a forma de propostas nem de um programa, e não era esse o

objetivo: declinar um programa político. Mas estão claramente apontados alguns temas fundamentais para a reflexão de todos nós e para uma efetiva tomada de posição, para um efetivo engajamento.

Vou me atrever também, além de constatar, tentar, como tentei fazer, sintetizar o que me pareceu mais central em seu trabalho. Obviamente ela pode pensar que não seja isso o central do seu trabalho, mas foi isso que apreendi.

Ela lembrou aqui muito bem a história do México. Lembrou que o México vive, a cada 100 anos, tensões políticas e revoluções. É o caso da última revolução mexicana, marcada pelo início glorioso e que acabou se degenerando. Gostaria de dizer que alguma coisa do mesmo tipo podemos encontrar no Brasil. Se tomarmos pelo menos, dois momentos da história brasileira, o primeiro momento das Regências, entre 1831 e 1840, o momento fundamental da formação do Brasil. Estávamos aqui no momento da construção do império, desse império subsumido há dois outros impérios, como ela nos disse aqui, o Império do Brasil surgindo, a abdicação de D. Pedro I e a abertura de um longo processo de tensões que se expressaram como revoltas populares, a dos Cabanos, do Pará, a Sabinada, na Bahia, a Balaiada no Maranhão, que refletem um aspecto de ebulição de uma sociedade ainda em formação e que buscava caminhos de superação de, pelo menos, dois temas importantes. A questão do Estado - e se colocou em mais de um momento a questão republicana - e a questão da abolição da escravidão.

Sabemos como esse processo terminou. Terminou com uma repressão em larga escala, comandada pelo Caxias. E foi ao reprimir esses movimentos que Caxias adquiriu toda sua notoriedade. Na verdade, se espalharam até 1848, com a Revolução Praieira. Mas foi um momento importante na história do Brasil. Talvez um dos momentos mais interessantes da história brasileira, quando a sociedade brasileira emerge, mobiliza-se de forma confusa, obviamente, não há um problema claro, não há um ideário consolidado, mas é uma das poucas manifestações brasileiras espontâneas, de movimento de massa. E esse conjunto de movimentos é reprimido sob a alegação de que eram movimentos antinacionais, separatistas, divisionistas, etc., consagram-se o princípio da unidade nacional e o tutor da unidade nacional, que seria o Exército. E vai-se associar, a partir daí, qualquer movimento popular, como o movimento antinacional, anti-unidade nacional.

No início da república, novamente essas tensões não resolvidas afluíram, e tivemos, desde o episódio de Canudos, que começa em 1893, passando pela Revolta da Vacina, em 1904, até a Revolta do Contestado, que ocorreu entre 1912 e 1916, de novo, no início da República, a emergência dessas tensões. O fato de a questão da terra não estar resolvida, a sonegação da reforma agrária, a exclusão social urbana, expressa na Revolta da Vacina, portanto, a interdição de direitos sociais, era e ainda é, talvez, o principal problema para a constituição da Nação brasileira e da república no Brasil. República, como todos sabem, significa coisa pública. Na verdade, se tomarmos o termo no seu sentido literal, ainda estamos à cata da construção de uma república, como estamos à cata da construção de uma Nação.

A idéia de Nação, além da língua, do território, pressupõe a idéia de "pertencimento" a alguma coisa comum, a algo que se deve e por que se pode lutar, e de que se sente contemplado por ela. Nesse sentido, a idéia de Nação ainda é um projeto que nos deve mobilizar ainda hoje.

Diria que o terceiro momento dessa situação está colocado agora. Estamos vivendo uma crise sem precedentes na história brasileira. Por diversas razões, por temor e desconfiança de que o que vem por aí é extremamente complexo, que envolve ou exige um conjunto de esforços e ações bastante consistentes, ao mesmo tempo, diria que também estamos em condições de saber dar essa resposta, resposta que vem sendo negada há tanto tempo.

O Movimento dos Sem-Terras expressa essa vitalidade e essa insubordinação permanente desses excluídos da terra, essa luta secular e histórica. A própria existência do movimento sindical brasileiro, com todos os percalços que sabemos que tem, a existência de uma consciência difusa a respeito da necessidade de superar certos entraves à nossa emancipação política e cultural me fazem acreditar que esse conjunto de questões e de temas que hoje são colocados como desafios podem ser resolvidos do ponto de vista democrático, popular e nacional, como a professora chamou a atenção na sua fala.

Nesse sentido, diria que há razões para sermos otimistas. Nos últimos anos, a sociedade brasileira conseguiu se mobilizar e expressar-se de diversas maneiras, política, partidariamente, através de sindicatos e movimentos. Assim, talvez estejamos mais bem aparelhados para dar uma resposta aos desafios que estão colocados de modo democrático e popular.

Gostaria que a Profa. Conceição Tavares se pronunciasse sobre essa questão e também sobre o fim do império americano, que estaria por vir, que não duraria tanto como o império inglês. O Giovanni (...), sociólogo e economista, tem dito coisa parecida - o ciclo desses impérios tem durado cada vez menos. À luz da idéia de que esse império tende, em algum momento, a se esgotar, em uma "débâcle", quais são as perspectivas de um projeto nacional de desenvolvimento democrático popular no Brasil? Nesse contexto, o que se coloca para nós em termos da construção de um projeto alternativo?

Finalmente, na última questão, vou me atrever a uma ligeira discordância com a Professora. Ela disse que as migrações forçadas, sobretudo desses trabalhadores do campo - e são vários os episódios de migração -, impediram a constituição de classes subalternas consistentes no Brasil. Imagino que ela tenha se referido ao processo de não-enraizamento, de fluidez decorrente da migração dessa fronteira móvel, que é um pouco a realidade do campesinato brasileiro.

Na verdade, esses são momentos fundamentais da formação desse espírito, não só de nacionalidade, mas também de cidadania, pela idéia do direito - do direito à terra, à sobrevivência, à riqueza, que todos temos - que esses movimentos, exatamente na resistência às tentativas de desocupação e expulsão, acabam constituindo. Minha idéia é que o processo migratório forçado acaba sendo motivo - e acho que o movimento dos sem-terras expressa isso - de construção de uma identidade, decorrente exatamente da ausência do direito de pertencer a uma terra, a um local, a um território. Parece-me que esse seria um elemento positivo. Ou seja, a luta pela terra acaba sendo o elemento consolidador de uma certa identidade de classe. Enfim, é apenas uma provocação a que ela nos fale mais desse tema, já que seu artigo, seu ensaio é de uma amplitude, de uma abrangência e de uma relevância impressionante para todos nós.

Com isso, encerro, já que aqui estou, na verdade, na condição de coadjuvante dessa brilhante participação da Profa. Conceição. Obrigado.

Palavras do Sr. Mauro Santos Ferreira

Boa noite. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembléia Legislativa o convite, na pessoa do Deputado Márcio Cunha, e cumprimentá-la pela realização desses eventos - pois se trata de uma série de eventos que vêm sendo promovidos pela Assembléia Legislativa. Quero cumprimentar o João Antônio, a quem prezamos muito, em Minas, onde conhecemos seu trabalho. Realmente, a Profa. Conceição é professora de todos nós, mesmo daqueles que não estiveram em sua sala de aula, e todos participam de seus debates. Quando vinha para cá, uma pessoa da minha família comentou que não poderia estar aqui, por algum motivo, mas que gostaria muito, pois adora ver a Conceição falando. Bem, não pôde, e o azar foi dela - mas acho que poderá ver pela televisão. Também tive o privilégio de estar em sala de aula com a professora, pelos anos 60, na época dos cursos da (...), e muita gente que aí está hoje, inclusive o próprio Malan, foi nosso colega em um desses cursos.

Mas nesse negócio de ser aluno da Profa. Conceição, por sermos muitos, também os caminhos são muitos. Lembro-me de que, logo que veio do exílio, o Brizola esteve em um evento qualquer em Belo Horizonte, e eu, entusiasmado com aquele processo da volta dos anistiados, aproximei-me dele e lhe disse que pertencia a um dos Grupos de (...) que se formaram aqui, em Belo Horizonte, por volta de 1963. E ele me deu uma resposta categórica. Disse-me: "Por isso não, porque o Dornelles também foi, e deu no que deu". Enfim, fomos todos alunos da Profa. Conceição.

Não vou usar os 20 minutos, mas vou tentar puxar um pouco a Conceição para uma outra coisa. Já que ela falou na trajetória do País, como Nação, no que temos de percorrer, nessa luta contra algo que nos está incomodando muito e prejudicando nosso desenvolvimento - a política econômica do atual Governo, ou melhor, dos governos pós-abertura, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Desde o Governo Sarney, vem se falando em reforma do Estado brasileiro. No Governo Sarney, inclusive, virou moda falar em desmanche do Estado. O título do livro da professora é ótimo: "Destruição Não Criadora", e acho que tem muito a ver com isso. Era uma intencionalidade de se destruir alguma coisa, sem colocar nada melhor naquele lugar. Então, viemos nesse processo avassalador, já com essa ideologia hegemônica do neoliberalismo entrando para valer no nosso País, e as práticas de gestão da coisa pública bem conforme com essa nova ideologia.

Outra coisa interessante a que assistimos, que aconteceu recentemente - tem a ver com esse processo de reforma do Estado nessa visão neoliberal - é que, no último concurso para admissão de profissionais para o BNDES, havia uma pergunta aos candidatos, era uma prova de múltipla escolha: Qual era a importância das privatizações? Para que se fariam as privatizações? O que o Governo queria com as privatizações? Havia várias respostas, tais como reestruturar a economia, modernizar, aumentar a eficiência ou pagar dívidas. E a resposta correta era pagar dívidas. Era um negócio explícito, em termos da definição da importância que o Governo dava para a questão da privatização. Isso é comprovável por esta que foi a última prova de admissão no BNDES.

Mas queria que a professora puxasse para um problema, pois a senhora fala em como combater o neoliberalismo, como se daria o fim do neoliberalismo, e fala sobre a necessidade de controle sobre os mercados; só se acaba com o neoliberalismo controlando os mercados de capitais, mercados financeiros.

Uma coisa que me incomoda é o fato de que aceitamos e nos omitimos em relação às políticas que vieram no sentido da destruição do Estado. E aí acho que todos nós, principalmente aquelas pessoas que vivem mais intensamente, profissionalmente esse período, temos a ver com isso, temos uma parcela de culpa nisso. Aí incluo as associações, sindicatos, servidores públicos, trabalhadores de uma forma geral, políticos, enfim, a sociedade se omite nesse processo e não defende o Estado, aceita, em muitos casos, passivamente essa forma de governar.

O neoliberalismo, o Consenso de Washington tem uma proposta muito clara e objetiva em termos de reforma do Estado, que é a questão do Estado mínimo, ficando só naquelas atividades típicas da função do Estado: educação, saúde, e assim mesmo abrindo brechas para o setor privado naquilo que for possível, desejável e lucrativo. Pergunto à professora: em contraponto a isso, qual é a proposta? É não reformar o Estado? Na minha opinião, perdeu-se uma boa oportunidade de se discutir uma verdadeira reforma que fortalecesse o Estado.

Na minha opinião, professora, a grande resistência à política neoliberal dá-se pela reestruturação do Estado, pela modernização, não essa modernização que aí está, mas para um outro tipo de Estado necessário à promoção do bem-estar e do desenvolvimento.

Aí entram questões, como a reforma da previdência, dentro do contexto da reforma do Estado. A reforma da previdência, a reforma da previdência social, se ficarem nessa trajetória colocada pelo Governo Federal vai virar o maior negócio do mundo. Há todo um "lobby", todo um trabalho no sentido de dar-se um tratamento à reforma da previdência para que se torne o maior negócio do mundo. Quando se fala em reduzir o teto do benefício da previdência social para três salários-mínimos, abrem um grande espaço para a previdência complementar, como um belo negócio.

Mas, será que não temos que fazer uma reforma da previdência, nesse contexto de reforma do Estado? Pelos desequilíbrios da própria previdência, pela expectativa do aumento dos anos de vida das pessoas, pela queda da taxa de fertilidade, enfim, por questões ligadas à ideia de previdência, será que esse trabalho não poderia ter sido desenvolvido em confronto às ideias que vêm do Governo Federal? Isso vale para muitas coisas, porque reformas para melhorar o desempenho do Estado na assistência à saúde, no desempenho à educação, enfim, uma série de reformas, que, na minha opinião, são extremamente necessárias, seriam uma antítese da política neoliberal. Coloco essas questões com a maior simplicidade, porque acho que são questões atuais e pertinentes. Muito obrigado.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, vamos dar início aos debates. A Coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas à expositora e aos debatedores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Já temos inúmeras perguntas feitas, mas antes gostaríamos de ouvir a Professora complementar o que deseje.

#### Debates

A Sra. Maria da Conceição Tavares - Ambas as coisas são importantes. Por mim, não tenho horário. Amanhã tenho que dar outra aula, mas isso é o de menos. Estou às ordens. Quem tiver fôlego, podemos ficar, desde que não fechem a Casa, naturalmente.

É muito bom meus dois amigos, meus dois ex-alunos terem perguntado sobre coisas centrais.

Antes, vou fazer uma pequena propaganda. Esse livro é para não perderem a memória - A Destruição Não Criadora. É uma piada, porque o Shumpeter (?) falava que o capitalismo tem por essência a destruição criadora. É preciso destruir as instituições, ter crises, ter liquidação de capital, porque aí começa tudo de novo e adiante criam-se novos mercados, novas tecnologias, etc. Como não foi criado nada no Governo, só foi destruído, e eu assisti - na maior agonia -, à destruição de tudo - do estado de direito e do que você quiser -, esses são artigos que escrevi na Folha, ou pronunciamentos feitos no Congresso, (...) porque a transcrição taquigráfica é péssima e também porque não falei tantas vezes em Plenário, porque é difícil falar ali, e nas comissões não registram os pronunciamentos.

Este livro eu lancei ontem, é baratinho, e são artigos curtos. Estão catalogados, indo desde a globalização até às reformas, que às vezes são negativas e têm efeitos positivos. E esse que o João relatou é um tijolão, é mais caro, é interessante e não sei se todos têm interesse, é sobre o desenvolvimento das nações, mas, na verdade, o impedimento em que a relação estados e moedas tem que ver com isso. Está claro?

Então, faz-se uma síntese dos estadistas(?) do século XIX, e como o padrão ouro do império britânico foi sendo vencido por sucessivas ondas de países que se construíram como nações. E termina com o

Brasil, para vermos se ano que vem conseguimos lançar uma coletânea inteira sobre esses temas.

Vou fazer um esforço, João, e estou convocando-o desde já. Vamos ter de fazer uma coletânea de ensaios e livros que corram este País. É o que devemos fazer, porque intelectual não serve para outra coisa mesmo. Além, evidentemente, do fato de eu e você sermos militantes. Faremos o nosso trabalho de militante. Sempre faremos. Vou responder logo ao João, o primeiro dos Joões. Na pergunta que me fez houve uma confusão: não disse que a luta pela terra e o conflito social não são uma forma de avanço. Não disse só isso, sei lá, cortaram tanto desse meu artigo para ficar pequenino. Talvez tenham cortado. Mas em vários artigos, já escrevi na "Folha" sobre isso, é que acredito que não apenas os conflitos da terra estiveram sempre na raiz das tentativas, como o patamar de lutas aumentou. E disso dá testemunho o Furtado. Foi testemunha da luta dos sem-terras, das ligas camponesas no Nordeste, quando era Superintendente da SUDENE, em 1964. Diz que o patamar de lutas subiu tanto que não há termos de comparação. É outro tipo de luta. Existem assessores, a Pastoral da Igreja ajuda, há quadros, cursos de treinamento, é uma escola de cidadania. Não é só uma luta pela terra, é uma luta pela cidadania. E é por isso que há missões de paz da Pastoral da Igreja, das Igrejas em geral, mas a Católica é um pouco mais, porque no interior, no campo, a Igreja Católica tem mais peso do que na cidade. Estava me referindo à não-estruturação de classes subordinadas estáveis, porque, como esta luta era interrompida, ou eram liquidados, ou tinham de migrar; a migração rural-urbana do Brasil ganhou de qualquer país do mundo. Os Estados Unidos levaram 80 anos para fazer o tipo de migração rural-urbana que fizemos em 30. É uma brutalidade. Quando cheguei aqui, em cinquenta e poucos, o grosso da população estava no campo. Imaginem. Construímos megalópoles. São Paulo é a terceira maior cidade do mundo. É um problema de engenharia social e política selvagem reorganizar São Paulo. A migração rural-urbana está no "Bye, Bye Brasil", aquele filme do Cacá Diegues. É bom que vocês revejam. Por exemplo, de Brasília fui a favor. Era menina, imaginem se não queria Brasília. Estava batendo palmas para Juscelino, que a construiu. Os arquitetos bolaram uma cidade administrativa pluriclassista. Nas superquadras era para estar todo o mundo lá. Só esqueceram dos "candangos". Então, os construtores de Brasília fizeram a Ceilândia, porque não cabiam em Brasília, no plano-piloto. Esqueceram. E era tudo esquerda. O Niemeyer era comunista; e o outro, socialista. Mas esqueceram. Os candangos não faziam parte do plano. O problema é que o "Bye, Bye, Brasil" das migrações está em espasmo de luta. No momento não é um espasmo, é uma luta que se acentua, até porque o Governo fez o favor de arrebentar e de fazer uma crise agrícola monstruosa. Deixou os caras sem pai nem mãe. E, evidentemente, é um tipo de organização muito mais poderosa e disciplinada trabalhando em cima. Por que, agora, a luta não só está num patamar mais alto, como tende a continuar e é uma solução, tanto para a produção de alimentos quanto para o emprego? Porque, se já não têm para onde ir, eles vão para onde? Para São Paulo? Fazer o quê, em São Paulo? Morrer debaixo da ponte, em vez de morrer na luta concreta? Morreram vários deles na luta concreta pela sua terra, pela sua dignidade, pelos seus direitos, pela educação, pela produção agrícola, a deles e a das famílias deles. Vão morrer debaixo de uma ponte, com os filhos indo para a FEBEM, a FUNABEM, ou que diabo de nome tenham, para depois saírem de lá, todos espavoridos, uns 500, cada um mais assassino do que o outro, porque lá é uma escola de assassinos.

Essa é a questão, nenhum pobre rural hoje quer ser erro do Caio Prado, em 1960. Caio Prado, em 1960, no debate da reforma agrária, era contra, porque achava que já tinha assalariado rural, a migração rural era muito grande. A urbanização era progressista, nela se criaria uma consciência de classes. Estava duplamente enganado.

Primeiro, a urbanização foi tão excessiva que não se criou nenhuma consciência de classes. A não ser na luta industrial, claro, na luta dos bancários, na luta dos portuários, na luta dos setores organizados, porque os não organizados urbanos ...

Vocês podem ver em Belo Horizonte. Lembrem a dificuldade para fazer educação naquele favelão. Lembrem do trabalho comunitário necessário, lembrem de quantas igrejas, quantas famílias, quanta militância, quantos secretariados das prefeituras têm de segurar e dar um mínimo de dignidade àquelas populações.

Posso considerar que 40% da população urbana vivem em condições de nenhuma dignidade. Vivem com estratégia de sobrevivência, vivem melhor porque o povo deste País é genial na luta pela sobrevivência. Eles mesmos criam cooperações de existência. Mesmo que haja bandidos, pede-se licença ao bandido para organizar a comunidade. E o bandido deixa - embora saiba que, se o bandido puder, arruma uma atrapalhada e morrem os filhos. Esse é o tipo de dignidade que nos deram.

As estratégias de sobrevivência urbana são duríssimas. Nas cidades, em 70% das famílias o chefe é mulher. Já não há homem. A violência urbana é de tal ordem, que entre 18 e 24 anos eles estão morrendo. Hoje, a maior taxa de mortalidade é masculina. A população ativa masculina caiu, e aumentou a feminina. Morreram entre 18 e 24 anos. As mães das favelas sabem que o destino dos meninos é morrer.

Então, não dá constituir classes assim. É população. Não está excluída, porque eles mesmos lutam pela vida, porque alguns Prefeitos ajudam, porque alguns políticos ajudam, porque as associações de moradores se formam, porque famílias se organizam. Disse outro dia para a minha filha, que é da área de saúde da Baixada, as mulheres foram reclamar: Professora, além de controlar os médicos que não vêm, as professoras que não dão aulas, os policiais que querem matar meus filhos, ainda tenho de vigiar o saneamento. Como? Tenho de trabalhar. Não posso pedir. Já vigio tudo que posso.

Você pede às mulheres pobres deste País que, além de sustentarem as famílias - porque os maridos estão no desemprego, na bebedeira, na droga -, sustentem tudo e ainda vigiem. Faço ONGs, faço focos, a madame faz a caridade dela - a Primeira Dama, que é uma mulher progressista para burro -, uma mulher do movimento feminista, faz a sua caridade com suas cestinhas, e está resolvido? Resolvido o quê? Não está resolvido nada.

Tem de haver políticas universais de emprego, políticas universais de saúde. Não posso ter uma educação para os ricos e outra para os pobres, uma saúde para os ricos e outra para os pobres - os ricos vão embora, já nem acreditam na saúde daqui -, outra para a classe média, outra para os negros, outra para as domésticas. O que é isso? É uma "malucada".

Não vou aceitar, e espero que não aceitem, a idéia de que cidadania se resolve dando uma cestinha básica. Sim, tenho de fazer isso, para não morrerem de fome. O pobre do Betinho acabou se convertendo a isso. Tivemos boas brigas, eu e ele, embora o amasse de paixão. Outro dia, tive um debate com a mulher dele com o que sobrou, onde voltei a essa questão, e ela estava de acordo.

Resolvo o problema da miséria com ONGs. Não me diga! É claro que ONGs é obrigatório. Todo o mundo, ademais de cidadão, deve ter alguma atividade. Mas isso não resolve. Não resolve nos Estados Unidos, que têm a maior tradição de ONGs, de organizações comunitárias do continente. Não resolve. A miséria americana está crescendo. Só resolve mudando o modelo, não há saída. Agora vai fazer um fundinho para o Fundo Monetário, dá um dinheirinho. Tenha paciência. Vou resolver com o banco da terra. Terra desvalorizada. E o dinheiro dos trabalhadores? O que estou dizendo é o seguinte: não estava me referindo às lutas e aos conflitos, que constituem a classe. Estava me referindo ao "desclassamento" que significou, porque parou. Isso é uma alegria. Parou. A migração rural urbana parou. O pessoal só vai para as cidades menores, não tem como ir para o Rio de Janeiro, lá não cabe mais nada. Em Belo Horizonte, daqui a pouco, não cabe mais nada, ou cabe? Logo, não há de ser me virando para Belo Horizonte. Porto Alegre está com 20% de desempregados. A Bahia é uma desgraça. Fica aquele Antônio Carlos falando de pobreza. Por que ele não resolveu? Como não resolve? Porque não se resolve com cesta básica. É evidente que, para uma política emergencial, será a cesta básica, se faz mutirão, se faz o que você quiser, porque, se não, não está sendo feito. Interromperam tudo a pretexto dos problemas de ajuste fiscal. Mas isso não resolve.

Como um dado estrutural: as grandes migrações rurais urbanas terminaram. Outro dado estrutural: a taxa de crescimento da população caiu, a taxa de fertilidade das mulheres caiu. Está claro? Temos uma curva demográfica em que haverá jovens e velhos. Tudo bem, haverá jovens querendo ingressar no mercado de trabalho, que não há. Podem ter diploma. Disse em Campinas, há dez anos, para quem quis ouvir que teria o privilégio de ir de táxi para o aeroporto, nas minhas viagens, com um doutor, discutindo. Pois tenho tido o privilégio, recentemente, porque está cheio de funcionários das estatais, doutores com táxi com ar-condicionado. O cara pegou o seu FGTS, comprou um ar-condicionado, está lá todo vestidinho, e fazemos um seminário até o aeroporto sobre a política econômica, sobre o neoliberalismo, o cara é doutor, é engenheiro, é advogado, é economista. Estou cansando de andar no Rio de Janeiro com advogados, economistas, engenheiros e doutores, que são choferes de táxi. Daqui a pouco vou encontrá-los lavando pratos. Aliás, vou encontrar, não. Na Barra da Tijuca, em uma churrascaria nova que vão fazer, sabem qual é o requerimento para tudo, garçom, atendente? Diploma universitário e branco, naturalmente, universitário. Não está jóia? Já não há um crioulo chofer de táxi no Rio de Janeiro, quase não sobrou. Os velhos portugueses já foram pastar há muito tempo. Acabou. Eles dizem que os serviços estão crescendo em emprego. E o efeito substituição? Quer dizer, pago um doutor, que custou uma fortuna ao povo brasileiro para virar doutor, um ex-funcionário de estatal que era uma cara qualificado, das telecomunicações, do petróleo, do diabo, e o coloco como chofer de táxi, não é fantástico? Ou é? E os outros? Os outros mando morrer debaixo da ponte. Isso se constitui classe onde? Isso não constitui classe, está claro? Um dos problemas, que, aliás, é uma briga dentro de nosso partido que é difícil de se levar, é que há os que só se preocupam com os excluídos e os que só se preocupam com os trabalhadores incorporados. Graças a Deus, não há direção política, uma vez que sabem que há excluídos por quem precisamos nos preocupar. Por sorte, para os excluídos rurais há o movimento dos sem-terras. E para os excluídos urbanos? Então, são: sem-tetos, sem-isso, sem-aquilo, mas não termina nunca. Os sem-educações vão marchar para Brasília. Daqui a pouco, depois marcham os sem-tetos, depois os sem-roupas, depois os..., mas não termina. Ainda bem que marcham. Vamos marchar. Vai ser um tal de marchar. E Brasília é longe para diabo. Então, para juntar ali 100 mil é um esforço medonho, precisou de uma CUT, que tem uma organização nacional... Não estou dizendo que não houve, houve uma subida do patamar de luta. A década de 80 não foi perdida, só foi perdida economicamente. Ela foi perdida porque a transição democrática da aliança que Tancredo construiu foi para o diabo. Morreu, mas deixou aquele seu porta-voz de Governador do Rio Grande do Sul, o qual é um impostor, pois entregou aquele Estado ao diabo.

O netinho dele, coitadinho, que só protesta, protestou agora, porque também é demais. Atacam Minas, e, se o Aécio não falasse, acho que o avô viria da tumba e estrangularia o neto. Ai, não é possível. Todos protestaram. Desta vez, não deixaram o Governador sozinho.

Se fez a moratória, foi porque não teve como pagar. Mas dizer que ele é o culpado da crise cambial é muito cinismo. Como? O prejuízo foi de US\$40.000.000,00 entre outubro e janeiro, e o culpado da crise cambial foi o Governador de Minas! Tenham paciência. Há um cinismo deslavado.

Está se aproximando uma época muito dura. As classes estão constituídas. Existe uma classe rural, de trabalhadores rurais, assalariados, mas mal, porque foram postos para fora. Portanto, Caio não tinha razão. Perdeu. É mentira. Nem as cidades foram tão libertadoras como ele imaginava, porque, obviamente, é possível manipular as periferias politicamente, através dos clientelismos e populismos mais baratos.

Porém, as lutas pelas Prefeituras têm dado resultado. E não só o PT como também o PSB, o PSDB e até o PFL têm Prefeituras muito boas, porque, graças a Deus, a honra de Prefeitos não é privilégio de nenhum partido. Sempre acontece de um Prefeito, apesar de estar numa aliança amalucada sabe Deus com quem, ser um sujeito honesto e fazer o seu serviço. Mas isso ocorre em pequenas ou médias Prefeituras, porque, nas grandes, mata-se ou matam de trabalhar. Se é difícil resolver Belo Horizonte, imaginem São Paulo, Rio de Janeiro.

Porto Alegre, que era um brinco, uma cidade da UNESCO, com orçamento participativo, arrumadíssima, está com 20% de desemprego na sua região metropolitana. Portanto, não dá: o desemprego está desconstituindo as classes outra vez.

Levamos décadas, de 1930 para cá, constituindo as classes. E elas se constituíram mesmo, como classes urbanas, rurais, assalariadas, organizadas, com sindicatos, previdência, CLT, e luta, e "pau", e greve, e polícia, e cadeia. Mas, de repente, vem esse senhor, com essa política assassina, desconstituir a classe, restaurar os pobres como mendigos, declarar a classe média baixa como os novos pobres, para não falar dos novos pobres universitários.

É fantástico. Um pai de família cria um filho, leva-o à universidade com um esforço danado, acha que está subindo na vida, e vem um "cara"... Lembram daquele samba: "O meu papel, meu canudo de papel"? Cantar samba é alegre de vez em quando, mas, às vezes, chateia.

Então, estou dizendo o seguinte: estamos desconstituindo a Nação, que estava sendo construída. Tinha sido interrompido pela ditadura do Estado democrático, mas a construção da Nação continuava sendo feita por esse povo, por esse "bye, bye, Brasil", que ia se alimentando, agarrando-se, até que extravasou. Aí, aparece uma crise econômica, de 1982 até hoje, com uma dívida externa que não termina, porque se quer a gestão central. Faz-se um movimento social gigantesco na transição democrática, nas diretas; botam-se milhões nas ruas; levantam, brigam, protestam, organizam.

Então, vai ter que continuar. Insisto em economia, política e organização social. Não há outro caminho, não há milagre econômico. Reforma do Estado em abstrato? Para cada proposta que o Fernando Henrique apresentou, apresentamos outra. É evidente que houve a reforma da Previdência, assinada por mim e por todos. Está lá: previdência universal até dez salários mínimos; depois, fundos de previdência complementares públicos.

Vocês sabem por que o Lula não foi eleito em 1994? Assisti à reunião com os banqueiros. Eles só pediram duas coisas: as telecomunicações e a Previdência. Ora, o Fernando Henrique deu as telecomunicações, a Vale, que não tinham pedido, e outras coisinhas mais. Ninguém pediu também o sistema elétrico, mas ele está dando. E, "en passant", está sondando a PETROBRAS. A Previdência, ele quer dar, quer dar e quer dar. Já deu tanta coisa, mas resiste. E por que resiste? Porque ainda tem uma Previdência pública financiada.

O déficit da Previdência é uma falácia. Está definido na Constituição o que é a Previdência. Sou uma aposentada do serviço público, não pertencem à Previdência. Então, não venham com o papo dos funcionários públicos, que tinham carreira e passavam de ativos para inativos. Inativo do serviço público não pertencem à Previdência. Tudo bem. Estamos a favor de que agora pertençam todos. Previdência universal para todos, até dez salários mínimos, com a contribuição. Mas aquela época, quando foi elaborada a Constituição, não se chamou Previdência, mas Seguridade Social. Juntaram-se, então, Previdência, assistência social e saúde, criando-se três bases de impostos, como a folha, que está falida. O desconto é em folha. Com o desemprego em 20%, caindo, caindo, não há previdência que agüente. O que está arrombando a folha da Previdência é o desemprego. Como isso já estava visível em 1985, o que está na Constituição? É a folha, mais o imposto sobre os lucros, mais o imposto sobre as vendas. E o pobre do médico, o velhinho paulistano ainda agregou a CPMF. Com aquilo tudo, dá para pagar qualquer previdência que se puder imaginar, saúde, etc. É um orçamento gigantesco. No entanto, eles pegam tudo, descontam, põem para pagar juros e dizem que a Previdência está falida. São uns impostores, uns hipócritas.

Uma das lutas mais raivosas que tive foi a da Previdência. Eu e o Eduardo Jorge, que é tinoso, mas votou a porcaria da CPMF, porque estava tão convencido de que esse imposto seria destinado para a Previdência, a seguridade social - pois jamais aceitamos somente o conceito de Previdência - que concordou.

Todos têm de ter um sistema básico e universal. Sou a favor da universalidade. Não vejo a diferença entre ricos e pobres. Se é até dez salários mínimos, é até dez, está resolvido. Todos contribuem. No entanto, o sistema não se mantém com a contribuição dos trabalhadores, mas se mantém com a contribuição dos lucros. Porém, até hoje, os Bancos não pagam o imposto sobre os lucros, que é da Previdência. Por isso ela está falida. Pode uma porcaria dessas? Não pagam nada. Tiveram R\$20.000.000.000,00 de lucro no ano passado, mas não pagaram nada, como o Sr. Secretário da Receita declarou em plena CPI dos Bancos. E o disse com a maior cara-de-pau. Por que não se demite? Um país em que o Secretário da Receita declara que os Bancos - que, pela lei, deviam pagar - não pagam nada e não se demite, é fantástico. Ou não é? E continuam apoquentando.

As leis do Brasil estão na Constituição, mas não são cumpridas. Tem elisões fiscais. Os Bancos tiveram R\$20.000.000.000,00 de lucro, mas não pagaram nada. É um escândalo. Tiraram o imposto sobre a remessa de lucros. Resultado: remetíamos R\$700, agora remetemos 7 bilhões. Isso, no ano passado. Este ano, não sei quanto vamos remeter. O sistema de previdência e seguridade social, que está na Constituição de 1988, é ótimo. Basta cumprir a lei. Cumpriram? Coisa nenhuma. Não cumprem a lei. Há leis que pegam, e leis que não pegam. No entanto, ficam nos apoquentando para fazer a reforma da Previdência, a reforma que desejam. É até três. E o resto? O resto, dêem para os fundos americanos de pensão privada. Muito obrigada. Isso já haviam pedido para o Lula, que não deu. Assim, perdeu as eleições em 1994, época em que o Fernando Henrique não existia. O Lula estava com mais de 40% nas pesquisas. Tiveram de inventar o Fernando Henrique. Nesse particular, quem o inventou, infelizmente, foi o nosso Governador, que se enganou com o homem. Por ser tão sedutor, convenceu o Itamar de que iria fazer alguma coisa, mas não fez nada. Agora, que não faça nada, que fique lá cortando fita. O problema é o que ele fez, como disse Fiori, numa entrevista à "Folha", na semana passada: o problema do Fernando Henrique não é o que não fez, mas as reformas que fez; o que fez destruiu o País, não o que não fez. E tomara que não faça mais nada até o resto do mandato, que corte fitas, que viaje muito. Vai ser um alívio. O que é melhor para o Brasil? Que o Fernando Henrique passe três anos cortando fitas e não faça mais nada, senão ele termina o resto do serviço.

Então, temos de lutar para preservar o que sobra. Claro que precisamos reformar. Mas como posso reformar se todas as reformas são negativas? Todas são negativas, são para tirar direito, são para entregar. Quanto às privatizações, quer dizer que era para pagar a dívida? Não me digam. Os senhores sabem que as privatizações aumentaram a dívida? Por exemplo, na da Light, entraram 2 bilhões de empréstimo-ponte. O empréstimo-ponte era de dois anos, de fora, colateral de quem? Do BNDES. Com a desvalorização, para onde foi a dívida? Foi um cano de 60% em cima do BNDES, isto é, do Fundo dos Trabalhadores, porque ele vive com esse fundo. O "S" do BNDES é por causa do FINSOCIAL. Foi o Delfim que criou e colocou o "S". Eles usam o FINSOCIAL e o Fundo dos Trabalhadores, o FAT. Perguntem quanto vai para o "S". Quanto vem, é praticamente o grosso do dinheiro, mas quanto vai? Nada, um projetinho aqui, um projetinho acolá; um jardinzinho aqui, um jardinzinho lá. Paciência! Este País é um escândalo.

A imprensa deste País é outro escândalo. A universidade deste País sempre esteve crítica, mas não está mais. No tempo da ditadura, Delfim Netto disse que só nós podíamos criticar, porque éramos professores em tempo integral. Quem me tornou titular em tempo integral foi o Governo da ditadura. O Geisel estava interessado em ciência e tecnologia, então, podíamos ser "subversivos" e estamos lá, na universidade, fazendo pesquisas até para o Governo. Agora, quando fazem, é pura malandragem. Essas coisas têm de mudar. Tem de se fazer a reforma. Objetivamente, não foram feitas as reformas, foram feitas as contra-reformas.

O Sr. Presidente - A Marcionília Torres Nunes, da Secretaria de Minas e Energia, faz a seguinte pergunta: "O que está faltando para superarmos a crise: liderança política comprometida com os interesses nacionais, conjugando, realmente, o verbo querer, ou o povo conjugando o verbo reagir? Ou será que, "o sono esmaga o encéfalo do povo" (Augusto dos Anjos) e passamos indiferentes à história?".

Outra pergunta mais ou menos no mesmo sentido, de Raquel Coimbra Mourthé, da Faculdade de Direito Milton Campos: "Durante este encontro, muito foi falado sobre o Brasil e políticas macroeconômicas, juntamente com suas alternativas. Por que não se viabilizam essas soluções, não são levadas para o plano prático?".

A Sra. Maria da Conceição Tavares - Não se viabilizam, quem? A pessoa não sabe o que está falando. Só o Estado e o Governo podem viabilizar. E o sono pode estar caindo que nem chumbo em cima da classe média, do povo, não, porque ele nem está conseguindo dormir. E Augusto dos Anjos já era, meu bem.

O Sr. Presidente - Pergunta de Leonardo Rodrigues, da Universidade Católica: "O que é necessário para se baixar a taxa de juros de maneira efetiva e como a senhora analisa a questão do desemprego?".

A Sra. Maria da Conceição Tavares - Já analisei com abundância. Desemprego é um produto da falta de investimento, da privatização e da abertura desmedida. Destruí metade da minha agricultura e da minha indústria. O resto, concentrei. A cada vez que se faz uma fusão, a cada vez que se privatiza uma empresa, mandam metade dos empregados embora. A cada vez que se abre uma filial da Ford, na Bahia, em São Paulo, demitem-se 3/4 dos empregados. Isso está claríssimo. Com o processo de privatização do Estado, de abertura comercial, de abertura financeira, não há proteção econômica nenhuma; os empresários viram rentistas. E, mais, tem US\$70.000.000.000,00 dos ricos brasileiros no exterior, que cá não entram enquanto esse Governo for governo. Estamos esperando uma ditadura ou um governo conservador, porém nacionalista, o que pode ocorrer, ou um governo popular nacionalista. Um qualquer que garanta o que venham a fazer com o dinheiro, porque como está... O cara entra para quê? Para ficar prisioneiro da próxima desvalorização cambial? Vocês se dão conta de que a desvalorização cambial deu um "cano" de 60%? Quem tinha títulos da dívida pública brasileira, em reais, perdeu 60% com a desvalorização cambial. E a taxa de juros, que para nós está alta, para o rentista está baixa, porque tem risco cambial, tem (...) e tem a inflação que aí está outra vez. Mas está baixinha. Baixinha? Se você tomar uma taxa de juros de 20%, descontar a inflação, mais o risco Brasil e o risco cambial, é prejuízo. Então, o cara vai embora. Nós mandamos, pela primeira vez na história do Brasil, 70 bilhões, como se fôssemos México, como se fôssemos Argentina, como se fôssemos um "cucaracha" qualquer. O Brasil nunca, na sua história, mandou para o exterior os seus capitais nacionais. Manda 70 bilhões e pede empréstimos 140. Quem? A Globo, os grandes. Quem paga? O BNDES. Está bom, não? E quem é o BNDES? Os fundos dos trabalhadores. Ah! Assim, eu também faço. Governo, isso é governo? Isso é um absoluto desgoverno. Não estou exagerando nem um milímetro. Isso, a imprensa brasileira deveria dizer todos os dias. Está na imprensa brasileira: um parágrafo da "Gazeta", um parágrafo do "Estadão", mas vocês não lêem imprensa brasileira, vocês têm mais o que fazer, é uma chatiche. Só eu o faço, pois é minha obrigação, pertence ao meu ofício. Ademais, conheço o meu povo, e o terceiro escalão me fala. Tenho a luz em toda parte: no Banco Central, no... E ficam danados da vida. Comportam-se como mexicanos. Nunca, nem na ditadura, um burocrata sério tinha medo de falar, nem o Malan, que falou contra o programa do Geisel, estando no Governo Geisel. Agora, nem Ministro fala. O Serra, de vez em quando, diz umas coisas e... "pumba!": cala a boca, senão demitem o Ministro. O Serra, que é todo-poderoso. Burocrata "bené" não fala nada. Só em "off". E andam todos encostados na parede, com medo de perder o emprego. Essa é uma situação absurda. A carreira pública era intocável. Pois agora não é. Você pode ser demitido sem justa causa, pode ser demitido por excesso de quadros, por qualquer coisa. Você acha que funcionário que pode ser demitido por qualquer coisa fala alguma coisa? Não fala nada. Quando o pobre Mercadante conseguiu umas informações sobre o sistema bancário, nunca deu as fontes e trabalhou estatisticamente, de maneira a não se "ferrar" com as pessoas. Eu não posso dizer as minhas fontes, posso? Imaginem! Estou dizendo o que está na imprensa. É só ler. Balança de

pagamento está na imprensa. Leiam. Lá estão as privatizações. Existe um folheto de privatizações feito pelo Aloyzio Biondi. Está sendo vendido por aí. Comprem. Os velhos jornalistas ainda têm dignidade e escrevem. Agora, tem de ler. E aí vêm com perguntas balofas no estilo "a senhora acha"... Eu não acho nada, meus senhores. Se os senhores, depois do que eu disse, ainda acham que é um problema de achar, não é um problema de achar. E quem está dormindo é a classe média, que não quer ouvir "de cara" o que vai lhe acontecer. Não quer ouvir, porque o povo já ouviu faz horas. O problema é que o povo não acredita mais, e 40% parou de votar. Não é que vote errado. O povo pobre deste País não votou no Fernando Henrique Cardoso, porque simplesmente não votou e ponto. E porque acha que o Lula, mesmo que ganhe, não leva. Esta é a questão; o povo tem medo e com razão. Então, não vota. Falo para todos os que encontro na rua: você tem que votar. Mas e depois? Se o Lula ganhar, ele não governa, porque lhe dão um golpe. Essa é a tese do povo, que está habituado a que lhe dêem golpes, está habituado a que o matem. Ele tem medo. Medo! Não é sono, meus senhores. É medo! Mas o medo não limita a sobrevivência; passa, meus senhores. Acredito numa revolução pelo voto, e, se não for pelo voto, será pela luta social. E, se não for pela luta social, a classe média terá que optar entre viver sob o fascismo - fascismo, e não, autoritarismo - e ver seus filhos, de 18 e 19 anos, terminarem todos mal.

Se isso não mudar, vocês, jovens, não terão emprego, a não ser que sejam "filhos de papai". Vocês não terão como ganhar a vida. E depois de terem filhos, vão perder o emprego e voltarão para a casa da mamãe, que é o que está acontecendo com toda a classe média carioca.

Quem não conseguiu um táxi, quem não conseguiu um botequim ou uma cozinhezinha, está morando novamente com a mãe, que geralmente é aposentada do serviço público, sem reajuste há cinco anos e ainda paga 25% de imposto. Essa é a situação. O problema é que as pessoas não se informam e por isso não se indignam. Quem está cansado e dormindo o sono dos anjos é a classe média deste País, que tem de escolher se fica com o povo e a Nação ou se resolve emburrecer de vez e ver seus filhos e seus netos serem condenados ao lumpesinato. É disso que se trata. E depois não venham chorar porque os meninos estão na droga, foram assaltados; não venham chorar para cima de mim. Tomara que eu esteja viva ainda para ouvir o choro e o ranger de dentes dos filhos da classe média futura. Foi assim que se fez o fascismo na Itália, na Alemanha, na Espanha. Foram os filhos das classes médias que pisaram depois com as botas, torturaram e mataram os judeus. Alguém tem de ter culpa. Ali eram os judeus. Aqui pode ser qualquer um: o Governador de Minas, o Zé da esquina, o técnico de futebol. Mas não dá, "né", meu bem? Quero dizer o seguinte: se alguém, além do Governo, é responsável, é a classe média ilustrada deste País. Porque ela tem educação, tem privilégio. Ela foi paga, porque a melhor classe média deste País foi formada em universidades públicas, ou não foi? Ou então na PUC, que para todos os efeitos é pública. A Sra. Maria da Conceição Tavares - Não se viabilizam, quem? A pessoa não sabe o que está falando. Só o Estado e o Governo podem viabilizar. E o sono pode estar caindo que nem chumbo em cima da classe média, do povo, não, porque ele nem está conseguindo dormir. E Augusto dos Anjos já era, meu bem.

O Sr. Presidente - Pergunta de Leonardo Rodrigues, da Universidade Católica: "O que é necessário para se baixar a taxa de juros de maneira efetiva e como a senhora analisa a questão do desemprego?"

A Sra. Maria da Conceição Tavares - Já analisei com abundância. Desemprego é um produto da falta de investimento, da privatização e da abertura desmedida. Destruí metade da minha agricultura e da minha indústria. O resto, concentrei. A cada vez que se faz uma fusão, a cada vez que se privatiza uma empresa, mandam metade dos empregados embora. A cada vez que se abre uma filial da Ford, na Bahia, em São Paulo, demitem-se 3/4 dos empregados. Isso está claríssimo. Com o processo de privatização do Estado, de abertura comercial, de abertura financeira, não há proteção econômica nenhuma; os empresários viram rentistas. E, mais, tem US\$70.000.000,00 dos ricos brasileiros no exterior, que cá não entrarão enquanto esse Governo for governo. Estamos esperando uma ditadura ou um governo conservador, porém nacionalista, o que pode ocorrer, ou um governo popular nacionalista. Um qualquer que garanta o que venham a fazer com o dinheiro, porque como está... O cara entra para quê? Para ficar prisioneiro da próxima desvalorização cambial? Vocês se dão conta de que a desvalorização cambial deu um "cano" de 60%? Quem tinha títulos da dívida pública brasileira, em reais, perdeu 60% com a desvalorização cambial. E a taxa de juros, que para nós está alta, para o rentista está baixa, porque tem risco cambial, tem (...) e tem a inflação que aí está outra vez. Mas está baixinha. Baixinha? Se você tomar uma taxa de juros de 20%, descontar a inflação, mais o risco Brasil e o risco cambial, é prejuízo. Então, o cara vai embora. Nós mandamos, pela primeira vez na história do Brasil, 70 bilhões, como se fôssemos México, como se fôssemos Argentina, como se fôssemos um "cucaracha" qualquer. O Brasil nunca, na sua história, mandou para o exterior os seus capitais nacionais. Manda 70 bilhões e pede emprestados 140. Quem? A Globo, os grandes. Quem paga? O BNDES. Está bom, não? E quem é o BNDES? Os fundos dos trabalhadores. Ah! Assim, eu também faço. Governo, isso é governo? Isso é um absoluto desgoverno. Não estou exagerando nem um milímetro. Isso, a imprensa brasileira deveria dizer todos os dias. Está na imprensa brasileira: um parágrafo da "Gazeta", um parágrafo do "Estadão", mas vocês não lêem imprensa brasileira, vocês têm mais o que fazer, é uma chatices. Só eu o faço, pois é minha obrigação, pertence ao meu ofício. Ademais, conheço o meu povo, e o terceiro escalão me fala. Tenho a luz em toda parte: no Banco Central, no... E ficam danados da vida. Comportam-se como mexicanos. Nunca, nem na ditadura, um burocrata sério tinha medo de falar, nem o Malan, que falou contra o programa do Geisel, estando no Governo Geisel. Agora, nem Ministro fala. O Serra, de vez em quando, diz umas coisas e... "pumba!": cala a boca, senão demitem o Ministro. O Serra, que é todopoderoso. Burocrata "bené" não fala nada. Só em "off". E andam todos encostados na parede, com medo de perder o emprego. Essa é uma situação absurda. A carreira pública era intocável. Pois agora não é. Você pode ser demitido sem justa causa, pode ser demitido por excesso de quadros, por qualquer coisa. Você acha que funcionário que pode ser demitido por qualquer coisa fala alguma coisa? Não fala nada. Quando o pobre Mercadante conseguiu umas informações sobre o sistema bancário, nunca deu as fontes e trabalhou estatisticamente, de maneira a não se "ferrar" com as pessoas. Eu não posso dizer as minhas fontes, posso? Imaginem! Estou dizendo o que está na imprensa. É só ler. Balança de pagamento está na imprensa. Leiam. Lá estão as privatizações. Existe um folheto de privatizações feito pelo Aloyzio Biondi. Está sendo vendido por aí. Comprem. Os velhos jornalistas ainda têm dignidade e escrevem. Agora, tem de ler. E aí vêm com perguntas balofas no estilo "a senhora acha"... Eu não acho nada, meus senhores. Se os senhores, depois do que eu disse, ainda acham que é um problema de achar, não é um problema de achar. E quem está dormindo é a classe média, que não quer ouvir "de cara" o que vai lhe acontecer. Não quer ouvir, porque o povo já ouviu faz horas. O problema é que o povo não acredita mais, e 40% parou de votar. Não é que vote errado. O povo pobre deste País não votou no Fernando Henrique Cardoso, porque simplesmente não votou e ponto. E porque acha que o Lula, mesmo que ganhe, não leva. Esta é a questão; o povo tem medo e com razão. Então, não vota. Falo para todos os que encontro na rua: você tem que votar. Mas e depois? Se o Lula ganhar, ele não governa, porque lhe dão um golpe. Essa é a tese do povo, que está habituado a que lhe dêem golpes, está habituado a que o matem. Ele tem medo. Medo! Não é sono, meus senhores. É medo! Mas o medo não limita a sobrevivência; passa, meus senhores. Acredito numa revolução pelo voto, e, se não for pelo voto, será pela luta social. E, se não for pela luta social, a classe média terá que optar entre viver sob o fascismo - fascismo, e não, autoritarismo - e ver seus filhos, de 18 e 19 anos, terminarem todos mal.

Se isso não mudar, vocês, jovens, não terão emprego, a não ser que sejam "filhos de papai". Vocês não terão como ganhar a vida. E depois de terem filhos, vão perder o emprego e voltarão para a casa da mamãe, que é o que está acontecendo com toda a classe média carioca.

Quem não conseguiu um táxi, quem não conseguiu um botequim ou uma cozinhezinha, está morando novamente com a mãe, que geralmente é aposentada do serviço público, sem reajuste há cinco anos e ainda paga 25% de imposto. Essa é a situação. O problema é que as pessoas não se informam e por isso não se indignam. Quem está cansado e dormindo o sono dos anjos é a classe média deste País, que tem de escolher se fica com o povo e a Nação ou se resolve emburrecer de vez e ver seus filhos e seus netos serem condenados ao lumpesinato. É disso que se trata. E depois não venham chorar porque os meninos estão na droga, foram assaltados; não venham chorar para cima de mim. Tomara que eu esteja viva ainda para ouvir o choro e o ranger de dentes dos filhos da classe média futura. Foi assim que se fez o fascismo na Itália, na Alemanha, na Espanha. Foram os filhos das classes médias que pisaram depois com as botas, torturaram e mataram os judeus. Alguém tem de ter culpa. Ali eram os judeus. Aqui pode ser qualquer um: o Governador de Minas, o Zé da esquina, o técnico de futebol. Mas não dá, "né", meu bem? Quero dizer o seguinte: se alguém, além do Governo, é responsável, é a classe média ilustrada deste País. Porque ela tem educação, tem privilégio. Ela foi paga, porque a melhor classe média deste País foi formada em universidades públicas, ou não foi? Ou então na PUC, que para todos os efeitos é pública,

porque tinha um subsídio gigantesco. Nas particulares, à noite, estão os filhos da classe média baixa, não são os filhos das elites. Nós todos somos responsáveis. Todos. Não é culpa de povo algum. O povo cansou? Cansou, é claro. E não é para cansar? Faz vinte e tantos anos que temos uma transição democrática, que cada vez mais se apodrece. E vem um senhor como este, brilhante, um professor, homem ilustre, faz um plano de estabilização, dá-lhe uma cesta básica mais barata, e depois trai tudo que prometeu. Com razão que 80% estão possesivos. Ou não estão? Não. A ira pode ser convertida em luta, em desânimo ou covardia. Vocês escolhem. E não venham me dizer que é o povo. É a nossa classe média que é o eixo político desta Nação. É ela que faz, é ela que pede aos quartéis para intervir. Foi ela que pediu a intervenção, em 1964, porque eu vi. Foram os meus alunos de economia que queimaram a UNE. Foi um deles que, depois de virar Presidente do Banco Central, me denunciou ao SNI. Qual é? Eu nunca fiz luta armada, nunca fiz. Não sou de pegar em armas. Eu não acho que isso se resolva pelas armas. Acho que é pela luta política e pela consciência. Agora, luta política e consciência são para valer. Tem de se informar. Tenho pena de não poder dar o livrinho. Mas há os jornais. E há mais. Economista do Governo, desconfio dele. Mas há muita gente honrada que não pode fazer nada. Nada. Vocês acham que os funcionários do Banco Central são todos corruptos? Não são nada. É a direção do Banco Central que é deles. Não são os funcionários. Vocês acham que os funcionários do BNDES são ladrões? Não são. É a cúpula do BNDES que dá os R\$400.000,00 para o Sr. Marinho vender para o Sr. Bill Gates. Contra isso é que se tem de protestar. E é bom protestar. Não é por não protestar que vocês vão ganhar emprego e respeitabilidade ou dignidade. E protestar é protestar. Não é fazer muitos seminários. Não é cantoria. Se assim o fosse, bastava ter o Chico Buarque e o Caetano cantando no circuito universitário. Não basta. Essa é uma universidade. Isso é uma iniciativa correta.

Todo o mundo tem de estudar de novo, ou acham que sabem tudo. Vocês não sabem nem 10% do que ocorre no País. Quando souberem 90%, a indignação aumentará, e perderão o medo. Ai os senhores vão pela sociedade arregimentar forças para voltar à esquerda. Não é a esquerda socialista. Não é nada disso. Estou falando das reformas burguesas democráticas, aquelas que o País não fez, mas terá de fazer algum dia.

O Sr. Presidente - Perguntas de Marcela Couto, do Colégio Marconi, de Geraldo Magela, da Escola Sindical Sete de Outubro, de Newton Figueiredo, do Sindicato dos Artesãos, e de Marcelo Pinto Coelho, da Faculdade Milton Campos: "É possível o Brasil viabilizar políticas populares sem enfrentar os garrotes das dívidas interna e externa? Como enfrentá-las? A senhora acha que os ideais do Lula na década de 80 se aplicam ao Brasil de hoje?"

A Sra. Maria Conceição Tavares - Não iria para o partido de Lula se os ideais dele fossem do século passado ou da década de 50. Fui para lá porque os ideais dele são os corretos. Uma pessoa que consegue resistir a três eleições e não perder prestígio não tem precedentes no Brasil. Não se trata de um líder populista que sobe, desce, desaparece e não se quer mais ouvir falar. Essa situação pode ocorrer com vários populistas da praça. Até com o pobre menino nordestino ou não, tomara que melhore. Mas até ele diz que há que renegociar a dívida. Qualquer um sabe disso.

Hoje, alguém acredita que há solução sem reescalonar a dívida externa e a interna? Só que eu digo, porque sei mais de economia que ele, que foi Ministro da Fazenda, que fez uma boa besteira sem se queixar ao Itamar Franco - foi ele que deixou fazer o câmbio. Era Ministro da Fazenda e não avisou ao Itamar. Não era que não fosse amigo do Itamar, é que não entendia de nada. Como a metade da equipe dizia uma coisa e a outra metade dizia outra, achou que o homem do câmbio era melhor. E deixou fazer-se o câmbio. Ele fez bastante besteira quando era Ministro, devia primeiro fazer uma autocrítica. Mas, enfim, agora está fazendo uma autocrítica.

Diz ele que temos de reescalonar a dívida interna. E a dívida externa? A interna é a cara da externa. A dívida interna é a dívida externa multiplicada por uma taxa de juros de 40%. Por isso, deu nessa maluquice. Como se podem abaixar os juros? Com o controle de câmbio, centralização de câmbio, controle do comércio exterior e do dólar. Aí a gente pode dizer: "Devo, pagarei quando puder, e no momento suspendemos o pagamento". É uma moratória. Mas o analfabetismo do pessoal é tão grande que acham que moratória é calote. Moratória é uma negociação, uma suspensão temporária de pagamentos para negociar. Moratória é o que fez o Governo de Minas, que não deu calote em ninguém. Suspendeu porque não tinha receita. Moratória é o que o Fernando Henrique vai fazer, em 2001, se chegar até lá, porque terá de fazer. O Presidente não tem como pagar os juros, as amortizações, os lucros, os passivos em dólar que acumulou no País com essa política imbecil de privatizações e desnacionalizações. Até o empresário Antônio Ermírio, que não é propriamente um homem de esquerda, já percebeu essa situação, que não pode continuar. As exportações demorarão a dar resultado. Exportar não é a solução. A solução está no mercado interno. Temos de controlar o câmbio, e até o FMI reconhece que há alguns países que controlaram, a saber: a China, a Índia e a Malásia, e vão muito bem, obrigado. Outros que não controlaram se ferraram de verde amarelo. Por que alguns países podem fazer e o Brasil não pode?

Temos de renacionalizar o Banco Central, que hoje é do mercado. O Presidente do Banco Central devia ser colocado na rua, mas não adianta, que colocam outro igual. Um homem de mercado não pode ser Presidente do Banco Central. Moeda, crédito, previdência e seguridade social são coisas essenciais. Há dinheiro dos trabalhadores, ou seja, R\$100.000.000.000,00 de fundos de poupança. Eles montaram a PREVI, do Banco do Brasil, que é uma potência, comprando sucata e operando em bolsas, para os marmanjos ganharem dinheiro. Ou não foi? Vão acabar arrebatando os fundos das estatais, o que é uma maluquice. Temos poupança interna forçada dos trabalhadores entre fundos de pensão, previdência... Enfim, há muitos fundos. O problema é que esterilizam os fundos para pagar juros aos credores; e mais: para fazer especulação em bolsa, para os outros ganharem dinheiro. Lembra-se quando a TELEBRÁS subiu? Quem ganhou muito foram os filhinhos do Ministro. Ah, eram uns meninos muito inteligentes, que, com 28 anos, conseguiram ganhar na bolsa!... Ora, com aquele pai, até eu! Assim não é possível.

O que estou dizendo é que o grau de negociata e de escárnio deste Governo bate qualquer recorde. Nunca nenhum governo de ladrões deste País - que já teve muitos - roubou tanto a população e quebrou tanto o Estado quanto o governo desse ilustre filho de um general nacionalista - que deve estar-se revolvendo na tumba -, sobrinho de outro general nacionalista e homem progressista, durante 30 anos, que, hoje, não sabe o que está fazendo. Não sabe; apalermou-se ou, realmente, "entregou a rapadura". Por mim, não votei nele, e todos os que me encontram declaram que não votaram nele. Quer dizer, alguém está mentindo; é evidente que alguém votou nele, senão não estaria eleito, e não foi propriamente o povo da Baixada Fluminense que votou nele. Então, não é essa a questão, está claro?

Quero dizer o seguinte: há saída, e a necessidade vai obrigar a uma solução, porque, se o Governo Fernando Henrique durar três anos e meio, ele é que terá de fazer uma moratória. Porque já não adianta; não há como pagar os passivos externos, que, somados aos passivos internos do Estado brasileiro, são maiores do que o Produto Nacional de um ano. Logo, não há como servir essa dívida.

Sabem por que os banqueiros continuam vindo? Porque os papéis da dívida brasileira, no exterior, hoje, apesar da especulação que fizeram, valem menos do que o "Risco Brasil". Como, na verdade, está tudo aberto, a pessoa entra, ouve a "insigth information", vai até seu computador e, "on line", manda bilhões para o exterior. Como não tem de pedir licença, o câmbio está livre, está solto..., não para você, é claro, que terá de comprar um câmbio de turismo qualquer, mas todo e qualquer operador de mercado manda dinheiro "on line", em tempo real. Então, é um grande negócio.

Quer dizer, em primeiro lugar, não pode ser "on line"; o câmbio tem de voltar a ser controlado. Em segundo lugar, não podem usar a poupança dos trabalhadores e os fundos de pensão - que são dos trabalhadores e das PREVIs, etc. São cem bilhões! Não podem continuar usando o dinheiro dos trabalhadores para financiar a família Marinho, para que venda ao Bill Gates, para financiar a Ford... Imaginem que deram um bilhão para a Ford e para a Bahia! Quer dizer, não negociam a dívida de Minas, mas dão US\$1.700.000.000,00 para Antônio Carlos Magalhães. Qual é? Isso é o que estou dizendo. Vocês estão indignados? Não; vocês ainda não estão indignados. Quando gente como vocês se indignar, o País muda.

O Sr. Presidente - Gláucia, do Colégio Municipal Marconi, pergunta a Mauro Santos: "Por que o Governo brasileiro não tem a preocupação de quitar a dívida externa? O que o Brasil está ganhando com essa dívida, que, a cada dia que passa, cresce mais?".

O Sr. Mauro Santos Ferreira - Quem deveria responder à pergunta era a professora, não é? Mas acho que o Brasil não ganha nada com a dívida externa. A dívida externa se foi acumulando ao longo dos anos, como foi dito pela professora, e se avoluma cada vez mais, por causa até das próprias privatizações, como foi dito. Na medida em que se privatiza e que quem compra, em grande parte, são empresas multinacionais... Nos últimos quatro anos, a remessa de lucros, de dividendos e "royalties" dessas empresas pulou de US\$2.500.000.000,00, em 1994, para US\$7.200.000.000,00 ou US\$7.300.000.000,00, em 1998; ou seja, em três anos, a remessa de dólar triplicou.

Então, essa questão da dívida externa é um problema que, realmente, como foi dito aqui, estrangula o desenvolvimento e provoca o aumento da dívida interna, como foi dito também. As duas estão bem casadinhas. Se a professora quiser avançar, que avance.

A Sra. Maria da Conceição Tavares - É um assunto financeiramente complicado. Precisa-se de uma aulinha, não é uma coisa que eu possa resolver agora. Não minto, sabem disso, nem para defender meus filhos e minha mãe mentiria numa coisa dessas. E eles sabem que é verdade o que estou dizendo. Se vocês tiverem a paciência de ler os artigos que escrevo, que o Paulo Nogueira Batista escreve, que o Ricúpero, que foi o Ministro que deu partida ao plano escreve, e ele está indignadíssimo... Ele gravou para um seminário nosso, no Rio, um vídeo dizendo isto: que vão dizer a vocês que não há solução, que a solução é muito difícil, que a globalização, que o império... Isso é conversa, é claro que há globalização e império, mas e daí? Nem todos os países se submetem. Nós nos submetemos, nos vendemos. A elite econômica desse País é uma elite vendida, e isso nem Delfim Netto era. Delfim Netto fez grandes negócios para os banqueiros nacionais; fez grandes negócios para os grandes industriais paulistas, mas vender o País, não vendeu. Disso não se pode acusar o Delfim. Pode acusá-lo do que se quiser: o bolo crescia, os pobres que se lixem, arrocho salarial, o que quiserem, dos de baixo ele não gostava, mas gostava dos de cima, que eram, pelo menos, brasileiros. Era uma vantagem. Agora, não. Agora manda que os brasileiros vendam depressinha para entrar dólar, para continuar a ciranda enquanto é tempo, porque é um bom negócio, porque como a moeda está desvalorizando, está ficando cada vez mais desvalorizado o negócio do "cara".

Quando venderam a Metal Leve, aquela jóia da tecnologia, um brio aquele velho. Para que aquele velho venderia a Metal Leve? Perguntei, e ele disse: "Agora fico na minha biblioteca, leio os meus livros, não saio muito". Fica lá aquele velho, tristonho. Vendeu a Metal Leve, que ele fabricou. É um negócio de maluco. Sobre quem? Sabem quantos empresários nacionais vão sobrar? Se sobrarem 20, é muito, entre os quais Antônio Ermírio, talvez o Bradesco, talvez o Camargão Correia.

Perguntem o que ocorreu com os construtores de Minas? Pergunta o que ocorreu com os empresários de Minas? Desapareceram, meu bem. O que há aí são empresariozinhos. Olha para onde foram os grandes grupos mineiros: para o inferno; quebraram todos.

O que estou dizendo é que quebrar até o grande capital nacional é uma odisséia, meus senhores. É um governo tão antinacional que quebra a grande burguesia nacional, que o pôs no poder, e ninguém faz nada. Quem não faz nada? A grande burguesia, que não o devia ter posto no poder de novo. Se bem que diz que não foi ela que o colocou lá pela segunda vez. Mas há sempre o medo do Lula. É necessário perder o medo, ou, então, se inventa um sabonete feito no Nordeste, mas ele inventa um antes da hora, tem de calar a boca e voltar para o exterior. Três anos antes não adianta inventar sabonete.

O que estou dizendo é que a crise está agravando-se, há o momento em que as pessoas terão de perder o medo: ou votam no Lula, ou em quem quer que seja o candidato popular ou vota no Medeiros, se for ele. Em alguém terão de votar, que tenha o mínimo sentimento de nacionalidade e de defesa dos interesses do povo. Quem não tem nada que ver com o povo, pelo menos que defenda a Nação. A Nação no sentido velho, horrível. Velho é quem é nacionalista só pelo capital. Novo é quem percebe que não deve destruir o capital, nem o trabalho, nem nada, e que o trabalho é a base da construção de uma nação, e esta está sendo destruída.



Converter os empresários brasileiros, que são grandes empresários, que têm uma capacidade manufatureira comprovada, que são capazes de fazer bons aviões, está claro, convertê-los em "rentistas" e ter US\$70.000.000.000,00 fora, em paraísos fiscais, esperando a hora da crise para depois, eventualmente, voltar ou não, é a mesma coisa que a Argentina fez, é a mesma coisa que o México fez.

Se a burguesia nacional, que sobrou, ainda tiver interesse na Nação, vai perder o medo da esquerda, porque não há outro candidato, não há. Se não é de esquerda, é de centro-esquerda, mas algum há de ser mais para a esquerda, ou então vai votar num candidato de direita. Então, inventa um candidato de direita ou, o que não é improvável, bate de novo na porta dos militares e diz: dêem um golpe, derruba esse homem que está aí. Não é impossível.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães resolveu pegar um direito da minoria e recorrer ao Supremo. Ele é maioria, porque está agora tão interessado nisso? Deve achar que pode ficar minoria ou, então, quer dar um golpe no Fernando Henrique e está disfarçando. Não é impossível.

O que estou dizendo é o seguinte: tal como está, não dá para continuar. Mas vai continuar. Vai. Até o momento em que se torne tão intolerável, que a pressão vai vir de cima, de baixo e dos lados, e aí vamos ter uma marola. Passada a marola, veremos quem da marola tem sustância social para agüentar.

Vocês votam em quem quiserem. Espero que não seja numa caricatura do Fernando Henrique nem do Fernando Collor. Votem em quem quiserem. Um bom conservador da direita, para quem for conservador, é uma boa. Se o Antônio Ermírio quiser ser candidato, perfeito. Ele é um empresário nacional. Não é propriamente um progressista, mas é um bom homem.

O Sr. Presidente - Professora, Felipe Máximo nos manda uma segunda pergunta, mas vamos explicar a ele que estamos com muitas perguntas e não será possível responder a todas.

A Sra. Maria da Conceição Tavares - As perguntas revelam uma tamanha ignorância, com perdão das pessoas que as estão mandando; respondo veementemente, sem insultar ninguém. Está me sendo dado o privilégio de ter um auditório de elite, gente fina, boa, preocupada com a Nação e com Minas, senão não estavam aqui até agora. O nível das perguntas revela que o sujeito não está entendendo nada, nada. Metade do problema hoje da classe média é que não está entendendo nada. Pois tratem de entender, para não votarem de novo errado em 2002, porque o voto de vocês em 2002 é decisivo. A não ser que queiram ser massacrados. Essa é a questão.

O Sr. Presidente - Vamos à pergunta de Felipe Máximo: "Os 41 Deputados que votaram dando apoio ao Deputado Hildebrando Pascoal não deveriam também ser cassados? Que País pode progredir tendo gente dessa corja no Governo?".

Pergunta de Rômulo Santos: "Como a senhora vê a candidatura do ex-Presidente Collor à Prefeitura de São Paulo e, posteriormente, à Presidência? Qual é a dele? Megalomania apenas?".

A Sra. Maria da Conceição Tavares - Bom, essa última, ele deve representar alguns mais Hildebrandos que lá estão. Agora, quero dizer aos senhores que, apesar do episódio Hildebrando ser um escândalo e daqueles 40 bandidos que ali votaram ser outro escândalo, são 40 bandidos. Quem desgraçou esse País não foram aqueles 40 bandidos, foram os 150 líderes de primeira, ilustres, entre tucanos e pefelistas, que votaram isso que estão votando. Que sabem tudo isso que estou dizendo, porque no último discurso para Antônio Carlos, disse-lhe: Presidente, estou supondo - ele era Presidente do Congresso -, que o senhor também seja patriota, embora os seus interesses não sejam os mesmos que os meus: defendo uns interesses, o senhor defende outros. O senhor se dá conta de que a Globo está nessa situação, o senhor se dá conta da falência da Odebrecht (mas sem levantar a voz). O senhor não pode com o seu poder alertar o Presidente para o que está ocorrendo? O senhor, de mais a mais, tem interesses nacionais.

Depois que saí, cumprimentou-me e disse: muito bom discurso. Tomou providências: conseguiu que o BNDE desse 400 milhões para a Globo, desse não sei quantos milhões para a Odebrecht. Na verdade, levou perfeitamente a sério o que eu disse, foi ao BNDE e disse: "Dá cá o meu, porque é dinheiro público dos trabalhadores, e não me dá cá". Ele tomou providências. Essas são as providências cabíveis, gente? Não. O problema é este. Os que podem estão tomando providências. Sobrarão 20 grupos nacionais, ponto. Bancos nacionais - já não estou tão certa de que sobre mais de um, ponto. Construtores nacionais deve sobrar um ou dois, ponto. O resto vai ser tudo para estrangeiro. Vocês podem pedir depois a adesão como 25º Estado livre e associado dos Estados Unidos. E eles não vão aceitar. Porque quando os argentinos pediram - queremos dolarizar -, o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos declarou: "Não quero, porque não quero que o tesouro americano pague suas dívidas.

Aquele Medlen é especialista. Ele pediu ingresso na OTAN e levou uma bolacha, porque não era do Norte do Atlântico, era do Sul. Pediu dólar, e o Grison respondeu: "Perdão, o senhor está enganado. Não quero que a sua moeda seja o dólar, porque, se for o dólar, eu teria de financiar as suas dívidas e não quero. Se o povo vota num demente, num ladrão, num dançarino de tango, num débil mental, que é capaz de propor isso às potências do mundo, leva uma lambada e não se toca, é porque está havendo uma crise de civilização. Por quê? O povo argentino ficou idiota? Há um filme: "Chove sobre Buenos Aires", porque não se vê nada com chuva. Foi a maneira simbólica com que se conseguiu mostrar não que estavam dormindo, mas que havia uma chuva que não lhes permitia ver o sol, porque é um país de sol. Espero, meus senhores, que, apesar da chuva, haja sol. Façam o favor de tomar consciência. Em princípio, a tomada da consciência de cidadão impede que se vote nos 40 ladrões. Em princípio, a tomada de consciência de cidadão faz com que as pessoas protestem, se informem, estudem. Não é um problema de economia. As pessoas não sabem o que está ocorrendo com a previdência. Têm de saber. As pessoas não sabem o que está sendo feito com o dinheiro do povo brasileiro. Têm de saber. As pessoas acham que a dívida externa foi feita em troca de nada. Foi em troca de vender o País. Essa é a questão. E, no entanto, quando se faz uma moratória simples, elementar, só falta dizer que o Governador é um caloteiro. Aí, não dá. Vocês defendam o Governador, tenham votado nele ou não, porque são mineiros. Tenham o sentimento de mineiridade, quase patriótico. Queiram fazer o favor de estender esse sentimento para a Nação ou, pelo menos, a partir de Minas, lutar a sério, porque, do contrário, não vai.

É o que estou dizendo. Não importa saber quem vai ganhar. Quem quer que ganhe tem de ter o apoio decidido não apenas do povo, mas também da classe média, que é a mais fácil de se engambelar pela mídia, pela global, etc. E a obrigação do cidadão é ligar aquela porcaria, olhar e dizer: desliguei, está mentindo, percebi que está mentindo, porque é uma espécie de Dr. Goebels moderno. O que está acontecendo é ultramoderno. Só que é antigo "pra burro". E nasci em 30. Sei do que estou falando. Quero que não passem pelo que passei na minha meninice. Quero que a propaganda não vire cultura. E a propaganda está virando cultura. Quero que lutem pela cultura de classe média ilustrada que vocês todos são. E esta é a obrigação de vocês com o seu povo. E depois não culpem o povo. Culpem a vocês mesmos.

Estou dizendo isso não para fazer regra, mas porque estou muito cansada. É quase certo que, do jeito que vai, não chego lá, não chego ao amanhecer. Mas tenho certeza. É por isso que ando por esse Brasil dando aula, feito uma maluca. Estou exausta, mas tenho de fazer. Por que tenho de fazer? Não comeci a "fazer pau" em 1962? Então, continuo. Estou nessa caminhada há tanto tempo! Tem de fazer, as pessoas têm de estudar. Não estou querendo vender o meu livro, mas seria legal conhecer o artiguinho. Não pode, pega o filho mais jovem. O estudante universitário não sabe, faz seminário com o professor. Não se deixem engambelar, até porque estudante universitário que acredita que, tendo diploma universitário, resolve, não resolve nada. Tem de ter consciência. As formas de luta passam pela consciência, hoje. Não dá para fazer lutas infantis. Não dá para ter sonhos de cantoria. Não vai resolver com a guitarra, com o violão, com os festivais da esquerda festiva da década de 68. Não estamos em 68. Estamos no fim do século, no fim do milênio, 500 anos depois de terem descoberto um país por descobrir. Descubram a vocês mesmos, a terra a que pertencem e a Nação que vocês querem, ou não haverá País nenhum. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. O destino deste País está na mão não apenas das lutas populares, porque elas estão ocorrendo, mas também nas mãos de uma classe média que ou fica com as lutas populares e com a sua Nação ou fica aparvalhada, com medo e vota no primeiro bonitinho que aparece. Ou não vota, o que é a outra alternativa: então, não voto.

A política é uma porcaria; pegam 40 ladrões como pretexto para não votar e querem que fechem o Congresso Nacional, porque muitos querem, querem que acabe a justiça. A desqualificação da justiça, do Congresso, do Executivo não leva a nada. Tem-se de buscar os culpados um por um. Tem-se de entender que é uma situação de armadilha em que o País foi metido, talvez, até, com boa-fé.

Não imagino que o Fernando Henrique tivesse planejado essa maluquice que aconteceu. É um plano inclinado, ele foi deslizando, deslizando. Quantas vezes o Serra e o Serjão, antes de morrer, disseram a ele: "Tire esse garoto do câmbio. Pára com essa estupidez da política cambial". Mas ele não parou. O Serjão era amigo dele, era o tesoureiro dele, era o Ministro dele. O Serra é seu amigo de infância. E daí, ouviu?

Se ele não ouve os amigos, vai ter de ouvir a voz de todos vocês, ou não ouvirá. Se não ouvir, lutem pacientemente, informem-se e votem corretamente em 2000 e em 2002. Fora disso, não há nada que dizer, porque não é um problema de vontade política, precisa-se de vontade social, precisa-se de que as estruturas societárias se movam. E não apenas as do povo, também as da classe média. Também a das instituições, também os Juizes, também os Procuradores, também os médicos, também os estudantes, também as donas de casa, ou não haverá País algum.

Haverá, porque o País não morre. Aliás, sempre haverá o território e o povo. Não haverá a nação. Não haverá a classe média, que passará o que outras classes médias já passaram no mundo várias vezes. Será esmagada, prensada e angustiada por submissão, entre o medo, a angústia e o fascismo, que não é maneira nenhuma de estar vivo.

Dá para evitar, até porque temos uma capacidade de negociação mais alta do que outros países que por lá passaram. E não somos potência. Dá para ir. Somos um país mediano. Dá para sair dessa desgraça e passar a uma coisa mediana. Não peço nenhuma maravilha dos céus. Peço para frear enquanto é tempo, para agüentar essa transição final do apodrecimento para um novo amanhecer. O de vocês não é obrigatório ser o meu. Não quero que o sonho de país de vocês seja o meu. Quero que todos queiram ter um país, uma nação. Só isso. Que não culpem os esfarrapados por isso. Está claro?

O Collor é uma desgraça. Se o povo de São Paulo votar no Collor, coitado do povo de São Paulo! Ou não? Que Deus e a Virgem Maria protejam o povo de São Paulo. Só votará por desinformação, por desespero, por ignorância.

Significa apenas que a luta é mais longa, que eu não verei, mas os mais jovens têm chance. Não desistam nunca, até morrer. É a luta pela vida. Não é sempre noite, nem o sono é a melhor solução. Ficar acordado é "uma boa" de vez em quando. Um pouco de insônia ajuda. Em vez de tomar tranquilizantes, abram um livrinho, estudem, leiam, informem-se. Não sei se o conhecimento ajuda a mudar o mundo, tem ajudado a mudar o mundo. Até que provem o contrário, continuará. Entrar na Internet, na "galega", sem saber o que se está buscando, não muda mundo nenhum, porque metade do que está na Internet é lixo, 70% é pornografia. Não adianta entrar na Internet dessa maneira.

Vou embora, porque estou exausta. Foi um prazer estar com vocês.

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus mais sinceros agradecimentos à nossa ilustre expositora e aos debatedores, às demais autoridades, aos participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença e dá por encerrado o debate.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 6, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 26/10/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Homenagem à Igreja Siríaca Católica de Antíquia, à comunidade árabe-brasileira da Capital mineira e ao Clube Sírio de Belo Horizonte.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ronan Gouvea Teixeira para a Presidência da Fundação TV-Minas - Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 12/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a política estadual de preparação do servidor público ao se aposentar. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados no exercício de 1999 às crianças e aos adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais, na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários-mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, pedindo informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações ao Presidente da AÇOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informação ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos relativos ao IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Vale do Jequitinhonha, solicitando ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos Governos Municipal, Estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 540/99, do Deputado Eduardo Hermeto, solicitando à COPASA-MG o levantamento dos credores com os quais a referida empresa estava em atraso em 31 de dezembro de 1998, na forma que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 541/99, do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda sobre o resultado obtido com a implementação da Lei nº 13.243/99, de 23/6/99, referente à concessão de anistia parcial de multas e juros aos contribuintes em débito com o Estado, tendo em vista o término do prazo para a habilitação ao benefício. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Gil Pereira, que opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta; pela rejeição da Emenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nº 2 a 13.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado o Dia da Santa Casa de Misericórdia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19/99, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado, autorizado pelas Leis nºs 12.422/96 e 12.731/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 405/99, do Deputado Paulo Piau, que institui a Comenda da Paz Chico Xavier. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a estrutura da Secretaria da Assembléia e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei nº 8.935, de 18/11/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 93/99, Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a implantação do projeto SIAFI-Cidadão. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 104/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 119/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dá nova redação ao art. 169 da Lei nº 7.109, de 13/10/77. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 152/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a ampliação do objetivo social da COPASA-MG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 157/99, do Deputado Ermano Batista, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências.

A Comissão de Justiça Conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma da Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e

de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 189/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo PM Valério dos Santos Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Turismo e de Administração Pública opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 357/99, do Deputado Chico Rafael, que torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência física para fins de concessão de benefício, prioridade e equiparação de oportunidades sociais no âmbito do Estado, conforme específica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 455/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São João Nepomuceno para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 28/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado.

A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 23/12/98, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 130/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece a obrigatoriedade de notificação às Câmaras Municipais quanto a repasses de recursos financeiros estaduais para os respectivos municípios. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 361/99, do Governador do Estado, que revoga dispositivo da Lei nº 12.237, de 5/7/96, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA  
26/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 97/99, do Deputado Wanderley Ávila; 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 172/99, do Governador do Estado; 278/99, do Deputado Bené Guedes; 353/99, do Deputado Ermano Batista; 401/99, da Deputada Maria Olivia; 410/99, do Governador do Estado; 418/99, do Tribunal de Justiça; 444/99, do Deputado Rogério Correia; 448 e 454/99 do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 26/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e elaborar um relatório sobre a situação do Estado no cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a ser incorporado em relatório da Câmara dos Deputados, e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: representantes de entidades de direitos humanos do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 453/99, do Governador do Estado; 507/99, do Deputado Rogério Correia; 512/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 764/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 768/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 771/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 788/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 794/99, do Deputado Amílcar Martins; 795 e 796/99, do Deputado Arlen Santiago; 813/99, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 499/99, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivo José; 504/99, do Deputado Ermano Batista; 521/99, do Deputado Antônio Júlio; 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 538/99, da Deputada Elbe Brandão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 310/99, do Deputado Paulo Piau; 556/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Requerimentos nºs 765/99, do Deputado Bené Guedes; 766/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 775/99, do Deputado Sargento Rodrigues; 808/99, do Deputado Amílcar Martins.

Finalidade: debater as normas de ensino superior em Minas Gerais, constantes do Projeto de Lei nº 239/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Convidados: Deputada Federal Maria Elvira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal; Prof. Gerson de Britto Mello Bozon, Reitor da UEMG; e o Deputado Federal Bonifácio Andrada, Presidente da Fundação Antônio Carlos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 193 e 497/99, do Governador do Estado; 523/99, do Deputado Paulo Pettersen; 531/99, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 692/99, do Deputado Chico Rafael; 767/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário :

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 528/99, do Deputado Carlos Pimenta; e 543/99, do Deputado Cabo Morais.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 804/99, do Deputado Edson Rezende; e 805/99, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 27/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 799/99, do Deputado Eduardo Brandão; 806 e 807/99, do Deputado Eduardo Daladier.

### Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

###### Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 26/10/99, destinada a homenagear a memória do Sr. Pio Soares Canedo.

Palácio da Inconfidência, 25 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

###### Reunião Especial da Comissão da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Rodrigues, Ivo José, João Leite e Olinto Godinho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/10/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator da matéria, no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

###### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Irani Barbosa, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e de se elaborar um relatório sobre a situação do Estado no cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a ser incorporado no relatório da Câmara dos Deputados, e apreciar a matéria constante na pauta, com a presença de representantes de entidades de direitos humanos do Estado.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 1999.

João Leite, Presidente.

##### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Amilcar Martins, Antônio Júlio, Arlen Santiago e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/99, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 1999.

Rêmolo Aloise, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/10/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública, com diversos convidados, o Projeto de Lei nº 424/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público e entidade sob controle direto ou indireto do Estado, visando a obter subsídios para elaboração do parecer do relator, Deputado Sebastião Navarro Vieira, no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 427/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Ronaldo Canabrava, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo instituir a Semana de Combate ao Alcoolismo no Estado, a ser comemorada anualmente, na semana em que ocorrer o dia 10 de junho.

A proposição foi publicada e, a seguir, distribuída a este órgão colegiado, ao qual compete examiná-la preliminarmente, atendo-se aos limites estabelecidos no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A análise da competência legislativa dos Estados federados para instituir data comemorativa nos faz remeter, de início, ao § 1º do art. 25 da Carta Magna, segundo o qual "são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição".

Reportando-nos, em seguida, ao art. 22 da mesma Carta, no qual constam as matérias sobre as quais a competência de legislar está reservada privativamente à União, constata-se que não há ali referência ao assunto de que trata a proposição em análise.

Infere-se, portanto, que aos Estados membros está reservado o poder de legislar sobre a instituição de data comemorativa.

Para dirimir dúvidas que porventura possa a proposição suscitar sobre a sua real natureza - se se trata de instituição de data comemorativa ou de campanha, como pode parecer à primeira vista -, convém ter em mente que o vocábulo "comemoração", ali empregado, tem o sentido de fazer lembrar, de rememorar a importância e a necessidade da conscientização dos males que advêm do consumo abusivo do álcool. Os eventos educativos que se realizariam na ocasião, em forma de campanha, seriam, tão-somente, a efetivação do intento da proposta de lei. Em outras palavras, a campanha é o meio para a consecução de um fim.

Conquanto a proposição não apresente, no todo, vício de iniciativa, incorre em inconstitucionalidade, uma vez que, no inciso IV do § 1º do art. 2º, prevê como ação da campanha o atendimento psicológico para os alcoólatras e seus familiares nos hospitais públicos e postos conveniados do Serviço Único de Saúde - SUS. Assim fazendo, a proposição institui programa a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, com custos não formalizados nem previstos na lei orçamentária, além da previsão de cargos para a consecução desses fins. Por isso propugnamos pela supressão de tal inciso.

Ainda com relação às ações de campanha, constantes no citado § 1º, consideramos que existe erro material na redação dada ao inciso V, que, literalmente, prevê "outras campanhas que visem a combater o alcoolismo". Não vislumbramos outra interpretação para o espírito do inciso senão a de que o vocábulo "campanhas" foi inadvertidamente utilizado em lugar da palavra "ações".

A fim de sanar tais incorreções, apresentamos substitutivo ao projeto, a ser formalizado no final deste parecer.

Na oportunidade, aperfeiçoaremos o texto em sua integridade, de acordo com a boa técnica legislativa, tal como a incorporação do art. 3º ao art. 2º, pois um complementa o outro, e tratam, igualmente, da participação de entidades governamentais e da sociedade civil nas celebrações de eventos alusivos à comemoração.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 427/99 na forma do Substitutivo nº 1, nos termos que se seguem.

#### SUBSTITUTIVO Nº1

Institui a semana de combate ao alcoolismo no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana de Combate ao Alcoolismo, a ser comemorada anualmente, na semana em que ocorrer o dia 10 de junho.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Saúde, em conjunto com os órgãos públicos e entidades da sociedade civil interessados, promoverão campanhas educativas de combate ao alcoolismo.

§ 1º - As campanhas de que trata o "caput" deste artigo constarão de:

I - palestras, debates, seminários e fóruns na rede escolar pública e particular;

II - atos públicos;

III - visitas a estabelecimentos comerciais que vendam bebidas alcóolicas;

IV - outras ações de combate ao alcoolismo.

§ 2º - A Secretaria de Estado da Educação, por ocasião das comemorações da Semana de Combate ao Alcoolismo, promoverá o envolvimento dos alunos da rede pública estadual.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Eduardo Daladier, relator - Maria Tereza Lara - Agostinho Silveira - Antônio Júlio - Paulo Piau.

Parecer para TURNO ÚNICO do Projeto de Lei Nº 569/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o Projeto de Lei nº 569/99 tem por objetivo alterar a redação do art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.821, de 22/7/92, e dar outras providências.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 23/9/99 e, a seguir, distribuída a esta Comissão, à qual compete, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, apreciar preliminarmente a matéria, atendo-se aos aspectos jurídico, constitucional e legal.

A matéria também deverá ser apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

Fundamentação

A Lei nº 10.821, de 23/9/92, instituiu o Dia dos Rios e das Águas, a ser comemorado no dia 7 de agosto, e estabeleceu que as escolas primárias estaduais e particulares inspecionadas pelo poder público estadual deverão promover atividades comemorativas nessa data.

O Projeto de Lei nº 569/99 altera a redação do art. 1º e do parágrafo único do art. 2º dessa lei, para transformar o Dia dos Rios e das Águas na Semana da Água, a ser comemorada no período compreendido entre o primeiro e o segundo sábado de agosto.

A instituição de datas comemorativas não foi citada na Constituição Federal, de forma expressa, como matéria privativa de nenhuma das unidades federadas, embora conste em seu texto, no art. 215, § 2º, que cabe à União fixar, por lei, datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. Na Constituição do Estado, o art. 210 preceitua o seguinte: "A lei disporá sobre a fixação de fatos relevantes para a cultura estadual". Provavelmente, se examinarmos as leis orgânicas dos municípios mineiros, encontraremos dispositivos da mesma natureza dos mencionados, ou seja, remetem para a lei local a fixação de datas comemorativas de eventos considerados de grande importância para a municipalidade.

Na verdade, a competência das unidades federadas para a fixação de datas comemorativas decorre do princípio federativo, portanto é consequência do modelo de organização do Estado Federal brasileiro. Assim, a União não pode estabelecer datas comemorativas para os Estados nem para os municípios e vice-versa, sob pena de se incorrer em vício de inconstitucionalidade. No entanto, quando se tratar de tema de importância nacional, por uma questão de razoabilidade, é preciso que a data comemorativa, nos âmbitos municipal e estadual, guarde consonância com aquela estabelecida pela União, não devendo os municípios e os Estados fixar data distinta. Devemos lembrar que a competência para legislar sobre águas é privativa da União. Mas tal fato não impede que os Estados e os municípios estabeleçam uma data para reverenciar esse recurso natural de alta significação, na falta de norma federal específica.

Não podemos confundir competência para legislar sobre as águas com competência legislativa para a fixação de data comemorativa. Aquela diz respeito à regulação da matéria como um todo, enquanto esta tem natureza meramente administrativa, com pontos de contato com aquela. É competência comum dos entes federados, nos termos do art. 23, VI, da Constituição Federal, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. Impõe-se ao poder público, nas três esferas de governo, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, conforme o disposto no art. 225, § 1º, VI, da mesma Constituição. Portanto, os Estados e os municípios têm obrigação constitucional com o meio ambiente. Dessa forma, a instituição da Semana das Águas, como propõe o projeto, em substituição ao Dia dos Rios e das Águas, é um instrumento de educação ambiental e de conscientização da população sobre a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ressalte-se, ainda, a inexistência, até o momento, de lei federal sobre o tema, permitindo aos Estados ampla discricionariedade para a fixação de data ou período para promover a comemoração dos recursos hídricos.

A iniciativa parlamentar é legítima e está amparada no art. 65, "caput", da Constituição do Estado, uma vez que a matéria não é reservada a órgão ou Poder.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 569/99.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.



PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 578/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe dispõe sobre a estrutura da Secretaria da Assembléia e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo", em 1º/10/99, a matéria foi distribuída à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame versa sobre a matéria relativa à estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa. Apresentada pela Mesa da Assembléia, e assumindo a forma de projeto de resolução, a proposição está de acordo, nesses aspectos formais, com o que dispõe a Constituição Estadual, que, no art. 62, incisos III e IV, estabelece ser de competência privativa da Assembléia dispor sobre sua organização e funcionamento e regulamentar a criação, transformação ou extinção de cargo em sua Secretaria, e, ainda, no art. 66, I, "d", atribui, privativamente, à Mesa da Assembléia a iniciativa para tais proposições.

O projeto procura deixar bem claro que os serviços administrativos da Assembléia são executados por sua Secretaria. Essa providência, ainda que aparentemente redundante, faz-se necessária, posto que algumas deliberações recentes – como, por exemplo, as de n.ºs 1284, 1415, 1506, entre outras – podem induzir ao erro de se considerar a estrutura da Secretaria da Assembléia como sendo correspondente à estrutura da Escola do Legislativo, que, nos termos do art. 3º da proposição em exame, nada mais é do que uma das unidades que integram a administração da Casa.

Na estrutura administrativa do Estado moderno devem conviver, lado a lado, componentes políticos e funções administrativas. É inerente à democracia a alternância no poder e o controle do povo – via de regra por meio dos seus representantes – sobre a máquina estatal. Esse fato que, por um lado, permite o julgamento periódico dos governantes, por outro lado pode gerar graves problemas na continuidade de projetos que precisam necessariamente de tempo para que possam dar frutos. Assim, o surgimento de uma burocracia estável, subordinada ao elemento político, é fundamental para o êxito das iniciativas governamentais e para a estabilidade do próprio sistema político.

Para bem acompanhar os movimentos da burocracia e para se evitar o risco de que a máquina administrativa passe a se mover de forma autônoma, – fato que costuma acontecer com certa frequência – torna-se necessário que o elemento político disponha de uma assessoria composta por elementos de sua estrita confiança e, ainda, alinhados com suas idéias, programa partidário e ideologia.

A Mesa Diretora, que, nos termos do art. 79 do Regimento Interno, é o órgão máximo na direção da Assembléia, deve contar com um assessoramento de alto nível, composto por pessoa de sua inteira confiança. Essa estrutura de assessoramento deve ser capaz de transmitir de forma clara as determinações da Mesa para a área administrativa e deve, ainda, acompanhar sua execução, podendo sugerir à direção medidas que, se aprovadas, venham aprimorar os trabalhos da Casa.

A criação dessa estrutura, entretanto, não deve gerar aumento de despesas, especialmente quando se tem em conta a situação – que é de conhecimento geral – das contas estaduais. Assim, parece-nos adequada a transformação de um cargo atualmente existente na estrutura da Casa em outro específico, para o exercício das atribuições acima apontadas.

A questão da transformação de cargos é um ponto que merece um pequeno comentário. Poder-se-ia argumentar que, pela transformação, estar-se-ia buscando burlar o disposto na Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, no que se refere à necessidade de lei no sentido formal e material para a fixação de vencimentos dos servidores de todos os Poderes. Entretanto, a transformação, como se propõe fazer, não implica aumento de despesas nem constitui forma de provimento derivado, o que tem sido expressamente condenado pelo Supremo Tribunal Federal – como, por exemplo, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs 159 – PA ( 18/4/90) e 368 – ES ( 5/10/90), entre várias outras. Não há, no caso em exame, qualquer possibilidade de burla aos preceitos constitucionais ou aos princípios que orientam o ordenamento jurídico vigente.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 578/99, na forma do Substitutivo n.º 1, que apresentamos.

Sala de Reuniões da Mesa, 25 de outubro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Gil Pereira.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 578/99

Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais resolve:

Art. 1º - Os serviços administrativos da Assembléia Legislativa são executados pela sua Secretaria, conforme orientação e supervisão exercida pela Mesa Diretora, nos termos do inciso V do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa abrange:

I - no primeiro grau, a Mesa da Assembléia;

II - no segundo grau, como unidade administrativa, a Diretoria-Geral;

III - no terceiro grau, como unidades operacionais, a Diretoria Legislativa, a Diretoria de Informação e Comunicação, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Assessoria de Planejamento Estratégico e a Procuradoria-Geral.

Art. 3º - A Escola do Legislativo é órgão integrante da estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa, vinculando-se administrativamente à Diretoria Administrativa e Financeira.

Art. 4º - Fica transformado em Secretário Especial de Planejamento e Controle o cargo de Secretário-Geral da Mesa, com provimento em comissão e de recrutamento amplo, mantidas a sua codificação e remuneração.

§ 1º - O provimento do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente da Assembléia, após prévia aprovação da Mesa Diretora, obedecidos os seguintes requisitos:

I - ter formação superior concluída há, pelo menos, dez anos;

II - possuir experiência comprovada de, no mínimo, oito anos no exercício de função ou atividade profissional em que sejam necessários conhecimentos relacionados ao planejamento, gestão organizacional, gestão e administração de recursos humanos e materiais;

III - não ser parente consanguíneo ou afim, até o 3º grau, dos membros da Mesa da Assembléia;

IV - possuir idoneidade e reputação ilibada.

§ 2º - A exoneração do ocupante do cargo de que trata este artigo se dará por ato do Presidente, de ofício ou em cumprimento a determinação expressa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Compete ao Secretário Especial de Planejamento e Controle assessorar a Mesa Diretora na direção e acompanhamento da gestão institucional e administrativa da Assembléia Legislativa.

Art. 6º - Compete à Diretoria Legislativa a coordenação da Assessoria à Mesa, ao Plenário e às Comissões nas matérias relativas ao processo legislativo e às outras atividades decorrentes do trabalho parlamentar e ainda:

I - assessorar o Presidente da Assembléia e as Comissões no processo legislativo e nas atividades político-parlamentares;

II - colaborar com o 1º-secretário no despacho de expediente referente ao processo legislativo e às atividades político-parlamentares, encaminhando-o à Mesa da Assembléia;

III - classificar as proposições de conformidade com o Regimento Interno;

IV - numerar proposições e resoluções da Assembléia;

V - coordenar a elaboração da ordem do dia, de acordo com a orientação do Presidente da Assembléia;

VI - registrar, em livro próprio e com índice remissivo, para publicação anual, as decisões de caráter normativo da Presidência sobre questões de ordem;

VII - suprimir, por ordem do Presidente da Assembléia, expressões e conceitos vedados pelo Regimento Interno e contidos nos pronunciamentos dos oradores;

VIII - secretariar as reuniões da Mesa nos assuntos de processo legislativo;

IX - exercer outras atividades afins, de acordo com as orientações e determinações da Mesa da Assembléia e da Diretoria-Geral.

Art. 7º - Compete ao Diretor-Geral administrar as unidades operacionais da Secretaria da Assembléia Legislativa, em sintonia com as diretrizes definidas pela Mesa da Assembléia, e ainda:

I - assessorar a Mesa nos assuntos administrativos, visando ao eficaz e eficiente desempenho das atividades;

II - responder pelas unidades operacionais da Secretaria da Assembléia, responsabilizando-se pela execução das ações definidas pela Mesa;

III - propor medidas de organização, otimização e racionalização administrativa;

IV - propor diretrizes e políticas de recursos humanos, bem como orientar e avaliar sua aplicação;

V - propor planos de ação para atendimento das metas estabelecidas para as unidades operacionais;

VI - sugerir, na substituição, quem deva exercer funções de direção dos órgãos subordinados à Diretoria Geral;

VII - recomendar auditorias em órgãos da Secretaria da Assembléia;

VIII - encaminhar à Mesa da Assembléia, até quinze dias após a instalação da sessão legislativa, o balanço relativo ao exercício anterior;

IX - cumprir e fazer cumprir as decisões e deliberações da Mesa da Assembléia;

X - secretariar as reuniões da Mesa nas matérias administrativas;

XI - exercer outras atividades afins.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 580/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, o Projeto de Lei nº 580/99 torna obrigatória a instalação, nos ônibus de linhas gerenciadas pelo DER-MG, de instrumento que permita aos passageiros a visualização da velocidade do veículo.

Publicada no "Minas Gerais" de 2/10/99, a matéria foi distribuída preliminarmente a esta Comissão, para análise quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos regimentais.

O exame da proposição quanto ao mérito caberá às Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

#### Fundamentação

O projeto determina que as empresas concessionárias de linhas gerenciadas pelo DER-MG deverão prover seus veículos, no prazo de 180 dias contados da publicação da lei, de instrumento que permita aos passageiros a visualização da velocidade por eles desenvolvida e estabelece multa correspondente a 150 UFIRs por veículo em situação irregular.

Nos termos do art. 10, IX, da Constituição mineira, cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de transporte rodoviário estadual de passageiros que transponham os limites de mais de um município no âmbito de seu território.

Por sua vez, o art. 40, § 2º, da mesma Carta, preceitua que incumbe à lei dispor sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, as condições de exclusividade do serviço, a política tarifária e a obrigação de o concessionário e o permissionário manterem serviço adequado.

A competência para ditar as normas gerais relacionadas à licitação e à contratação de serviços, obras, compras e alienações cabe à União, nos termos do art. 22, XXVII, c/c os arts. 37, XXI, e 175, da Constituição Federal. Portanto, incumbe aos Estados suplementá-las para atender às suas peculiaridades.

De conformidade com a Lei Federal nº 8.987, de 13/8/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, são cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas aos direitos, às garantias e às obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações (art. 23, V). Vê-se, pois, que o delegatário pode intervir no contrato já celebrado, alterando as condições do serviço prestado, de forma unilateral. Não obstante, deverá, se for o caso, recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, sempre que as modificações trouxerem novos dispêndios para o concessionário. Tal recomposição se faz, em regra, por meio da revisão das tarifas. O preço do serviço e os critérios de procedimento para o reajuste e a revisão das tarifas, bem como os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas às concessionárias, quando for o caso, também são cláusulas essenciais do contrato de concessão, em face dos incisos IV e XI do mencionado artigo. Disso resulta, a nosso ver, pressuposto segundo o qual o poder concedente, ao celebrar contratos dessa natureza, em princípio, dispõe de algum recurso para promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando a alteração contratual implica novos ônus para o concessionário. O exame do projeto sob essa perspectiva, entretanto, será feito com maior profundidade pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. De qualquer forma, o projeto prevê novo encargo para as empresas delegatárias desses serviços, o qual poderá ser repassado para o usuário, na forma de aumento da tarifa cobrada para custeio do serviço.

Não obstante, do ponto de vista jurídico, o Estado tem competência para legislar sobre serviços de transporte coletivo intermunicipal, podendo, se entender conveniente e oportuno, impor medida como a preconizada pela proposição em exame, para garantir serviço de melhor qualidade e segurança para os passageiros de ônibus de linhas intermunicipais.

Apresentamos, no final deste parecer, o Substitutivo nº 1, para aperfeiçoar o projeto no tocante à técnica legislativa. Na oportunidade, suprimimos a expressão DER-MG. Na verdade, o uso desta expressão, na lei, é inadequada e, mesmo, desnecessária. O DER-MG é apenas uma entidade gerenciadora e fiscalizadora do serviço de transporte coletivo, e não o poder concedente, que é o próprio Estado.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 580/99 na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a instalação de aparelho ou instrumento de visualização de velocidade nos veículos de transporte intermunicipal de passageiros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Será exigida, nos contratos de delegação de prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo intermunicipal, a instalação de equipamento para visualização, pelos passageiros, da velocidade desenvolvida pelo veículo.

Parágrafo único - O Estado promoverá, no prazo de noventa dias, a alteração dos contratos em vigência, a fim de adequá-los ao disposto nesta lei, concedendo aos delegatários o prazo de cento e oitenta dias para a adaptação dos veículos.

Art. 2º - Constitui infração administrativa, punida com multa de cento e cinquenta Unidades Fiscais de Referência:

I - colocar em trânsito veículo não equipado com aparelho de visualização de velocidade;

II - colocar em trânsito veículo com aparelho defeituoso ou em desacordo com as especificações técnicas recomendadas.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se responsável pela penalidade o delegatário do serviço.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau, relator - Antônio Júlio - Agostinho Silveira - Eduardo Daladier - Maria Tereza Lara.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 399/99

**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria e da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, a criação da Secretaria de Estado do Turismo e a extinção da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 7, 31, 33 e 35 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 32.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 399/99

Dispõe sobre a organização da Governadoria do Estado e da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, cria a Secretaria de Estado do Turismo, extingue a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas nas Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e de Direitos Humanos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

#### Capítulo I

##### Disposições Preliminares

Art. 1º - A Governadoria do Estado e a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social passam a ter a organização estabelecida por esta lei.

#### Capítulo II

##### Da Governadoria

Art. 2º - A Governadoria do Estado compõe-se da Vice-Governadoria, da Secretaria Particular do Governador, da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e do Cerimonial e da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social.

Parágrafo único - Compete à Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social dar suporte às unidades previstas neste artigo, referente a recursos humanos, administrativos, materiais, orçamentários e financeiros.

Art. 3º - A Vice-Governadoria tem por finalidade prestar apoio administrativo e assessoramento ao Vice-Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais e nas funções a ele conferidas por lei ou delegadas pelo Governador do Estado.

Art. 4º - A Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e do Cerimonial tem por finalidade assessorar o Governador do Estado na formulação e implementação da política de relações internacionais, coordenar o processo de captação de recursos externos para financiamento de projetos governamentais, bem como orientar, coordenar e promover as atividades de cerimonial nos contatos governamentais com autoridades nacionais e estrangeiras.

Art. 5º - A Secretaria Particular do Governador tem por finalidade prestar assessoramento direto e fornecer apoio administrativo ao Governador do Estado e ao Secretário Particular do Governador.

Art. 6º - Integram a administração pública do Poder Executivo, como órgãos e entidade subordinados diretamente ao Governador do Estado:

I - a Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais - PGE -;

II - a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG -;

III - o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;

IV - a Auditoria-Geral do Estado;

V - o Gabinete Militar do Governador do Estado;

VI - o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

VII - o Conselho de Informática do Estado de Minas Gerais - CIEMG -;

VIII - as Secretarias de Estado;

IX - o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -;

X - o Conselho Estadual da Juventude;

XI - a Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE.

#### Capítulo III

##### Da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social

##### Seção I

##### Da Finalidade e da Competência

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social - SECCS - tem por finalidade prestar assessoramento direto ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão e administração dos negócios públicos e em assuntos relativos à política de comunicação social do Governo.

Art. 8º - Compete à Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social:

- I - coordenar as ações de representação e relacionamento político-institucional do Governo do Estado em nível estadual, regional, nacional e com a sociedade;
- II - coordenar o relacionamento do Governo com as lideranças políticas do Estado, com a Assembléia Legislativa e com o Congresso Nacional e acompanhar a atividade legislativa de interesse do Estado;
- III - controlar e processar para publicação os atos administrativos assinados pelo Governador;
- IV - executar as atividades relativas ao funcionamento e à manutenção dos palácios e da residência oficial;
- V - formular e coordenar a política de comunicação social do Governo;
- VI - assessorar o Governador em seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira, visando à centralização e ao ordenamento do intercâmbio de informações entre o Governo e a sociedade;
- VII - promover a divulgação, em caráter estritamente informativo, das principais atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo na região metropolitana e no interior do Estado;
- VIII - realizar pesquisas de opinião pública com o objetivo de subsidiar, quando necessário, a reorientação da atuação do Governo no atendimento das demandas da sociedade;
- IX - dar suporte às unidades administrativas que compõem a Governadoria, conforme o disposto no parágrafo único do art. 2º desta lei;
- X - exercer a supervisão das atividades dos órgãos e entidades da sua área de competência;
- XI - exercer outras atividades correlatas.

## Seção II

### Da Estrutura Orgânica

Art. 9º - A Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social tem a seguinte estrutura orgânica:

- I - Gabinete;
- II - Assessoria Parlamentar;
- III - Assessoria Técnica;
- IV - Assessoria de Planejamento e Coordenação;
- V - Assessoria de Atos Administrativos;
- VI - Subsecretaria da Casa Civil:
  - a) Assessoria de Atos Legislativos;
  - b) Assessoria de Assuntos Governamentais;
  - c) Assessoria de Assuntos Legislativos;
- VII - Subsecretaria de Comunicação Social:
  - a) Superintendência de Imprensa e Produção;
  - b) Superintendência de Publicidade;
- VIII - Subsecretaria de Assuntos Municipais:
  - a) Superintendência de Apoio à Administração Municipal;
  - b) Superintendência de Articulação Municipal;
  - c) Superintendência de Controle de Convênios;
- IX - Superintendência de Administração e Finanças:
  - a) Diretoria de Contabilidade e Finanças;

- b) Diretoria de Recursos Humanos;
- c) Diretoria de Documentação;
- d) Diretoria Operacional;
- e) Diretoria de Administração de Palácios;
- f) Diretoria de Manutenção.

Parágrafo único - A finalidade e a competência das unidades administrativas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

### Seção III

#### Da Área de Competência

Art. 10 - Integram a área de competência da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social:

I - os órgãos colegiados:

- a) Conselho Estadual de Comunicação Social;
- b) Conselho Estadual da Mulher;

II - os órgãos autônomos:

- a) Escritórios de Representação do Governo do Estado de Minas Gerais em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo;
- b) Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais;

III - as autarquias:

- a) Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO - MG -;
- b) Departamento Estadual de Telecomunicações - DETEL - MG -;
- c) Loteria do Estado de Minas Gerais;

IV - a Fundação TV Minas - Cultural e Educativa;

V - a empresa Rádio Inconfidência Ltda.

### Seção IV

#### Do Pessoal e dos Cargos

Art. 11 - Ficam transferidos para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais.

Art. 12 - Ficam extintos, no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, os seguintes cargos:

I - quatro cargos de Oficial de Gabinete, código EX-02, símbolo 9/A;

II - nove cargos de Assistente Administrativo, código EX-06, símbolo 9/A;

III - um cargo de Secretário de Estado;

IV - dez cargos de Diretor I, código MG-06, símbolo DR-06;

V - um cargo de Chefe de Gabinete do Governador, código MG-38, símbolo MG-38;

VI - um cargo de Chefe de Gabinete, código MG-01;

VII - oito cargos de Assessor II, código MG-12, símbolo AD-12;

VIII - um cargo de Assessor I, código AS-01, símbolo 10/A;

IX - oito cargos de Supervisor III, código CH-03, símbolo 10/A.

Art. 13 - Ficam transformados, no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, os seguintes cargos:

I - um cargo de Chefe da Assessoria do Cerimonial e Relações Públicas, símbolo 1086, em um cargo de Secretário Particular do Governador, código MG-52, símbolo SP-01;

II - dois cargos de Diretor II, código MG-05, símbolo DR-05, em dois cargos de Assessor-Chefe, código MG-24, símbolo AH-24.

Art. 14 - Ficam criados, no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, os seguintes cargos:

I - quatro cargos de Assessor Especial do Governador, código MG- 51, símbolo AE-01, de recrutamento amplo, com vencimento mensal fixado de acordo com o § 2º do art. 5º da Lei nº 11.728, de 30 de dezembro de 1994, com fator de ajustamento 3,37264;

II - um cargo de Assessor Especial do Governador em Assuntos Institucionais, código MG-58, símbolo AS-58, de recrutamento amplo, com vencimento mensal fixado de acordo com o § 2º do art. 5º da Lei nº 11.728, de 30 de dezembro de 1994, com fator de ajustamento 5,0891;

III - um cargo de Assessor Técnico, código MG-18, símbolo AT-18.

Art. 15 - Ficam incluídas, nos quadros constantes no Decreto nº 37.711, de 29 de dezembro de 1995, as seguintes classes de cargos comissionados no Grupo de Assessoramento:

I - Assessor Especial do Governador;

II - Secretário Particular do Governador;

III - Assessor Especial do Governador em Assuntos Institucionais.

Art. 16 - Os cargos de provimento em comissão do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social são os constantes no Anexo I desta lei.

Parágrafo único - A codificação específica dos cargos de que trata esta lei será encaminhada pelas Secretarias de Estado à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração - SERHA - para a publicação de quadro consolidado por meio de resolução conjunta dos Secretários de Estado de Recursos Humanos e Administração e da Casa Civil e Comunicação Social.

Art. 17 - Os cargos de Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social passam a denominar-se Subsecretário, mantida a mesma remuneração.

#### Capítulo IV

##### Da Secretaria de Estado do Turismo

Art. 18 - Fica criada a Secretaria de Estado do Turismo - SETUR - na estrutura do Poder Executivo, com a finalidade de planejar e coordenar as ações relacionadas à política estadual de turismo.

##### Seção I

###### Da Finalidade e da Competência

Art. 19 - A SETUR tem por finalidade planejar, coordenar, fomentar e fiscalizar o turismo, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado.

Art. 20 - Compete à SETUR:

I - propor a política estadual de turismo, o Plano Mineiro de Turismo e os demais planos, programas e projetos estaduais relacionados com o apoio e o incentivo ao turismo;

II - propor o calendário oficial de eventos turísticos do Estado;

III - implementar e coordenar a execução da política estadual de turismo;

IV - planejar, promover e avaliar o desenvolvimento do turismo no Estado;

V - promover e divulgar os produtos turísticos do Estado;

VI - celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos com entidades de direito público e privado, nacionais e estrangeiras, para a realização de seus objetivos;

VII - propor normas relacionadas ao estímulo e ao desenvolvimento do turismo, no âmbito de sua competência;

VIII - exercer a supervisão das atividades dos órgãos e das entidades da sua área de competência;

IX - exercer outras atividades correlatas.

##### Seção II

###### Da Estrutura Orgânica

Art. 21 - A SETUR tem a seguinte estrutura orgânica:

I - Gabinete;

II - Assessoria de Planejamento e Coordenação;

III - Assessoria de Relações Institucionais;

IV - Superintendência de Administração e Finanças:

a) Diretoria de Recursos Humanos;

b) Diretoria Operacional;

c) Diretoria de Contabilidade e Finanças;

V - Superintendência de Planejamento, Pesquisa e Informações Turísticas:

a) Diretoria de Pesquisa e Informações Turísticas;

b) Diretoria de Planejamento Turístico;

VI - Superintendência de Desenvolvimento Turístico:

a) Diretoria de Projetos e Programas Especiais;

b) Diretoria de Projetos e Programas de Descentralização.

Parágrafo único - As competências das unidades administrativas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

Art. 22 - Será constituída, em até vinte dias contados da data da publicação desta lei, comissão incumbida de providenciar a instalação da SETUR.

Parágrafo único - A comissão a que se refere este artigo será presidida pelo Secretário de Estado do Turismo e terá representantes das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e de Recursos Humanos e Administração.

### Seção III

#### Do Pessoal e dos Cargos

Art. 23 - Para atender ao disposto no art. 18 desta lei, ficam criados, no Quadro Especial de Pessoal da SETUR, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Secretário de Estado;

II - um cargo de Subsecretário de Estado;

III - um cargo de Chefe de Gabinete;

IV - três cargos de Diretor II, código MG-05, símbolo DR-05;

V - sete cargos de Diretor I, código MG-06, símbolo DR-06;

VI - dois cargos de Assessor-Chefe, código MG-24, símbolo AH-24;

VII - um cargo de Assessor de Comunicação, código MG-19, símbolo AM-19;

VIII - quatro cargos de Assessor II, código MG-12, símbolo AD-12;

IX - um cargo de Assessor Técnico, código MG-18, símbolo AT-18;

X - seis cargos de Assessor I, código AS-01, símbolo 10/A.

Parágrafo único - A remuneração do cargo de Subsecretário de Estado a que se refere o inciso II deste artigo corresponde à remuneração do cargo de Secretário Adjunto com a denominação dada pelo art. 17 desta lei e obedecerá ao disposto na Lei nº 13.200, de 3 de fevereiro de 1999, e nas Resoluções nºs 5.180, de 29 de dezembro de 1997, e 5.154, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 24 - Os cargos de provimento em comissão do Quadro Especial de Pessoal da SETUR são os constantes no Anexo II desta lei.

Parágrafo único - A codificação específica dos cargos de que trata esta lei será encaminhada pela SETUR à SERHA para publicação de quadro consolidado por meio de resolução conjunta dos Secretários de Estado de Recursos Humanos e Administração e do Turismo.

Art. 25 - O quadro especial de pessoal de cargos efetivos e de função pública da SETUR será estabelecido mediante a redistribuição de cargos vagos e o remanejamento de servidores de órgãos da administração direta do Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Parágrafo único - O quadro a que se refere este artigo será composto por servidores com carga horária semanal de trinta horas.

### Seção IV

#### Da Área de Competência



Art. 26 - Integram a área de competência da SETUR, como órgãos colegiados, o Conselho Estadual de Turismo - CET - e a Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS.

Art. 27 - O "caput" e os §§ 1º e 3º do art. 3º e o art. 8º da Lei nº 12.396, de 12 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo - CET -, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - O CET é composto por doze membros, que representarão o Poder Público e a sociedade civil.

§ 1º - Compõem a representação do Poder Público no CET:

I - o Secretário de Estado do Turismo, que será seu Presidente;

II - o Presidente da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS -, que será seu Vice-Presidente, cabendo-lhe, ainda, as funções executivas;

III - um representante de cada uma das seguintes Secretarias de Estado:

a) do Planejamento e Coordenação Geral;

b) da Cultura;

c) de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

IV - um representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

.....

§ 3º - Caberá ao Secretário de Estado do Turismo indicar os representantes da sociedade civil, caso as entidades referidas no § 2º deste artigo não o façam no prazo de sessenta dias contados da convocação do colégio eleitoral.

.....

Art. 8º - A SETUR fornecerá suporte técnico e administrativo para o funcionamento do CET."

Art. 28 - Os arts. 6º e 8º da Lei nº 12.398, de 12 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Plano Mineiro de Turismo, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - A política estadual de turismo será implementada de forma descentralizada, com o concurso e a participação dos órgãos públicos e das entidades afins da administração estadual, dos municípios e da iniciativa privada, sob a coordenação da SETUR.

.....

Art. 8º - Cabe ao Conselho Estadual de Turismo - CET -, órgão deliberativo, instituído pela Lei nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983, subordinado à Secretaria de Estado do Turismo, a aprovação de planos, programas e projetos relacionados com a formulação e a execução da política estadual de desenvolvimento do turismo."

## Capítulo V

### Disposições Finais

Art. 29 - Ficam extintos a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais e o correspondente cargo de Secretário de Estado.

Art. 30 - O Secretário de Estado que assumir a titularidade de empresa pública, sociedade de economia mista, fundação ou autarquia ou a função de Presidente ou membro de conselho estadual o fará sem nenhum adicional remuneratório a seu cargo de Secretário.

Parágrafo único - O servidor público da administração direta ou indireta e o militar do Estado, em serviço ativo, que assumir função de Presidente ou de membro de conselho estadual de empresa pública, sociedade de economia mista, fundação ou autarquia o fará sem nenhum adicional remuneratório.

Art. 31 - Os recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, extinta por esta lei, serão identificados pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Fazenda e de Recursos Humanos e Administração e transferidos para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social.

Art. 32 - Ficam transferidos para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social os contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pela Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, extinta por esta lei.

Art. 33 - Os recursos humanos da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais ficam à disposição da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, que, no prazo de trinta dias contados da publicação desta lei, estabelecerá sua transferência para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social ou outro órgão da administração direta do Poder Executivo.

Art. 34 - Ficam criadas, na estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Delegacias Regionais de Segurança Pública nos Municípios de Unai, Varginha, Pará de Minas, Januária, São Sebastião do Paraíso, Salinas, Mantena, Nanuque e Itabira.

§ 1º - Fica criada a Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o objetivo de coordenar as ações para a solução dos casos de desaparecimento de pessoas no Estado.

§ 2º - Fica criada, na estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a unidade administrativa Superintendência de Assistência ao Detento, com a finalidade de prestar assistência ao detento sob sua guarda, conforme a legislação em vigor.

Art. 35 - Fica criada, na estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, a unidade administrativa Superintendência de Assistência ao Preso, com a

finalidade de prestar assistência ao preso sob sua guarda, conforme a legislação em vigor.

Art. 36 - A Superintendência de Assistência ao Detento e a Superintendência de Assistência ao Preso têm a seguinte estrutura:

I - Diretoria Jurídica;

II - Diretoria Psicossocial;

III - Diretoria Médico-Odontológica.

Parágrafo único - A finalidade e a competência das unidades administrativas de que trata este artigo serão estabelecidas em decreto.

Art. 37 - Para atender ao disposto nos arts. 34 e 35 desta lei, ficam criados:

I - no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

a) um cargo de Diretor II, código MG-05, símbolo DR-05;

b) três cargos de Diretor I, código MG-06, símbolo DR-06;

II - no Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos:

a) um cargo de Diretor II, código MG-05, símbolo DR-05;

b) três cargos de Diretor I, código MG-06, símbolo DR-06.

Parágrafo único - Os cargos criados neste artigo serão identificados por resolução do Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração.

Art. 38 - No Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado do Turismo e da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, no mínimo 60% (sessenta por cento) dos cargos de provimento em comissão serão preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Art. 39 - A Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo passa a denominar-se Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

Art. 40 - A Secretaria de Estado da Habitação, criada pela Lei nº 10.624, de 16 de janeiro de 1992, alterada pela Lei nº 12.646, de 17 de outubro de 1997, passa a ter a denominação de Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHADU.

Parágrafo único - A SEHADU tem por finalidade planejar, coordenar e executar as atividades setoriais a cargo do Estado relativas a habitação e desenvolvimento urbano, visando ao desenvolvimento social.

Art. 41 - O inciso VI do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 11.660, de 2 de dezembro de 1994, introduzido pela Lei nº 13.049, de 17 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - .....

Parágrafo único - .....

VI - os serviços de construção emergencial ou de manutenção corretiva ou preventiva em cadeia pública ou estabelecimento prisional, que poderão ser executados por entidade pública ou privada, mediante celebração de convênio específico com o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos e da Secretaria de Estado da Segurança Pública."

Art. 42 - Fica criada, na estrutura da Superintendência Central de Saúde do Servidor da SERHA, a Diretoria de Higiene do Trabalho, com competência para estabelecer medidas de proteção individual e coletiva.

Parágrafo único - Para atender ao disposto neste artigo, fica criado um cargo de Diretor II, não privativo de médico.

Art. 43 - Fica criada a Diretoria Regional de Saúde da Região Noroeste, com sede na cidade de Paracatu.

Art. 44 - Fica criada, no Município de Patos de Minas, a Delegacia Regional do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA.

Art. 45 - Fica criado o Museu da Imagem e do Som do Estado de Minas Gerais, vinculado à Superintendência de Museus, que faz parte da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Cultura, com a finalidade de preservar e resgatar a memória audiovisual do Estado e promover a conservação e ampliação de seu patrimônio cultural.

§ 1º - O Museu contará com acervo próprio e dele farão parte:

I - filmes e fitas de vídeo e áudio;

II - depoimentos e registros da história oral do Estado;

III - partituras e discos;

IV - fotografias e equipamentos fotográficos e de som que se refiram à história do Estado;

V - histórico de acontecimentos e fatos importantes do Estado;

VI - documentos e dados relativos à história do Estado.

§ 2º - O Museu promoverá cursos, projeções, palestras, encontros e exposições como forma de divulgar seu acervo, além de estudos visando à reconstituição de eventos de grande significado cultural para o Estado.

§ 3º - A estrutura física e organizacional do Museu será estabelecida em portaria da Secretaria de Estado de Cultura.

Art. 46 - É assegurada isonomia de vencimentos entre os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - e de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

Parágrafo único - Os vencimentos do cargo de Reitor são equivalentes aos do cargo de Secretário de Estado.

Art. 47 - Para atender ao disposto no art. 18 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), observado o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 48 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea "e" do inciso II do art. 4º da Lei nº 12.160, de 27 de maio de 1996, modificado pelo art. 4º da Lei nº 12.350, de 18 de novembro de 1996, e a alínea "d" do art. 4º da Lei nº 11.714, de 26 de dezembro de 1994.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Maria Olívia, relatora - Antônio Júlio.

#### Anexo I

(a que se refere o art. 16 da Lei nº, de de de 1999)

Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social

#### Quadro Especial de Pessoal

#### Cargos de Provimento em Comissão

Cargos lotados na Secretaria de Estado da Casa Civil e

#### Comunicação Social

Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Chefe de Gabinete	MG-01	2206	01
Diretor II	MG-05	DR-05	06
Diretor I	MG-06	DR-06	06
Curador do Palácio da Liberdade	MG-26	PL-26	01
Assessor do Governador	MG-02	AG-02	23
Assessor Especial do Governador para Assuntos	MG-58	AS-58	01

Institucionais			
Assessor-Chefe	MG-24	AH-24	07
Assessor II	MG-12	AD-12	68
Assessor Técnico	MG-18	AT-18	04
Assistente de Gabinete	EX-42	11/A	13
Assessor I	AS-01	10/A	12
Assessor de Comunicação	MG-19	AM-19	06
Oficial de Gabinete	EX-02	9/A	04
Assistente Administrativo	EX-06	9/A	20
Assistente Auxiliar	EX-07	9/A	35
Secretário Executivo	EX-08	8/A	05
Secretário Microrregional Executivo	EX-44	11/A	40
Capelão	EX-12	9/A	01
Maitre	EX-14	8/A	01
Mordomo	EX-15	8/A	01
Governanta	EX-13	8/A	01
Auxiliar de Intendência II	EX-31	4/A	17
Auxiliar de Intendência III	EX-32	6/A	08
Ouvidor da Polícia	681	-	01
Auditor-Geral do Estado	742	-	01
Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Secretário	-	-	1
Subsecretário	-	-	3
Cargos Lotados na Secretaria Particular do Governador			
Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos

Secretário Particular do Governador	MG-52	SP-01	01
Assessor Especial do Governador	MG-51	AE-01	04

Cargos Lotados na Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e do Cerimonial

Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Assessor Especial de Assuntos Internacionais e do Cerimonial	MG-50	-	01
Assessor de Assuntos Internacionais I	MG-48	AI-01	04
Assessor de Assuntos Internacionais II	MG-49	AI-02	02

Cargos Lotados no Gabinete do Vice-Governador

Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Chefe de Gabinete	MG-01	MG-01	01
Assessor I	AS-01	10/A	03
Oficial de Gabinete	EX-02	9/A	02
Assistente Administrativo	EX-06	9/A	06
Assistente Auxiliar	EX-07	8/A	02
Secretário Executivo	EX-08	8/A	01
Assistente de Gabinete	EX-42	11/A	01
Assessor II	MG-12	AD-12	05
Assessor Técnico	MG-18	AT-18	01
Assessor de Comunicação	MG-19	AM-19	01
Assessor-Chefe	MG-24	AH-24	02
Assessor do Vice-Governador	MG-33	AV-33	01

--	--	--	--

Anexo II			
(a que se refere o art. 24 da Lei nº, de de de 1999)			
Secretaria de Estado do Turismo			
Quadro Especial de Pessoal			
Cargos de Provimento em Comissão			
Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Chefe de Gabinete	MG-01		1
Diretor II	MG-05	DR-05	3
Diretor I	MG-06	DR-06	7
Assessor-Chefe	MG-24	AH-24	2
Assessor de Comunicação	MG-19	AM-19	1
Assessor II	MG-12	AD-12	4
Assessor Técnico	MG-18	AT-18	1
Assessor I	AS-01	10/A	6
Denominação da classe	Código	Símbolo	Número de cargos
Secretário	-	-	1
Subsecretário	-	-	1"

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/10/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97; e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.667, de 1999, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Roberto

nomeando Raimundo Luiz Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, AL-01, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Carena Ltda. Objeto: fornecimento de paredes divisórias, armários-balcões, bancadas e acessórios, incluindo os serviços de montagem, instalação e desmontagem. Licitação:

Tomada de Preços nº 4/99. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura.

ERRATAS

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 16/9/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/9/99, pág. 26, col. 3, sob o título "REQUERIMENTOS", onde se lê:

"Nº 695/99, do Deputado João Paulo", leia-se:

"Nº 695/99, da Comissão de Defesa do Consumidor".

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 14/10/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/10/99, na pág. 21, col. 4, sob o título "REQUERIMENTOS", substitua-se o resumo do Requerimento nº 801/99 pelo seguinte:

"Nº 801/99, da Comissão de Saúde, pleiteando seja formulado apelo à Secretaria da Saúde a fim de que verifique e analise a situação da Maternidade Therezinha de Jesus, de Juiz de Fora, e tome as providências cabíveis. (- À Comissão de Saúde.)".

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/10/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/10/99, na pág. 28, col. 1, no despacho ao Projeto de Lei nº 623/99, onde se lê:

"art. 188", leia-se:

"art. 190".